TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

EMENTÁRIO
Decisões do TRE/PE
Jan./Dez. 2013

Recife
2014

Diretoria Geral: Robson Costa Rodrigues
Secretaria Judiciária: Cibele Maria Figueiredo Garrido
Coord. de Jurisprudência e Documentação: Adriana de Andrade Vasconcelos
Seção de Jurisprudência: Jesiane de Andrade
Seção de Legislação, Biblioteca e Arquivo: Ana Carla da Silva Guedes

Equipe Técnica:

Ana Carolina Martins Pereira Loureiro - SELBA/COJUD/SJ
Fabíola Koury Soares Gesteira – SEJUR/COJUD/SJ
Gilvan Ribeiro de Mendonça - SELBA/COJUD/SJ
Jesiane de Andrade – SEJUR/COJUD/SJ
Joelma Barbosa Santos Barros - SELBA/COJUD/SJ

Capa: SEWEB/CODESENV /STIC

Avenida Agamenon Magalhães, nº 1.160, Graças, Recife – PE, CEP 52010-904,
Telefone: PABX (81) 3194-9200. E-mail: biblioteca@tre-pe.jus.br

CDDir 341.2805

E 53 Ementário: decisões do TRE/PE jan./dez. 2013 / Tribunal
Regional Eleitoral de Pernambuco. Secretaria
Judiciária. Coordenadoria de Jurisprudência e
Documentação. – Recife : TRE-PE, Secretaria
Judiciária, Coordenadoria de Jurisprudência e
Documentação, 2014.

140 p.

Inclui índice

Anual

1.Direito Eleitoral - Periódico. 2. Jurisprudência. I.
Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PE).

SUMÁRIO

1	AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO	7
2	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	8
2.1	ABUSO DE PODER ECONÔMICO	8
3	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	13
3.1	ABUSO DE PODER	13
3.2	ARRECADAÇÃO E GASTOS DE RECURSOS	33
3.3	CABIMENTO	34
3.4	CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS	34
3.5	CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO	35
3.6	CONDUTA VEDADA	49
3.7	CRIME	62
3.8	EMBARGOS	62
3.9	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	63
3.10	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	63
3.11	ILEGITIMIDADE	64
3.12	LEGITIMIDADE	65
3.13	LITISCONSORTE NECESSÁRIO	66
3.14	MATÉRIA PROCESSUAL	69
3.15	PRAZO	71
3.16	PROPAGANDA	72
3.17	PROVA	73
4	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	79
5	CONSULTA	83
6	DOAÇÃO ACIMA DO LIMITE	84
6.1	PESSOA FÍSICA	84
6.2	PESSOA JURÍDICA	85
6.3	QUEBRA DE SIGILO	85
7	MANDADO DE SEGURANÇA	87
8	PESQUISA	98
9	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA	102
9.1	ANULAÇÃO DE SENTENÇA	102
9.2	AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	104
9.3	CONTA BANCÁRIA	117
9.4	COMITÊ FINANCEIRO E PARTIDO	127
9.5	DESPESAS	131
9.6	DIPLOMAÇÃO	133
9.7	DOAÇÃO	134

9.8 DOCUMENTAÇÃO.....	144
9.9 EMBARGOS.....	151
9.10 INTIMAÇÃO.....	202
9.11 IRREGULARIDADES.....	204
9.12 LEGITIMIDADE.....	242
9.13 NÃO APRESENTAÇÃO.....	244
9.14 PRAZO.....	255
9.15 RECIBOS.....	270
9.16 RENÚNCIA DE CANDIDATO.....	271
10 PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA.....	273
10.1 DOCUMENTAÇÃO.....	299
10.2 EXERCÍCIO FINANCEIRO.....	300
10.3 NÃO APRESENTAÇÃO.....	300
11 PROPAGANDA ELEITORAL.....	303
11.1 BANDEIRA.....	303
11.2 BANNER.....	303
11.3 DIREITO DE RESPOSTA.....	305
11.4 INTERNET.....	305
11.5 OUTDOOR.....	306
11.6 PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA.....	307
11.7 PROPAGANDA INSTITUCIONAL.....	315
11.8 PROPAGANDA IRREGULAR.....	317
11.8. 1 ADESIVO.....	317
11.8. 2 ALTO-FALANTE.....	318
11.8. 3 BEM PARTICULAR.....	318
11.8. 4 BEM PÚBLICO.....	333
11.8. 5 CARREATA.....	334
11.8. 6 PINTURA EM MURO.....	335
11.8. 7 JORNAL.....	341
11.8. 8 PARCELAMENTO DE MULTA.....	342
11.8. 9 PLACAS.....	342
11.8. 10 POSTES.....	343
11.8. 11 PRAZO.....	344
11.8. 12 RÁDIO.....;	344
11.8. 13 TAMANHO DO NOME.....	345
12 PROPAGANDA PARTIDÁRIA.....	349
12.1 INSERÇÕES.....	349
13 RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	366

13.1 ILEGITIMIDADE.....	366
13.2 INELEGIBILIDADE.....	366
13.3 PARENTESCO.....	370
13.4 REJEIÇÃO DE CONTAS.....	372
13.5 DIVERSOS.....	374
13.6 PROVA.....	376
14 RECURSO CRIMINAL.....	377
14.1 DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS.....	377
14.2 FALSIDADE IDEOLÓGICA.....	378
14.3 PRAZO.....	382
14.4 PRESCRIÇÃO.....	383
14.5 PROVA.....	413
14.6 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	413
14.7 TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITOR.....	414
15 REGISTRO DE CANDIDATURA.....	416
15.1 DESINCOMPATIBILIZAÇÃO.....	418
15.2 DIPLOMAÇÃO.....	418
15.3 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES.....	420
15.4 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	422
15.5 ILEGITIMIDADE.....	424
15.6 MANDADO DE SEGURANÇA.....	425
15.7 NOVAS ELEIÇÕES.....	426
15.8 REJEIÇÃO DE CONTAS.....	427
15.9 SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO.....	428
16 REPRESENTAÇÃO.....	430
16.1 COMPETÊNCIA.....	431
16.2 CONDUTA VEDADA.....	431
16.3 <i>SHOWMÍCIO</i>	433
16.4 ASSUNTOS DIVERSOS.....	434
???????	448

EMENTAS

1 AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO. DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. FUSÃO DE PARTIDO. NÃO COMPROVAÇÃO. JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA.

- Não verificada a ocorrência da fusão entre os partidos políticos, falta, ao demandante, interesse de agir, devendo ser julgado extinta, sem resolução do mérito, a ação de justificação, com base no artigo 267, VI, do CPC.

PROCESSO Nº 239-70.2013.6.17.0000

ORIGEM: SANTA FILOMENA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR EXTINTA A AÇÃO, nos termos do voto do Relator.

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO. DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. FUSÃO DE PARTIDO. INOCORRÊNCIA. PERDA SUPERVENIENTE DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR.

1. Como o fundamento tático para a declaração de justa causa da desfiliação partidária deixou de existir na realidade fenomênica, haja vista a desistência de fusão do PMN com o PPS, a extinção do processos sem resolução de mérito por carência superveniente de uma das condições da ação (interesse de agir) é a medida que se impõe.

2. Processo extinto sem julgamento de mérito com fulcro no artigo 267, inciso VI do CPC.

PROCESSO Nº 238-85.2012.6.17.0000

ORIGEM: SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXTINGUIR O PROCESSO sem resolução de mérito, pela perda superveniente de uma das condições da ação.

2 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

2.1 ABUSO DE PODER ECONÔMICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - PREFEITO - CONTAS - APROVAÇÃO DAS CONTAS - ELEIÇÕES 2012 - DESPROVIMENTO.

- 1. A configuração do abuso do poder econômico em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo reclama a presença de prova forte, consistente e inequívoca e a demonstração de potencialidade para influir no pleito eleitoral;*
- 2. Em sede de ação de impugnação de mandato eletivo, faz-se necessária a presença de acervo probatório contundente no sentido de que tanto a prática de corrupção eleitoral como a de abuso do poder econômico tiveram potencialidade para influenciar o resultado das eleições;*
- 3. Conduta esta vedada pelo inciso VI, do art. 24, da Lei 9.504/97, não configurada;*
- 4. Desprovemento.*

PROCESSO Nº 3-61.2012.6.17.0019

ORIGEM: ESCADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER a PRELIMINAR DE CONFISSÃO e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - PREFEITO - CONTAS - APROVAÇÃO DAS CONTAS - ELEIÇÕES 2012 - DESPROVIMENTO.

- 1. A configuração do abuso do poder econômico em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo reclama a presença de prova forte, consistente e inequívoca e a demonstração de potencialidade para influir no pleito eleitoral;*
 - 2. Em sede de ação de impugnação de mandato eletivo, faz-se necessária a presença de acervo probatório contundente no sentido de que tanto a prática de corrupção eleitoral como a de*
-

abuso do poder econômico tiveram potencialidade para influenciar o resultado das eleições;

3. Conduta esta vedada pelo inciso VI, do art. 24, da Lei 9.504/97, não configurada;

4. Desprovemento.

PROCESSO Nº 3-61.2012.6.17.0019

ORIGEM: ESCADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER a PRELIMINAR DE CONFISSÃO e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

AIME. RECURSO ELEITORAL PRELIMINAR DE CONEXÃO E DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MÉRITO. FRAUDE. INELEGIBILIDADE.

1. Rejeitada preliminar de conexão da presente AIME com o Recurso contra Expedição de Diploma n.º 30-04, em razão do recente julgamento do RCED (Súmula n.º 235 do STJ).

2. Rejeitada preliminar de carência de ação por inadequação da via eleita, porque a fraude eleitoral objeto da AIME não se restringe ao dia da votação, mas pode ocorrer em qualquer fase do processo eleitoral, desde que configure o artil que induza o eleitor a erro.

3. Candidato que relaciona o nome de candidato indeferido ao seu Nº de campanha, sem fazer menção à condição de apoio político, incorre em fraude eleitoral, uma vez que objetivou confundir o eleitor.

4. A AIME não acarreta sanção de inelegibilidade por falta de amparo legal.

5. Provimento da pretensão recursal de Ubirajara Ferreira da Silva e provimento parcial da pretensão de Nivaldo Virgílio de Lima, afastando-se as cominações de inelegibilidade de ambos os recorrentes, mas mantendo a cassação do diploma deste último.

PROCESSO Nº 3-09.2013.6.17.0101

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Por unanimidade, em rejeitar as preliminares suscitadas, no mérito, por unanimidade, em dar provimento à pretensão recursal de Ubirajara Ferreira da Silva e, por maioria, em dar provimento parcial à pretensão de Nivaldo Virgílio de Lima, afastando-se as cominações de inelegibilidade de ambos os recorrentes, mas mantendo a cassação do diploma deste último.

ELEIÇÕES 2012. AÇÃO CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO ELEITORAL. AIME. PERDA DE OBJETO.

A ação cautelar, ajuizada para conferir efeito suspensivo ao Recurso Eleitoral, perde seu objeto, quando do julgamento do recurso. Extinção do processo cautelar sem resolução de mérito, (art. 267, inciso VI do CPC).

PROCESSO Nº 154-84.2013.6.17.0000

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR EXTINTA AMEDIDA CAUTELAR, sem resolução do mérito.

RECURSO ELEITORAL. AIME. PRELIMINARES. REJEITADAS. ABUSO DE PODER. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. A Constituição Federal não determina quem detém legitimidade para propor AIME e a análise de existência ou não de prova confunde-se com o mérito.

2. O atraso na abertura de conta bancária específica de campanha eleitoral e a arrecadação de recursos estimados em dinheiro não pressupõem uso de caixa dois, muito menos abuso de poder econômico, que deve restar sobejamente comprovado nos autos.

PROCESSO Nº 4-59.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar de

Ilegitimidade do Recorrente e em NÃO CONHECER da preliminar de Falta de Condição de Pressuposto Válido e Desenvolvimento Regular do Processo. Por maioria, em REJEITAR a Preliminar de Carência de Ação, levantada de ofício pelo Des. Fausto Campos e, no MÉRITO, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. IMPROCEDÊNCIA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.

- 1. No caso dos autos, não há prova cabal de que o transporte de cidadãos em ambulância era feito com o especial fim de angariar votos.*
- 2. Desprovemento da pretensão recursal.*

PROCESSO Nº 4-46.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA – AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - ABUSO DE PODER ECONÔMICO, CORRUPÇÃO OU FRAUDE - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - ILEGITIMIDADE DOS RECORRENTES PARA INTERPOR AIME - PARTIDOS SEM REPRESENTAÇÃO VÁLIDA NO MUNICÍPIO - AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

- 1. A regularidade de representação do partido é pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;*
- 2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.*

PROCESSO Nº 1-98.2013.6.17.0049

ORIGEM: PANELAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

3 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

3.1 ABUSO DE PODER

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. VÍCIO NA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. NULIDADE DA INTIMAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

- 1. Nos termos do art. 236, §1º, do CPC, é indispensável que constem das publicações, em órgão oficial, dos atos processuais os nomes dos advogados que representam as partes, em juízo, sob pena de nulidade da intimação, situação ocorrente "in casu". Prefaciai rejeitada.*
- 2. Hipótese em que os elementos constantes nos autos não comprovam a prática de conduta vedada e abuso de poder político, por parte dos primeiro e terceira demandados, tampouco de captação ilícita de sufrágio, nos moldes do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, pelos recorridos.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 120-52.2012.6.17.0095

ORIGEM: CUIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada, e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. SUPOSTA COOPTAÇÃO DE ELEITORES EM EVENTO ESPORTIVO. INEXISTÊNCIA DE PROVA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. Para a configuração do abuso de poder de político ou econômico, é indispensável o comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições, sendo estes os bens jurídicos que o art. 14. §9º, da Carta Magna visa proteger.*

2. *A realização de evento esportivo, promovido por político local, não se cinge, por si só, em evento com conotação eleitoral, vez que não restou configurada nenhuma propaganda de cunho eleitoral, nem tampouco o evento teve conotações políticas.*

3. *In casu, dos documentos trazidos aos autos somente se extrai que realmente foi realizado campeonato ou jogo de futebol realizadas no município, inexistindo prova de que os candidatos recorridos tiveram suas campanhas beneficiadas com a promoção do referido evento.*

4. *Não havendo, no caderno processual, elementos suficientes a configurar abuso de poder político, econômico ou captação ilícita de sufrágio, pois não restou demonstrado qualquer conotação política relacionada com o evento esportivo, deve-se negar provimento ao recurso.*

PROCESSO Nº 395-31.2012.6.17.0037

ORIGEM: ARAÇOIABA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. SENTENÇA. IMPROCEDENTE. RECURSO ELEITORAL.

1. *Nos termos do art. 22 da LC 64/90, qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, relatando fato e indicando provas, indícios e circunstâncias a pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político;*

2. *Na hipótese, houve realização de carreatá em descumprimento de ordem judicial que havia proibido manifestações políticas no município, em data específica. Tal fato, apesar de configurar o ilícito previsto no art. 347 do CE, não possui força suficiente para desequilibrar o pleito eleitoral, não caracteriza abuso de poder*

político, econômico ou utilização de veículos ou meios de comunicação social;

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 177-86.2012.6.17.0000

ORIGEM: LAGOA DOS GATOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. INAUGURAÇÃO DE OBRA PÚBLICA. CINCO MESES ANTES DO PLEITO. PERÍODO PERMITIDO POR LEI. PRÁTICA LEGÍTIMA. MERA PROPAGANDA INSTITUCIONAL.

1. Nos termos do art. 77 da Lei 9.504/97, a proibição do candidato comparecer à inauguração de obras públicas está restrita ao período de 3 (três) meses que antecedem a eleição.

2. Na espécie, a participação do Recorrente no evento de inauguração ocorreu 5 (cinco) meses antes da data do pleito, motivo pelo qual deve-se reconhecer que a referida conduta está devidamente amparada pela legislação de regência.

3. A inauguração de obra pública é um ato bastante comum em todas as esferas do Poder Executivo, e, desde que não seja em período vedado, tal prática é considerada legítima e caracteriza mera propaganda institucional, que visa a prestação de contas das atividades públicas perante a população.

4. Recurso provido.

PROCESSO Nº 17-39.2012.6.17.0097

ORIGEM: RIACHO DAS ALMAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

- *Para a decretação de inelegibilidade advinda de abuso de poder econômico, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese.*
- *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 4181-45.2012.6.17.0127

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Por maioria, em CONHECER a preliminar para desprover o agravo retido interposto e, no mérito, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2004. RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. USO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA. PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

1. *Nos termos do inc. I do art. 73 da Lei 9.504/97, com o objetivo de assegurar a igualdade de oportunidades entre os candidatos que disputam os pleitos eleitorais, são proibidas aos agentes públicos, a conduta de ceder ou usar móveis ou imóveis pertencentes à administração pública, em benefício de candidato, partido político ou coligação.*
2. *Na espécie, restou comprovado de forma inequívoca, que durante as eleições de 2004, o ora recorrente, na condição de Prefeito do Município, utilizou-se da máquina administrativa para beneficiar a campanha eleitoral dos candidatos por ele apoiados, incorrendo na prática de abuso de poder político e econômico.*
3. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 462-47.2004.6.17.0094

ORIGEM: LAJEDO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. GRAVAÇÃO CLANDESTINA REALIZADA POR UM DOS INTERLOCUTORES SEM O CONHECIMENTO DO OUTRO. ADMISSIBILIDADE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO CONSTATAÇÃO.

- 1. A gravação de conversa realizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, não caracteriza interceptação, vedada constitucionalmente, inexistindo, portanto, dispositivo legal que proíba aquela. Precedentes do STF.*
- 2. À caracterização de abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio exige-se a formação de um juízo de certeza irrefutável, consubstanciado em conjunto probatório robusto quanto à prática desses ilícitos.*
- 3. Hipótese em que os elementos existentes nos autos não se mostram aptos a evidenciar que os recorridos tenham perpetrado as ações ilegais descritas na exordial.*
- 4. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 130-09.2012.6.17.0124

ORIGEM: JUREMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - CARGO - PREFEITO - ABUSO - DE PODER DE ECONÔMICO - DE PODER POLÍTICO / AUTORIDADE - CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO - USO DA MÁQUINA PÚBLICA MUNICIPAL - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - ART. 47 DO CPC - AFASTADA - PRELIMINAR DE NULIDADE DA OITIVA DE TESTEMUNHAS - REJEITADA - PRELIMINAR DE ILEGALIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL - MÉRITO - POSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO DO REGISTRO EM SEDE DE AIJE - SANÇÃO PREVISTA NO ART. 22, XIV, DA LC 64/90 - PROVIMENTO.

1. *É facultado ao Magistrado determinar a que o investigador proceda a emenda à inicial para que conste o litisconsorte passivo como parte demandada, conforme previsto no art. 47 do CPC;*
2. *O arrolamento das testemunhas pode ser realizado em momento que não o da inicial, mas desde que antes da citação da parte adversa para apresentar sua contestação, atendendo, assim, o previsto na alínea "a" do inciso I do art. 22 da LC 64/90;*
3. *O depoimento prestado pelas testemunhas deve ser valorado diante das circunstâncias apresentadas;*
4. *As alterações à LC 64/90 trazidas pela Lei Complementar 135/2010, inciso XIV, deixam claro que em sede de AIJE é possível a sanção de cassação do registro ou do diploma do candidato;*
5. *Para condenação em sede de AIJE, exige-se prova robusta da conduta abusiva, cuja potencialidade lesiva possa comprometer a lisura e a normalidade da disputa eleitoral, a fim de que a soberania do voto não sucumba diante de fato cuja veracidade a prova dos autos não seja capaz de garantir;*

PROCESSO Nº 158-51.2012.6.17.0067

ORIGEM: CALUMBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar as preliminares de NULIDADE DE OITIVA DAS TESTEMUNHAS e de INÉPCIA DA INICIAL e, em não conhecer da preliminar de ILEGALIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL. No mérito, por unanimidade, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, reformando a decisão do juízo de primeiro grau, julgando improcedente a Ação de Investigação Judicial, e afastando as sanções aplicadas.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. ABUSO DE PODER POLÍTICO. PROMOÇÃO PESSOAL COM OBJETIVOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. IMPROVIMENTO.

- *Não configura promoção pessoal situações onde se noticiam, em tom informativo, programas de governo, parcerias e questões atreladas ao desenvolvimento do município, nominado, em tais matérias, o seu gestos;*
 - *Recurso não provido.*
-

PROCESSO Nº 13-44.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL. SHOWMÍCIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. GRAVIDADE E POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA NÃO DEMONSTRADAS. NÃO COMPROVADA A FINALIDADE POLÍTICO-ELEITORAL. PROVIMENTO.

- 1. À luz dos entendimentos jurisprudenciais, para a configuração do abuso de poder econômico, é necessária a presença de provas robustas, contundentes e irrefutáveis que denotem que os candidatos agiram com intuito de influenciar no pleito.*
- 2. In casu, não restou comprovado que as condutas praticadas pelos candidatos consistiram em apoio financeiro à realização de eventos no município, logo, não é possível caracterizar as condutas como abuso de poder econômico.*
- 3. Provimento da pretensão recursal, para reformar in totum a sentença vergastada.*

PROCESSO Nº 132-91.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM-PE (22ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. REALIZAÇÃO DE PASSEATA. PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE. NÃO COMPROVADO. USO DE MÁQUINA PÚBLICA EM ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE

PROVAS CONTUNDENTE. GRAVIDADE E POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA NÃO DEMONSTRADAS. DESPROVIMENTO.

- 1. À luz dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, para a configuração do abuso do poder econômico, é necessária a presença de provas robustas, contundentes e irrefutáveis que denotem que o candidato agiu com intuito de influenciar no pleito;*
- 2. In casu, não restou devidamente comprovado que a conduta praticada pelo candidato consistiu em permitir a participação dos servidores públicos em passeata durante o horário do expediente do trabalho;*
- 3. Não restou devidamente demonstrado o uso da máquina pública em favor do candidato nem a prática de abuso de poder econômico e político;*
- 4. Desprovação da pretensão recursal.*

PROCESSO Nº 192-31.2012.6.17.0130

ORIGEM: CAETÉS-PE (130ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - ABUSO DE PODER DE ECONÔMICO - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam á rediscussão da matéria de mérito.*
- 2. Inexistente a omissão apontada, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios.*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 207-07.2012.6.17.0063

ORIGEM: INAJÁ-PE (63ª ZONA ELEITORAL - INAJÁ)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONÔMICO. SENTENÇA. PEDIDO IMPROCEDENTE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

- 1. As provas dos autos são manifestamente insuficientes para comprovar a prática de abuso de poder político ou econômico;*
- 2. A condenação por litigância de má-fé exige prova inconteste do dolo processual da parte, dada a presunção de boa-fé que norteia as relações processuais;*
- 3. Recurso provido parcialmente , tão somente para afastar a condenação por litigância de má-fé.*

PROCESSO Nº 210-18.2012.6.17.0109

ORIGEM: SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. COLIGAÇÃO. SANÇÕES LEGAIS. INAPLICABILIDADE. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PROVAS. EXISTÊNCIA.

- 1. A impossibilidade de se aplicar à coligação partidária suplica as reprimendas pertinentes à ação de investigação judicial eleitoral justifica a sua exclusão do polo passiva da espécie. Prefacial acolhida;*
- 2. Caracteriza o abuso de poder econômico o emprego indevido de recursos de natureza financeira durante a campanha, com vistas à obtenção de vantagens eleitorais, comprometendo a isonomia entre os candidatos e a regularidade do certame;*
- 3. Hipótese em que os elementos constantes dos autos evidenciam que os quarto, quinto e sexta recorridos praticaram o ilícito supracitado, não havendo, entretanto, prova da participação, ou anuência, dos segundo e terceiro investigados, no tocante à conduta irregular representada;*
- 4. Provimento da parcela dos apelas e desprovimento dos demais.*

PROCESSO Nº 231-34.2012.6.17.0128

ORIGEM: IBIMIRIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR de ilegitimidade passiva para excluir da presente lide a “Coligação Ibimirim com Progresso e Paz” e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS para reformar a sentença em relação aos Srs. SILVIO ERAALDO GOMES DA SILVA e GIVANILDO ODILON DE VASCONCELOS, mantendo-se, via de consequência, a condenação em relação aos demais.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. REALIZAÇÃO DE BINGO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES. GRAVIDADE E POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA NÃO DEMONSTRADAS. DESPROVIMENTO.

- 1. À luz dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, para a configuração do abuso de poder econômico, é necessária a presença de provas robustas, contundentes e irrefutáveis que denotem que o candidato agiu com intuito de influenciar no pleito.*
- 2. In casu. não restou devidamente comprovado que a conduta praticada pelo candidato consistiu em apoio financeiro à realização de bingos no município, logo, não é possível caracterizar a conduta como abuso de poder.*
- 3. Desprovimento da pretensão recursal.*

PROCESSO Nº 235-78.2012.6.17.0061

ORIGEM: BOM CONSELHO-PE (61ª ZONA ELEITORAL - INAJÁ)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. ELEIÇÕES 2012. ABUSO DO PODER POLÍTICO. IMPROCEDÊNCIA NO JUÍZO A QUO. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. REJEITADA.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE RECURSAL. RECONHECIMENTO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DA CONDUTA.

1. *Preliminar de intempestividade. Rejeitada.*
2. *Preliminar de ilegitimidade recursal. Acolhida.*
3. *No mérito, o acervo probatório não se mostrou idôneo e suficiente para caracterização ao abuso de poder.*
4. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 336-21.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PROVAS. FRAGILIDADE. INCONSISTÊNCIA. COMPRA DE VOTOS E ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO COMPROVADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. *A compra de votos e caracterização de outros abusos, em investigação judicial eleitoral, devem restar plenamente comprovados, sob pena de ser julgada improcedente.*
2. *In casu, as mídias acostadas aos autos não comprovam que os exames foram pagos com o intuito de obter votos, razão pela qual não há como se afirmar que foi praticado o ilícito previsto no artigo 41-A da Lei 9504/97*
3. *Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO Nº 340-58.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE (60ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CORES. CAMPANHA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABUSO DE PODER

ECONÔMICO. DISTRIBUIÇÃO DE CAMISAS. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

- 1. A utilização, em campanha eleitoral, das cores características da administração municipal não constitui abuso de poder político. Precedentes.*
- 2. É permitido o uso de camisetas nas cores da campanha eleitoral na data da convenção, o que caracteriza propaganda intrapartidária.*
- 3. Não comprovado nos autos a distribuição das camisas, resta impossibilitada a configuração de abuso de poder econômico.*

PROCESSO Nº 340-60.2012.6.17.0027

ORIGEM: ITAMBÉ-PE (27ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DARPROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CORES. CAMPANHA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. DISTRIBUIÇÃO DE CAMISAS. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

- 1. A utilização, em campanha eleitoral, das cores características da administração municipal não constitui abuso de poder político. Precedentes;*
- 2. É permitido o uso de camisetas nas cores da campanha eleitoral na data da convenção, o que caracteriza propaganda intrapartidária;*
- 3. Não comprovado nos autos a distribuição das camisas, resta impossibilitada a configuração de abuso de poder econômico.*

PROCESSO Nº 1072-71.2012.6.17.0017

ORIGEM: PAUDALHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CORES. CAMPANHA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. DISTRIBUIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A utilização, em campanha eleitoral, das cores características da administração municipal não constitui abuso de poder político. Precedentes.

2. Não comprovado nos autos o dispêndio de erário público para a compra de eletrodomésticos, além de sua respectiva distribuição aos munícipes, resta impossibilitada a configuração de abuso de poder econômico por parte dos Recorridos.

PROCESSO Nº 333-47.2012.6.17.0027

ORIGEM: ITAMARACÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER ECONÔMICO.

1. Embargos de declaração que objetiva rediscutir causa já julgada por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.

2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 132-91.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. FATO ISOLADO. ABUSO DE PODER. AUSÊNCIA. PROVA INSUFICIENTE.

- A inexistência de provas robustas que demonstrem a gravidade das circunstâncias do fato impõe a improcedência do pedido como

sentenciou o juiz de primeiro grau, mormente quando só há registro de um fato isolado.

PROCESSO Nº 322-39.2012.6.17.0027

ORIGEM: ITAMBÉ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DESPROVER O RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. RECURSO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. PROVAS. AUSÊNCIA.

1. É assente na jurisprudência pátria que a configuração de abuso de poder econômico e da utilização indevida de meios de comunicação social, durante o processo eleitoral, exige a demonstração inequívoca desses ilícitos a partir de elementos probatórios constantes e robustos, hipótese que não ocorre nos autos;

2. Desprovemento do recurso.

PROCESSO Nº 242-70.2012.6.17.0061

ORIGEM: BOM CONSELHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Para a condenação advinda da captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese.

2. Estando presente nos autos elementos que indiquem que não houve afronta ao art. 77 da Lei 9.504/97, assim como a inexistência de prática de abuso de poder, o indeferimento da AIJE é medida que se impõe.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 79-95.2012.6.17.0124

ORIGEM: JUREMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento as preliminares suscitadas e, no mérito, também à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.**

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97. DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÃO NO DIA DO PLEITO. OFERECIMENTO DE ALIMENTOS EM TROCA DE VOTOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. CONDUTA CAPAZ DE COMPROMETER ANORMALIDADE E LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES AUSÊNCIA DE PROVA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Para a configuração da captação ilícita de sufrágio, capitulada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, é suficiente a prova de concessão de vantagens ou bens em troca de voto de apenas um eleitor, pois o bem jurídico tutelado nesta norma é a liberdade do eleitor exercer o sufrágio de acordo com a sua consciência. Este ilícito exige, para o seu cometimento, um especial fim de agir, já que o agente que pratica a conduta tem que doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal com o intuito de obter voto.

2. Inexistindo prova cabal do oferecimento de bens ou vantagens em troca de votos, não há como se afirmar a ocorrência da captação ilícita de sufrágio.

3. In casu, não há nenhuma prova atestando que os alimentos entregues na residência do genitor do candidato a vice-prefeito foram distribuídos no intuito de angariar votos, ou seja, não há como se afirmar que foram ofertados alimentos com a finalidade específica de obter os sufrágios das pessoas que ali estavam, Nem

muilo menos existem provas que o candidato a prefeito sequer soubesse do almoço.

4. Já para que o abuso de poder econômico ocorra é indispensável o comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições, pois estes são bens jurídicos que o art. 14, §9º, da Carta Magna visa proteger. Aqui, diferentemente do que ocorre na captação ilícita de sufrágio, há a necessidade de se provar a aptidão ou potencialidade do ato lesionara higidezdo processo eleitoral.

5. No caso em análise, não restou definido se a refeição foi doada apenas aos familiares e amigos próximos ou se foi a um grupo indeterminado de pessoas, razão pela qual não se pode afirmar que o fato descrito na exordial teve a capacidade de comprometer a legitimidade das eleições ou de promover o desequilíbrio na disputa eleitoral.

6. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO Nº 272-96.2012.6.17.0064

ORIGEM: ÁGUAS BELAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade em/CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E DE AUTORIDADE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE FESTIVAL. PROMOÇÃO DA CAMPANHA DOS CANDIDATOS RECORRIDOS. INEXISTÊNCIA DEPROVA. DESPROVIMENTO DORECURSO.

1. Para a configuração do abuso de poder de autoridade, é indispensável o comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições, sendo estes os bens jurídicos que o art. 14, §9º, da Carta Magna visa proteger.

2. A realização de festa cultural, promovida pela prefeitura municipal, não se cinge, por si só, em evento com conotação eleitoral, não obstante a realização ter sido de longa duração e em período de campanha municipal.

3. *In casu*, dos documentos trazidos aos autos somente se extrai que realmente foram realizadas as festas pela Prefeitura municipal, inexistindo prova de que os candidatos recorridos tiveram suas campanhas beneficiadas com a promoção do evento festivo.

4. Não havendo, no caderno processual, elementos suficientes a configurar abuso de poder político e de autoridade, pois não restou demonstrado prejuízo à regularidade e legitimidade do pleito, nem gravidade da conduta, tendente a desequilibrar a eleição em disputa, deve-se negar provimento ao recurso.

Processo Nº 67-26.2012.6.17.0110

ORIGEM: PALMEIRINHA-PE

Relator DES. ELEITORAL Agenor Ferreira Filho

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. ELEIÇÕES 2008. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROCEDÊNCIA NO JUÍZO A QUO. PRELIMINAR. NULIDADE DE SENTENÇA. REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DE COLIGAÇÃO. RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DA AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DA CONDUTA. PROVIMENTO.

1. *Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa. Rejeitada.*

2. *Preliminar de ilegitimidade passiva da Coligação. Preliminar não conhecida, em virtude da constatação, de ofício, da ausência de interesse recursal da referida Coligação.*

3. *No mérito, o acervo probatório não se mostrou idôneo e suficiente para caracterização do abuso de poder.*

4. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 232-19.2012.6.17.0110

ORIGEM: IBIMIRIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM NÃO CONHECER APRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA EM VIRTUDE DA

CONSTATAÇÃO, DE OFÍCIO, DA AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL DA COLIGAÇÃO, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, E, NO MÉRITO, TAMBÉM POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER POLÍTICO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA.

1. A contratação de servidores públicos que efetivamente não exercem seus cargos não é, por si só, suficiente à demonstração do abuso do poder político, uma vez que não cabe à Justiça Eleitoral julgar a eventual prática de ato de improbidade, sem que, ao menos, hajam indícios que tais contratações foram realizada sem troca de votos.

2. Desprovimento da pretensão recursal.

PROCESSO Nº 193-62.2012.6.17.0050

ORIGEM: INGAZEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em
CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROMESSA DE DOAÇÃO DE TERRENOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CONDUTA CAPAZ DE COMPROMETER A NORMALIDADE E LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES. AUSÊNCIA DE PROVA. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Para a configuração da captação ilícita de sufrágio, capitulada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, faz-se indispensável, em razão da gravidade da penalidade aplicada, a existência de prova robusta da concessão de vantagens ou bens em troca de voto, pois o bem jurídico tutelado pela norma é a liberdade do eleitor exercer o sufrágio de acordo com a sua consciência.

2. Inexistem nos autos elementos de prova aptos a demonstrar que os recorrentes teriam efetivamente cooptado a livre manifestação

do eleitorado, por meio da compra de votos, em benefício do candidato a vereador.

3. Já para que o abuso de poder econômico ocorra é indispensável o comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições, pois estes são bens jurídicos que o art. 14, § 9º, da Carta Magna visa proteger. Aqui, diferentemente do que ocorre na captação ilícita de sufrágio, há a necessidade de se provar a aptidão ou potencialidade do ato lesionar a higidez do processo eleitoral.

4. Provas testemunhais frágeis e variantes não confirmadas por outros elementos, afastam a condenação por captação ilícita de sufrágio e abuso do poder econômico.

5. Recurso provido.

PROCESSO Nº 33-37.2012.6.17.0147

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. ABUSO DO PODER POLÍTICO. IMPROCEDÊNCIA NO JUÍZO A QUO. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE RECURSAL. RECONHECIMENTO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE DA CONDUTA.

1. Preliminar de intempestividade rejeitada;

2. Preliminar de ilegitimidade recursal acolhida

3. No mérito, o acervo probatório não se mostrou idôneo e suficiente para caracterização do abuso de poder;

4. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 336-21.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. SHOWMÍCIO. NÃO REALIZAÇÃO. USO. VEÍCULO PARTICULAR. DIVULGAÇÃO. EVENTO PÚBLICO MUNICIPAL. AUSÊNCIA. BENEFICIAMENTO. CANDIDATO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.

- 1. A utilização de veículo particular, com a finalidade de conclamar a população a participar de evento público que, sequer chegou a ocorrer, não se amolda ao disposto no art. 75 da Lei 9.504/97;*
- 2. Inexiste beneficiamento dos envolvidos, bem como a comprovação de quaisquer gastos públicos com os referidos eventos, não deve ser imposta qualquer penalidade;*
- 3. Recurso não provido.*

PROCESSO Nº 210-44.2012.6.17.0068

ORIGEM: SÃO JOSÉ DO EGITO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ABUSO DE PODER DE AUTORIDADE. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.

- 1. Para a decretação de inelegibilidade advinda de abuso de poder, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese. Não é razoável condenação de tal monta advinda de mera presunção.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 192-23.2012.6.17.0068

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO MANOEL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.2 ARRECAÇÃO E GASTOS DE RECURSOS (ART. 30-A, LEI Nº 9.504/97)

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ART. 30-A DA LEI N.º 9.504/97. RECURSO. PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE DE NÃO-CANDIDATO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. REJEITADA. DESPESAS REALIZADAS DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL NÃO DECLARADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. OMISSÃO NA ENTREGA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PARCIAIS. IMPRESCINDIBILIDADE DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. DESRESPEITO AO ART. 22, § 3º, DA LEI DAS ELEIÇÕES. EXISTÊNCIA DE RECURSO OBTIDOS À MARGEM DO SISTEMA LEGAL. DESPESAS DECLARADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO SÃO AS MESMAS DECLARADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CANDIDATO. INEXISTÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS CORRESPONDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE FISCALIZATÓRIO PELA JUSTIÇA ELEITORAL.

- 1. Preliminar de ilegitimidade passiva que se rejeita em razão de aplicação das sanções do art. 30-A da Lei 9.504/97 se aplicar apenas a candidatos;*
- 2. É imprescindível a abertura de conta corrente bancária para trânsito dos recursos de campanha;*
- 3. Comprada a ocorrência de receitas e despesas que foram utilizadas na campanha dos candidatos e que não foram registradas na prestação de contas apresentada perante o juízo de 1º grau levam a cassação do diploma;*
- 4. Configurado o abuso de poder econômico.*
- 5. Necessidade de nova eleição em razão de o candidato vencedor ter obtido mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos. Art. 224, CE;*
- 6. Provimto parcial.*

PROCESSO Nº 1-91.2013.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM REJEITAR

APRELIMINAR DE LEGITIMIDADE PASSIVA DO SR. JOSÉ PORFÍRIO AGUIAR E, POR MAIORIA, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

3.3 CABIMENTO

AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AIJE. NÃO CABIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada do c. TSE, a decisão interlocutória proferida tanto em sede de representação eleitoral quanto em Ação de Investigação Judicial Eleitoral é irrecorrível em face da celeridade impingida nos feitos da Justiça Eleitoral, podendo ser impugnado o seu conteúdo no recurso interposto contra a sentença que julgar a causa.

2. No caso, a decisão de primeiro grau apenas deu impulso ao processo, cujo mérito encontra-se ainda pendente de apreciação.

3. A matéria aduzida poderá ser suscitada por ocasião de eventual interposição de recurso contra a decisão de mérito da AIJE.

4. Agravo regimental desprovido.

PROCESSO Nº 20-93.2004.6.17.0094

ORIGEM: IGARASSU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

3.4 CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS

RECURSO EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PROCEDÊNCIA. CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINAR. CARÊNCIA DA AÇÃO. CANDIDATO NÃO ELEITO. ACOLHIMENTO.

1. O art. 30-A da Lei nº 9.504/97 prevê, como única pena aplicável em caso de condenação, a negação do diploma ou sua cassação,

se já outorgado, não havendo que se cogitar sobre a declaração de inelegibilidade.

2. Em caso de eleição majoritária, não sendo eleito o candidato, inexistente o interesse de agir necessário para demandá-lo mediante representação fundada no artigo em questão.

3. acolhimento da preliminar para anular a decisão que declarou a inelegibilidade do recorrido.

PROCESSO Nº 2-80.2013.6.17.0147

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA e, também à unanimidade, ACOLHER A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, COM EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

3.5 CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PEDIDO ANULAÇÃO DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL PELO JUÍZO DE ORIGEM. DECISÃO TOMOU POR BASE O RITO PREVISTO NO ART. 22 DA LC. 64/90. AUSÊNCIA DE NOMINAÇÃO EXPRESSA DAS TESTEMUNHAS NA INICIAL. PRECLUSÃO. ANÁLISE DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 22 da LC nº 64/90, o rol de testemunhas da parte autora deve ser apresentado obrigatoriamente com a petição inicial, sob pena de preclusão.

2. No presente caso, a parte demandante não apresentou com a petição inicial o rol de testemunhas, tornando-se precluso o direito a essa prova.

3. Para fins de condenação por captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei n.º 9.504/97, a Jurisprudência dos Tribunais Eleitorais exige prova robusta, inequívoca, inconcussa; não se revelando suficientes à sua configuração meros indícios ou presunções.

4. Recurso desprovido, em razão da ausência de provas concretas da ocorrência de captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder.

PROCESSO Nº 337-60.2012.6.17.0042

ORIGEM: BARREIROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada, e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PRELIMINAR. DESPROVIMENTO DA PRELIMINAR. ANÁLISE DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

1. Recurso Eleitoral interposto no prazo legal de 3 (três) dias, previsto no art. 258 do Código Eleitoral. Preliminar de intempestividade rejeitada.

2. Consoante previsão do art. 22, da Lei Complementar 64/90, os candidatos são legitimados para integrar as Ações de Investigação Judicial Eleitoral. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam do candidato a prefeito.

3. Preliminar de falta de interesse recursal rejeitada em razão do prejuízo sofrido pela coligação recorrente que teve o seu pedido indeferido pelo Juízo de 1º Grau.

4. Preliminar de decadência em razão da ausência de citação de litisconsorte necessário acolhida parcialmente, para ser dado prosseguimento à ação em razão da possibilidade de aplicação da pena de multa.

5. Nos termos do art. 22 da LC 94/90, o rol de testemunhas deve ser apresentado obrigatoriamente com a petição inicial, sob pena de preclusão. Preliminar de nulidade de sentença rejeitada.

6. Para fins de condenação por captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei n.º 9.504/97, a Jurisprudência dos Tribunais Eleitorais exige prova robusta, inequívoca, inconcussa; não se revelando suficientes à sua configuração meros indícios ou presunções.

7. Recurso desprovido, em razão da ausência de provas concretas da ocorrência de captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder econômico.

PROCESSO Nº 337-60.2012.6.17.0042

ORIGEM: CARNAÍBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR as preliminares de intempestividade, ilegitimidade passiva ad causam, falta de interesse recursal e de nulidade de sentença, por maioria, em ACOLHER PARCIALMENTE a preliminar de decadência e, no mérito, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PRELIMINAR. ANÁLISE DE AGRAVO RETIDO QUE DEFERIU ASUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHA. POSSIBILIDADE. TRÂMITE DO ART. 22 DA LC 64/90. POSSIBILIDADE DA OITIVA DE TESTEMUNHAS EX OFFICIO. BUSCA DA VERDADE REAL. DESPROVIMENTO DA PRELIMINAR. ANÁLISE DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 130 do CPC, ao juízo destinatário das provas, é facultado mandar produzir as que achar pertinentes ao esclarecimento dos fatos. Ademais, o art. 22, VI e VII da LC n.º 64/90 possibilita a oitiva de testemunhas ex officio e referidas que possam influir na decisão do feito.

2. A oitiva da aludida testemunha nenhum prejuízo trouxe aos recorridos, que puderam contraditá-la em audiência.

3. Preliminar conhecida para desprover o agravo retido.

4. Para fins de condenação por captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei n.º 9.504/97, a Jurisprudência dos Tribunais Eleitorais exige prova robusta, inequívoca, inconcussa; não se revelando suficientes à sua configuração meros indícios ou presunções.

5. Recurso desprovido, em razão da ausência de provas concretas da ocorrência de captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder econômico.

PROCESSO Nº 417-60.2012.6.17.0127

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER a preliminar para DESPROVER o AGRAVO RETIDO e, no mérito, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO ILÍCITO. PROVIMENTO. AÇÕES CAUTELARES PREJUDICADAS.

1. Para a condenação por captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese dos candidatos ausentes no evento esportivo cuja premiação lhes era atribuída;

2. Não resta demonstrado, quanto aos candidatos presentes ao referido evento, que sua participação financeiro intencionou a obtenção de votos dos participantes a título de contraprestação;

3. Recurso provido;

4. Com o julgamento do presente recurso, restam prejudicadas as Ações Cautelares 710-23 e 709-38, em face do objeto nelas tutelados.

PROCESSO Nº 710-23.2012.6.17.0000

ORIGEM: AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, NÃO CONHECER A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA e, no mérito, também à unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, restando PREJUDICADAS AS AÇÕES CAUTELARES.

RECURSO ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO ILÍCITO. PROVIMENTO. AÇÕES CAUTELARES PREJUDICADAS.

1. Para a condenação por captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese dos candidatos ausentes no evento esportivo cuja premiação lhes era atribuída;

2. Não resta demonstrado, quanto aos candidatos presentes ao referido evento, que sua participação financeiro intencionou a obtenção de votos dos participantes a título de contraprestação;

3. Recurso provido;

4. Com o julgamento do presente recurso, restam prejudicadas as Ações Cautelares 710-23 e 709-38, em face do objeto nelas tutelados.

PROCESSO Nº 709-38.2012.6.17.0000

ORIGEM: AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, NÃO CONHECER A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA e, no mérito, também à unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, restando PREJUDICADAS AS AÇÕES CAUTELARES.

RECURSO ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

-Para a condenação por captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimentodo magistrado, o que não ocorreu na hipótese.

-Recurso provido.

PROCESSO Nº 429-07.2012.6.17.0020

ORIGEM: CARPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em não CONHECER a PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA e, no mérito, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CARGO. PREFEITO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. CORRUPÇÃO ELEITORAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. MULTA. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA.

À luz da jurisprudência, para a configuração da captação ilícita de sufrágio é necessária a presença de provas robustas e incontestes de que a benesse tenha sido ofertada em troca de votos.

PROCESSO Nº 141-15.2012.6.17.0067

ORIGEM: CALUMBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto por Edinete Simões de Lima e Silva e Rinaldo Marques dos Santos e NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO interposto pela Coligação "Calumbi Não Pode Parar", nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PROVIMENTO.

-Para a condenação por captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese.

-Recurso provido.

PROCESSO Nº 721-89.2012.6.17.0020

ORIGEM: CARPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar de

nulidade do processo e, no mérito, também por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. PROMESSA DE DOAÇÃO. ELEITORES INDETERMINADOS. PEDIDO EXPRESSO DE VOTOS. INEXISTÊNCIA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. A promessa de campanha realizada pelos recorridos não se enquadra como captação ilícita de sufrágio, a que alude o art. 41-A da Lei nº 9.504/97, visto que esta exige caráter de pessoalidade e concretude, dirigida a eleitor ou grupo de eleitores determinados. No caso em análise as promessas foram dirigidas indistintamente e em nenhum momento houve referência a pedido de voto.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 136-82.2004.6.17.0102

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. DOAÇÃO DE TERRENOS PÚBLICOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ABUSO DE PODER POLÍTICO. AUSÊNCIA DE PROVA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO. AFASTADA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. Para a configuração da captação ilícita de sufrágio, capitulada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, faz-se indispensável, em razão da gravidade da penalidade aplicada, a existência de prova robusta da concessão de vantagens ou bens em troca de voto, pois o bem jurídico tutelado pela norma é a liberdade do eleitor exercer o sufrágio de acordo com a sua consciência.

2. Hipótese em que os elementos constantes nos autos não comprovam a prática de abuso de poder político, tampouco de captação ilícita de sufrágio, nos moldes do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, pelos recorridos.

3. A condenação por litigância de má-fé exige prova inconteste do doio processual da parte, dada a presunção de boa-fé que norteia as relações processuais.

4. No caso, não constam provas contundentes de que a parte autora/recorrente tenha agido de modo temerário, devendo ser afastada a condenação por litigância de má-fé.

5. Recurso provido parcialmente.

PROCESSO Nº 154-81.2012.6.17.0077

ORIGEM: CABROBÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA AFASTAR ACONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ, MANTENDO SE A SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PRELIMINARES. NULIDADE DE SENTENÇA. INEXISTENTE. ILICITUDE DAS PROVAS. GRAVAÇÃO DE IMAGENS EM VIA PÚBLICA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. GRAVAÇÃO CLANDESTINA REALIZADA POR UM DOS INTERLOCUTORES SEM O CONHECIMENTO DO OUTRO. ADMISSIBILIDADE. PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E CRIME ELEITORAL. REJEITADAS. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPROVAÇÃO.

1. Não há se falar em nulidade de sentença quando o juiz profere decisão valendo-se dos elementos já constantes nos autos e expondo as razões de fato e de direito que o motivaram a formar seu convencimento.

2. Inexiste violação ao direito à intimidade quando a captação de imagens é realizada em via pública, onde não há intimidade ou sigilo a ser preservado.

3. A gravação de conversa realizada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, é lícita, porquanto inexistente dispositivo legal que a proíba. Precedentes do STF.

4. Comprovada a captação ilícita de sufrágio, decorrente do abuso de poder econômico (distribuição de cestas básicas), a medida que

se impõe é a cassação do mandato daquele beneficiado pela conduta ilícita e a declaração de inelegibilidade de todos os envolvidos.

5. Para caracterizar captação ilícita de sufrágio, nos termos apresentados nos presentes autos, é prescindível o pedido expresso de votos. Precedentes.

6. Recursos desprovidos.

PROCESSO Nº 106-90.2013.6.17.0120

ORIGEM: VENTUROSA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar as preliminares de INTEMPESTIVIDADE, NULIDADE DA SENTENÇA e de CRIME ELEITORAL e em não se conhecer da preliminar de LITIGANCIA DE MÁ-FÉ. Por maioria, em rejeitar a preliminar de ILICITUDE DAS PROVAS. No mérito, por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS manejados, mantendo-se incólume a sentença vergastada, e, por maioria, deixou-se de determinar a remessa de peças ao Ministério Público.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PROVAS. FRAGILIDADE. INCONSISTÊNCIA. COMPRA DE VOTOS E ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO

1. O pagamento de despesas feitas por simpatizantes e eleitores dos recorrentes não caracteriza captação ilícita de sufrágio vedada pelo art. 41-A da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

2. O ilícito do art. 41-A da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, necessita, para sua configuração, da presença de todas as suas elementares - promessa ou oferecimento de bem ou vantagem a eleitor. Intenção específica de obter-lhe o voto; e participação direta ou indireta do candidato -, o que não se verificou no presente caso.

3. O conjunto probatório dos autos não é suficiente para comprovar a prática de corrupção eleitoral e abuso de poder econômico. Segundo o entendimento pacífico desta Corte, faz-se necessária prova inconcussa para caracterizar a prática dos ilícitos imputados ao recorrido, o que não ocorreu na espécie. Precedentes

4. Recurso provido.

PROCESSO Nº 100-20.2012.6.17.0141

ORIGEM: SÃO VICENTE FERRER-PE (141ª ZE - INAJÁ)

RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECESSO FORENSE. PRAZOS JUDICIAIS. INÍCIO. POSTERGAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". MÉRITO RECURSAL. COINCIDÊNCIA. VICE-PREFEITO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. FORMAÇÃO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA. PARTE VENCIDA. INTERESSE RECURSAL. EXISTÊNCIA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. *Por força de Aviso Geral do TRE/PE, publicado em imprensa oficial, os prazos judiciais iniciados durante o período do recesso forense foram prorrogados para a data do retorno deste Tribunal às suas atividades regulares, reputando-se, assim, tempestivo o inconformismo da suplicante. Afastada, pois, a preliminar de intempestividade.*

2. *Constatado que o exame quanto à legitimidade do prefeito demandado, para ocupar o polo passivo da ação, guarda relação com o próprio objeto da demanda, possível a sua análise quando da apreciação do mérito do apelo, situação ocorrente "in casu". Preliminar prejudicada.*

3. *Não há que se falem nulidade da sentença por ausência de integração à lide do candidato a vice, em chapa majoritária, quando a ação de investigação judicial eleitoral foi julgada improcedente, sequer resultando na condenação do titular em multa pecuniária. Precedentes do TSE. Preliminar rejeitada.*

4. *Estando incontestes nos autos que a recorrente ficou vencida na sentença atacada, é patente o seu interesse em recorrer, não se mostrando suficiente a afastar a satisfação do requisito de admissibilidade recursal em tela a prática de erro formal na digitação da petição de apresentação do apelo. Preliminar desacolhida.*

5. *É assente na jurisprudência pátria que para a configuração da compra de voto, prevista no art. 41-A da Lei nº9.504/97, exige-se a comprovação inconteste do tipo, hipótese não observada nesta espécie.*

6. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 222-65.2012.6.17.0098

ORIGEM: CARNAÍBA-PE (98ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE, JULGAR PREJUDICADA A DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, REJEITARA PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO E REJEITAR A PRELIMINAR DE INTERESSE PROCESSUAL, E, NO MÉRITO, TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECESSO FORENSE. PRAZOS JUDICIAIS. INÍCIO. POSTERGAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”. MÉRITO RECURSAL. COINCIDÊNCIA. VICE-PREFEITO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. FORMAÇÃO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA. PARTE VENCIDA. INTERESSE RECURSAL. EXISTÊNCIA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. *Por força de Aviso Geral do TRE/PE, publicado em imprensa oficial, os prazos judiciais iniciados durante o período de recesso forense foram prorrogados para a data do retorno deste Tribunal às suas atividades regulares, reputando-se, assim, tempestivo o inconformismo da suplicante. Afastada, pois, a preliminar de intempestividade.*

2. *Constatado que o exame quanto à legitimidade do prefeito demandado, para ocupar o polo passivo da ação, guarda relação com o próprio objeto da demanda, possível a sua análise quando da apreciação do mérito do apelo, situação ocorrente “in casu”. Preliminar prejudicada.*

3. *Não há que se falar em nulidade da sentença por ausência de integração à lide do candidato a vice, em chapa majoritária, quando*

a ação de investigação judicial eleitoral foi julgada improcedente, sequer resultando na condenação do titular em multa pecuniária. Precedentes do TSE. Preliminar desacolhida.

4. Estando incontestes nos autos que a recorrente ficou vencida na sentença atacada, é patente o seu interesse em recorrer, não se mostrando suficiente a afastar a satisfação do requisito de admissibilidade recursal em tela a prática de erro formal na digitação da petição de apresentação do apelo. Preliminar desacolhida.

5. É assente na jurisprudência pátria para a configuração da compra de voto prevista no art. 41-A da Lei n. 9.504/97, exige-se a comprovação incontestes do tipo, hipótese não observada nesta espécie.

6. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 220-95.2012.6.17.0061

ORIGEM: CARNAÍBA-PE (98ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE, JULGAR PREJUDICADA A ILEGITIMIDADE PASSIVA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO E REJEITAR A PRELIMINAR DE INTERESSE PROCESSUAL, E, NO MÉRITO, TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PRELIMINARES APRESENTADAS PELO RECORRIDO. NÃO ACOLHIDAS. ALEGAÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E ABUSO DO PODER ECONÔMICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Preliminar: intempestividade. Prazo de 03 (três) a partir da publicação da sentença no Diário Oficial para apresentação do recurso. Interposição dentro do prazo legal. Preliminar rejeitada.

2. Preliminar: Recurso não dirigido ao TRE. O mero erro no endereçamento, aqui, por si só, não invalida o recurso. Preliminar rejeitada.

3. *Preliminar: Ausência de distinção entre a folha de rosto do recurso e as razões recursais. Ausência do pedido de provimento ao recurso. Os erros formais aqui cometidos pelo recorrente não impedem o recebimento do presente recurso, ao passo que presentes os pressupostos processuais necessários a sua apreciação. Preliminar rejeitada.*

4. *Mérito: Para a configuração do ilícito previsto no art. 41-A, da Lei n° 9.504/97, deve ficar comprovado, de forma robusta, que houve o oferecimento de bem ou vantagem pessoal em troca de voto, bem como a participação do candidato, ou sua anuência às práticas ilícitas descritas no referido dispositivo legal.*

5. *Não restando provadas as alegações de captação ilícita e abuso do poder econômico, nega-se provimento ao recurso.*

PROCESSO Nº 336-75.2012.6.17.0042

ORIGEM: BARREIROS (42ª ZONA ELEITORAL – BARREIROS)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO-CONSTATADA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. *Atende aos requisitos previstos no art. 458 do CPC a decisão que expõe de maneira satisfatória as razões que levaram a formar o convencimento do magistrado, situação que se observa nos autos;*

2. *Prefacial rejeitada;*

3. *É assistente na jurisprudência pátria que para a configuração de compra de voto, prevista no art. 41-A da Lei 9.504/97, exige-se a comprovação inconteste do tipo, hipótese não ocorrente nesta espécie;*

4. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 150-24.2012.6.17.0068

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE PROCEDENTE. PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA REJEITADA. CASSAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. INEGIBILIDADE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO. PROVA AUDIOVISUAL. PROVA LÍCITA. CONFIGURAÇÃO DE ATO ABUSIVO PELA GRAVIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE O CARACTERIZAM. CONDUTAS PREVISTAS NO ART. 41-A DA LEI 9.504/97. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

- 1. A prova audiovisual traz elementos para a caracterização da captação ilícita de sufrágio, sendo corroborada com posterior depoimento de Agenor Feitoza, que comprova que a proposta de perfuração do poço artesiano em troca de voto foi feita por Brivaldo Pereira e José Inaudo Gomes do Nascimento, candidatos a cargo de Prefeito e Vice-Prefeito de Bodocó, respectivamente;*
- 2. A prova audiovisual não pode ser entendida como ilícita quando um dos interlocutores tem ciência de que a conversa estava sendo gravada, como é o caso em questão. Preliminar que se rejeita;*
- 3. Identificação das condutas narradas no art. 41-A da Lei 9.504/97;*
- 4. Para a configuração do ato abusivo da captação ilícita de sufrágio deve ser levada em consideração a gravidade das circunstâncias que o caracterizam e não a potencialidade que o fato tem de alterar o resultado das eleições;*
- 5. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO Nº 142-58.2012.6.17.0080

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. APREENSÃO DE CAMISAS NA COR UTILIZADA NA CAMPANHA ELEITORAL. NÃO HOUE DISTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

1. Em razão da gravidade das penalidades impostas pela legislação em vigor, para a configuração da captação ilícita de sufrágio ou abuso do poder econômico e político é imprescindível a existência nos autos de provas robustas, incontestes, da prática da conduta vedada pelo comando normativo.

2. As camisas apreendidas não estavam sendo distribuídas. Na realidade, o material foi apreendido na residência de um cidadão que alega que estava aproveitando o período eleitoral para vender camisas nas cores das campanhas dos candidatos.

3. Ademais, também não há nos autos elementos de prova a demonstrar a existência do liame entre a pessoa que estava na posse das camisas apreendidas e os recorridos.

4. Recurso desprovido, em razão da ausência de provas concretas da ocorrência de captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder.

PROCESSO Nº 238-90.2012.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

3.6 CONDUITA VEDADA

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CARREATA. TRANSPORTE ELEITORES. VEÍCULOS ESCOLAR. CONTRATO DE LOCAÇÃO. NÃO JUNTADO. PROPAGANDA. ADESIVOS. CONDUTAS VEDADAS. ART.73, I, DA LEI 9.504/97.

- A utilização de veículos destinados ao transporte escolar em evento político caracteriza conduta vedada nos atuais termos da legislação eleitoral.

PROCESSO Nº 191-46.2012.6.17.0130

ORIGEM: CAETÉS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. UTILIZAÇÃO DE MÁQUINA AGRÍCOLA EM PROPRIEDADE PARTICULAR. NÃO COMPROVAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL EM CAMPANHA ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. ART. 73, INCISO I, LEI 9.504/97 c/c ARTIGO 50, INCISO I, DA RES. TSE 23.370/2011. APLICAÇÃO DE MULTA. PROVIMENTO LEGAL.

- 1. Constatada nos autos a prática de conduta vedada, consubstanciada no uso de veículo pertencente ao Município, para beneficiar candidato, deve ser aplicada a sanção eleitoral correspondente;*
- 2. Aplicação da multa prevista no parágrafo 4º do art. 50 da Res TSE 23.370/2011;*
- 3. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 124-89.2012.6.17.0095

ORIGEM: CUPÍRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de intempestividade e, no mérito, por maioria, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. UTILIZAÇÃO DE MÁQUINA AGRÍCOLA EM PROPRIEDADE PARTICULAR. NÃO COMPROVAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL EM CAMPANHA ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. ART. 73, INCISO I, LEI 9.504/97 c/c ARTIGO 50, INCISO I, DA RES. TSE 23.370/2011. APLICAÇÃO DE MULTA. PROVIMENTO LEGAL.

- 1. Constatada nos autos a prática de conduta vedada, consubstanciada no uso de veículo pertencente ao Município, para beneficiar candidato, deve ser aplicada a sanção eleitoral correspondente;*
-

2. *Aplicação da multa prevista no parágrafo 4º do art. 50 da Res TSE 23.370/2011;*
3. *Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 124-89.2012.6.17.0095

ORIGEM: CUPÍRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de intempestividade e, no mérito, por maioria, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. ELEIÇÕES 2012. AIJE. GRAVAÇÃO. DIVULGAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. IMAGENS. BENS PÚBLICOS. HOSPITAIS. ESCOLAS. CONDUTA VEDADA. INEXISTÊNCIA. PROPAGANDA REGULAR.

1. *Com o objetivo de assegurar a igualdade de oportunidades entre os candidatos em disputa eleitoral, nos termos do inciso I do art. 73 da Lei 9.504/97, é considerada conduta vedada a utilização ou cessão de bens públicos móveis ou imóveis, em benefício de candidato, partido político ou coligação.*
2. *Na espécie, a divulgação de imagens dos hospitais e escolas públicas em campanha eleitoral, é considerada propaganda regular, afinal a legislação de regência não veda o simples uso das imagens, mas impede a utilização de bens em si.*
3. *É bastante comum ao processo democrático, sobretudo em disputas eleitorais, a utilização de imagens de prédios ou obras públicas, seja para realizar propaganda positiva, ou mesmo para divulgar negativamente a gestão do candidato adversário.*
4. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 338-20.2012.6.17.0000

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PRELIMINAR. CONDUTA VEDADA. ARTIGO 73, INCISO IV E §10º DA LEI 9.504/97. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE TERRENOS PÚBLICOS. MATERIALIZAÇÃO DO ATO DE DOAÇÃO. REALIZAÇÃO DE COMÍCIO. PROMOÇÃO PESSOAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL.

1. Preliminar de não-conhecimento do recurso, suscitada pelos recorridos, rejeitada, uma vez que o fato do recurso apenas reproduzir as alegações da petição inicial é questão que se confunde com a própria análise de mérito.

2. O artigo 73, §10 da Lei 9.504/97 veda a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública no ano eleitoral, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

3. A distribuição de lotes de terrenos em ano eleitoral configura conduta vedada descrita no artigo 73, § 10º da Lei das Eleições, uma vez que não incidiram no caso quaisquer das exceções legais (calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior).

4. A figura típica "distribuir" materializa-se com a publicação da Lei Municipal que permite ao Poder Executivo alienar sem ônus para os posseiros, os lotes de área urbana, sendo desnecessária, para a caracterização do ato de doação, que ocorra o registro no Cartório de Imóveis.

5. Por sua vez, a conduta vedada do art. 73 , IV da Lei 9.504 /97 configura-se mediante o uso promocional, em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

6.A realização de evento para divulgar a sanção da Lei Municipal que previu a doação dos lotes sem ônus paraos posseiros configura promoção pessoal através de ação governamental, incidindo no caso a figura típica descrita no artigo 73, inciso IV da Lei das Eleições.

7. Recurso provido para impor aos Recorridos as penalidades de cassação de registro, pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil) UFIRS e inelegibilidade pelo prazo de 8 (oito)anos.

PROCESSO Nº 14-29.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para aplicar a penalidade de cassação do diploma, pagamento de multa e inelegibilidade de oito anos ao recorrido, nos termos do voto do Des. Fausto de Castro Campos.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVA LÍCITA. FRAGILIDADE. CONDOTA VEDADA. COMPROVAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE. PENA DE MULTA.

- 1. O vídeo gravado clandestinamente com o conhecimento de um dos interlocutores é prova lícita.*
- 2. A finalidade de se obter votos com as benesses oferecidas não é demonstrada nem no vídeo, nem na análise da documentação, que serviu para se assegurar a continuidade de trabalhos de gestão voltados à comunidade.*
- 3. Os empenhos, realizados com propaganda institucional, no ano eleitoral somaram cifra superior àquela gasta no ano imediatamente anterior, infringindo o art. 73, VII, da Lei nº9.504/97.*
- 4. Aplicando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, comina-se apenas pena de multa no patamar mínimo.*

PROCESSO Nº 196-68.2012.6.17.0130

ORIGEM: CALUMBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

Por unanimidade, deu-se provimento parcial ao recurso para reformar a sentença aplicando-se o princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade, na linha dos precedentes da Corte, e cominar pena de multa no seu patamar mínimo, em 5 mil UFIR's, solidariamente aos Recorridos.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CONDOTA VEDADA. REMOÇÃO DE

SERVIDOR PÚBLICO EM PERÍODO VEDADO (ART. 73, V, DA LEI 9.504/97). AUSÊNCIA DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS PREVISTAS NA NORMA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. MULTA ARBITRADA NO VALOR MÍNIMO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. *A teor do art. 73, V da lei 9.504/97 é vedado aos agentes públicos ex officio, remover servidor público na circunscrição do pleito, no período de três meses que antecede até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade, ressalvadas as hipóteses de justa causa expressamente previstas;*
2. *Nos termos do parágrafo 4º do mesmo dispositivo legal, o descumprimento ao preceito normativo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa do valor de cinco a cem mil UFIR;*
3. *Na hipótese, o ato de remoção do servidor vai de encontro ao estabelecido pelo art. 73, V, da lei das eleições, motivo pelo qual deve ser mantida a multa aplicada no patamar mínimo legal;*
4. *Eventuais razões de conveniência e oportunidade da administração não configuram justa causa, sobretudo porque o preceito legal visa assegurar a manutenção do equilíbrio do pleito;*
5. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 145-60.2012.6.17.0129

ORIGEM: IPUBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. DISTRIBUIÇÃO. CESTAS BÁSICAS. SENHAS. SÍMBOLO. PREFEITURA MUNICIPAL. CONDUTA VEDADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ARTIGO 50, §§8º E 9o, RES. TSE 23.370/2011. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *Constatado nos autos a prática de conduta vedada, consubstanciada na distribuição de cestas básicas, deve ser aplicada a sanção eleitoral correspondente.*
2. *Comprovada que a entrega dos alimentos ocorreu por meio de senhas, que continham o símbolo da prefeitura municipal e da secretaria de assistência social, além de induzirem o eleitorado a*

associar a distribuição à gestão executiva, deve-se aplicar a multa mencionada no artigo 50, §§4º e 8o, da Res. TSE 23,370/2011.

3. Recurso não provido.

PROCESSO Nº 60-69.2012.6.17.0066

ORIGEM: AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CONDUTA VEDADA DESCRITA NO ART. 73, I E III DA LEI Nº 9.504/97. UTILIZAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PÚBLICO PARA TRANSPORTES DE ELEITORES A UMA CARREATA. AUSÊNCIA DE PROVA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA AFASTAR AS CONDENAÇÕES IMPOSTAS.

1. Do conjunto probatório dos autos não há como se concluir pela prática das condutas descritas no art. 73, I e III da Lei nº 9.504/97, ou seja, inexistente prova robusta da utilização indevida de bem público móvel e servidor público em benefício da campanha eleitoral dos recorrentes.

2. Meras suposições não podem levar a um juízo condenatório.

3. Recurso a que se dá provimento, para afastar a inelegibilidade e as multas impostas na sentença.

PROCESSO Nº 63-05.2012.6.17.0137

ORIGEM: MOREILÂNDIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER. POLÍTICO. ECONÔMICO. SHOWMÍCIO. ÔNIBUS ESCOLAR. PREFEITURA. APOIO ESTRUTURAL. PATROCÍNIO. PRESENTE.

1. A legislação não veda a presença de candidatos em eventos populares, salvo se promovidos com intuito eleitoral;

2. O desvirtuamento da festa, quando deparado com o simples fornecimento de ônibus para atender ao deslocamento dos munícipes, embora sem nenhuma discriminação, afronta, a um só tempo, tanto a regra inserida no § 7º do art. 39 quanto aquela outra prevista no inciso I do art. 73, ambas da Lei 9.504/97;

3. A potencialidade dos efeitos não é condição de elemento caracterizador do ato abusivo, bastando, tão somente, a gravidade das circunstâncias que o caracterizam;

4. Desprovimento.

PROCESSO Nº 112-04.2012.6.17.0054

ORIGEM: BREJO DA MADRE DE DEUS-PE (54ª ZE)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CONDUTA VEDADA DESCRITA NO ART. 73, I, DA LEI Nº 9.504/97. REUNIÃO EM CONSELHO TUTELAR. UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL EM BENEFÍCIO DE CANDIDATO. AUSÊNCIA DE PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DO CARÁTER ELEITOREIRO DA REUNIÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Do conjunto probatório dos autos não há como se concluir pela prática da conduta descrita no art. 73, I, da Lei nº 9.504/97, ou seja, inexistente prova da utilização indevida de bem público imóvel em benefício da campanha eleitoral do candidato recorrente.

2. Recurso a que se dá provimento, para afastar as multas impostas na sentença.

PROCESSO Nº 215-34.2012.6.17.0014

ORIGEM: MORENO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. *A lei das eleições proíbe o Chefe do Executivo Municipal, postulante à reeleição, explorar ações de distribuição de bens e serviços de caráter social custeados pelo Poder Público, no ensejo de promover sua candidatura, comprometendo a igualdade do pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, IV)*

2. *Hipótese em que se constata que os fatos apontados na exordial revelam mera divulgação de ações do governo desenvolvidas durante a gestão do candidato recorrido, prática aceita pela pacífica orientação jurisprudencial atual e não coibida pela legislação de regência.*

3. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 334-27.2012.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE (18ª ZONA ELEITORAL – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. LITISCONORTE. NECESSÁRIO. AUSÊNCIA CITAÇÃO. AUSÊNCIA PREJUÍZO. USO. IMAGENS. BENS PÚBLICOS. GUIA ELEITORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO. FATOS LÍCITOS.

1. *A utilização, em guia eleitoral gratuito, das imagens de bens, pertencentes ao patrimônio público, não constitui a conduta vedada insculpida no artigo 50, IV, da Res. TSE 23.370/2011. Precedentes.*

2. *Recurso não provido.*

PROCESSO Nº 341-72.2012.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE (60ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. NÃO ACOLHIDA. ALEGAÇÃO DE CONDUTAS VEDADAS. ABUSO DE PODER POLÍTICO E PROPAGANDA IRREGULAR . LEI 9.504/97. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Rejeitada preliminar de intempestividade. Término do prazo para interposição de recurso ocorrido em feriado. Prorrogação para o primeiro dia útil subsequente, conforme disposto no art. 184, §1º , do Código de Processo Civil.

2. A vedação de cessão ou uso real de bens públicos não deve ser confundida com a gravação de imagens de bens públicos.

3. Não há óbice legal na demonstração, no horário eleitoral gratuito, de atos de gestão praticados pelo Prefeito Municipal e candidato à reeleição, informativos de suas realizações à frente do Executivo para o fim de postular a continuidade de sua administração.

4. Não restando configuradas as alegações de condutas vedadas aos agentes público e de abuso de poder político, nega-se provimento ao recurso.

PROCESSO Nº 343-42.2012.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE (60ª ZE)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE e, no mérito, por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CONVENÇÃO. TRANSPORTE ELEITORES. VEÍCULOS PARTICULARES. CONTRATO DE SERVIÇO.

A utilização, em dia de domingo, de veículos utilizados no transporte escolar, sob o contrato de prestação de serviço estabelecido por licitação, não caracteriza conduta vedada nos atuais termos da legislação eleitoral, mormente quando não houve prejuízo à prestação do serviço contratado.

PROCESSO Nº 315-47.2012.6.17.0027

ORIGEM: CAMUTANGA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PRELIMINAR DE OFÍCIO ACERCA DA INTEMPESTIVIDADE DO SEGUNDO RECURSO ACOLHIDA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. MÉRITO. CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO CONFIGURADA. DEMISSÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS ANTES DA POSSE DOS ELEITOS. SEM JUSTA CAUSA. ABUSO DE PODER POLÍTICO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO NO PLEITO. DESPROVIMENTO.

1. A preliminar de intempestividade, in casu, foi levantada de ofício para deixar de conhecer do segundo recurso, vez que este fora protocolado fora do prazo legal de 3 (três) dias.

2. A preliminar de cerceamento de defesa não merece prosperar, pois no procedimento estabelecido no art. 22, da Lei Complementar nº 64/90, não há obrigatoriedade de apresentação de réplica ou de alegações finais. Ainda, a apresentação do rol de testemunhas deve ser feita na exordial ou na defesa, as quais não foram instruídas com o mesmo.

3. O art. 73, inciso V, da Lei nº 9.504/97 prevê como conduta vedada a agente público a demissão de servidores, ainda que temporários, ante a ausência de justa causa nos três meses antecedentes ao pleito até que haja a posse dos eleitos. As demissões foram efetivadas logo após o dia da eleição, o que se entende como conduta vedada ao agente público.

4. O abuso de poder político, no entanto, apesar de a conduta praticada ser caracterizada como grave e ilegal, não restou configurado, isto porque a conduta não causou desequilíbrio no pleito, vez que ocorreu após o dia da eleição.

5. Desprovimento da pretensão recursal, para manter a sentença vergastada em todos os seus termos.

PROCESSO Nº 351-87.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em acolher a preliminar de intempestividade recursal em relação aos recorrentes Manoel Tome Cavalcante Neto e José Genecy Minervino Silva, bem como, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa e, no mérito, também à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AIJE. CONDUTA VEDADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO E PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. MÉRITO. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. PLACAS DE OBRAS PÚBLICAS.

1. Em relação à preliminar de nulidade de sentença por ausência de citação de litisconsorte passivo necessário, rejeito-a. O art. 73 da Lei 9.504/97 não estabelece como obrigatória a inclusão no polo passivo dos servidores públicos responsáveis pela prática do ato, mas tão somente faculta a sua inclusão na demanda, não sendo caso, portanto, de litisconsórcio necessário;

2. No tocante à preliminar de cerceamento do direito de defesa por indeferimento pelo magistrado de primeiro grau de juntada de cópia do processo administrativo, disciplinar, também a rejeito. O magistrado, com base no livre convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes ou protelatórias do regular andamento do processo, não sendo caso de cerceamento do direito de defesa;

3. No mérito, entendo que houve comprovação de extemporaneidade da propaganda institucional, bem identificação, através de símbolos e slogan, da administração de agentes políticos candidatos à reeleição.

4. Aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade para aplicar a penalidade de multa pela ação perpetrada.

5. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 16-96.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

AIJE. CONDUTA VEDADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO E PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. MÉRITO. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. PLACAS DE OBRAS PÚBLICAS.

1. Em relação à preliminar de nulidade de sentença por ausência de citação de litisconsorte passivo necessário, rejeito-a. O art. 73 da Lei 9.504/97 não estabelece como obrigatória a inclusão no polo passivo dos servidores públicos responsáveis pela prática do ato, mas tão somente faculta a sua inclusão na demanda, não sendo caso, portanto, de litisconsórcio necessário;

2. No tocante à preliminar de cerceamento do direito de defesa por indeferimento pelo magistrado de primeiro grau de juntada de cópia do processo administrativo, disciplinar, também a rejeito. O magistrado, com base no livre convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes ou protelatórias do regular andamento do processo, não sendo caso de cerceamento do direito de defesa;

3. No mérito, entendo que houve comprovação de extemporaneidade da propaganda institucional, bem identificação, através de símbolos e slogan, da administração de agentes políticos candidatos à reeleição.

4. Aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade para aplicar a penalidade de multa pela ação perpetrada.

5. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 18-66.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

3.7 CRIME

RECURSO ELEITORAL - ABUSO - USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - IMPUTAÇÃO DE CRIME - IMPROCEDÊNCIA - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE - PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO - DESPROVIMENTO

- 1. À luz dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, para a configuração do abuso, é necessária a presença de provas robustas, contundentes e irrefutáveis.*
- 2. In casu, não restou comprovada qualquer imputação, direta ou indireta, de crime ao Recorrente.*
- 3. A AIJE não serve para apuração e penalização dos crimes de calúnia, injúria e difamação, sendo essas tipificações tratadas em ação penal privada, cabendo ao ofendido mover as competentes ações*
- 4. Desprovemento.*

PROCESSO Nº 162-29.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM-PE (22ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.8 EMBARGOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL, AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria de mérito.*
 - 2. Inexiste a contradição apontada, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios.*
 - 3. Embargos rejeitados.*
-

PROCESSO Nº 4282145-96.2012.6.17.0067
ORIGEM: FLORES-PE (67ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

3.9 EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. ELEIÇÕES 2012. PARCIALIDADE - RECLAMAÇÃO - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - NÃO RECONHECIMENTO.

- 1. Ausência de provas que caracterizem suspeição da Magistrada;*
- 2. Ausência de elementos suficientes para se chegar a conclusão da suspeição levantada.*
- 3. Improcedente.*

PROCESSO Nº 300-60.2012.6.17.0130
ORIGEM: CAPOEIRAS-PE
RELATOR: DES.ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A EXCEÇÃO.

3.10 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

INSCRIÇÃO PARTIDÁRIA. DUPLA FILIAÇÃO. COMUNICAÇÃO DE DESLIGAMENTO AO PARTIDO POLÍTICO. COMPROVAÇÃO AUSÊNCIA.

- 1. Incorre em dupla filiação o eleitor inscrito em legenda partidária que, até o dia imediato à formação de um novo vínculo com partido político diverso, não comunicar seu desligamento à sigla anterior e ao juiz eleitoral do município em que está alistado.*
- 2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu de comprovar a observância do procedimento supracitado.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 15-22.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.11 ILEGITIMIDADE

RECURSOS ELEITORAIS. AIJE. SHOWMÍCIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RÁDIO. PROVIMENTO. RECURSO. SENTENÇA. MANUTENÇÃO. DECISÃO LIMINAR. SUSPENSÃO. EVENTOS. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO. MULTA. PERDA DO OBJETO RECURSAL. EXTINÇÃO.

1. É pacífico o entendimento de se reconhecer a ilegitimidade passiva ad causam das pessoas jurídicas nas AIJEs fundadas no art. 22 da LC 64/90, face à natureza das sanções cominadas. Precedentes do TSE.

2. Provimento do primeiro recurso.

3. Constatado nos autos que a sentença de piso se restringiu a manter os fundamentos da decisão liminar, não aplicando as penas de cassação do registro dos candidatos ou declarando suas inelegibilidades, resta evidenciada a perda superveniente do interesse recursal.

4. Negado seguimento ao segundo recurso.

PROCESSO Nº 131-37.2012.6.17.0045

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO manejado pela RÁDIO BITURY e NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO interposto, em conjunto, por ANDRÉA MOURA BEZERRA DE MENEZES e JOSÉ WILSON MERGULHÃO MACIEL FILHO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – AIJE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA

PARTE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO.

- 1. O partido político que se encontra coligado, durante o período eleitoral, não possui legitimidade para, isoladamente, interpor Ação de Investigação Judicial Eleitoral (art. 22 da Lei Complementar 64/90 c/c art. 6º da Lei 9.504/97);*
- 2. Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando há ausência de condição da ação, neste caso, ilegitimidade ativa da parte, nos termos do art; 267, inciso IV do CPC.*

PROCESSO Nº 82-34.2012.6.17.0137

ORIGEM: RIACHO DAS ALMAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXITINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO diante do acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa.

3.12 LEGITIMIDADE**ELEIÇÕES 2012. AIJE. ELEIÇÕES ENCERRADAS. PARTIDO POLÍTICO INTEGRANTE DE COLIGAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. EXISTÊNCIA.**

- 1. Ultrapassando o certame eleitoral, é concorrente a legitimidade ativa da coligação e partidos que a compõe, para fins de proposição de ações previstas na legislação eleitoral, hipótese ocorrente nos autos (Precedentes do TSE);*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 243-95.2012.6.17.0080

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. PARTIDO POLÍTICO QUE SE COLIGOU PARA O PLEITO. LEGITIMIDADE ATIVA. EXISTÊNCIA. PROVIMENTO.

- 1. Possui legitimidade ativa, isoladamente, para a propositura de ação de investigação judicial eleitoral, o partido político que se coligou para o pleito, se já finalizado o período eleitoral, com o advento das eleições;*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 244-80.2012.6.17.0080

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.13 LITISCONSORTE NECESSÁRIO

ELEIÇÕES 2012. AIJE. PROPOSTA APENAS CONTRA O TITULAR DA CHAPA MAJORITÁRIA. VICE-PREFEITO LITISCONSORTE NECESSÁRIO. ESGOTADO PRAZO LEGAL PARA AJUIZAMENTO DE AIJE. INVIÁVEL A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL. SENTENÇA. EXTINÇÃO PROCESSO. DECADÊNCIA. RECURSO ELEITORAL. IMPOSSIBILIDADE DA SANÇÃO DE INEGIBILIDADE OU CASSAÇÃO DO DIPLOMA. VICE-PREFEITO QUE NÃO INTEGROU A LIDE SÉRIA ATINGIDO. PREVISÃO LEGAL DE MULTA. PENALIDADE DE CARÁTER PESSOAL. PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA TÃO SOMENTE EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA. DESPROVIMENTO.

- 1. Considerando que a demanda fora proposta exclusivamente contra o Prefeito e que não houve formação do litisconsórcio necessário dentro do prazo para interposição de AIJE, é pacífica a impossibilidade de aplicação das sanções de cassação do registro de diploma;*
- 2. Em razão da previsão legal de aplicação de multa, penalidade de caráter eminentemente pessoal, a AIJE proposta apenas contra o candidato a Prefeito deve prosseguir, para apurar a existência de irregularidade que enseja a cominação de multa eleitoral;*

3. *Na espécie, em atenção ao princípio da economia processual, deve-se reconhecer a desnecessidade do retorno dos autos ao Juízo de origem, afinal uma vez aprovadas as contas de campanha não há que se falar em abuso de poder econômico;*
4. *Registre-se, portanto, que no presente caso a aplicação de multa é absolutamente improvável, tornando-se desnecessária a movimentação da máquina processual para que o Juízo de 1º grau se manifeste sobre o mérito da sentença;*
5. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 8-24.2013.6.17.0071

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MARAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER a PRELIMINAR e, no mérito, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a sentença na sua íntegra.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. LITISCONORTE. NECESSÁRIO. AUSÊNCIA CITAÇÃO. DECADÊNCIA.

1. *Quando da ação interposta contra o candidato a prefeito, houver a possibilidade de perda do registro de candidatura ou do diploma, faz-se indispensável a citação do candidato a vice que é litisconsorte passivo necessário.*
2. *Não há como se separar a responsabilidade da conduta quanto ao candidato majoritário e seu vice, pois a eventual benesse trazida, favoreceria ambos.*
3. *Não havendo mais tempo de se emendar a inicial, extingue-se o feito com resolução do mérito, declarando-se a decadência (CPC, art. 269, IV).*

PROCESSO Nº 146-77.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER a preliminar suscitada, extinguindo o presente processo com resolução do mérito.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. CASSAÇÃO DO REGISTRO DE CANDIDATURA. APLICAÇÃO DE MULTA E DECRETAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. PRELIMINAR DE NULIDADE DE TODOS OS ATOS DO PROCESSO EM FACE DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA DO VICE-PREFEITO, LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO, PARA APRESENTAR DEFESA. PRELIMINAR ACATADA. DECRETAÇÃO DA NULIDADE ARGUIDA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO DE 1º GRAU PARA O RETORNO DO CURSO VÁLIDO DO PROCESSO APÓS CITADO DEVIDAMENTE O VICE-PREFEITO.

PROCESSO Nº 152-68.2012.6.17.0147

ORIGEM: LAGOA DO OURO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER a preliminar suscitada, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. LITISCONSORTE. NECESSÁRIO. AUSÊNCIA CITAÇÃO. DECADÊNCIA.

1. Quando da ação interposta contra o candidato a prefeito, houver a possibilidade de perda do registro de candidatura ou do diploma, faz-se indispensável a citação do candidato a vice que é litisconsorte passivo necessário.

2. Não havendo mais tempo de se emendar a inicial, extingue-se o feito com resolução do mérito, declarando-se a decadência (CPC, art. 269, IV).

Processo Nº 377-84.2012.6.17.0125

ORIGEM: ITAQUITINGA-PE (125ª ZONA ELEITORAL)

Relator DES. ELEITORAL Frederico Carvalho

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER APRELIMINAR DE DECADÊNCIA, extinguindo-se o processo com solução de mérito.

RECURSO ELEITORAL. AIJE IMPROCEDENTE. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INELEGIBILIDADE. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE

INDICAÇÃO DE LITISCONORTE PASSIVO NECESSÁRIO. DECADÊNCIA.

- 1. A jurisprudência deste Regional e dos demais Tribunais Eleitorais está consolidada no sentido de que, em ações que possam ter como em chapas únicas, como as de cargo de Prefeito e vice-Prefeito, vez que este poderia vir a ser prejudicado com procedência da ação;*
- 2. Operou-se decadência.*

PROCESSO Nº 223-50.2012.6.17.0098

ORIGEM: CARNAÍBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR AS PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL e, também por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO LITISCONORTE PASSIVO.

3.14 MATÉRIA PROCESSUAL**RECURSO ELEITORAL. AIJE. INDEFERIMENTO DA INICIAL. INDÍCIOS DA MATERIALIDADE. AUSÊNCIA.**

- 1. A inicial não necessita vir com provas robustas, mas com meros indícios da conduta narrada.*
- 2. A AIJE tem procedimento que permite instruir o feito, devendo o juiz presidi-lo com as provas requeridas.*

PROCESSO Nº 213-72.2012.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE (76ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA COM O CONSEQUENTE PROSEGUIMENTO DA AIJE.

RECURSO ELEITORAL, AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE

INDÍCIO DE PROVA NA EXORDIAL. ROL DE TESTEMUNHAS. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 22 DA LC 64/90. PROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A petição inicial, narra, ainda que concisamente, os fatos que considera ilícitos eleitorais.*
- 2. A ausência de prova na exordial não é motivo suficiente a ensejar a extinção do feito, já que é possível, como preceituado no art. 22 da LC 64/90, a produção de provas na instrução da ação de investigação judicial eleitoral, mostrando-se ainda mais necessária esta colhida, quando é elencado um rol de testemunhas que poderão servir como fundamento das alegações do autor da causa.*
- 3. Recurso a que se dá provimento, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para o seu regular processamento e julgamento.*

PROCESSO Nº 403-08.2012.6.17.0085

ORIGEM: ARAÇOIABA-PE (89ª ZONA ELEITORAL - IGARASSU)

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

ELEIÇÕES 2012. MANDADO DE SEGURANÇA. AIJE. AUDIÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHAS. DEFERIMENTO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIDA. MÉRITO. PELA DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

- 1. Preliminar: Configura-se a ilegitimidade passiva ad causam nos autos do Mandado de Segurança, quando impetrado contra ato de quem a lei não reconhece como autoridade pública. Preliminar acolhida para excluir os litisconsortes passivos da demanda;*
 - 2. Mérito: A determinação do Juízo para a substituição de testemunhas das partes é permitida pelo ordenamento jurídico (art. 130 do CPC) na fase de diligências, mormente quando necessária à obtenção de elementos para a formação do convencimento do órgão julgante.*
 - 3. Inexistência de direito líquido e certo a ser protegido por meio de ação de mandado de segurança, o que autoriza o seu indeferimento.*
 - 4. Voto pela denegação da segurança.*
-

PROCESSO Nº 621-97.2012.6.17.0000

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, ACOLHER APRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM, com a conseqüente exclusão da COLIGAÇÃO FRENTE O POVO MUDANDO CAMARAGIBE COM JUSTIÇA e de DEMOSTENES ESILVA MEIRA, e, no mérito, à unanimidade de votos, em DENEGAR ASEGURANÇA.

3.15 PRAZO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. NÃO ACOLHIDA. ALEGAÇÃO DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Preliminar de intempestividade. Prazo final para a interposição da ação: 15 (quinze) dias contados da diplomação. Previsão no caput do art. 30-A da Lei n.º 9.504/97. Preliminar rejeitada.

2. Mérito: Para a caracterização da arrecadação e gasto ilícito de recursos prevista no art. 30-A da Lei n.º 9.504/97 faz-se necessária a produção de provas contundentes e robustas, com a demonstração da origem ilícita de recursos, em razão da gravidade da sanção correspondente. Conduta típica não comprovada. Precedentes do TSE.

3. Pelo desprovimento do recurso.

PROCESSO Nº 1-95.2012.6.17.0147

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar de intempestividade do recurso e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AIJE. SENTENÇA ACOLHEU PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. EXTINÇÃO PROCESSO SEM JULGAMENTO MÉRITO. RECURSO ELEITORAL. ABUSO DE PODER ECONÔMICO, COM BASE NO ART. 30-A DA LEI 9.504/97. AÇÃO PROPOSTA TEMPESTIVAMENTE. PRAZO 15 DIAS APÓS DIPLOMAÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

1. Nos termos do art. 30-A da Lei 9.504/97, é de 15 dias após a diplomação dos eleitos, o prazo para interpor Ação de Investigação Judicial, que tenha por objeto a apuração de condutas em desacordo com as normas relativas à arrecadação de recursos e gastos de campanha.

2. No presente caso, deve-se reconhecer a tempestividade da ação, posto que a AIJE foi indubitavelmente ajuizada no prazo legal.

3. A sentença de extinção do processo pela decadência deve ser anulada, retomando-se os autos ao Juízo de origem para regular processamento e julgamento da presente AIJE.

4. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 12-46.2012.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em
ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA PARADAR PROVIMENTO AO RECURSO.

3.16 PROPAGANDA

RECURSO ELEITORAL. AIJE. PROPAGANDA. MATÉRIA JORNALÍSTICA. PERIÓDICO.

1. Meras irregularidades quanto à forma da propaganda eleitoral em imprensa escrita não conduzem inexoravelmente ao uso indevido do meio de comunicação.

2. A parte investigante não se desincumbiu de provar suas alegações quanto à autoria e a gravidade da conduta (art. 333, I, CPC).

PROCESSO Nº 264-69.2012.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Des. Relator.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. DISCURSO. ATO PÚBLICO. PEDIDO DE VOTOS. ENALTECIMENTO. CANDIDATOS. CARACTERIZAÇÃO. MULTA. APLICAÇÃO. MÍNIMO LEGAL. REINCIDÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. *Evidente o enaltecimento exacerbado de qualidades de possíveis candidatos, fazendo, inclusive, referência ao cargo pretendido, bem como pleiteando, expressamente, votos, o que caracteriza propaganda eleitoral extemporânea.*

2. *Não comprovado nos autos a reincidência da conduta ilícita, deve aplicar a penalidade de multa constante do § 3º, art. 36, da Lei 9.504/97, em seu patamar mínimo.*

3. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 21-76.2012.6.17.0097

ORIGEM: RIACHO DAS ALMAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Suspeito o Des. Roberto de Freitas Moraes.

3.17 PROVA

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS. FRAGILIDADE.

As provas documentais e testemunhais analisadas conjuntamente não se revelaram contundentes a demonstrar a prática do abuso de poder ou da captação ilícita de votos, razão pela qual o não provimento recursal, mantendo a improcedência da AIJE, é medida que se impõe, nos termos dos precedentes desta Corte e do TSE.

PROCESSO Nº 685-17.2012.6.17.0127
ORIGEM: CAMARAGIBE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DESPROVIMENTO.

- 1. Para fins de condenação por captação ilícita de sufrágio ou abuso de poder econômico, previstos respectivamente nos arts. 41-A e 73 da Lei 9.504/97, é imprescindível prova robusta, inequívoca e inconcusa; não se revelando suficientes à sua configuração meros indícios ou presunções*
- 2. Recurso desprovido, em razão da ausência de provas.*

PROCESSO Nº 686-02.2012.6.17.0127
ORIGEM:CAMARAGIBE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AORECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS INCONCUSSAS. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

- Para a condenação por captação ilícita de sufrágio, faz-se necessário que parem nos autos provas capazes de formar, de modo inabalável, o convencimento do magistrado, o que não ocorreu na hipótese.*
- Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 152-68.2012.6.17.0147
ORIGEM: AFRÂNIO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER a preliminar suscitada, para excluir da lide a Coligação Afrânio Vai Voltar a Ser Feliz, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação a essa Recorrida e, no mérito, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

- 1. É pacífico na jurisprudência pátria que, para a configuração de abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio, os requisitos previstos na legislação de regência devem ser comprovados a partir de elementos probatórios incontestes e robustos.*
- 2. Inexistindo nos autos provas inequívocas acerca das condutas ilícitas, impõe-se a improcedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral.*
- 3. Improvimento do recurso.*

PROCESSO Nº 51-39.2013.6.17.0142

ORIGEM: PRIMAVERA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER POLÍTICO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA.

- 1. A condenação por captação ilícita de sufrágio necessita de provas contundentes, robustas para a sua verificação;*
- 2. Desprovimento da pretensão recursal.*

PROCESSO Nº 108-60.2012.6.17.0120

ORIGEM: VENTUROSA-PE (120ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL AIJE. AUSÊNCIA DE PROVAS

- Para condenação em AIJE por abuso de poder econômico, necessária a fundamentação em provas robustas. A dúvida deve favorecer o investigado -IN DÚBIO PROREO.

PROCESSO Nº 109-11.2012.6.17.0099

ORIGEM: ITAPETIM-PE (99ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS do particular e da coligação denunciada e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO da coligação denunciante.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA E INCONTESTE DA PRÁTICA DO ILÍCITO.

- 1. Não padece de nulidade a sentença que, embora sintética, manifestou-se sobre as questões fundamentais da causa*
- 2. A condenação por captação ilícita de sufrágio necessita de provas contundentes, robustas para sua verificação.*
- 3. Provas testemunhais variantes, não confirmadas pelos demais elementos de convicção, enseja a improcedência do pedido.*

PROCESSO Nº 111-94.2012.6.17.0126

ORIGEM: CAMURU-PE (126ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR FALTA DE

FUNDAMENTAÇÃO . MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA E INCONTESTE DA PRÁTICA DO ILÍCITO.

- 1. Não padece de nulidade a sentença que, embora sintética, manifestou-se sobre as questões fundamentais da causa.*
- 2. A condenação por captação ilícita de sufrágio necessita de provas contundentes, robustas para sua verificação.*
- 3. Provas testemunhais frágeis e variantes não ensejam condenação.*

PROCESSO Nº 153-76.2012.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE (116ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, E, NO MÉRITO, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL. PROVAS. FRAGILIDADE. INCONSISTÊNCIA. COMPRA DE VOTOS E ABUSO DE PODER ECONÔMICO NÃO COMPROVADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A compra de votos e caracterização de outros abusos, em investigação judicial eleitoral, devem restar plenamente comprovados, sob pena de ser julgada improcedente.*
- 2. In casu, as mídias acostadas aos autos não comprovam que os exames foram pagos com o intuito de obter votos, razão pela qual não há como se afirmar que foi praticado o ilícito previsto no artigo 41-A da Lei 9504/97*
- 3. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO Nº 340-58.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE (60ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. IMPROCEDÊNCIA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHAS. PRINCÍPIO DA VERDADE REAL. INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO ÀS PARTES. INEXISTÊNCIA DE PROVA INCONCUSSA E ROBUSTA PARA ENSEJAR CONDENAÇÃO. ACERVO PROBATÓRIO INCOERENTE E CONTRADITÓRIO. NÃO CARACTERIZADA CONDUTA QUE TIPIFIQUE O ART. 41-A DA LEI N.º 9.504/97. RECURSO DESPROVIDO.

PROCESSO Nº 420-15.2012.6.17.0127

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2008. RECURSO ELEITORAL. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS ROBUSTAS. DESPROVIMENTO.

- 1. Considerando que as provas dos autos são robustas e inequívocas, a condenação por captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A da Lei n.º 9.504/97, deve ser mantida por este Egrégio.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 3074204-35.2009.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

4 CONFLITO DE COMPETÊNCIA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DOAÇÃO DE RECURSOS ACAMPAHA ELEITORAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DOMICÍLIO CIVIL DO DOADOR. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. RECONHECIMENTO "EX OFFICIO". POSSIBILIDADE.

1. *"A competência para processar e julgar a representação por doação de recursos acima do limite legal é do juízo ao qual se vincula o doador, haja vista que a procedência ou improcedência do pedido não alcança o donatário." (Precedente do TSE)*
2. *Hipótese em que, dos elementos trazidos nos autos, e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, reconhece-se a possibilidade de ser declarada "ex officio" a incompetência do Juízo Eleitoral Suscitado.*
3. *Conflito de competência resolvido para declarar a competência do Juízo da 145ª ZE/PE.*

PROCESSO Nº 265-68.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE O CONFLITO DE COMPETÊNCIA e DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 145ª ZONA ELEITORAL, nos termos do voto do Relator.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. CRIME ELEITORAL. LEI N.º 9.504/97, ART. 39, §5º, III. BOCA DE URNA. ELEIÇÕES 2012. JUÍZO ELEITORAL DO LOCAL DO CRIME . JUÍZO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS ELEITORAIS.

1. *A competência para a matéria criminal não foi tratada pelo Código Eleitoral, razão pela qual devemos aplicar o princípio da subsidiariedade e usar as disposições do Código de Processo Penal.*
2. *É competente para análise e julgamento do feito o juízo em cuja área de abrangência da respectiva Zona Eleitoral foi praticado o crime.*
3. *Conflito conhecido, declarando-se competente o suscitado.*

PROCESSO Nº 234-48.2013.6.17.0000
ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA e DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 118ª ZONA ELEITORAL.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. CRIME ELEITORAL. LEI N.º 9.504/97, ART. 39, §5º, III. BOCA DE URNA. ELEIÇÕES 2012. JUÍZO ELEITORAL DO LOCAL DO CRIME . JUÍZO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS ELEITORAIS.

- 1. A competência para a matéria criminal não foi tratada pelo Código Eleitoral, razão pela qual devemos aplicar o princípio da subsidiariedade e usar as disposições do Código de Processo Penal.*
- 2. É competente para análise e julgamento do feito o juízo em cuja área de abrangência da respectiva Zona Eleitoral foi praticado o crime.*
- 3. Conflito conhecido, declarando-se competente o suscitado.*

PROCESSO Nº 236-18.2013.6.17.0000
ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA e DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 118ª ZONA ELEITORAL.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. CRIME ELEITORAL. LEI N.º 9.504/97, ART. 39, §5º, III. BOCA DE URNA. ELEIÇÕES 2012. JUÍZO ELEITORAL DO LOCAL DO CRIME . JUÍZO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS ELEITORAIS.

- 1. A competência para a matéria criminal não foi tratada pelo Código Eleitoral, razão pela qual devemos aplicar o princípio da*
-

subsidiariedade e usar as disposições do Código de Processo Penal.

2. É competente para análise e julgamento do feito o juízo em cuja área de abrangência da respectiva Zona Eleitoral foi praticado o crime.

3. Conflito conhecido, declarando-se competente o suscitado.

PROCESSO Nº 233-63.2013.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA e DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 118ª ZONA ELEITORAL.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. CRIME ELEITORAL. LEI N.º 9.504/97, ART. 39, §5º, III. BOCA DE URNA. ELEIÇÕES 2012. JUÍZO ELEITORAL DO LOCAL DO CRIME . JUÍZO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELAS INVESTIGAÇÕES JUDICIAIS ELEITORAIS.

1. A competência para a matéria criminal não foi tratada pelo Código Eleitoral, razão pela qual devemos aplicar o princípio da subsidiariedade e usar as disposições do Código de Processo Penal.

2. É competente para análise e julgamento do feito o juízo em cuja área de abrangência da respectiva Zona Eleitoral foi praticado o crime.

3. Conflito conhecido, declarando-se competente o suscitado.

PROCESSO Nº 235-33.2013.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA e DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 118ª ZONA ELEITORAL.

QUERELA NULITATIS. COMPETÊNCIA. JUÍZO PRIMEIRO GRAU. PRECEDENTES DO TSE. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS.

Compete ao juízo do 19ª Zona Eleitoral o julgamento da querela nulitatis proposta, devendo os autos retornar ao Juízo a quo para regular processamento.

PROCESSO Nº 235-33.2013.6.17.0000

ORIGEM: ESCADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DECLINAR A COMPETÊNCIA AO JUÍZO DE 1º GRAU.

5 CONSULTA**CONSULTA. MATÉRIA NÃO-ELEITORAL. INCABÍVEL. NÃO-CONHECIMENTO.**

1. *O Tribunal Regional Eleitoral é competente para responder a consulta sobre matéria eleitoral formulada, em tese, por autoridade pública ou partido político (Art. 30, do CE c/c o art. 144 do Regimento Interno deste TRE-PE);*
2. *Consulta que não se conhece por não se tratar de matéria eleitoral.*

PROCESSO Nº 232-78.201236.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR F. DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER A CONSULTA.

CONSULTA. PARTIDO POLÍTICO. QUESTÃO INTERNA CORPORIS. MATÉRIA NÃO ELEITORAL.

-Questões sobre procedimentos administrativos e de gerenciamento de agremiação partidária não são passíveis de análise por Tribunal Eleitoral, em sede de Consulta, em face da natureza da matéria, considerada não eleitoral.

PROCESSO Nº 156-54.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER A CONSULTA.

6 DOAÇÃO ACIMA DO LIMITE

6.1 PESSOA FÍSICA

RECURSO ELEITORAL. DOAÇÃO DE RECURSOS ACIMA DO LIMITE LEGAL. PESSOA FÍSICA. APLICAÇÃO DE MULTA. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO.

- A não apresentação de alegações finais somente é prescindível quando não ocasione prejuízo a defesa. Preliminar de cerceamento de defesa que se acolhe.

PROCESSO Nº 38-34.2013.6.17.0144

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER APRELIMINAR SUSCITADA para anular a decisão de 1º grau nos termos do voto do Des. Relator.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. DOAÇÃO. CAMPANHA. EXCESSO NÃO CONFIGURADO. ART. 23, §7º, DA LEI 9504/97.

- 1. Utilização de bem móvel de propriedade do doador;*
- 2. Valor estimado não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), apurados conforme o valor de mercado;*
- 3. Regularidade da doação.*

PROCESSO Nº 16-86.2013.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

6.2 PESSOA JURÍDICA

ELEIÇÕES 2010. RECURSO ELEITORAL. DOAÇÃO DE CAMPANHA ACIMA DO LIMITE LEGAL PESSOA JURÍDICA. MULTA PECUNIÁRIA CUMULADA COM PROIBIÇÃO DE LICITAR E CELEBRAR CONTRATOS COM PODER PÚBLICO. DESPROPORCIONALIDADE.

1. A legislação eleitoral permite que a pessoa jurídica possa doar até dois por cento de seu faturamento bruto no ano anterior às eleições, sob pena de, ultrapassado o limite, pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso, além de se sujeitar à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, tudo nos termos do art. 81, §51º a 3o, da Lei nº 9.504/97.

2. Hipótese em que tal parâmetro foi desrespeitado, autorizando a condenação em multa no patamar mínimo, o que já constitui valor significativo, não devendo ser cumulada com outra pena.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 385-82.2012.6.17.0000

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

6.3 QUEBRA DE SIGILO

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. DOAÇÃO ACIMA DO LIMITE LEGAL. QUEBRA DE SIGILO FISCAL SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. ILICITUDE DA PROVA. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. É ilícita a prova colhida por meio da quebra de sigilo fiscal sem prévia autorização judicial;

2. Recurso provido.

PROCESSO Nº 315-65.2011.6.17.000

ORIGEM: SERTÂNIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO á pretensão recursal, para julgar improcedente a representação, afastando, conseqüentemente, a penalidade aplicada.

RECURSO ELEITORAL. DOAÇÃO DE RECURSOS ELEITORAIS ACIMA DO LIMITE LEGAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 81, §§ 1o A 3o DA LEI 9.504/97. QUEBRA DE SIGILO FISCAL SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. PROVA ILÍCITA. PRECEDENTES DO TSE. NULIDADE. PROVIMENTO.

O Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento recente de que, nos processos de doação de campanha eleitoral acima do limite legal, a prova colhida por meio de quebra de sigilo fiscal, sem prévia autorização judicial é ilícita.

PROCESSO Nº 373-68.2011.6.17.0000

ORIGEM: GARANHUNS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

7 MANDADO DE SEGURANÇA**ELEIÇÕES 2012. MANDADO DE SEGURANÇA. RENOVAÇÃO DO PLEITO (CE, ART. 224) ASSUNÇÃO INTERINA DO CARGO DE PREFEITO. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES. LEGITIMAÇÃO.**

- 1. Hipótese em que o TRE/PE, em sede de agravo regimental interposto "in casu", decidiu que, anuladas as eleições majoritárias pelo TSE, nos termos do art. 224 do Código Eleitoral, o Presidente do Legislativo Municipal é o único legitimado a assumir a chefia do Executivo Municipal interinamente, até a realização do novo pleito, em alinhamento com os precedentes daquela Corte Superior.*
- 2. Ordem Denegada.*

PROCESSO NÚMERO 321-04.2013.6.17.0000

ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE

RELATOR DESEMBARGADOR ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE MAGISTRADO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM AJE. OITIVA DE TESTEMUNHAS. INTIMAÇÃO PESSOAL PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA BUSCA DA VERDADE REAL.

- 1. O número máximo de testemunhas nas ações de investigação judiciais eleitorais são de 6 (seis) para cada parte e não para cada pólo.*
- 2. Não obstante os termos do artigo 22, inciso V da LC n.º 64/90 estabelecer que as testemunhas comparecerão independentemente de intimação, é possível que a Justiça Eleitoral intime as testemunhas, quando solicitada por qualquer das partes, haja vista que o princípio da busca da verdade real possui supremacia em relação ao princípio da celeridade processual, razão de ser da parte final do artigo 22, inciso V da LC n.º 64/90.*
- 3. Ordem denegada.*

PROCESSO NÚMERO 242-25.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DENEGAR ASEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.

MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PROCEDÊNCIA. RECURSO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR. DEFERIDO. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Verificado a presença de dois pressupostos - dano irreparável e o sinal do bom direito, 'deve-se conceder a segurança para atribuir efeito suspensivo ao recurso, mesmo que a condenação tenha sido com fulcro no 41-A da Lei n.º 9.504/97.

2. Concessão da Segurança.

PROCESSO NÚMERO 708-53.2012.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONCEDER ASEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO EFISCAL.

1. A garantia constitucional da intimidade não possui caráter absoluto, de forma que, excepcionalmente, é permitida a quebra de sigilo bancário e fiscal, desde que pautada em indícios de ilicitude que alicercem razoavelmente as suspeitas em relação ao cidadão.

2. Decisão que defere pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal não pode se apoiar em meras ilações sobre a existência de ilicitude.

3. Possibilidade de obtenção da informação por outros meios.

4. Segurança concedida.

PROCESSO NÚMERO 317-64.2013.6.17.0000

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONCEDER A SEGURANÇA para tornar sem efeito a decisão de primeiro grau que deferiu a quebra do sigilo do impetrante nos termos do votado Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. MANDADO DE SEGURANÇA. DIPLOMAÇÃO DE VEREADORES. QUANTITATIVO DE CANDIDATOS ELEITOS. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. VAGAS NA CÂMARA LEGISLATIVA. COMPOSIÇÃO ESTABELECIDADA EM LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. OBEDIÊNCIA PELO JUÍZO ELEITORAL. CONSTATAÇÃO.

- 1. Nos termos do art. 29 da CF/88, compete ao município fixar, mediante lei orgânica, a composição da sua Casa Legislativa, respeitados os preceitos estabelecidos naquele diploma legal e a respectiva Constituição Estadual.*
- 2. Hipótese em que a autoridade apontada coatora, tomando por base as onze cadeiras que compõe o Órgão Legislativo do Município de Bezerros/PE, nos termos da sua lei orgânica, e segundo ordem de classificação no certame, conferiu aos edis eleitos diploma de vereança e, aos impetrantes, o de suplente desse cargo, conforme legislação eleitoral de regência, não havendo se falar em ilegalidade no ato atacado no “mandamus”;*
- 3. Ordem denegada.*

PROCESSO NÚMERO 101-06.2013.6.17.0000

ORIGEM: BEZERROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DRAP INDEFERIDO. DUPLICIDADE DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA. CERTIDÃO DE REGULAR FILIAÇÃO À APENAS UM PARTIDO EXPEDIDA PELA JUSTIÇA ELEITORAL. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS.

- 1. Há certidão da Justiça Eleitoral nos autos provando que os membros da comissão provisória estão devidamente filiados a apenas um partido político.*
- 2. O fato do indivíduo figurar como membro de comissão provisória do partido não faz presumir que ele seja filiado ao mesmo.*

3. Embargos acolhidos, emprestando efeitos infringentes, para declarar válido o DRAP do PR e do PSD.

PROCESSO NÚMERO 172-55.2012.6.17.0028

ORIGEM: RIBEIRÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por maioria, em ACOLHER OS EMBARGOS. LAVRARÁ OS EMBARGOS O DES. JOSÉ FERNANDES LEMOS. PUBLICADO EM SESSÃO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. DESCUMPRIMENTO. PERCENTUAL POR SEXO. IMPUGNAÇÃO. FORA DO PRAZO. IMPROCEDÊNCIA.

- A regra do art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 deve ser observada no momento do lançamento do DRAP, sendo irrelevante o desfecho dos pedidos individuais de Registro de Candidatura, mesmo porque o DRAP deve ser julgado antes destes.

- Constatado nos autos a intempestividade da inicial, a qual detinha a finalidade de impugnar a violação do disposto no artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97, clarividente o desprovimento do presente recurso eleitoral.

PROCESSO NÚMERO 211-20.2012.6.17.0071

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. DRAP. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2012.

- Não há elementos nos autos, nem há informações no Tribunal Regional Eleitoral acerca do aperfeiçoamento da fusão de dois partidos, para criação de um novo, sendo válidas as agremiações partidárias registras no TSE.

PROCESSO NÚMERO 40-96.2012.6.17.0081

ORIGEM: SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. PUBLICADO EM SESSÃO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. CONTAS NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. AGRAVO. DESPROVIDO.

- 1. Em homenagem ao princípio da fungibilidade e considerando que o recurso foi interposto tempestivamente, recebo o presente agravo de instrumento como agravo regimental;*
- 2. No presente caso, o recurso resta intempestivo por não ter sido interposto no prazo de 3 (três) dias da publicação da sentença no DJE;*
- 3. Agravo regimental desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 292-29.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO, CORRUPÇÃO OU FRAUDE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ILEGITIMIDADE DOS RECORRENTES PARA INTERPOR AIME. PARTIDOS SEM REPRESENTAÇÃO VÁLIDA NO MUNICÍPIO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

- 1. A regularidade de representação do partido é pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;*
- 2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.*

PROCESSO NÚMERO 1-98.2013.6.17.0049

ORIGEM: PANELAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §5º, da Lei 9.504/97 c/c ART. 56 DA RES. TSE Nº 23.376/2012.

- 1. Verifica-se que existe norma específica de direito eleitoral disposta sobre as intimações das sentenças proferidas nos processos de prestação de contas, fixando o prazo de 3(três) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para interposição do recurso (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 5º c/c a Resolução TSE nº 23.376/2012, art. 56).*
- 2. In casu, o candidato interpôs seu inconformismo fora do prazo previsto acima.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 163-05.2012.6.17.0025
ORIGEM: GOIANA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

- 1. É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça*

Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.

2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.

PROCESSO NÚMERO 162-20.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §5º, da Lei 9.504/97 c/c ART. 56 DA RES. TSE N° 23.376/2012.

1. Verifica-se que existe norma específica de direito eleitoral dispendo sobre as intimações das sentenças proferidas nos processos de prestação de contas, fixando o prazo de 3(três) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para interposição do recurso (Lei n° 9.504/97, art. 30, § 5º c/c a Resolução TSE n° 23.376/2012, art. 56).

2. In casu, o candidato interpôs seu inconformismo fora do prazo previsto acima.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 150-06.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ELEITORAL. TEMPESTIVIDADE DA INTERPOSIÇÃO RECURSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO.

- Não há se falar em tempestividade quando alegada e não comprovada.

- *Relatório de fatura telefônica que traz número de fac-símile sem demonstração de conteúdo, bem como número de telefone diverso do suposto fax recebedor, não faz comprovação de que o recurso foi protocolado no prazo legal.*

- *Agravo que se recebe mas não se acolhe.*

PROCESSO NÚMERO 2-76.2013.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONHECIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VÍCIO MATERIAL NA PROCURAÇÃO. OUTORGANTE NÃO CONSTA COMO PARTE NO RECURSO. AGRAVO CONHECIDO E NEGADO.

PROCESSO NÚMERO 218-84.2013.6.17.0116

ORIGEM: SÃO BENTO DO SUL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA.

1. Decorre de expressa previsão legal que da decisão dos Juízos Eleitorais que julgar as contas de candidatos caberá recurso para esta Corte no prazo de três dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (Lei n° 9.504/97, art. 30, § 5o c/c a Resolução TSE n° 23.376/2012, art. 56).

2. Hipótese em que o candidato interpôs a peça recursal à margem do prazo legal acimaestipulado.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 206-39.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No presente caso, o recurso eleitoral resta intempestivo por não ter sido interposto no prazo de três (03) dias da publicação da sentença no Diário de Justiça Eletrônico, conforme preconiza art. 30, § 5o, da Lei n.º 9.504/97.

3. Agravo regimental desprovido.

PROCESSO NÚMERO 206-39.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

1. É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.

2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.

PROCESSO NÚMERO 140-59.2012.6.17.0025
ORIGEM: GOIANA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

1. É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.

2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.

PROCESSO NÚMERO 159-65.2012.6.17.0025
ORIGEM: GOIANA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO IMEDIATA DE ACÓRDÃO. RECURSOS ELEITORAIS SEM EFEITO SUSPENSIVO. ART. 257 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE E CELERIDADE PROCESSUAL. LARGA APLICAÇÃO EM PROCESSOS ELEITORAIS. INEXISTÊNCIA. USURPAÇÃO. COMPETÊNCIA. RELATOR. EXECUÇÃO DAS DECISÕES COLEGIADAS. PRESIDENTE DO TRE. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

1. *Os recursos eleitorais não possuem efeito suspensivo, conforme preceitua o art. 257 do Código Eleitoral, sendo imediata a execução das decisões.*
2. *Os princípios da efetividade e celeridade processual devem ter larga aplicação no âmbito eleitoral, tendo em vista a peculiar natureza desta Especializada, que exige posicionamentos rápidos, sob pena de restar frustrada a prestação jurisdicional.*
3. *Não há usurpação de competência do relator do recurso eleitoral quando o Presidente do Tribunal executa julgados da Corte, já que a competência daquele restringe-se às hipóteses de urgência.*
4. *Inexistência de ofensa ao art. 194, §4º, do Regimento Interno desta Casa, vez que o fato dos embargos de declaração possuírem o condão de interromper o prazo para apresentação de outros recursos não significa dizer que sejam dotados de efeito suspensivo.*

PROCESSO NÚMERO 392-06.2013.6.17.0000

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

8 PESQUISA**ELEIÇÕES 2012. PESQUISA ELEITORAL. RESULTADO. DIVULGAÇÃO. DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO. CONSTATAÇÃO.**

- 1. Importa em transgressão legal a difusão de pesquisa eleitoral, sem o devido registro, em desobediência às regras previstas na lei de regência, porquanto é patente o poder de influência que tal conteúdo pode acarretar na livre escolha do eleitorado.*
- 2. Hipótese em que os elementos constantes dos autos demonstram que o próprio recorrente foi o autor dos fatos representados, tornando manifesta a sua responsabilidade pelo ilícito cometido.*
- 3. Divulgação da pesquisa feita em comício, em trecho de discurso de pouco mais de dez segundos, o que dá ensejo à redução da pena, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*
- 4. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 170-38.2012.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA/PE (76ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PESQUISA ELEITORAL. IMPUGNAÇÃO. SENTENÇA. EXTINÇÃO PROCESSO. RECURSO PROVIDO. DEMANDA INTERPOSTA TEMPESTIVAMENTE. CARTÓRIO ELEITORAL FECHADO. PRAZO PRORROGADO. COMPETÊNCIA ZONA ELEITORAL.

- 1. Nos termos do art. 1º, da Resolução TSE 23.364/2011, o prazo para impugnação de pesquisa eleitoral é de 5 dias;*
- 2. In casu, no último dia do prazo o cartório eleitoral estava fechado, realizando a cerimônia de preparação de urnas em outro município. Desta forma, é tempestiva a impugnação à pesquisa eleitoral interposta no primeiro dia útil subsequente, consoante o art. 184 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo eleitoral.*

3. No que pertine a competência para apreciação da impugnação à pesquisa eleitoral, infere-se do art. 17 da mencionada resolução que a competência para apreciação da impugnação à pesquisa eleitoral é do Juiz Eleitoral;

4. Recurso provido, determinando o retorno dos autos ao Juízo de 1º grau para regular processamento do feito.

PROCESSO Nº 225-27.2012.6.17.0128

ORIGEM: IBIMIRIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO ELEITORAL. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA SEM PRÉVIO REGISTRO. COMÍCIO. FACEBOOK. INFRAÇÃO AO §3º DO ART. 33 DA LEI NO. 9.504/97. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Está sujeito a aplicação de multa o responsável por divulgação de pesquisa eleitoral que não foi previamente registrada na Justiça Eleitoral.

2. Recurso provido parcialmente para reduzir a multa, seguindo precedente da Casa.

PROCESSO Nº 414-08.2012.6.17.0127

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE (127ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

REPRESENTAÇÃO. PESQUISA ELEITORAL. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL SEM PRÉVIO REGISTRO. ENQUETE. DIVULGAÇÃO. INTERNET. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA. PROCEDÊNCIA. MULTA.

1. A divulgação de resultado de enquete deverá deixar claro não se tratar de pesquisa eleitoral. Inocorrendo o esclarecimento, será considerada pesquisa eleitoral sem prévio registro no Juízo

competente, sujeitando o infrator à penalidade administrativa de multa;

2. Para imposição da citada multa não é necessário perquirir acerca da influência da conduta no equilíbrio do pleito;

3. Divulgação de pesquisa em sítio eletrônico de um periódico com circulação municipal, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, dá ensejo à redução da pena a quem do mínimo previsto no art. 18 da Resolução TSE nº. 23.364/11;

4. Desprovimento do recurso.

PROCESSO Nº 158-81.2012.6.17.0057

ORIGEM: ARCOVERDE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ENQUETE. CARACTERIZAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

- A divulgação de pesquisa eleitoral publicada em outro periódico exige tanto que a pesquisa tenha sido registrada quanto as informações obrigatórias do art. 11 da Res. TSE 23.364/11, sua inobservância gera a aplicação da multa. Todavia, em respeito ao princípio da razoabilidade, deve-se aplicar multa sob o percentual mínimo, no valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), consoante precedente desta Corte.

PROCESSO Nº 340-87.2012.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. IMPUGNAÇÃO. REGISTRO DE PESQUISA ELEITORAL. REGSITRO PRÉVIO. SÍTIO DO TRIBUNAL REGIONAL. PREENCHIMENTO DE REQUISITO LEGAL PROVIMENTO.

-A Res. TSE nº 23.364/2011 prescreve que o registro prévio de pesquisa eleitoral deve ser realizado via internet por meio do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais, disponível nos sítios dos Tribunais Eleitorais, como ocorreu na hipótese.

-Recurso provido.

PROCESSO Nº 422-15.2012.6.17.0020

ORIGEM: CARPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Des. Relator.

9 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA**9.1 ANULAÇÃO DE SENTENÇA****PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. JUNTADA. NOVOS DOCUMENTOS. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA. SENTENÇA NULA.**

1. Não havendo a oportunidade para a instalação do contraditório, após a juntada de novos documentos, os quais fundamentaram a tomada de decisão, a anulação da sentença se impõe, com o retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau para a devida ouvida da parte interessada e, posteriormente, prolação de novo julgamento.

2. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 329-90.2012.6.17.0072

ORIGEM: FLORESTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. DESAPROVAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTIMAÇÃO RECEBIDA POR TERCEIROS. ERRO DE PROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA EFICAZ INTIMAÇÃO DA CANDIDATA. RECURSO PROVIDO.

PROCESSO Nº 29-62.2012.6.17.0063

ORIGEM: MANARI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA, COM O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. DESAPROVAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA.

INTIMAÇÃO RECEBIDA POR TERCEIROS. ERRO DE PROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA EFICAZ INTIMAÇÃO DA CANDIDATA. RECURSO PROVIDO.

PROCESSO Nº 349-11.2012.6.17.0063

ORIGEM: MANARI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA, COM O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. SENTENÇA ANULADA.

1. Conforme entendimento pacífico desta Corte Eleitoral, as contas apresentadas após o prazo firmado no art. 38 e § 4º da Resolução TSE n.º 23.376/2012, mas antes da prolação da sentença, não impede a sua análise.

2. Pela anulação da sentença de 1º grau.

PROCESSO Nº 454-24.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA, COM O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS. PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 38, § 4º, da Res. TSE n.º 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.

2. Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.

3. Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.

4. Recurso provido. Sentença anulada.

PROCESSO Nº 257-33.2012.6.17.0063

ORIGEM: MANARI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

9.2 AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. VEREADOR. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. CONTAS TEMPESTIVAS. PROVIMENTO DO RECURSO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. A apresentação tempestiva das contas de campanha acompanhada de documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação.

2. Inexistindo indícios ou provas de inconsistências capazes de gerar a desaprovação da prestação das contas de campanha, deve ser reformada a sentença de primeiro grau que julgou desaprovadas a prestação de contas.

3. Provimento do recurso, para aprovar as contas.

PROCESSO Nº 262-19.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO.

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação;*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de arrecadação de recursos financeiros e/ou de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pelo recorrente;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 225-89.2013.6.17.0142

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - CONTAS - DESAPROVAÇÃO - ELEIÇÕES 2012 - AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA - APROVAÇÃO.

- 1. não é razoável que a ausência de movimentação financeira seja o único fundamento para desaprovação das contas;*
- 2. Contas apresentadas tempestivamente;*
- 3. Provimento do recurso.*

PROCESSO Nº 306-16-16.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR

PROVIMENTO AO RECURSO PARA REFORMAR A SENTENÇA E APROVAR AS CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA. VEREADORA. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. ERRO DE ROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. CAUSA MADURA. CONTAS APROVADAS.

1. Constitui erro de procedimento a negativa do cartório eleitoral em proferir parecer técnico apenas porque não consta na prestação de contas qualquer movimentação financeira. Também padece de erro de procedimento a decisão de primeiro grau que não analisa o mérito das contas pelo mesmo motivo.

2. Aplicação do artigo 515, §3º do CPC, uma vez que a causa se encontra madura para julgamento.

3. A apresentação de prestação de contas sem movimentação financeira, mas acompanhada dos documentos prescritos pela Legislação Eleitoral, não apresenta qualquer irregularidade por si mesma. Tanto isto é verdade que o caput do artigo 40 da Resolução do TSE n.º 23.376/2012 estabelece a necessidade da juntada dos documentos enumerados em seus incisos independentemente de apresentação de movimentação financeira dos recursos.

4. Recurso provido para considerar as contas prestadas e aprovadas.

PROCESSO Nº 115-43.2012.6.17.0123

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES. 2012. VEREADOR. CONTAS APRESENTADAS. FORMULÁRIOS ZERADOS. DOAÇÕES RECEBIDAS. CONFISSÃO. AUSÊNCIA DE RECIBOS. CONTAS DESAPROVADAS.

1. As alegações de ausência de movimentação financeira não são suficientes para justificar a apresentação de contas zeradas,

inclusive quando se constata, ao menos, o recebimento de doações por parte do partido político. Irregularidade insanável.

2. As irregularidades observadas não ensejam o julgamento das contas como não prestadas, mas sim prestadas e desaprovadas.

3. Recurso provido.

PROCESSO Nº 119-80.2012.6.17.0123

ORIGEM: SANHARÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para considerar como prestadas as contas, porém desaprovadas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. VEREADOR. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. CONTAS TEMPESTIVAS. PROVIMENTO DO RECURSO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. A apresentação tempestiva das contas de campanha acompanhada de documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação.

2. Inexistindo indícios ou provas de inconsistências capazes de gerar a desaprovação da prestação das contas de campanha, deve ser reformada a sentença de primeiro grau que julgou desaprovadas a prestação de contas.

3. Provimento do recurso, para aprovar as contas.

PROCESSO Nº 266-56.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para aprovar as contas nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - CONTAS - DESAPROVAÇÃO - ELEIÇÕES 2012 - AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA - APROVAÇÃO.

1. A Resolução TSE nº 23.376/2012, que dispõe sobre a prestação de contas de campanha, possui regras contábeis rígidas, exatamente porque se pretende que esta Justiça Especializada tenha elementos suficientes para fiscalizar adequadamente a arrecadação e os gastos de campanha;

2. A rigidez das normas referentes à prestação de contas, certamente, busca evitar a ocorrência de ilícitudes que possam desequilibrar a disputa eleitoral, como por exemplo: doações acima do limite legal, abuso de poder econômico, o crime de lavagem de dinheiro, caixa dois, além de condutas que impliquem em prejuízo ao erário, como é o caso da utilização indevida dos recursos oriundos do fundo partidário;

3. Na hipótese, as contas foram apresentadas tempestivamente e o recorrente esclareceu que a ausência de abertura de conta bancária ocorreu em razão da renúncia de sua candidatura.

4. Uma vez constatada a ausência de provas capazes de afastar a informação prestada pelo candidato de que não arrecadou recursos ou efetuou gastos de campanha, não é possível presumir a ocorrência de falsidade, devendo-se aprovar as contas do candidato. Precedentes. (TRE/AL - PC 946 -, Relator Luciano Guimarães Mata; TRE/PE - RE 9064 -

Relatora Alderita Ramos de Oliveira; TRE/PE - RE nº 306-16.2012.6.17.0050 e RE nº 262-19.2012.6.17.0075, Relator Des. Janduhy Finizola Cunha Filho)

5. Recurso provido.

PROCESSO Nº 241-18.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - ELEIÇÕES 2012 - CANDIDATO A VEREADOR - CONTAS NÃO PRESTADAS - RAZÕES RECURSAIS - JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL - RENÚNCIA À CANDIDATURA - AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA - APROVAÇÃO.

1. *A Resolução TSE n° 23.376/2012, que dispõe sobre a prestação de contas de campanha, possui regras contábeis rígidas, exatamente porque se pretende que esta Justiça Especializada tenha elementos suficientes para fiscalizar adequadamente a arrecadação e os gastos de campanha;*
2. *A rigidez das normas referentes à prestação de contas, certamente, busca evitar a ocorrência de ilicitudes que possam desequilibrar a disputa eleitoral, como por exemplo: doações acima do limite legal, abuso de poder econômico, o crime de lavagem de dinheiro, caixa dois, além de condutas que impliquem em prejuízo ao erário, como é o caso da utilização indevida dos recursos oriundos do fundo partidário;*
3. *Na hipótese, o recorrente esclareceu que a ausência da prestação formal de suas contas justifica-se em razão da inexistência de gastos de campanha, uma vez que houve renúncia de sua candidatura.*
4. *Uma vez constatada a ausência de provas capazes de afastar a informação prestada pelo candidato de que não arrecadou recursos ou efetuou gastos de campanha, não é possível presumir a ocorrência de falsidade, devendo-se aprovar as contas do candidato. Precedentes. (TRE/AL - PC 946 -, Relator Luciano Guimarães Mata; TRE/PE - RE 9064 - Relatora Alderita Ramos de Oliveira; TRE/PE - RE n° 306-16.2012.6.17.0050 e RE n° 262-19.2012.6.17.0075, Relator Des. Janduhy Finizola Cunha Filho)*
5. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 33-25.2013.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR

PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO.

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação.*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de arrecadação de recursos financeiros ou estimáveis e/ou de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pela recorrente.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 91-60.2012.6.17.0108

ORIGEM: BETÂNIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃOCONSTATAÇÃO.

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação.*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pela recorrida.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 156-71.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA, VEREADORA. PRELIMINAR. NULIDADE DE SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. NÃO-CABIMENTO. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO.

- 1. Não há que se falar em cerceamento de defesa quando o juiz de 1o grau decidiu com base no seu livre convencimento motivado.*
- 2. Os recursos eleitorais não apresentam efeito suspensivo, nos termos do art. 257 do Código Eleitoral.*
- 3. A existência de irregularidades consubstanciadas apenas na ausência de movimentação financeira de campanha eleitoral não ensejam a desaprovação das contas.*
- 4. Inexiste nos autos provas de realização de despesas de campanha pela recorrente.*
- 5. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 163-45.2012.6.17.0141
ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITA APRELIMINAR SUSCITADA, E, NO MÉRITO, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

- 1. A existência de irregularidades, consubstanciadas na ausência de movimentação financeira de campanha eleitoral, não enseja a desaprovação das contas.*
- 2. Possibilidade de aprovação das contas, com ressalvas.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 175-77.2012.6.17.0135
ORIGEM: FEIRA NOVA-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ERROS FORMAIS E MATERIAIS. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS.

- 1. Estando as contas em conformidade com os requisitos impostos pela Resolução n. 23.376/2012, estas devem ser julgadas aprovadas (art. 51, I);*
- 2. Inexistência de erros formais e materiais;*
- 3. Pelo provimento do recurso para aprovar as contas referentes ao pleito de 2012.*

PROCESSO Nº 220-67.2012.6.17.0075
ORIGEM: SALGUEIRO-PE
RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. ERROS FORMAIS E MATERIAIS. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

- 1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalva.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 237-20.2012.6.17.0135
ORIGEM: FEIRA NOVA-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO-CONSTATAÇÃO .

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação;*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de arrecadação de recursos financeiros e/ou de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pelo concorrente;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 260-49.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃOCONSTATAÇÃO.

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação.*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de arrecadação de recursos financeiros e/ou de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pelo recorrente.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 222-37.2012.6.17.0000

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO-CONSTATAÇÃO.

- 1. A apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, por si só, não enseja a sua desaprovação;*
- 2. Hipótese em que não foram trazidos aos autos indícios ou provas de arrecadação de recursos financeiros e/ou de ocorrência de despesas de campanha eventualmente feitas pelo recorrente;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 232-81.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. VEREADOR. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. CONTAS TEMPESTIVAS. PROVIMENTO AO RECURSO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

- 1. Não é razoável que a ausência de movimentação financeira seja o único fundamento para a desaprovação das contas;*
- 2. Contas apresentadas tempestivamente;*
- 3. Provimento ao recurso, para aprovar as contas.*

PROCESSO Nº 226-74.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. VEREADOR. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. CONTAS TEMPESTIVAS. PROVIMENTO AO RECURSO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

- 1. Não é razoável que a ausência de movimentação financeira seja o único fundamento para a desaprovação das contas;*
- 2. Contas apresentadas tempestivamente;*
- 3. Provimento ao recurso, para aprovar as contas.*

PROCESSO Nº 286-47.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NULIDADE DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO E CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.

- 1. Não há que se falar em nulidade do “decisum” quando se constata que o julgador apresentou, ainda que de forma abstrata resumida, os motivos que consubstanciam seu convencimento;*
- 2. Decorre de expressa disposição legal a exigência de abertura de conta bancária específica para registrar o movimento financeiro da campanha eleitoral (art. 12 da Res TSE 23.376/2012)*
- 3. Hipótese em que a candidata deixou de comprovar a efetiva abertura da conta corrente e de entregar os extratos bancários correspondentes, relativos ao período eleitoral em exame.*
- 4. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 176-72.2012.6.17.0067

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR

SUCITADA e, no mérito, também por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSOS FINANCEIROS. ARRECADAÇÃO E GASTOS. DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA.

- 1. A prestação de contas será desaprovada quando houver vícios passíveis de comprometer a sua regularidade.*
- 2. Hipótese em que houve a arrecadação e gastos de recursos não declarados.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 364-58.2012.6.17.0037

ORIGEM: PALMARES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA. VEREADORA. PRELIMINAR. NULIDADE DE SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. NÃO-CABIMENTO. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO.

- 1. Não há que se falar em cerceamento de defesa quando o juiz de 1º grau decidiu com base no seu livre convencimento motivado;*
- 2. Os recursos eleitorais não apresentam efeito suspensivo, nos termos do art. 257 do Código Eleitoral.*
- 3. A existência de irregularidades consubstanciadas apenas na ausência de movimentação financeira de campanha eleitoral não ensejam a desaprovação das contas.*
- 4. Inexiste nos autos provas de realização de despesas de campanha pela recorrente.*
- 5. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 159-08.2012.6.17.0141

ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, E, NO MÉRITO, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

9.3 CONTA BANCÁRIA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO DE VALORES PELA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. DOAÇÕES PARA PAGAMENTO DIRETO DE DESPESAS PARTIDÁRIAS. CONTRADIÇÃO COM JULGADO ANTERIOR DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O pagamento direto de despesas por terceiros, sem o devido trânsito dos valores na conta bancária, está em desacordo com o preceituado no art. 4º, § 2º, da Resolução/TSE nº. 21.841/2004.

2. Falha material. Precedentes do TSE.

3. Fundamentação da PC nº. 151-48 relaciona-se ao ingresso de recursos na conta bancária, fato inexistente no caso dos autos sub judice.

4. Inexistência de contradição.

5. Art. 24, II da Resolução/TSE nº. 21.841/2004 referente à necessidade de parecer do órgão técnico, devidamente emitido.

6. O embargante não suscitou o art. 27, II, da Resolução/TSE nº. 21.841/2004 em nenhuma de suas defesas.

7. Omissão não conhecida.

8. Embargos de Declaração rejeitados.

PROCESSO Nº 191-44.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR F. DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. PRELIMINAR. NULIDADE. SENTENÇA. DESPROVIMENTO. MÉRITO. IRREGULARIDADES. PERMANÊNCIA.

1. *A sentença recorrida observou todos os requisitos exigidos pela legislação processual em vigor, no que concerne ao relatório, à fundamentação e ao dispositivo, motivo pelo qual não deve ser acolhida a preliminar de nulidade de sentença;*
2. *Inexistem nos autos documentos que forneçam informações acerca da movimentação e da titularidade da conta bancária utilizada pelo Recorrente, o que infringe o disposto no artigo 12 da Res 23.376/2011;*
3. *Constatado nos autos documentos que o candidato recebeu doações de seu partido, sem a conseqüente indicação nos demonstrativos eleitorais, impõe-se a desaprovação das contas, haja vista a violação do art. 40, parágrafos 2º e 3º, e artigo 41, ambos da Res 23.376/2011;*
4. *Desprovimento do recurso.*

PROCESSO Nº 329-81.2013.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVADA. DESPROVIMENTO. RECURSO.

1. *A abertura de conta bancária constitui obrigação do candidato, independentemente de realização, ou não, de campanha eleitoral, em decorrência de indeferimento do registro de candidatura;*
2. *Desprovimento do recurso.*

PROCESSO Nº 577-10.2012.6.17.0055

ORIGEM: PESQUEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. CONTAS. DESAPROVADAS.

- 1. A abertura de conta bancária constitui obrigação do candidato, independentemente de realização, ou não, de campanha eleitoral, em decorrência de indeferimento do registro de candidatura.*
- 2. Desprovisionamento do recurso.*

PROCESSO Nº 319-75.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ M. CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. PRELIMINAR. MERO EQUÍVOCO MATERIAL. REJEITADA. MÉRITO. NÃO ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. VÍCIOS INSANÁVEIS. DESAPROVAÇÃO.

- 1. A abertura de conta bancária constitui obrigação do candidato, independentemente de realização, ou não, de campanha eleitoral, em decorrência de indeferimento do registro de candidatura.*
- 2. Desprovisionamento do recurso.*

PROCESSO Nº 318-52.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. FALTA DE

ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. IRREGULARIDADE INSANÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.

1. *Preliminar: Sendo de fácil constatação o erro material cometido pelo juiz na indicação, na parte dispositiva da sentença, do comando legal em que a mesma se assentava, não merece acolhida a preliminar suscitada pelo recorrente, com base nesse evidente erro material.*
2. *Ainda que tenha seu registro de candidatura indeferido e não tenha arrecadado ou despendido recursos financeiros, é dever do candidato prestar contas de campanha.*
3. *Nos termos do art. 12 da Resolução TSE n° 23.376/2012, é obrigatória a abertura de conta bancária específica pelo candidato, mesmo que não ocorra movimentação financeira (§ 2°).*
4. *A não apresentação de extratos bancários impossibilita a comprovação da movimentação ou ausência de movimentação de recursos financeiros de campanha.*
5. *Verificadas falhas que comprometem a regularidade das contas de campanha, estas devem ser desaprovadas (art. 51, III, da Resolução TSE n.° 23.376/2012).*
6. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 327-14-16.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE ERRO MATERIAL, e NO MÉRITO, também por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A PREFEITO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS ANTES DA ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA. PAGAMENTO POSTERIOR. GASTOS ELEITORAIS. COMPROVAÇÃO. CONTROLE POR PARTE DA JUSTIÇA ELEITORAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REGULARIDADE DAS CONTAS. APROVAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. *A contratação de serviços em período anterior à abertura da conta bancária - requisito previsto na Legislação Eleitoral, não*

obsta a aprovação das contas quando não houver demonstração de má-fé do candidato.

2. Nos termos do disposto no art. 29, § 1o, da Res. TSE nº 23.376/2012, é lícito o pagamento, até a data de apresentação da prestação de contas, de despesas referentes à campanha, desde que as mesmas tenham sido contraídas antes da realização do pleito.

3. A realização de despesas sem apresentação de notas fiscais, constitui vício de natureza meramente formal, de forma que na hipótese, a finalidade da prestação de contas foi atendida através da apresentação dos recibos, cheques e extratos bancários, que demonstram a regularidade das respectivas despesas.

4. Contas aprovadas.

5. Recurso provido.

PROCESSO Nº 429-53-16.2012.6.17.0037

ORIGEM: PALMARES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS SEM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA DE CAMPANHA. AUSÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. IMPOSIÇÃO DO ART. 22 DA LEI N. 9.504/97. CONSEQUÊNCIA. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS DE CAMPANHA DO CANDIDATO A PREFEITO.

1. É obrigatória a abertura de conta bancária aos candidatos ao cargo de Prefeito, mesmo que não haja movimentação de recursos financeiros na campanha.

2. A não abertura de conta bancária específica para campanha é vício insanável, a ensejar a desaprovação das contas, pois impede o efetivo controle dos gastos eleitorais.

PROCESSO Nº 181-63.2012.6.17.0142

ORIGEM: PRIMAVERA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros de Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. CONTA BANCÁRIA PREEXISTENTE. UTILIZAÇÃO. PAGAMENTO EM ESPÉCIE. LIMITE LEGAL. NÃO-OBERSERVÂNCIA.

- 1. A prestação de contas será desaprovada quando houver vício passíveis de comprometer a sua regularidade;*
- 2. Hipótese em que as despesas eleitorais realizadas durante a campanha do candidato foram pagas a partir de recursos provenientes da conta bancária preexistente e da especificamente aberta para as eleições, além de ter sido constatado que os gastos efetuados foram pagos em espécie, sem a utilização de cheques nominais e/ou transferência bancária, na forma da legislação de regência, já que os valores correspondentes a tais dispêndios não correspondem àquele compreendido como de "pequeno valor", nos termos do art. 30, p 3º, da Res. TSE 23.376/2012;*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 237-84.2012.6.17.0135

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA DE FORMA EXTÊMORÂNEA. AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO BEM NO RELATÓRIO DE "DESCRIÇÃO DE RECEITAS ESTIMADAS". JUNTADA DE DOCUMENTO EM GRAU RECURSAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.

- 1. A abertura de conta bancária em desconformidade com o prazo estabelecido no artigo 12, §1º, alínea "a" da Resolução TSE n.º 23.376/2012 não acarreta a rejeição das contas, se restar comprovado nos autos que a irregularidade decorreu de culpa de terceiro.*

2. *A juntada de documento "cotação de preço" em fase recursal sana a ausência de avaliação do bem cedido no relatório de "Descrição de Receitas Estimadas".*

3. *Aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.*

PROCESSO Nº 303-61.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. CONTAS NÃO PRESTADAS. DESCONFIGURADA. APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE CONTA CORRENTE. INCISO II , § 5a, ART. 12, RESOLUÇÃO TSE n.º 23.376/2011. APROVADAS COM RESSALVAS.

1. *A prestação de contas apresentada tempestivamente afasta o julgamento da mesma como não prestadas;*

2. *O inciso II do L5<< do art. 12 da Resoluto TSE n.º 23.376/2011, faculta aos candidatos em municípios com menos de 20 (vinte mil eleitores a abertura de conta corrente de campanha;*

3. *Vícios de natureza formal não comprometem a análise das contas, não sendo, por si sós, ensejadores de desaprovação da mesma;*

4. *Provimento parcial. Aprovação com ressalvas.*

PROCESSO Nº 353-39.2012.6.17.0066

ORIGEM: IGUARACI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUAS FORMAS DEFINITIVAS. CONTAS DE CAMPANHA E DO FUNDO PARTIDÁRIO. OBRIGATORIEDADE QUE ASSEGURA TRANSPARÊNCIA AO EXAME DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO DAS

CONTAS DE CAMPANHA DO PARTIDO. SUSPENSÃO DO REPASSE DA QUOTA DO FUNDO PARTIDÁRIO PELO PRAZO DE DEZ MESES. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

- 1. Não apresentação dos extratos bancários, nas formas definitivas, das contas de campanha eleitoral e do fundo partidário.*
- 2. A obrigatoriedade da apresentação dos extratos bancários em suas formas definitivas são imprescindíveis para que esta Justiça Especializada proceda o exame das contas.*
- 3. Aplicação da suspensão do repasse da quota do fundo partidário pelo prazo de 10 (dez) meses, em obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade*

PROCESSO Nº 658-27.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do relator

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. VEREADOR. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FORA DA CONTA BANCÁRIA. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. A teor da documentação juntada aos autos, constata-se ter o candidato arrecadado recursos antes mesmo da abertura de conta bancária.*
 - 2. A arrecadação de recursos e a realização de gastos por candidatos só podem ocorrer após a abertura de conta bancária específica.*
 - 3. Verificando-se movimentação financeira fora da conta de campanha, impõe-se a desaprovação das contas e, por conseguinte, a remessa de cópia de todo o processo à Procuradoria Regional Eleitoral para as medidas cabíveis, conforme determinação expressada no art. 17 da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*
 - 4. Falhas de natureza material, que ensejam a desaprovação das contas.*
 - 5. Recurso desprovido para manter a sentença de piso.*
-

PROCESSO Nº 198-02 .2012.6.17.0045

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA PARA CAMPANHA. AUSÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. IMPOSIÇÃO DO ART. 22 DA LEI 9.504/97. CONSEQUÊNCIA. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS DE CAMPANHA DA CANDIDATA AO CARGO DE VEREADOR. DESPROVIMENTO.

- 1. É obrigatória a abertura de conta bancária aos candidatos ao cargo de Vereador, mesmo que não haja movimentação de recursos financeiros na campanha;*
- 2. A não abertura de conta bancária específica para a campanha é vício insanável, a ensejar a desaprovação das contas, pois impede o efetivo controle dos gastos eleitorais;*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 482-13.2012.6.17.0044

ORIGEM: SÃO CAETANO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. VEREADOR. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FORA DA CONTA BANCÁRIA. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Verificando-se movimentação financeira fora da conta de campanha, impõe-se a desaprovação das contas e, por conseguinte, a remessa de cópia de todo o processo à Procuradoria Regional Eleitoral para as medidas cabíveis, conforme determinação expressa do art. 17 da Resolução TSE 23.376/2012;*

2. Recurso desprovido, para manter a sentença de piso.

ELEIÇÕES 2012. CONTA BANCÁRIA DE CAMPANHA ABERTA COM 3 (TRÊS) DIAS DE ATRASO. AGÊNCIA BANCÁRIA COM MUITA DEMANDA. MOTIVO JUSTIFICADO. NÃO REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA EM PERÍODO ANTERIOR À ABERTURA DA CONTA. DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A REGULARIDADE DO VALOR DECLARADO PARA O BEM ESTIMÁVEL EM DINHEIRO RECEBIDO EM COMODATO. APRESENTAÇÃO. NÃO OBRIGATORIEDADE DA QUANDO NÃO REQUERIDO PELO JUÍZO. FALHAS FORMAIS QUE NÃO COMPROMETEM A REGULARIDADE DAS CONTAS. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam sua regularidade.

2. Pode ser apontado como vício formal a abertura da conta de campanha com apenas 3 (três) dias de atraso, quando não há notícias de que o recorrente tenha efetuado gastos antes da sua abertura.

3. Atraso devidamente justificado por declaração, fornecida pela agência bancária, informando que a demora ocorreu pela enorme demanda de candidatos solicitando o referido serviço.

4. O art. 41 da Resolução TSE nº 23.376/2011 diz que a Justiça Eleitoral poderá requerer os documentos fiscais e outros legalmente admitidos, com vistas a subsidiar o exame da prestação de contas, razão pela qual eles somente se tornam de apresentação obrigatória depois que solicitados por esta Especializada.

5. Recurso a que se dá provimento parcial, para aprovar com ressalvas as contas de campanha do recorrente.

PROCESSO Nº 299-24.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ABERTURA DE CONTAS ESPECÍFICAS DE CAMPANHA. AUSÊNCIA. OBRIGATORIEDADE. IMPOSIÇÃO DO ART. 22 DA LEI 9504/97. 12 DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.376/2011. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS DE CAMPANHA DO PARTIDO. SUSPENSÃO DO REPASSE DA QUOTA DO FUNDO PARTIDÁRIO PELO PRAZO DE SEIS MESES. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

- 1. É obrigatória a abertura de conta bancária específica de campanha, mesmo que não haja movimentação de recursos financeiros.*
- 2. A não abertura da conta bancária específica para campanha é vício insanável, a ensejar a desaprovação das contas, pois impede o efetivo controle dos gastos eleitorais.*
- 3. A obrigatoriedade de abertura da conta bancária se estende tanto ao candidato, como ao partido, em todos os níveis de direção, assegurando-se, com isto, a transparência necessária ao exame das conta.*
- 4. A aplicação da suspensão do repasse da quota do fundo partidário pelo prazo de 6 (seis) meses, em obediência aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.*

PROCESSO Nº 650-50.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.4 COMITÊ FINANCEIRO E PARTIDO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. PARTIDO E COMITÊ FINANCEIRO. PRINCÍPIO DA ANUALIDADE. NÃO INCIDÊNCIA ÀS NORMAS DO TSE. APRESENTAÇÃO DE CONTAS ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. ANULAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. RECURSO PROVIDO.

- 1. Não há de ser aplicado à resolução TSE o princípio da anualidade eleitoral, pois trata-se de norma instrumental que*

pretende alcançar mudanças que atinjam apenas o processo eleitoral;

2. Conforme precedentes desta Corte, a apresentação das contas após o prazo previsto no art. 38, parágrafo 4º, da Resolução TSE 23.376/2012, mas antes da prolação da sentença, possibilita a sua análise e julgamento perante o Juízo de 1º grau.

3. Contas consideradas prestadas;

4. Recurso provido, para anular a sentença de piso.

PROCESSO Nº 5-44.2012.6.17.0047

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. COMITÊ PARTIDÁRIO. APRESENTAÇÃO FORA DO PRAZO. CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, IV, LEI 9.504/97 C/C ART. 51, IV, “a”, RES TSE 23.376/2012. PRINCÍPIO ANUALIDADE. NÃO APLICAÇÃO.

1. O comitê financeiro da agremiação partidária que, após ser notificado para apresentar suas contas de campanha, assim não proceder tempestivamente, terá o julgamento de suas contas como não prestadas;

2. As resoluções eleitorais se restringem a disciplinar normas jurídicas já estabelecidas, motivo pelo qual não se aplica o princípio da anualidade;

3. Desprovisionamento do Recurso.

PROCESSO Nº 7-14.2013.6.17.0047

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. COMITÊ PARTIDÁRIO. APRESENTAÇÃO. FORA DO PRAZO. CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, IV, LEI 9.504/97 C/C ART. 51, IV, "a", RES. TSE 23.376/2012. PRINCÍPIO. ANUALIDADE. NÃO APLICAÇÃO.

- 1. O Comitê Financeiro de agremiação partidária que, após ser notificado para apresentar suas contas de campanha, assim não proceder tempestivamente, terá o julgamento de suas contas como não prestadas.*
- 2. As resoluções eleitorais se restringem a disciplinar normas jurídicas já estabelecidas, motivo pelo qual não se aplica o princípio da anualidade.*
- 3. Desprovisamento do Recurso.*

PROCESSO Nº 8-96.2013.6.17.0047

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO ECOMITÊ FINANCEIRO. ELEIÇÕES 2012. APRESENTAÇÃO DE CONTAS FORA DO PRAZO LEGAL, PORÉM ANTERIOR À SENTENÇA. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS CONTAS. NULIDADE DA DECISÃO DE 1º GRAU. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. O art. 35 da Resolução/TSE nº 23.376/2012 exige que todo candidato, partido político e comitê financeiro prestem contas à Justiça Eleitoral até o dia 06/11/2012.*
- 2. Quando da decisão de NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, o art. 53, II, da Resolução/TSE nº 23.376/2012 impossibilita ao partido o recebimento da quota do Fundo Partidário.*
- 3. Recente posicionamento desta Corte é no sentido de que prestadas as contas após o decurso do prazo de 72h (art. 38, § 4º, da Resolução/TSE nº 23.376/20), mas antes de ser proferida a sentença, estas devem ser analisadas pelo juízo de 1º grau.*

4. *No caso sub judice, as contas foram prestadas em 10/04/2013 e a sentença foi proferida em 26/04/2013, devendo ser declarada nula de pleno direito.*

5. *Extinção do feito sem resolução meritória.*

6. *Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 10-66.2013.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. COMITÊ FINANCEIRO. AUSÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. CONTAS NÃO PRESTADAS NA 1^A INSTÂNCIA. CONTAS CONSIDERADAS PRESTADAS EM GRAU DE RECURSO. PRESENÇA DE VÍCIO INSANÁVEL. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. *Ausência da apresentação dos extratos bancários, relativo ao período de campanha, quando constatado na prestação de contas arrecadação de recursos, enseja sua desaprovação, na medida em que não há como se comprovar o trânsito dos valores pela conta bancária. Contrariedade ao art. 17 da Res TSE 23.376/2012;*

2. *Pelo provimento parcial do recurso, para considerar prestadas as contas do partido e do comitê financeiro, desaprovando-as;*

3. *Suspensão de novas contas do fundo partidário por 6 (seis) meses.*

PROCESSO Nº 185-35.2012.6.17.0119

ORIGEM: ITAPETIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMITÊ FINANCEIRO. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. BENS

ESTIMÁVEIS. DOAÇÃO. CANDIDATO. PERMISSÃO LEGAL. CESSÃO DE BEM PERMANENTE. PROPRIEDADE DO DOADOR. COMPROVADA. PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 23, parágrafo único da Resolução TSE nº 23.376/2012, que trata das regras concernentes à prestação de contas nas eleições 2012, os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas e jurídicas, com exceção de partidos políticos, comitês financeiros e e candidatos, devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens permanentes. deverão integrar o patrimônio do doador.

2. Na hipótese, o veículo utilizado na campanha eleitoral foi cedido pelo próprio candidato, ora recorrente, que conseguiu comprovar validamente a propriedade do bem, em observância a exceção preconizada na referida norma de regência.

3. Regularidade na doação/cessão. Recurso provido.

PROCESSO Nº 58-15.2013.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso para reformar a sentença de primeiro grau e, conseqüentemente, declarar aprovadas as contas do Candidato ora recorrente, relativas às eleições 2012.

9.5 DESPESAS**RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPUGNAÇÃO REGISTRO DE CANDIDATURA. GASTOS ELEITORAIS. NÃO-CARACTERIZAÇÃO.**

1. Serviços advocatícios em ação de impugnação de registro de candidatura não representa natureza de despesa de campanha eleitoral propriamente dita, não necessitando ser declarada em prestação de contas de candidato.

2. Hipótese observada nos autos.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 180-02.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESPESAS DE CAMPANHA QUITADAS APÓS ELEIÇÃO. AUTORIZAÇÃO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPUGNAÇÃO REGISTRO DE CANDIDATURA. GASTOS ELEITORAIS. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. *É permitida a integral quitação, até a data da entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral, de despesas já contraídas e não pagas durante o período eleitoral.*

2. *Serviços advocatícios em ação de impugnação de registro de candidatura não representa natureza de despesa de campanha eleitoral propriamente dita, não necessitando ser declarada em prestação de contas de candidato.*

3. *Inexistência de irregularidades capazes de ensejar a desaprovação das contas, devendo ser mantida a sentença que aprovou as contas com ressalvas.*

4. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 166-18.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESPESAS DE CAMPANHA QUITADAS APÓS ELEIÇÃO. AUTORIZAÇÃO LEGAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPUGNAÇÃO REGISTRO DE CANDIDATURA. GASTOS ELEITORAIS. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. *É permitida a integral quitação, até a data da entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral, de despesas já contraídas e não pagas durante o período eleitoral.*

2. *Serviços advocatícios em ação de impugnação de registro de candidatura não representa natureza de despesa de campanha eleitoral propriamente dita, não necessitando ser declarada em prestação de contas de candidato.*
3. *Inexistência de irregularidades capazes de ensejar a desaprovação das contas, devendo ser mantida a sentença que aprovou as contas com ressalvas.*
4. *Recurso desprovido*

PROCESSO Nº 176-62.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.6 DIPLOMAÇÃO

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. SUSPENSÃO DA DIPLOMAÇÃO.

1. *A presente prestação de contas cumpriu com os requisitos intrínsecos extrínsecos, devendo ser aprovadas.*
2. *A simples apresentação das contas já traria como consequência a quitação eleitoral, por força do que determina o art. 11, § 7º da Lei 9504/97.*
3. *Pela aprovação da contas e sustação dos efeitos da sentença que suspendeu a diplomação dos requerentes.*
4. *Pelo provimento do recurso.*

PROCESSO Nº 159-44.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.7 DOAÇÃO

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - PREFEITO - CONTAS - APROVAÇÃO - ELEIÇÕES 2012 - PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL - ACOLHIDA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA ANTE A FALTA DE INTERESSE JURÍDICO - REJEITADA - DESPROVIMENTO

- 1. A simples alegação de que os gastos e recursos arrecadados apresentados na prestação de contas são "irrisórios" para uma campanha exitosa a prefeito, não prospera, uma vez que não existem fórmulas que determinem a necessidade de determinadas quantias para uma eleição vitoriosa;*
- 2. A inexistência nos autos de quaisquer provas da efetiva realização de despesas como omitidas pelo Recorrido não é causa para desaprovação das contas;*
- 3. Alegações não provadas não são consideradas como elementos probatórios;*
- 4. Bens doados à campanha eleitoral, declarados como estimáveis em dinheiro é que devem ser produto da atividade econômica da empresa doadora.*
- 5. Desprovemento.*

PROCESSO Nº 378-02.2012.6.17.0048

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINOZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AORECURSO, nos termos do votado Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ARRECADADAS. DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. REGISTRO. NÃO OBSERVÂNCIA CONTAS DESAPROVADAS.

1. *Decorre de expressa previsão legal a exigência de declaração quanto à arrecadação de todos os recursos para campanhas eleitorais, sejam eles de natureza financeira ou estimável em dinheiro (art. 40, § 2o, da Res. TSE nº 23.376/12).*
2. *Hipótese em que o candidato deixou de registrar doações recebidas pelo partido da chapa majoritária.*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 118-95.2012.6.17.0123

ORIGEM: SANHARÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para considerar como prestadas as contas, porém desaprovadas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMITÊ FINANCEIRO. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. BENS ESTIMÁVEIS. DOAÇÃO. CANDIDATÓ. PERMISSÃO LEGAL. CESSÃO DE BEM PERMANENTE ESTIMÁVEL EM DINHEIRO. PROPRIEDADE DO DOADOR. COMPROVADA. PROVIMENTO.

1. *Consta na norma regente que os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas e jurídicas, com exceção de partidos políticos, comitês financeiros e e candidatos, devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens permanentes, deverão integrar o patrimônio do doador (art. 23, parágrafo único, Res. TSE nº 23.376/2012).*
2. *No caso dos autos, o recorrente apresentou documentação idônea que comprova que o doador dos bens estimáveis em dinheiro foi candidato no pleito 2012, amparado, portanto, na exceção preconizada pelo dispositivo supracitado.*
3. *Quanto ao veículo doado ou cedido, para uso em campanha, o recorrente juntou aos autos documento que comprovou ser o bem de propriedade do doador/cedente, demonstrando a regularidade da doação.*
4. *Recurso provido*

PROCESSO Nº 274-33.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Des. Relator.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A Resolução nº 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.

2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas.

3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

4. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO Nº 427-31.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA E, NO MÉRITO, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO-CONSTATAÇÃO. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ARRECADADAS. DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. REGISTRO INTEGRAL DE RECURSOS. NÃO-OBSERVÂNCIA.

1. Não atende aos requisitos previstos no art. 458 do Código de Processo Civil a decisão que expõe de maneira satisfatória as razões que levaram a formar o convencimento do magistrado, situação que se observa nos autos;
2. Prefacial rejeitada;
3. Decorre de expressa previsão legal a exigência de declaração quanto à arrecadação de todos os recursos para campanhas eleitorais, sejam eles de natureza financeira ou estimável em dinheiro (art. 40 p. 2 da Res 23.376/2012)
4. Hipótese em que o candidato deixou de registrar parte das doações recebidas;
5. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 430-83.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade por ausência de fundamentação legal e, no mérito, por maioria de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 'ZERADO'. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE DOAÇÃO ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A resolução n. 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato;
2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas;
3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

PROCESSO Nº 440-30.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, OS MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, POR UNANIMIDADE, CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO-CONSTATAÇÃO. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ARRECADADAS. DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. REGISTRO INTEGRAL DE RECURSOS. NÃO-OBSERVÂNCIA.

- 1. Não atende aos requisitos previstos no art. 458 do Código de Processo Civil a decisão que expõe de maneira satisfatória as razões que levaram a formar o convencimento do magistrado, situação que se observa nos autos;*
- 2. Prefacial rejeitada;*
- 3. Decorre de expressa previsão legal a exigência de declaração quanto à arrecadação de todos os recursos para campanhas eleitorais, sejam eles de natureza financeira ou estimável em dinheiro (art. 40 p. 2 da Res 23.376/2012)*
- 4. Hipótese em que o candidato deixou de registrar parte das doações recebidas;*
- 5. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 444-67.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade por ausência de fundamentação legal e, no mérito, por maioria de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 'ZERADO'. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE

DOAÇÃO ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A resolução n. 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato;*
- 2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas;*
- 3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.*

PROCESSO Nº 446-37.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, CONEHCER e REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 'ZERADO'. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A Resolução n° 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.*
- 2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas.*
- 3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça*

Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

PROCESSO Nº 446-37.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA E, NO MÉRITO, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A Resolução n° 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.

2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas.

3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

4. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO Nº 427-31.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA E, NO MÉRITO, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 'ZERADO'. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A Resolução n° 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2°, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.*
- 2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas.*
- 3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.*

PROCESSO Nº 440-30.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR APRELIMINAR SUSCITADA E, NO MÉRITO. em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS 'ZERADO'. REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A Resolução n° 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2°, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.*
- 2. In casu, o candidato a vereador recorrente, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a*

prefeito e do comitê financeiro, não declarou estes valores em sua prestação de contas.

3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

4. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO Nº 438-60.2013.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade por ausência de fundamentação legal e, no mérito, por maioria de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOAÇÃO SIMPATIZANTE. EXCEÇÃO. CONTABILIZAÇÃO. IMPROPRIEDADES. SANÁVEIS. PROVIMENTO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Não obstante a omissão de receita ou despesa configurar irregularidade prevista na legislação, in casu, essa falha encontra permissivo legal quando o valor doado não exceder R\$ 1.064,00;

2. Erros formais ou materiais irrelevantes no conjunto da prestação de contas, que não comprometem o seu resultado, não acarretam rejeição das contas.

PROCESSO Nº 321-24 .2012.6.17.0037

ORIGEM: PALMARES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. VÍCIOS FORMAIS.

- 1. Decorre de expressa previsão legal de que erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não prejudiquem o seu resultado, não implicarão na sua desaprovação;*
- 2. Hipótese em que a ausência de alguns documentos quanto às doações estimáveis em dinheiro constitui vício formal, dando ensejo à aplicação do dispositivo supracitado;*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 441-15.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam sua regularidade.*
- 2. A pessoa jurídica doadora de campanha não se confunde com a comunidade religiosa alegada pelo parquet.*
- 3. Com os documentos trazidos nos autos, restou provadas serem pessoas jurídicas distintas.*
- 4. Pelo desprovimento do recurso.*

PROCESSO Nº 376-81.2012.6.17.0034

ORIGEM: CASINHAS-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.8 DOCUMENTAÇÃO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOCUMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. CONTAS NÃO PRESTADAS. RETIFICADORA. APRESENTAÇÃO. VÍCIOS MATERIAIS. CONSTATAÇÃO.

1. Estando o processo maduro para julgamento, desnecessária a devolução dos autos ao juízo de origem, podendo a segunda instância, de logo, apreciar a prestação de contas, hipótese ocorrida in casu;

2. Importa em vício de natureza grave, não passível de saneamento, a constatação de que os gastos eleitorais do recorrente, não caracterizados como “despesas de pequeno valor”, nos termos do art. 30 da Res TSE 23.376/2012, foram pagos diretamente em espécie, descumprindo exigência legal que determina a utilização de cheque nominal ou transferência bancária, ensejando a desaprovação das contas analisadas;

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 236-02.2013.6.17.0142

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. NOTIFICAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO. CONTAS NÃO PRESTADAS. DOCUMENTAÇÃO. FASE RECURSAL. APRESENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. IRREGULARIDADES FORMAIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Decorre de expressa previsão legal que as contas serão aprovadas, com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a sua regularidade (Res. TSE nº 23.376/2012, art. 51, II).

2. Hipótese em que o candidato não apresentou os extratos bancários em sua forma definitiva e, embora tenha colacionado aos autos termo de cessão de veículo vinculado a despesas com

aquisição de peças e serviços automotivos, não realizou o registro como doação estimável em dinheiro em sua prestação de contas. Em se tratando, porém, de impropriedades de natureza meramente formal, não possuem o condão de ensejar a sua desaprovação.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 164-89.2012.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE F. MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATOS. PREFEITO E VICE-PREFEITO. PRELIMINAR NULIDADE DE SENTENÇA. REJEITADA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EM GRAU RECURSAL. ANÁLISE. POSSIBILIDADE. DILIGÊNCIAS DETERMINADAS NA 1^A INSTÂNCIA. NÃO ATENDIMENTO. APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS.

1. A jurisprudência desta Corte já se posicionou pela possibilidade de análise dos documentos colacionados em grau recursal. Precedentes.

2. Verifico que a documentação trazida juntamente com as razões recursais sanou as irregularidades existentes nas contas.

3. O não atendimento às diligências determinadas na 1ª instância, no prazo legal, impõe a aprovação das contas com ressalvas.

4. Recurso provido.

PROCESSO Nº 131-02.2013.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, por unanimidade, em CONHECER e JULGAR PROCEDENTE O RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VEREADOR. NÃO NULIDADE DA SENTENÇA. NOTIFICAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO INFORMADO PELO CANDIDATO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. ACEITABILIDADE. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PROVIMENTO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

PROCESSO Nº 123-25.2013.6.17.0013
ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOCUMENTAÇÃO. FASE RECURSAL. POSSIBILIDADE. IRREGULARIDADE. SANADA.

- 1. Decorre de expressa previsão legal a viabilidade da apresentação de novo documento em fase de recurso (art. 266 do Código Eleitoral);*
- 2. Hipótese em que o candidato acostou, junto com a peça recursal, documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 274-74.2012.6.17.0029
ORIGEM: GAMELEIRA-PE
RELATOR: DES. LUIS ALBERTO GURGEL DE FARIA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar, com ressalvas, as contas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. INCONSISTÊNCIA NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

- 1. A prestação de contas será desaprovada quando houver vícios passíveis de comprometer a sua regularidade,*
- 2. Hipótese em que houve divergência nas informações prestadas nas retificadoras e ausência de documentação exigida pela legislação de regência, comprometendo, no conjunto, a confiabilidade e a regularidade das contas apresentadas.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 322-67.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. JUNTADA DE DOCUMENTO EM FASE RECURSAL. DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONSTANTES NOS RELATÓRIOS DE "DEMONSTRATIVO DE RECURSOS ARRECADADOS" E DE "RECURSOS PRÓPRIOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO" COM O DOCUMENTO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL. INCONGRUÊNCIAS SANADAS COMA JUNTADA DE CERTIDÃO DE ÓBITO EM SEDE RECURSAL. APLICAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

PROCESSO Nº 286-25.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - CONTAS - DESAPROVAÇÃO -

ELEIÇÕES 2012 - JUNTADA DE DOCUMENTOS NA FASE RECURSAL - PRECEDENTES - FALHA DE NATUREZA FORMA - APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. Falhas de Natureza Forma não são ensejadoras de desaprovação das contas;*
- 2. Aceitação de juntada de documento em sede recursal desde que observado os princípios da lealdade, da boa-fé e do contraditório;*
- 3. Provimento parcial do recurso.*

PROCESSO Nº 329-59.2012.6.17.0000

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A irregularidade apontada pelo Juízo de 1º Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante;*
- 2. Constas julgadas aprovadas com ressalvas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 232-25.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. *A irregularidade apontada pelo Juízo de 1º Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante;*
2. *Constas julgadas aprovadas com ressalvas;*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 279-96.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. IRREGULARIDADES. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. *A irregularidade apontada pelo Juízo de 1º Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante;*
2. *Este tribunal tem decidido pela aplicabilidade dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no julgamento das contas de campanha, quando verificadas falhas que não lhes comprometem a regularidade;*
3. *Constas julgadas aprovadas com ressalvas;*
4. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 173-49.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES. 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOCUMENTAÇÃO. FASE RECURSAL. POSSIBILIDADE. IRREGULARIDADE. SANADA.

- 1. Decorre de expressa previsão legal a viabilidade da apresentação de novo documento complementar, restando apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 2. Hipótese em que o candidato acostou, junto com a peça recursal, documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 281-66.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES. 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOCUMENTAÇÃO. FASE RECURSAL. POSSIBILIDADE. IRREGULARIDADE. SANADA.

- 1. Decorre de expressa previsão legal a viabilidade da apresentação de novo documento complementar, restando apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 2. Hipótese em que o candidato acostou, junto com a peça recursal, documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 274-74.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.9 EMBARGOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios com efeitos infringentes, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento;

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida;

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 447-22.2012.6.17.0119

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÃO 2012. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 421-24.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÃO 2012. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 428-16.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÃO 2012. CONTAS DESAPROVADAS. RECURSO DESPROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 439-45.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis apenas para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando a nova apreciação da matéria.*
- 2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.*
- 3. Embargos conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 336-75.2013.6.17.0042

ORIGEM: BARREIROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO COM ANORMA LEGAL, DOUTRINA EJURISPRUDÊNCIA DO TSE. MATÉRIA SOBEJAMENTE DISCUTIDA QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. A INELEGIBILIDADE APTA A ENSEJAR O RCED É AQUELA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL OU, SE INFRACONSTITUCIONAL, SUPERVENIENTE AO REGISTRO DE CANDIDATURA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO. REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ JULGADA. EMBARGOS REJEITADOS.

PROCESSO Nº 23-12.2013.6.17.0000

ORIGEM: SÃO JOSÉ DO BELMONTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE);*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 448-07.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE);*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 101-06.2013.6.17.0000

ORIGEM: BEZERROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 430-83.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 444-67.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento.

2. Embargos de declaração rejeitados.

PROCESSO Nº 31-52.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento.

2. Embargos de declaração rejeitados

PROCESSO Nº 101-50.2012.6.17.0126

ORIGEM: SCAMURU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR F. DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS TERADO'. REALIZAÇÃO DE GASTOS DE CAMPANHA. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DESAPROVAÇÃO. OMISSÃO DE ANÁLISE DE DADOS. NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. REVISITAÇÃO DA MATÉRIA. INCABÍVEL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS IMPROVIDOS.

1. A Resolução nº 23.376/2012, mais especificamente em seu art. 40, §2º, exige que as doações recebidas, em dinheiro ou

estimáveis em dinheiro, constem no demonstrativo dos recursos arrecadados da prestação de contas do candidato.

2. In casu, o candidato a vereador embargante, apesar de ter recebido bens e serviços estimáveis em dinheiro do candidato a Prefeito e do Comitê Financeiro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, não declarou estes valores em sua prestação de contas.

3. A falha apontada configura vício material grave, ensejador da desaprovação das contas, tendo em vista impossibilitar esta Justiça Especializada de fazer a correta fiscalização dos gastos de campanha.

4. O Princípio do Livre Convencimento Motivado permite ao DES. proferir decisões com base na análise dos elementos que achar suficientes para embasá-la, sem estar vinculado à apreciação minuciosa de cada um dos argumentos apresentados pelo embargante.

5. Os Embargos de Declaração têm por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão, obscuridade ou contradição no pronunciamento judicial, mas não permite revisitar a matéria sobre a qual foi proferida decisão.

4. Embargos de Declaração com efeitos infringentes improvidos.

PROCESSO Nº 438-60.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR F. DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSIONAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 132-84.2013.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO À RESPEITO DE PRONUNCIAMENTO SOBRE OS FATOS QUE LEVARAM O JUÍZO DE 1o GRAU A CONDENAR A EMBARGANTE EM MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA DA OMISSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES DO ART. 17 E SEQUINTE DO CPC. MATÉRIA EXAUSTIVAMENTE DISCUTIDA QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 316-66.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E OBSCURIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são admissíveis apenas para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando a nova apreciação da matéria.

2. Diante da flagrante ausência de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 13-44.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AIJE. OMISSÃO. INOBSERVÂNCIA.

- 1. A matéria suscitada pelos embargantes foi exaurida quando da análise do Recurso Eleitoral, motivo pelo qual não há que se falar em omissão a ser saneada.*
- 2. Os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando para rediscutir a lide.*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 213-72.2012.6.17.0076

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE ERRO OU OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria de mérito.*
- 2. Inexistente o erro e a omissão apontada, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios.*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 442-97.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria de mérito;*
- 2. Inexiste a contradição e a omissão apontada, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios;*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 351-87.2012.6.17.0060

ORIGEM: TUPANATINGA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

- 1. A jurisprudência do TSE admite o uso dos embargos declaratórios com efeitos infringentes, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.*
- 2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca da matéria de fato já discutida.*
- 3. Embargos conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 426-46.2012.6.17.0119

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE ERRO OU OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria de mérito;*
- 2. Inexiste o erro e a omissão apontada, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios;*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 442-97.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA - PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal 9art. 275 do CE);*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto;*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 364-58.2012.6.17.0037

ORIGEM: PALMARES - PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007. OMISSÃO. NÃO CONFIGURADA.

- As questões levantadas na Prestação de Contas foram exaustivamente analisadas pelo Pleno, existindo um fato novo,*

consubstanciado no recolhimento de valor aos cofres públicos, porém não suficiente à aprovação das contas.

- Aplicação do princípio da razoabilidade a diminuir o tempo de suspensão do repasse de contas do Fundo Partidário, ante o referido recolhimento de montante ao erário.

- Embargos providos em parte.

PROCESSO Nº 4286900-73.2008.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS nos termos do voto do Des. Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A VEREADOR. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 34-41.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A VEREADOR. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. *A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.*

2. *Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.*

3. *Embargos conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 35-26.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. *Embargos de declaração com efeitos infringentes, através dos quais se objetiva rediscutir causa já julgada à unanimidade por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão-somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.*

2. *Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 337-60.2012.6.17.0042

ORIGEM: BARREIROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

- 1. Embargos de declaração com efeitos infringentes, através dos quais se objetiva rediscutir causa já julgada à unanimidade por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão-somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.*
- 2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 12-46.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A VEREADOR. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

- 1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.*
- 2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.*
- 3. Embargos conhecidos e rejeitados*

PROCESSO Nº 31-86.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A VEREADOR. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados

PROCESSO Nº 32-71.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO A VEREADOR. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 33-56.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Não há falar em obscuridade quando se depreende dos autos que o Colegiado conhecia inteiramente as peculiaridades do caso e que, com base nos elementos constantes do caderno processual, manteve posição pela caracterização do abuso de poder econômico perpetrado pelo embargante.

2. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 231-34.2012.6.17.0128

ORIGEM: IBIMIRIM - PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos

PROCESSO Nº 32-37.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA - PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos*

PROCESSO Nº 28-34.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. FATOS NOVOS. INEXISTENTES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. REJEITADOS.

- 1. Não há que se falar em erro material, visto que restou constatado nos autos a inexistência de fatos novos que ensejassem a necessidade de manifestação do embargante;*
- 2. Embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, objetivando rediscussão de matéria já apreciada e julgada, à unanimidade, por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão somente o aperfeiçoamento da decisão judicial;*
- 3. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 196-70.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. PRESTAÇÃO DE CONTAS.

1. *Embargos de declaração em embargos de declaração oposto com o objetivo de reformar a decisão desse regional que desaprovou as contas do partido e fixou em 6 (seis) meses o prazo de suspensão das contas do fundo partidário;*
2. *Requer o embargante a modificação da decisão, alegando que a) a decisão não observou o artigo 27, inciso II da Resolução TSE 21.841/2004; b) o parecer da secretaria de controle interno opinou pela aprovação com ressalvas; c) a Corte aprovou com ressalvas as prestações de contas do partido dos anos 2008 e 2010, que apresentavam a mesma irregularidade;*
3. *As questões trazidas já foram objeto de análise, quando do julgamento dos primeiros embargos de declaração;*
4. *Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 191-48.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ IVO DE PAULA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. INEXISTENTE. PEDIDO PRINCIPAL. INACOLHIDO. PERDIDOS SUCESSIVOS. PREJUDICADOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEITADOS.

1. *O não acolhimento do pedido principal prejudicou os requerimentos contidos nos pedidos sucessivos;*
2. *Embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, objetivando rediscussão da matéria já apreciada e julgada, à unanimidade, por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão-somente o aperfeiçoamento da decisão judicial;*
3. *Embargos de declaração rejeitados*

Processo Nº 191-48.2012.6.17.0000

ORIGEM: CAETÉS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL Frederico Carvalho

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR AOS EMBARGOS.

AÇÃO CAUTELAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. AGRAVO PROVIDO.

- 1. Em homenagem ao princípio da fungibilidade e considerando que o recurso foi interposto tempestivamente, recebo os presentes embargos de declaração como agravo regimental, tendo em vista atacar decisão monocrática.*
- 2. Diante da notícia de cumprimento parcial da decisão para a soltura da aparelhagem de som, utilizada por veículo envolvido no cumprimento de decisão judicial emanada por esta Especializada e oriunda deste Regional, deve ser revogada a decisão de extinção do feito e determinada a imediata liberação da aparelhagem sonora apreendida.*
- 3. Agravo regimental provido.*

PROCESSO Nº 573-41.2012.6.17.0000

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU A SUBSTITUIÇÃO DOS CANDIDATOS. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO QUE ORIGINOU O ACÓRDÃO VERGASTADO. INEXISTÊNCIA DE FRAUDE NA SUBSTITUIÇÃO, OCORRIDA SEM QUALQUER AFRONTAMENTO A DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO ANTE A AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 27-49.2013.6.17.0000

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, objetivando rediscussão de matéria já apreciada e julgada, à unanimidade, por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

PROCESSO Nº 425-61.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO CONFIGURAÇÃO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDOS.

1. Todos os pontos alegados como omissões já foram exaustivamente analisados no voto embargado, tanto no que se refere ao patamar usado para a fixação da multa acima do mínimo legal, quanto à justificativa de livre acesso do internauta ao conteúdo do blog.

2 Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento.

3. Embargos de declaração que se nega provimento.

PROCESSO Nº 406-55.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO QUE ORIGINOU O ACÓRDÃO VERGASTADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO ANTE AAUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 79-95.2012.6.17.0124

ORIGEM: JUREMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO QUE ORIGINOU O ACÓRDÃO VERGASTADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO ANTE AAUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO NÚMERO 365-52.2012.6.17.0131

ORIGEM: ITAPISSUMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO QUE ORIGINOU O ACÓRDÃO VERGASTADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO ANTE AAUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 429-07.2012.6.17.0020

ORIGEM: CARPINA -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTENDO O JULGAMENTO DESTES REGIONAL. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA QUE ESTE REGIONAL APRECIE A MATÉRIA DA DESIMCOMPATIBILIZAÇÃO. MATÉRIA EXAUSTIVAMENTE DISCUTIDA QUANDO DO PRIMEIRO JULGAMENTO DOS EMBARGOS. EMBARGOS QUE SE CONHECE MAS REJEITA-SE.

1. Decisão monocrática afastando a alegada contrariedade ao art. 535, II do CPC, por não se haver omitido este Regional sobre nenhuma questão relevante, mas ao contrário, todos os pontos que se reputaram omissos foram decididos expressamente pela Corte, inclusive sendo a mesma categórica no sentido de considerar que o

candidato não era sócio gerente da empresa, nem era responsável pela sua direção, administração ou representação.

2. Agravo regimental no sentido de que o processo retornasse a este Regional para que fosse apreciada a matéria apresentada nos embargos de declaração referente à desincompatibilização do candidato.

3. descaracterização da incidência do art. 1o, II, alínea "i" da Lei Complementar 64/90.

4. A matéria probatória, certa ou errada, não pode ser discutida em sede de embargos, devendo ser apreciada em sede do recurso especial interposto.

PROCESSO Nº 207-71.2012.6.17.0074

ORIGEM: SÃO JOSÉ BELMONTE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA.

1. Matéria exaurida quanto à análise dos fatos apresentados.

2. Houve apenas aparente contradição, razão pela qual, para aclarar o julgado, repise-se que o ponto um da ementa do acórdão rechaçado refere-se à uma remoção com data retroativa e, portanto, fora do período eleitoral; já o ponto dois do mesmo acórdão trata da remoção realizada por meio de portaria, em período vedado, mas imediatamente anulada por instrumento de igual natureza.

3. Quanto ao prequestionamento, a decisão atacada abordou as matérias apontadas como omissas.

4. Embargos acolhidos.

PROCESSO Nº 233-98.2012.6.17.0129

ORIGEM: IPUBI -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER OS EMBARGOS, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE TODAS AS QUESTÕES LEVANTADAS QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO QUE ORIGINOU O ACÓRDÃO VERGASTADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA MODIFICAÇÃO DO JULGADO ANTE AAUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 233-98.2012.6.17.0129

ORIGEM: CALUMBI -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. os embargos de declaração serão opostos no prazo de 3 (três) dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissivo.

2. Embargos não conhecidos.

PROCESSO Nº 315-81.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO, nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL. UTILIZAÇÃO INCORRETA DE DISPOSITIVO LEGAL. ACOLHIMENTO PARCIAL.

- 1. O erro material existente no texto do voto dá margem a seu conhecimento para a ocorrência de modificação, apenas do dispositivo incorretamente empregado.*
- 2. Aclaratórios providos apenas para correção do erro material.*

PROCESSO Nº 20-93.2012.6.17.0085

ORIGEM: IGARASSU -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS para apenas corrigir erro material nos termos do voto do Des. Relator.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO A REJULGAMENTO. DESPROVIMENTO.

- 1. O recurso de embargos de declaração é servil à correção de omissão, obscuridade e contradição eventualmente existentes no julgamento. A pretensão ao rejulgamento deve ser aviada por recurso próprio.*
- 2. Embargos de Declaração desprovidos.*

PROCESSO Nº 150-17.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. DETALHAMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM CURSO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (ARTIGO 73, §10 DA LEI N. 9.504/97).

- 1. Omissão acerca do detalhamento da inexistência de execução orçamentária em curso em ano anterior à eleição reconhecida.*
- 2. Questão analisada apenas de passagem na decisão embargada.*
- 3. Nas notas de empenho (fls. 206, 207, 246, 317), colacionadas aos autos, constam que os recursos que financiaram a aquisição dos imóveis se relacionavam ao Programa Nova Casa, não ao*

Programa de Regularização Fundiária, previsto na Lei n.º 2486/2012.

4. Embargos acolhidos para sanar a omissão apontada, mantendo o resultado do julgamento.

PROCESSO Nº 14-29.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS, nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA COLIGAÇÃO PRA FRENTE PETROLINA E POR JÚLIO LÓSSIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE RECURSAL DA COLIGAÇÃO PRA FRENTE PETROLINA SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES DO PSB. PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DE LEGITIMIDADE DO PSB. MÉRITO. OMISSÃO DA ANÁLISE DAS PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA (PROVA DOCUMENTAL E PROVA TESTEMUNHAL NÃO PRODUZIDAS NO PRIMEIRO GRAU).

1. Preliminar de ilegitimidade recursal acolhida, uma vez que a Coligação pra Frente Petrolina não participou da relação processual como parte, nem tampouco fundamentou a existência de interesse jurídico para recorrer como terceiro interessado, conforme prescreve o artigo 499, §1º do CPC.

2. Rejeita-se preliminar de perda superveniente de legitimidade do PSB para atuar isoladamente perante a Justiça Eleitoral, após a criação da Coligação Unidade por Petrolina, da qual faz parte. Isto porque, conforme precedentes do TSE, o partido que ajuíza ação antes de formar a coligação não perde legitimidade para prosseguir na causa até o trânsito em julgado da decisão.

3. Reconhecida a omissão da análise das preliminares de cerceamento de defesa, em razão da não produção de prova documental e testemunhai na decisão embargada.

4. Desnecessidade de produção das mencionadas provas.

5. Embargos de declaração, opostos pela Coligação pra Frente Petrolina, não conhecidos por ilegitimidade recursal.

6. Embargos de declaração de Júlio Lóssio de Macedo acolhidos em parte para sanar a omissão, mas rejeitando as preliminares de cerceamento do direito de defesa.

PROCESSO Nº 14-29.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

Sob a presidência do(a) Excelentíssimo(a) DES.(a) JOSÉ FERNANDES DE LEMOS, ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em acolher a preliminar de ilegitimidade recursal da coligação, em rejeitar a preliminar de perda superveniente de legitimidade do PSB, e no mérito, por unanimidade de votos, em acolher parcialmente os embargos, nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DE LEGITIMIDADE DO PSB. MÉRITO. OMISSÃO DA ANÁLISE DAS PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA (PROVA DOCUMENTAL E PROVA TESTEMUNHAL NÃO PRODUZIDAS NO PRIMEIRO GRAU). OMISSÃO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO VICE-PREFEITO ELEITO NA ELEIÇÃO DE 2012-GUILHERME CRUZ COELHO.

- 1. Rejeita-se preliminar de perda superveniente de legitimidade do PSB para atuar isoladamente perante a Justiça Eleitoral, após a criação da Coligação Unidade por Petrolina, da qual faz parte. Isto porque, conforme precedentes do TSE, o partido que ajuíza ação antes de formar a coligação não perde legitimidade para prosseguir na causa até o trânsito em julgado da decisão.*
- 2. Reconhecida a omissão da análise das preliminares de cerceamento de defesa em razão da não produção de prova documental e testemunhal na decisão embargada.*
- 3. Desnecessidade de produção das mencionadas provas.*
- 4. Como não integrava a administração anterior, nem tampouco se apresentava como candidato na ocasião, apenas se impõe a cassação do diploma, como consequência necessária da cassação do mandato do titular.*
- 5. Embargos de declaração acolhidos em parte, para sanar as omissões, mas rejeitar as preliminares de cerceamento de direito de defesa, bem como para excluí-lo da imposição de quaisquer das*

sanções decorrentes do cometimento das condutas descritas na petição inicial, salvo cassação do diploma de Vice-Prefeito, consequência necessária da cassação do diploma do candidato a Prefeito.

PROCESSO Nº 14-29.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar suscitada, e no mérito, por maioria de votos, em CONHECER e acolher parcialmente os EMBARGOS, nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO VICE-PREFEITO NÃO CANDIDATO À REELEIÇÃO. CONDOTA VEDADA. RESPONSABILIDADE. AUSÊNCIA. PROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Não se pode imputar a prática de conduta vedada, de conhecida responsabilidade do titular, à Vice-Prefeito. A imposição de qualquer sanção não pode ocorrer de forma automática ou reflexa, sendo necessária a demonstração do preenchimento de todosos elementos do tipo.

2. Hipótese em que o Vice-Prefeito não incidiu nas condutas vedadas, descritas no art. 73, inciso IV e em seu §10º, da Lei nº 9.504/97, visto que não possuía poderes para impedir a prática das ações efetivadas pelo titular, restando-lhe ausente o que os penalistas chamam de domínio do fato.

3. Embargos de Declaração conhecidos e providos para afastar a responsabilidade do Vice-Prefeito.

PROCESSO Nº 14-29.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.nos termos do voto divergente.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRAZO. ÚLTIMO DIA.
PROTOCOLADO CINCO MINUTOS APÓS O HORÁRIO.
TEMPESTIVIDADE. CONHECIDO. MÉRITO. OMISSÃO.
INEXISTÊNCIA.**

1. Embargos recebidos no último dia do prazo, apenas 05 minutos após o encerramento do expediente forense, deve ser conhecido, por ser medida razoável e proporcional, até para viabilizar a garantia constitucional do acesso à ordem jurídica justa.

2. Aclaratórios interpostos com o objetivo de rediscutir causa já julgada à unanimidade por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.

3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 45-70.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FRITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FALTA DE ASSINATURA DE ADVOGADO HABILITADO. NÃO CONHECIMENTO.

- Não se conhece de Embargos de Declaração interpostos por advogado sem habilitação nos autos.

PROCESSO Nº 130-09.2012.6.17.0124

ORIGEM: JUREMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER OS EMBARGOS nos termos do voto do Des. Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO COM REGISTRO INDEFERIDO. ILEGITIMIDADE ATIVA. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO

DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios com efeitos infringentes, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 70-83.2013.6.17.0000

ORIGEM: BEZERROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO COM REGISTRO INDEFERIDO. ILEGITIMIDADE ATIVA. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral admite o uso dos embargos declaratórios com efeitos infringentes, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado do julgamento.

2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca de matéria de fato já discutida.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 69-98.2013.6.17.0000

ORIGEM: BEZERROS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS QUE PUDESSEM CARACTERIZAR QUALQUER ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. AUSÊNCIA DE PROVA CABAL DE QUE O TRANSPORTE DOS CIDADÃOS ERA FEITO COM ESPECIAL FIM DE ANGARIAR VOTOS. AUSÊNCIA DE COAÇÃO DO ELEITOR PARA VOTAR NO CANDIDATO. AUSÊNCIA DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO. AUSÊNCIA DE CORRUPÇÃO ELEITORAL. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 4-46.2013.6.17.0019

ORIGEM: ESCADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO NO TSE. LIMINAR DEFERIDA EM PARTE PARA QUE ESTE REGIONAL SE PRONUNCIE NA PRIMEIRA SESSÃO APÓS ACOMUNICAÇÃO OFICIAL PARA QUE SUPRA A OMISSÃO RECONHECIDA. CANDIDATO NÃO ERA SÓCIO GERENTE DA EMPRESA QUE MANTINHA CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE FORNECIMENTO DE BENS COM ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO. CANDIDATO HÁBIL A CONCORRER NO PLEITO ELEITORAL. PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS OPOSTOS, TÃO SOMENTE PARA REGISTRAR A MATÉRIA DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DA INELEGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 1º, II, ALÍNEA "i" da LC 64/90. AUSÊNCIA DE PROVAS NOS AUTOS DE QUE O CANDIDATO TIVESSE EXERCIDO QUALQUER ATO VEDADO PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NOPERÍODO POR ELA ESTABELECIDO.

- 1. A proibição legal de afastamento é para aqueles candidatos que tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica que preste serviço com o Poder Público.*
- 2. O candidato não era sócio gerente da empresa em questão, pois no contrato em sua cláusula sétima estava explícito que a gerência da sociedade era exercida por pessoa diversa do candidato.*
- 3. Desincompatibilização antes do período vedado, afastando a possibilidade de aplicação da inelegibilidade.*
- 4. Não há provas nos autos de que o candidato tenha exercido efetivamente as funções não permitidas dentro do período vedado, cabendo o ônus da prova à embargante.*
- 5. Provimento parcial dos embargos.*

PROCESSO Nº 207-71.2012.6.17.0074

ORIGEM: SÃO JOSÉ DO BELMONTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA.

- 1. Matéria exaurida quanto à análise dos fatos apresentados.*
- 2. Os embargos de declaração somente são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando para rediscutir a lide.*
- 3. Quanto ao prequestionamento, a decisão atacada abordou as matérias apontadas como omissas.*
- 4. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 685-17.2012.6.17.0127

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO ACERCA DA AUSÊNCIA DA KOMBI NA DECLARAÇÃO DE BENS. MATÉRIA NÃO TRAZIDA NO RECURSO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE PELA IMPOSSIBILIDADE DE MENSURAR VALOR DE SERVIÇO ARTÍSTICO. DOAÇÃO DE JINGLE PARA A CAMPANHA. NÃO EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE LEGAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO POR UTILIZAÇÃO DO ART. 23 DA LEI N.º 9.504/97, QUE DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE DOAÇÃO EM CAMPANHA E NÃO SOBRE AAUSÊNCIA DE BENS DECLARADOS. INEXISTÊNCIA. O BEM ERA DE PROPRIEDADE DO CANDIDATO MEDIANTE RECIBO DE COMPRA E VENDA CONSTANTE DOS AUTOS. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 3-61.2012.6.17.0019

ORIGEM: ESCADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. REJEITADOS.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, objetivando rediscussão de matéria já apreciada e julgada, à unanimidade, por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso.*
- 3. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 146-77.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 132-84.2013.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO À RESPEITO DE PRONUNCIAMENTO SOBRE OS FATOS QUE LEVARAM O JUÍZO DE 1º GRAU A CONDENAR A EMBARGANTE EM MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA DA OMISSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES DO ART. 17 E SEQUINTE DO CPC. MATÉRIA EXAUSTIVAMENTE DISCUTIDA QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

PROCESSO Nº 316-66.2012.6.17.00145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

- 1. Embargos de declaração com pedido de efeitos infringentes, através dos quais se objetiva rediscutir causa já julgada à unanimidade por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão-somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.*
- 2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 395-31.2012.6.17.00085

ORIGEM: ARAÇOIBABA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE F. MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE FATO. INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.

- 1. Não há falar em erro de fato quando o acórdão embargado levou em consideração todo o conjunto probatório coligido aos autos.*
- 2. Inexiste omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, não servindo os aclaratórios como meio hábil para revisitar a matéria.*
- 3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 3-09.2013.6.17.0101

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE FATO. INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ART. 262 DO CÓDIGO ELEITORAL. EFEITO NÃO VINCULANTE. PREQUESTIONAMENTO.

1. *Não há que se falar em erro de fato quando o acórdão embargado foi proferido levando-se em consideração todo o conjunto probatório coligido aos autos.*
2. *Inexiste qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo os aclaratórios como meio hábil para revisitar a matéria.*
3. *O reconhecimento da inconstitucionalidade do inc. IV, do art. 262 do Código Eleitoral pelo TSE, em análise de caso específico, não vincula os outros órgãos da Justiça Eleitoral.*
4. *Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 30-04.2013.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ELEITORAL. TEMPESTIVIDADE DA INTERPOSIÇÃO RECURSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO.

1. *Conforme entendimento do TSE, desde que os fundamentos adotados bastem para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pelas partes, assim como não cabe a essas imiscuirse na forma pela qual o colegiado da Corte aprecia os feitos que lhes são submetidos.*
2. *Embargos de Declaração não acolhidos*

PROCESSO Nº 2-76.2013.6.17.0000

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. REJEIÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES. NATUREZA DAS IRREGULARIDADES. ANÁLISE. DECISÕES ANULATÓRIAS. INELEGIBILIDADE. AFASTAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.

- 1. A ausência da análise das irregularidades nas contas de gestão do candidato rejeitadas pela Câmara de Vereadores não constitui omissão, mas, sim, uma impossibilidade, tendo em vista que os atos legislativos que as declararam irregulares foram anulados pela Justiça Comum.*
- 2. Não há contradição em julgado que respeita a ordem lógica das proposições e motivos que levaram o magistrado a formar o seu convencimento.*
- 3. Eventuais/supostas contradições do decisum com a lei devem ser analisadas mediante a via recursal adequada, não sendo matéria de embargos de declaração.*
- 4. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir matéria já analisada pelo Colegiado deste Regional.*
- 5. Embargos não acolhidos.*

PROCESSO Nº 27-45.2012.6.17.0045

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. REJEIÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES. NATUREZA DAS IRREGULARIDADES. ANÁLISE. DECISÕES ANULATÓRIAS. INELEGIBILIDADE. AFASTAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.

- 1. A ausência da análise das irregularidades nas contas de gestão do candidato rejeitadas pela Câmara de Vereadores não constitui omissão, mas, sim, uma impossibilidade, tendo em vista que os*

atos legislativos que as declararam irregulares foram anulados pela Justiça Comum.

2. Não há contradição em julgado que respeita a ordem lógica das proposições e motivos que levaram o magistrado a formar o seu convencimento.

3. Eventuais/supostas contradições do decisum com a lei devem ser analisadas mediante a via recursal adequada, não sendo matéria de embargos de declaração.

4. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir matéria já analisada pelo Colegiado deste Regional.

5. Embargos não acolhidos.

PROCESSO Nº 27-45.2012.6.17.0045

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).

2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.

3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 29-19.2013.6.17.0000

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. *Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 do CE).*
2. *Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
3. *Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 206-39.2012.6.17.0025

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES. CONTRADIÇÃO. ACOLHIMENTO.

1. *O acórdão embargado traz contradição ao afirmar que restou ausente autorização judicial para quebra de sigilo fiscal, em representação que versava sobre excesso de doação para campanha eleitoral, quando tal autorização, de fato, existiu.*
2. *Embargos de declaração conhecidos e providos.*

PROCESSO Nº 110-14.2011.6.17.0025

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER OS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. *Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 CE);*
2. *Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto;*
3. *Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº 110-14.2011.6.17.0025

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE. ART. 259 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRECLUSÃO.

1. Nos termos do art. 259 do Código Eleitoral, os prazos para interposição de recurso são preclusivos, salvo quando nele se discutir matéria constitucional.

2. Não deve ser conhecido o recurso eleitoral interposto fora do prazo de três dias estabelecido na legislação de regência, pois intempestivo.

3. Recurso não conhecido.

PROCESSO Nº 304-02.2011.6.17.0000

ORIGEM: ARAÇOIABA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento.

2. Não há que se falar em contradição entre os motivos que ensejaram a concessão do provimento liminar com as razões que levaram à denegação da ordem, visto que o juízo que autoriza o acatamento da liminar é baseado em uma análise superficial da matéria, enquanto o provimento final da questão se baseia em análise mais aprofundada.

3. Embargos de declaração rejeitados.

PROCESSO Nº 713-75.2011.6.17.0000

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

- 1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento.*
- 2. Os embargos de declaração para dirimir contradição ocorrida no próprio julgado, não servindo para resolver conflito entre este e outro julgamento proferido em processo distinto.*
- 3. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 403-08.2012.6.17.0085

ORIGEM: ARAÇOIABA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. INEXISTÊNCIA.

- Alegação de intempestividade na interposição do recurso eleitoral que se aprecia mas não prospera, posto que se constata a observância do prazo legal.*
- Embargos conhecidos mas não providos.*

PROCESSO Nº 4286265-83.2008.6.17.0100

ORIGEM: OLINDA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO FORMAL. FORMA INCORRETA DE USO DE VOCÁBULO. ACOLHIMENTO.

- O erro ortográfico existente em acórdão embargado dá margem a seu conhecimento para a ocorrência de modificação, apenas da palavra incorretamente empregada.

PROCESSO Nº 49-14.2012.6.17.0107

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DECLARATORIOS APENAS PARA CLAREAMENTO DE ERRO MATERIAL.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. CONTRADIÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO.

- A formação do convencimento dos magistrados que compõem a Corte Eleitoral pode ser proveniente de motivações diversas, mesmo quando há convergência de entendimento.

- Não é omissa o julgado que motiva a manutenção da decisão combatida em grau de recurso, visto que é desnecessária a discussão de todos os pontos mencionados naquele.

-Embargos não acolhidos.

PROCESSO Nº 49-14.2012.6.17.0107

ORIGEM: BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. AUSÊNCIA DE

OMISSÕES E CONTRADIÇÕES NO ACÓRDÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

- 1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão da matéria de mérito.*
- 2. Inexistentes as omissões e contradições apontadas, impõe-se o não acolhimento dos aclaratórios.*
- 3. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 153-76.2012.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. NÃO ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

- 1. A jurisprudência do TSE admite o uso dos embargos declaratórios com efeitos infringentes, quando verificada a existência de omissão, obscuridade ou contradição capaz de alterar o resultado de julgamento;*
- 2. Diante da flagrante ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada no acórdão atacado, é de se rejeitar os embargos de declaração que visam exclusivamente a um novo pronunciamento da Corte acerca da matéria já discutida.*

PROCESSO Nº 152-85.2012.6.17.0116

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTE. CONTRADIÇÃO. ACOLHIMENTO.

- 1. O acórdão embargado traz contradição ao afirmar que restou ausente autorização judicial para quebra de sigilo fiscal, em*

representação que versava sobre excesso de doação para campanha eleitoral, quando tal autorização, de fato, existiu;

2. Embargos de declaração conhecidos e providos

PROCESSO Nº 152-85.2012.6.17.0116

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RE. CONVENCIMENTO MOTIVADO. DESNECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DE TODOS OS PONTOS. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NO ACÓRDÃO.

1. Não há que se falar em contradição no julgado, quando paira no texto do voto a devida motivação do livre convencimento do magistrado;

2. A fundamentação precisa basta para justificar o concluído na decisão, não restando ao julgador a obrigação de rebater todos os argumentos utilizados pela parte;

3. Embargos de Declaração conhecidos mas não providos.

PROCESSO Nº 122-34.2012.6.17.0091

ORIGEM: PASSIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2007. OMISSÃO. NÃO CONFIGURADA.

1. Todas as questões levantadas na prestação de contas foram exaustivamente analisadas pelo Pleno, inexistindo fato novo, omissão, obscuridade ou contradição para modificar o julgado.

2. Embargos desprovidos.

PROCESSO Nº 4286900-73.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

- 1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento;*
- 2. Questões que não possuem nenhuma relevância ao deslinde da causa não devem ser discutidos, sob pena de afronta ao princípio da celeridade processual, não podendo falar em omissão do julgado em razão disto;*
- 3. In casu, o decisum embargado enfrentou todos os pontos necessários, deixando claro que o caso em análise se enquadrou perfeitamente na execução contida no art. 73 da lei 9.504/97, ou seja, o programa social, denominado PROUCA, consistente na distribuição de computadores aos alunos da rede de escola pública, já estava autorizado em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, inclusive com notas de empenho emitidas;*
- 4. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 15-14.2012.6.17.0085

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO AUSÊNCIA.

- 1. Matéria exaurida quanto à análise dos fatos apresentados;*
- 2. Os embargos de declaração somente são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando a rediscutir a lide;*

3. Quanto ao prequestionamento, a decisão atacada abordou as matérias apontadas como omissas;
4. Embargos rejeitados.

PROCESSO Nº 340-87.2012.6.17.0018
ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. AIJE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA SOBEJADAMENTE DISCUTIDA QUANDO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Embargos de declaração que objetivam rediscutir causa já julgada por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão somente o aperfeiçoamento da decisão judicial;
2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

PROCESSO Nº 111-94.2012.6.17.0126
ORIGEM: CUMARU-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 CE);
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto;
3. Aclaratórios desprovidos.

PROCESSO Nº 150-24.2012.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o Tribunal (art. 275 CE);*
- 2. Hipótese em que há omissão quanto ao exame da inépcia da exordial. Entretanto, entendeu-se que a degravação parcial da mídia, trazida no bojo da exordial, que possibilitou, efetivamente, o exercício do direito de defesa pelo investigados, revela atendimento a esse requisito à propositura da ação, mostrando-se equivocada a extinção do feito sem resolução do mérito, mormente, quando constatado, ainda, que outros meios de prova foram apresentados pelo autor;*
- 3. Aclaratórios parcialmente providos para corrigir os vícios apontados, sem, contudo, emprestar-lhes efeitos infringentes.*

PROCESSO Nº 243-95.2012.6.17.0116

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

- 1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão da matéria já abordada em julgamento;*
- 2. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 156-31.2012.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR F. DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração são admissíveis quando houver obscuridade, dúvida ou contradição e quando for omitido ponto sobre o que devia pronunciar-se o tribunal (art. 275 do CE).*
- 2. Hipótese que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso interposto.*
- 3. Aclaratórios desprovidos.*

PROCESSO Nº – 20-89.2011.6.17.0012

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. CONVENCIMENTO MOTIVADO. DESNECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DE TODOS OS PONTOS. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO NO ACÓRDÃO.

- 1. Não há que se falar em contradição no julgado, quando paira no texto do voto a devida motivação do livre convencimento do magistrado.*
- 2. A fundamentação precisa basta para justificar o concluído da decisão, não restando ao julgador a obrigação de rebater todos os argumentos utilizados pela parte.*
- 3. Embargos de Declaração conhecidos mas não providos.*

PROCESSO Nº 122-34.2012.6.17.0091

ORIGEM: PASSIRA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS CONDUTAS ILÍCITAS DESCRITAS NA INICIAL. FALTA DE PROVAS DE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DOS EMBARGADOS EM QUALQUER PRÁTICA DELITUOSA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- 1. A decisão embargada foi clara ao afirmar que não existe nos autos provas suficientes que corroborem a prática de corrupção eleitoral e do abuso de poder econômico apontados na exordial.*
- 2. Se não há sequer prova da existência dos ilícitos apontados na inicial, mas ainda pode-se dizer que não há prova de participação, quer direta, quer indireta, dos embargados na distribuição de benesses aos eleitores em troca de votos.*
- 3. Não havendo omissão do julgado, devem ser rejeitados os presentes embargos de declaração.*

PROCESSO Nº 100-20.2012.6.17.0141

ORIGEM: VICENTE FÉRRER-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO ACOLHIMENTO.

- 1. Alegações de omissão acerca de intempestividade e apreciação sobre confiscatoriedade da multa sancionatória que não procedem, tendo em vista que os pontos referidos foram objeto da discussão na decisão em sede de recurso eleitoral e dos próprios embargos objeto dessa irresignação.*
- 2. Embargos conhecidos mas não providos.*

PROCESSO Nº 110-14.2011.6.25.0000

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

- 1. Embargos de declaração com efeitos infringentes, através dos quais se objetiva rediscutir causa já julgada à unanimidade por esta Corte, desvirtuando o objetivo do mencionado recurso, o qual visa tão-somente o aperfeiçoamento da decisão judicial.*
- 2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.*

PROCESSO Nº 179-15.2012.6.17.0071

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERCEIRO PREJUDICADO. ART. 499 DO CPC. ILEGITIMIDADE DA PARTE. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NÃO CONHECIDOS.

- 1. Cabe ao terceiro prejudicado demonstrar a existência de uma relação jurídica, com a outra parte, que sofra influência ou prejuízo em razão da decisão;*
- 2. Ilegitimidade Recursal reconhecida;*
- 3. Embargos de declaração não conhecidos.*

PROCESSO Nº 321-24.2012.6.17.0037

ORIGEM: PALMARES-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER OS EMBARGOS por ilegitimidade da parte.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA.

- 1. Matéria exaurida quanto a análise dos fatos apresentados;*
- 2. Os embargos de declaração somente são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando para rediscutir a lide;*
- 3. Quanto ao prequestionamento, a decisão atacada abordou as matérias apontadas como omissas;*
- 4. Embargos rejeitados.*

PROCESSO Nº 322-39.2012.6.17.0027

ORIGEM: ITAMBÉ-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- 1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento;*
- 2. Os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento, não servindo para resolver conflito entre este e outro julgamento proferido em processo distinto;*
- 3. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 271-71.2012.6.17.0142

ORIGEM: ITAMBÉ-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

- 1. São admitidos embargos de declaração para sanar erro material.*
- 2. Constitui erro material aquele decorrente equívoco evidente, tal como um erro de digitação, como no caso dos autos.*
- 3. Embargos conhecidos e acolhidos.*

PROCESSO Nº 9-47.2012.6.17.0005

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DARPARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESACOLHIMENTO.

- 1. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade na decisão colegiada, deve-se rejeitar os embargos de declaração utilizados apenas para rediscussão de matéria já abordada em julgamento;*
- 2. Embargos de declaração rejeitados.*

PROCESSO Nº 142-58.2013.6.17.0080

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

9.10 INTIMAÇÃO

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM

RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

1. *É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.*

2. *Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.*

PROCESSO Nº 159-65.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

1. *É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.*

2. *Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.*

PROCESSO Nº 140-59.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTAS DE CAMPANHA. REJEIÇÃO DAS CONTAS. INTIMAÇÃO POR DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO. AUSÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NEGADO SEGUIMENTO.

1. É desnecessária a intimação pessoal do candidato da decisão que declara não prestadas suas contas de campanha, sendo suficiente, a teor do art. 30, §5º da Lei n.º 9.504/97 e do art. 56 da Resolução TSE n.º 23.376/12, publicação em Diário da Justiça Eletrônico, regra que foi observada no presente caso. Precedentes do TSE.

2. Agravo Regimental Conhecido e negado seguimento.

PROCESSO Nº 162-20.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

9.11 IRREGULARIDADES

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. INCONSISTÊNCIAS. SANADAS. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO. ERROS FORMAIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Erros formais ou materiais corrigidos ou tidos como irrelevantes no conjunto da prestação de contas não ensejam sua desaprovação. Princípio da insignificância.

2. Inexistem nos autos provas de realização pelo recorrente e despesas de campanha com carro de som e jingle.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 443-82.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. CANDIDATO. VEREADOR. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A irregularidade apontada pelo juízo de 1º grau, que fundamentou o julgamento das contas como desaprovadas foi devidamente suprida, restando apenas falhas de natureza formal, que não comprometem a prestação de contas do candidato;*
- 2. Contas julgadas aprovadas com ressalvas;*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 423-91.2013.6.17.0148

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. PRELIMINARES REJEITADAS. IRREGULARIDADES. ALEGAÇÃO. OMISSÃO. RECONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

- 1. A alegação de existência de irregularidades foi confirmada na defesa de primeiro grau e nas razões de recurso, tornando-se fato incontroverso;*
- 2. Omissão de receita/despesa é irregularidade insanável que ensejam a desaprovação das contas;*
- 3. Recurso não provido.*

PROCESSO Nº 425-61.2013.6.17.0148

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em REJEITAR a preliminar de ofício suscitada pelo Des. Relator e, no mérito, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. IRREGULARIDADES. ALEGAÇÃO. OMISSÃO. RECONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

1. A alegação de existência de irregularidades foi confirmada na defesa de primeiro grau e nas razões de recurso, tonando-se fato incontroverso;

2. Omissão de receita/despesa é irregularidade insanável que ensejam a desaprovação das contas;

3. Recurso não provido.

PROCESSO Nº 429-98.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A PREFEITO. CONTAS DESAPROVADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE FALHA INSANÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Os extratos bancários deverão ser entregues em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais, ou que omitam qualquer movimentação financeira (art. 40, § 8o, Res. TSE nº 23.376/2012).

2. Pelo desprovimento do recurso.

PROCESSO Nº 156-88.2012.6.17.0097

ORIGEM: RIACHO DAS ALMAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS DESAPROVADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE FALHAS INSANÁVEIS. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Os extratos bancários deverão ser entregues em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais, ou que omitam qualquer movimentação financeira (art. 40, § 8o, Res. TSE nº 23.376/2012).*
- 2. Os canhotos dos recibos eleitorais utilizados, quando requisitados em diligência, tornam-se peças obrigatórias na prestação de contas. Ausência dificulta a correta análise das contas.*
- 3. A não identificação dos recursos que transitaram na conta do candidato compromete a confiabilidade das contas, acarretando obstáculo à fiscalização da Justiça Eleitoral.*
- 4. Pelo desprovimento do recurso.*

PROCESSO Nº 158-70.2013.6.17.0017

ORIGEM: PAUDALHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VERBAS DE GABINETE. PEDIDO DE REVISÃO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. Hipótese em que se observa dos autos que as contas apresentadas pelo recorrente, inicialmente rejeitadas pelo TCE/PE, foram, ao final, aprovadas, com ressalvas, pelo mesmo Tribunal de Contas, em sede de Pedido de Revisão, de modo que é manifesta a natureza sanável dos vícios constatados "in casu", não incidindo, portanto, a causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, "g", da LC nº 64/90.*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 740-46.2012.6.17.0101
ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

- 1. Nos autos, inexistem vícios ou irregularidades que impliquem na desaprovação das contas ou ensejem a reanálise da documentação acostada, ao processo, pelo TCE, TCU e Receita Federal.*
- 2. Desprovemento do recurso.*

PROCESSO Nº 171-10.2012.6.17.0048
ORIGEM: ALTINHO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

- 1. Nos termos do art. 38, § 4o, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.*
 - 2. Hipótese em que, não prestadas as contas pelo candidato, o juízo de origem, após a primeira tentativa frustrada de notificação pelos correios, determinou a intimação por edital.*
 - 3. Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.*
-

4. *Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.*

5. *Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 6-69.2012.6.17.0047

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÃO 2008.

1. *Constituem irregularidades formais, porque não inviabilizam a análise das contas as seguintes irregularidades: a) a ausência de comunicação à Justiça Eleitoral de evento para a arrecadação de receita para a campanha; b) apresentação de notas fiscais fora do prazo de validade; c) compensação de cheques com data anterior à emissão da nota fiscal.*

2. *A elaboração de gastos de campanha sem apresentação da nota fiscal correspondente, em desacordo com o estabelecido no artigo 32, parágrafo único da Resolução TSE n.º 22.715/2008, constitui irregularidade material, uma vez que dificulta a análise das contas;*

3. *Pelo mesmo motivo, a ausência de documentação comprobatória da arrecadação de bens estimáveis em dinheiro, em desacordo ao artigo 31 da Resolução TSE n.º 22.715, também constitui irregularidade material.*

4. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 4283975-56.2008.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINOZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

- 1. Nos termos do art. 38, § 4o, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.*
- 2. Hipótese em que, não prestadas as contas pelo candidato, o juízo de origem, após a primeira tentativa frustrada de notificação pelos correios, determinou a intimação poredital.*
- 3. Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.*
- 4. Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.*
- 5. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 131-19.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES SANÁVEIS. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- 1. Não obstante a não emissão de recibos eleitorais configurarem irregularidades previstas na legislação, in casu, essas falhas formais não trouxeram qualquer prejuízo às contas em análise.*
- 2. A demonstração pôde ser constatada da análise de outros documentos.*
- 3. Erros formais ou materiais irrelevantes no conjunto da prestação de contas, que não comprometam o seu resultado, não acarretarão a rejeição das contas. (Inteligência do § 2º-A do art. 29 da Lei 9.504/1997).*
Precedentes.

4. Recurso provido.

PROCESSO Nº 228-44.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VÍCIOS MATERIAIS. IRREGULARIDADES INSANÁVEIS. OCORRÊNCIA.

1. A omissão de abertura de conta e correspondentes extratos bancários constituem irregularidades de natureza material, portanto, falhas insanáveis, que comprometem, em regra, o exame das contas.

2. Hipótese em que os elementos trazidos aos autos demonstram a inexistência de arrecadação e gastos de campanha, de forma que a ausência dos documentos supracitados revelam vícios de natureza insanável que comprometem a regularidade das contas, ensejando a sua desaprovação.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 133-54-16.2013.6.17.0018

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO N. RIBEIRO DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - CONTAS - DESAPROVAÇÃO / REJEIÇÃO DAS CONTAS - ELEIÇÕES 2012. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. DESPROVIMENTO.

A prestação de contas deve vir acompanhada dos extratos bancários de todo o período da campanha eleitoral. § 8º, Art. 40, Resolução TSE n.º 23.376/2012.

- Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 261-34-16.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. VÍCIOS DE NATUREZA FORMAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.

2. Pelo provimento do recurso para aprovar as contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 331-51-16.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA.

1. Havendo necessidade de solicitação de diligências, deve o candidato ser notificado para sanear as irregularidades apontadas.

2. Hipótese em que não existe nos autos comprovação de que a parte interessada tenha sido notificada, restando configurado cerceamento ao seu direito de defesa.

3. Recurso provido. Sentença anulada.

PROCESSO Nº 348-26.2012.6.17.0063

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES SANÁVEIS. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Constatado nos autos o cumprimento das exigências legais, por meio da juntada de documentos, bem como a regularização dos vícios apontados, as contas devem ser julgadas aprovadas com ressalvas.

2. Recurso provido.

PROCESSO Nº 204-17.2012.6.17.0107

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para aprovar as contas apresentadas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSO ELEITORAL. CANDIDATO A PREFEITO. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE IRREGULARIDADES INSANÁVEIS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Verificadas falhas que comprometem a regularidade das contas de campanha, estas devem ser desaprovadas (art. 51, III, da Resolução TSE n.º 23.376/2012).

2. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 284-33.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM GRAU DE RECURSO. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. IRREGULARIDADE SANADA. INCONSISTÊNCIA ENTRE OS REGISTRO CONTÁBEIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS INFORMAÇÕES DO EXTRATO. IRREGULARIDADE MATERIALMENTE ATÍPICA.

1. É possível a juntada de documentos em grau de recursos nos processos de prestação de contas, mesmo quando os mencionados documentos não constituem "documentos novos" na acepção técnica do termo. Isto porque, a prestação de contas prescinde de formalismo exagerado, haja vista seu caráter de jurisdição voluntária.

2. Declaração emitida por instituição bancária, informando que apenas houve movimentação financeira no mês de setembro, e o extrato bancário do mês mencionado suprem a ausência de extratos bancários dos demais meses.

3. Inconsistências entre os registros contábeis da prestação de contas e as informações contidas no extrato bancário padecem de tipicidade material, uma vez que o montante que passou pela conta corrente, mas não foi registrada na prestação, é de pequeno valor.

4. Contas aprovadas.

PROCESSO Nº 682-62.2012.6.17.0030

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A PREFEITO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE RECURSAL E INTEMPESTIVIDADE REJEITADAS. PAGAMENTOS EM ESPÉCIE, TOTALIZANDO R\$ 282.964,00 (DUZENTOS E OITENTA

EDOIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS). VALOR EXORBITANTE. INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL. NÃO CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE PEQUENO VALOR. VÍCIOS INSANÁVEIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §§ 2o E 3o DA RES. 23.376/2011. RECURSOS PROVIDOS.

1. *A legislação eleitoral estabeleceu que os pagamentos em espécie somente poderiam ser utilizados para despesas de pequeno valor.*

2. *O valor de R\$ 282.964,00 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais) utilizado para pagamento de pessoal, em espécie, extrapola o limite legal imposto para o município de Petrolina, qual seja, R\$ 15.000,00(quinze mil reais), a teor do disposto no § 2o, "c", do art. 30 da Res. 23.376/2011.*

3. *O candidato realizou vários pagamentos, em espécie, acima do limite individual de R\$ 300,00 (trezentos reais), valor máximo permitido pela legislação de regência para pagamentos desta natureza.*

4. *O candidato não constituiu reserva individual rotativa em dinheiro (Fundo de Caixa), durante o período eleitoral, para pagamento das despesas de pequeno valor.*

5. *Contas Desaprovadas.*

PROCESSO Nº 113-96.2012.6.17.0083

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em rejeitar a preliminar de ILEGITIMIDADE RECURSAL, e, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de INTEMPESTIVIDADE. No mérito, por maioria, DEU-SE PROVIMENTO AOS RECURSOS para DESAPROVAR AS CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO O CANDIDATO MEDIANTE EDITAL. INÉRCIA. SENTENÇA. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. APRESENTAÇÃO DE CONTAS COM RECURSO. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADES. NÃO CONSTATAÇÃO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. *Hipótese em que, notificado para prestar contas em 72 horas, mediante edital afixado no Cartório Eleitoral, o recorrente manteve-se inerte, vindo a integrar a demanda em fase recursal, após publicação da sentença pelo não julgamento das contas, publicada no Diário de Justiça Eletrônico.*

2. *Inexistindo prova nos autos da efetiva ciência do candidato quanto à determinação judicial citada no item "1" e diante do manifesto prejuízo da arte também pela publicação da decisão recorrida em imprensa oficial, há e ser conhecido o apelo e as contas, apresentados intempestivamente.*

3. *Desnecessária a devolução dos autos ao juízo de origem quando madura para julgamento a lide, podendo a segunda instância, de logo, apreciar a prestação de contas, situação ocorrida "in casu".*

4. *Apresentação de contas com documentação que indica a inexistência de arrecadação de recursos e realização de gastos durante a campanha, à míngua de elementos que indiquem descumprimento à legislação de regência, impõe a sua aprovação, com ressalvas.*

5. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 203-86.2013.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE F. MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ONHECER e JULGAR PROCEDENTE O RECURSO para aprovaras contas com ressalvas

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. DILIGÊNCIA. APRESENTAÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS. O CONJUNTO DE IRREGULARIDADES COMPROMETEM A ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS. DESRESPEITO AO CONTIDO NO ART. 24, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "C" DA RESOLUÇÃO TSE N.º 21.841/2004.

1. *Não houve a comprovação do valor de R\$ 12.005,60 (doze mil, cinco reais e sessenta centavos), através de cheque nominativo cruzado ou de depósito bancário identificado;*

2. *As notas fiscais relativas ao pagamento da Companhia Elétrica de Pernambuco - CELPE, não se encontram em nome do Partido;*

3. *ausência de documento fiscal ou termo de doação que demonstre que o Diretório nacional cedeu ao Diretório Regional as instalações referentes a sede estadual do partido.*

4. *contas desaprovadas.*

PROCESSO Nº 203-28.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS nos termos do voto do Des. Relator.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES FORMAIS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO NA ANÁLISE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- A mora na apresentação das declarações parciais e na abertura de conta específica de campanha, bem como a divergência de valores registrados como recursos próprios e das datas das efetivas despesas eleitorais, pagas após a eleição, consubstanciam irregularidades meramente formais, incapazes de prejudicar a análise das contas, arrimada numa análise conjunta, acarretando apenas ressalvas na sua aprovação.

PROCESSO Nº 238-61.2012.6.17.0084

ORIGEM: ARARIPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, para reformar a sentença vergastada, no sentido de aprovar, com as ressalvas apontadas, as contas de LUÍS HENRIQUE JQUES COELHO LINS, relativas à candidatura ao cargo de vereador do Município de Araripina, nas Eleições de 2012.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. VEREADOR. DESAPROVAÇÃO. EXISTÊNCIA DE INCONSISTÊNCIAS, OMISSÕES E IRREGULARIDADES

DETECTADAS. REJEITADA PRELIMINAR DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DOAÇÃO DO CANDIDATO AO CARGO DE PREFEITO PARA REPRODUÇÕES PROPAGANDÍSTICAS DO CANDIDATO A VEREADOR. DEMAIS IRREGULARIDADES NÃO SÃO DE NATUREZA GRAVE. AUSÊNCIA DE MÀ-FÉ DO CANDIDATO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

PROCESSO Nº 71-14.2013.6.17.0018
ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. CANDIDATO. IRREGULARIDADE CONTÁBIL DE VALOR INEXPRESSIVO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A resolução TSE 23.376/2012, que dispõe sobre a prestação de contas de campanha, possui regras contábeis rígidas, exatamente porque se pretende que esta Justiça Eleitoral tenha elementos suficientes para fiscalizar adequadamente a arrecadação e os gastos de campanha;*
- 2. A rigidez das normas referentes à prestação de contas, certamente busca evitar a ocorrência de ilícitudes que possam desequilibrar a disputa eleitoral, como por exemplo: doações acima do limite legal, abuso de poder econômico, etc.*
- 3. Em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, nos casos em que a irregularidade é inexpressivo ou de natureza meramente formal, a Justiça Eleitoral deve aprovar com ressalvas as contas de campanha;*
- 4. Na hipótese, considerando que o valor contábil da receita apontada como irregular é inexpressivo, a falha não seria relevante para justificar a desaprovação das contas;*
- 5. Recurso provido. Contas aprovadas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 173-24.2012.6.17.0098

ORIGEM: CARNAÍBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS DESAPROVADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERROS FORMAIS. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Os gastos eleitorais devem ocorrer sempre por meio de cheque nominal ou transferência bancária, com exceção das despesas de pequeno valor, a teor do art. 30, §§ 1º e 3º da Resolução TSE n. 23.376/2012;

2. A retirada em espécie para realização de pagamento a diversos fornecedores ou prestadores de serviço constitui procedimento permitido pela legislação;

3. A legislação em vigor entende pela desaprovação das contas no caso de movimentação de recursos financeiros fora da conta específica de campanha. Não foi o caso dos autos. Existência de vício de natureza formal.

4. Ausência de assinatura do doado em recibo eleitoral ou do responsável pela sua emissão é mero vício formal, que não tem o condão de macular as contas do candidato, uma vez que as doações transitaram na conta específica do candidato e foram devidamente registradas no Demonstrativo de Recursos Arrecadados.

5. Pelo provimento parcial do recurso, para reformar a sentença de piso, e aprovar com ressalvas as contas do candidato.

PROCESSO Nº 57-62.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. DESPESAS DE PEQUENO VALOR. LIMITE LEGAL. INOBSERVÂNCIA. VÍCIO FORMAL. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalvas;*
- 2. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 88-82.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS DESAPROVADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO MATERIAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

- 1. Os gastos eleitorais devem ocorrer sempre por meio de cheque nominal ou transferência bancária, com exceção das despesas de pequeno valor, a teor do art. 30, §§ 1º e 3º da Resolução 23.376/2012 .*
- 2. A retirada em espécie para realização de pagamento a diversos fornecedores ou prestadores de serviço constitui procedimento permitido pela legislação.*
- 3. A legislação em vigor entende pela desaprovação das contas no caso de movimentação de recursos financeiros fora da conta específica de campanha. Não foi o caso dos autos. Existência de vícios de natureza formal.*
- 4. Pelo provimento parcial do recurso, para reformar a sentença de piso, e aprovar com ressalvas as contas do candidato.*

PROCESSO Nº 94-89.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

CANDIDATO. DESPESAS DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO EM ESPÉCIE. LIMITE LEGAL. NÃO-OBSERVÂNCIA. RECURSOS PROVENIENTES DA CONTA ESPECÍFICA. VÍCIO DE NATUREZA FORMAL.

- 1. A prestação de contas será aprovada com ressalvas quando as irregularidades apontadas não comprometam a sua regularidade.*
- 2. Hipótese em que, apesar de não ter sido respeitado o limite de gastos com pagamentos, em espécie, para fins de despesas de pequeno valor, os recursos financeiros utilizados nesse intento foram provenientes da conta bancária específica de campanha, ensejando apenas a aposição de ressalvas às contas apresentadas.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 103-51.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. CARGO DE VEREADOR. IRREGULARIDADES FORMAIS. VÍCIOS SANÁVEIS. PEDIDO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA DE CAMPANHA SOLICITADO NO PRAZO LEGAL. RECURSO PROVIDO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam a sua regularidade.*
- 2. Ficou provado nos autos que o candidato solicitou a abertura da conta bancária de campanha dentro do prazo de 10 dias, contados da concessão do CNPJ e o atraso na abertura ocorreu por problemas técnicos com o banco.*

3. Pelo provimento do Recurso para aprovar as contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 111-09.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE (25^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade. APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES DE NATUREZA FORMAL QUE NÃO TÊM O CONDÃO DE ENSEJAR A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam sua regularidade.

2. A primeira falha elencada, ou seja, a extrapolação do prazo para abertura da conta bancária não prejudicou a análise da prestação de contas, tendo em vista que não se tem notícias de que a recorrente fez gastos anteriores à abertura de referida conta.

3. A segunda falha diz respeito a um erro de digitação da data da abertura da conta na ficha de qualificação, vício de natureza meramente formal.

4. Recurso a que se dá provimento.

PROCESSO Nº 148-15.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE (32^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei n° 9.504/97).

2. *Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
3. *Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 150-82.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE (32^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES. VÍCIO FORMAL. PROVIMENTO PARCIAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. *O vício detectado não chega a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar a sua desaprovação.*
2. *As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal.*
3. *Provimento parcial da pretensão recursal. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 151-67.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE (32^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL PARA APROVAR COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. ERROS FORMAIS E MATERIAIS. NÃO COMPROMENTIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

- 1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalvas.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 154-04.2012.6.17.0135
ORIGEM: FEIRA NOVA-PE (135^A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO, CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES SANADAS. PROVIMENTO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

- 1. É mister a aprovação das contas quando restarem cumpridas as formalidades legais, vez que foi apresentada toda a documentação obrigatória para sua análise.*
- 2. Provimento da pretensão recursal. Aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 154-22.2012.6.17.0032
ORIGEM: ALIANÇA-PE (32^A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES. VÍCIO FORMAL. PROVIMENTO PARCIAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

- 1. O vício detectado, qual seja, a apresentação das contas intempestivamente, não chega a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar a sua desaprovação.*
 - 2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal.*
-

3. Provimento parcial da pretensão recursal. Aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 156-53.2012.6.17.0141

ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE (141^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL PARA APROVAR COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES DE NATUREZA FORMAL QUE NÃO TEM O CONDÃO DE ENSEJAR A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam sua irregularidade.

2. A única falha apontada pelo Cartório Eleitoral se resumiu em atraso de 10 (dez) dias para a abertura da conta bancária de campanha, após a emissão do CNPJ.

3. A extrapolação do prazo para abertura da conta bancária não prejudicou a análise da prestação de contas, tendo em vista que não se tem notícia de que o recorrente fez gastos anteriores à abertura de referida conta.

4. Pela aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 164-66.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS NA 1^A INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Possibilidade do pagamento de dívidas de campanha após as eleições, nos termos do art. 29, §1º, da Resolução TSE 23.376/2012.

2. Pelo desprovimento da pretensão recursal, para manter as contas aprovadas com ressalvas.

PROCESSO Nº 165-33.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. ERROS FORMAIS E MATERIAIS. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalva.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 167-03.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ERROS FORMAIS E MATERIAIS. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS.

1. Estando as contas em conformidade com os requisitos impostos pela Resolução n. 23.376/2012, estas devem ser julgadas aprovadas (art. 51, I).

2. Inexistência de erros formais e materiais.

3. Pelo provimento do recurso para aprovar as contas referentes ao pleito de 2012.

PROCESSO Nº 177-65.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Possibilidade do pagamento de dívidas da campanha após as eleições, nos termos do art. 29, §1º da Resolução TSE n. 23.376/2012.

2. Tendo a despesa com honorários advocatícios sido destinada à pessoa física, e não ao candidato, não integra ela o rol daquelas despesas que devem obrigatoriamente ser relacionadas quando da apresentação da prestação de contas, devendo os honorários serem considerados gastos eleitorais apenas quando no intuito de viabilizar a campanha.

3. Pelo desprovimento da pretensão recursal, para manter as contas aprovadas com ressalvas.

PROCESSO Nº 179-17.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ERROS FORMAIS E MATERIAIS. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS.

1. Estando as contas em conformidade com os requisitos impostos pela Resolução n. 23.376/2012, estas devem ser julgadas aprovadas (art. 51, I);

2. Inexistência de erros formais e materiais;

3. Pelo provimento do recurso para aprovar as contas referentes ao pleito de 2012.

PROCESSO Nº 220-67.2012.6.17.0075

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012.

1. As contas serão aprovadas quando não existir falhas na sua prestação;

2. A presente prestação de contas não apresentou qualquer irregularidade de natureza técnica, quanto aos recursos recebidos ou aplicados nas despesas de campanha;

3. Pelo provimento do recurso, para aprovação das contas.

PROCESSO Nº 240-82.2012.6.17.0067

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovas as contas.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADES SANADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei 9.504/97);

2. Hipótese em que o candidato apresentou documentação complementar em grau de recurso, restando, apenas falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 278-48.2012.6.17.0050

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, OS MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

- 1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei nº 9.504/97).*
- 2. Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 149-97.2012.6.17.0032

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR, COM RESSALVAS, AS CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

- 1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei nº 9.504/97).*
- 2. Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falha de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 178-50.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para APROVAR, COM RESSALVAS, AS CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

- 1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei nº 9.504/97).*
- 2. Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 152-52.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para APROVAR, COM RESSALVAS, AS CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADES SANADAS. PROVIMENTO. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

- 1. É mister a aprovação das contas quando restarem cumpridas as formalidades legais, vez que foi apresentada toda a documentação obrigatória para sua análise.*
- 2. Provimento da pretensão recursal. Aprovação das contas.*

PROCESSO Nº 216-62.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARA APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

- 1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei n° 9.504/97).*
- 2. Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falha de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 197-56.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. CONTAS APROVADAS, COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 158-59.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. CONTAS APROVADAS, COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 179-35.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. IRREGULARIDADE DE NATUREZA FORMAL QUE NÃO TEM CONDÃO DE ENSEJAR A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

- 1. As contas serão aprovadas com ressalvas quando constatadas falhas que, examinadas em conjunto, não comprometam sua regularidade;*
- 2. A desaprovação das contas se deu em razão do candidato ter efetuado pagamentos por meio de saques avulsos, sem a emissão de cheques, vez que estava impedido de receber talonários por impedimento do BACEN.*
- 3. A fiscalização desta Especializada foi possível, haja vista os valores terem circulado pela conta bancária específica de campanha, tendo o candidato apresentado todas as peças obrigatórias elencadas no art. 40 da Res TSE23.376/2012, além de que todos os canhotos dos recibos eleitorais utilizados foram entregues, com as informações neles constantes conferindo com as informações do Demonstrativo de Recursos Arrecadados;*
- 4. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 31-64.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

1. *A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei n° 9.504/97).*
2. *Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.*
3. *Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 153-37.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS. AUSÊNCIA DE GASTOS. DESAPROVAÇÃO. NATUREZA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. FALHAS FORMAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. *A prestação de contas de campanha tem a natureza de procedimento administrativo, cabendo ao julgador analisá-la de acordo com os elementos trazidos aos autos;*
2. *A entrega intempestiva das parciais da prestação de contas é vício de natureza formal;*
3. *A prestação de contas final entregue após o prazo fixado pelo caput do art. 38 da Res. TSE n.º 23.376/2012, mas anteriormente ao prazo previsto no § 4o do mesmo artigo, deverá ser analisada, constituindo-se como vício formal, não ensejador de julgamento das contas como não prestadas;*
4. *Provimento parcial.*

PROCESSO Nº 153-37.2012.6.17.0032

ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovarascontas com ressalvas

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. RECURSO ELEITORAL. FALHA SUPRIDA. APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE CONTA CORRENTE. COMPROVAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DURANTE O PERÍODO DE CAMPANHA.

- 1. Falha apontada pelo Juízo de 1o Grau foi devidamente suprida pelo recorrente, quando da apresentação dos extratos bancários (fls. 121/127), que comprovam a ausência da movimentação financeira durante o período eleitoral.*
- 2. Recurso Provido.*

PROCESSO Nº 2-02.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A Irregularidade apontada pelo Juízo de 1o Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante.*
- 2. Contas julgadas aprovadas com ressalvas.*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO Nº 214-04.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar com ressalvas as contas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A Irregularidade apontada pelo Juízo de 1o Grau, que fundamentou o julgamento das contas do candidato recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante.*
- 2. Contas julgadas aprovadas com ressalvas.*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO Nº 256-53.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar com ressalvas as contas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADES DE NATUREZA FORMAL.

- 1. Decorre de expressa previsão legal de que erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não prejudiquem o seu resultado, não implicarão na sua desaprovação (art. 30, § 2º A da Lei nº 9.504/97).*
- 2. Hipótese constatada nos autos.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 264-64.2012.6.17.0050

ORIGEM: INGAZEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar, com ressalvas, as contas.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VÍCIOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. CANDIDATO SEM BENS DECLARADOS. GASTOS COM A PRÓPRIA CAMPANHA. POSSIBILIDADE. MUNICÍPIO COM MAIS DE 20.000 ELEITORES. DESNECESSIDADE DE ABERTURA DE CONTA DE CAMPANHA. INEXISTÊNCIA DE FUNDO DE CAIXA. APROVAÇÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. As contas devem ser aprovadas quando não há vícios capazes de maculá-los;*
- 2. Mesmo que os recursos próprios, aplicados na campanha, superem o valor do patrimônio declarado pelo candidato na ocasião do registro de candidatura, isto não implica dizer que houve irregularidade na prestação de contas, uma vez que o candidato pode auferir renda que justifique os gastos que fez na própria campanha;*
- 3. In casu, apesar de recorrente ter declarado não possuir nenhum bem em seu registro de candidatura, o fato dele exercer cargo público justifica o gasto de R\$ 2.160,00, utilizados por ele na própria campanha;*
- 4. Inexistindo a obrigatoriedade de abertura de conta bancária para os candidatos a vereador nos municípios com menos de 20.000 eleitores, não há que se falar em fundo de caixa, pois a existência deste pressupõe a daquela;*
- 5. Recurso a que se dá provimento, para aprovar as contas do recorrente.*

PROCESSO Nº 347-32.2012.6.17.0066

ORIGEM: IGUARACI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. IRREGULARIDADES. ALEGAÇÃO. DEFESA. RELATÓRIO FINAL. AUSÊNCIA.

- 1. A inobservância de procedimento causou prejuízo à parte que viu seu direito de defesa cerceado;*
- 2. Retorno dos autos para a devida análise técnica;*
- 3. Preliminar de erro de procedimento acolhida.*

PROCESSO Nº 431-68.2012.6.17.0119

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR de nulidade da sentença por ausência de fundamentação e, por maioria, em ACOLHER A PRELIMINAR de ofício de nulidade por erro de procedimento, para anular a sentença e determinar o retorno dos autos para a comarca de origem, nos termos do voto do relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VÍCIOS MATERIAIS. SANEAMENTO. FALHA FORMAL. EXISTÊNCIA.

- 1. Decorre de expressa previsão legal que as contas deverão ser aprovadas com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade (art. 51, II da Res TSE 23.376/2012);*
- 2. Hipótese em que o candidato saneou as irregularidades de natureza material, restando, apenas, inconsistência de cunho formal, que não macula as contas apresentadas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 424-76.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. PDT. EXTRATO DE OUTUBRO E NOVEMBRO DA CONTA DE CAMPANHA. NÃO APRESENTAÇÃO. MOTIVO. ENCERRAMENTO DA CONTA. AUSÊNCIA DE EXTRATO DO FUNDO PARTIDÁRIO. NÃO PAGAMENTO DE DESPESAS DE CAMPANHA COM DINHEIRO PROVENIENTE DO FUNDO. VÍCIO MATERIAL QUE NÃO PREJUDICA A ANÁLISE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §2-A DA LEI NO. 9.504/97

1. Os extratos referentes aos meses de outubro e novembro da conta de campanha do partido não foram anexados à prestação de contas em razão do encerramento da conta bancária, aberta exclusivamente para as eleições de 2012.

2. Devem ser aprovadas com ressalvas as contas do partido que, apesar de não apresentar os extratos da conta do fundo partidário, não realizou despesas de campanha com os recursos provenientes do fundo, razão pela qual a ausência destes documentos não prejudica a análise das contas.

3. Erros formais ou materiais irrelevantes ao conjunto da prestação de contas, que não comprometem o seu resultado, não acarretarão a rejeição das contas do art. 30, §2-A da Lei no. 9.504/97

PROCESSO Nº 624-52.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO MANOEL T. DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. CONTAS APROVADAS, COM RESSALVAS.

1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.

2. Pela aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 155-07.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Possibilidade de pagamento de dívidas de campanha após as eleições, nos termos do art. 29, da Resolução TSE 23.376/2012.*
- 2. Pelo desprovimento da pretensão recursal, para manter as contas aprovadas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 165-33 .2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADES SANADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação.*
- 2. Hipótese em que o candidato apresentou documentação complementar em grau de recurso, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas;*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 241-67.2012.6.17.0067

ORIGEM: TABIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM FASE RECURSAL. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A irregularidade apontada pelo Juízo de 1º Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante;*
- 2. Constas julgadas aprovadas com ressalvas;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 294-65.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA APROVAR AS CONTAS COM RESSALVAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATOS. ELEIÇÕES 2012. VÍCIOS QUE NÃO COMPROMETEM A ANÁLISE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVA.

- 1. A presente prestação de contas cumpriu com os requisitos, trazendo pequenos vícios que não ensejam a sua desaprovação.*
 - 2. O valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) teve doador identificado na prestação de contas, fato que pode ser comprovado por meio de comprovante bancário.*
 - 3. A ausência de juntada do original da via do beneficiário de apenas um recibo é vício formal, principalmente quando há nos autos as sua cópia.*
 - 4. Não houve dívida contraída após as eleições, o que ocorreu foi a emissão da nota fiscal após o pleito, referente a material de campanha, adquirindo anteriormente, circunstância que não contraria o art. 29 da Resolução TSE n. 23.376/2012*
-

5. Recurso a que se dá provimento, para aprovar com ressalvas as contas dos recorrentes e sustar em definitivo os efeitos da sentença que suspendeu a diplomação destes.

PROCESSO Nº 328-08.2012.6.17.0072

ORIGEM: FLORESTA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE e, no mérito, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE GASTOS COM MATERIAL IMPRESSO. PROPAGANDA CONJUNTA COM O CANDIDATO MAJORITÁRIO. DESPESA CONSTANTE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CANDIDATO MAJORITÁRIO. CONTAS APRESENTADAS OBEDECENDO TODAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS ATINENTES À MATÉRIA. RECURSO A QUE SE DEU PROVIMENTO. CONTAS APROVADAS.

PROCESSO Nº 241-67.2012.6.17.0067

ORIGEM: CALUMBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONHECIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VÍCIO MATERIAL NA PROCURAÇÃO. OUTORGANTE NÃO CONSTA COMO PARTE NO RECURSO. AGRAVO CONHECIDO E NEGADO.

PROCESSO Nº 218-84.2013.6.17.0116

ORIGEM: SÃO BENTO DO SUL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.12 LEGITIMIDADE

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. CARGO DE VEREADOR. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS PELO JUIZ A QUO. RECURSO INTERPOSTO POR CANDIDATO SUPLENTE. ILEGITIMIDADE DO RECORRENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- 1. Tem legitimidade e interesse para recorrer de decisão que aprova ou não a prestação de contas aquele que a prestou e o Ministério Público Eleitoral.*
- 2. Não sendo o recorrente parte ou terceiro interessado, falta-lhe legitimidade para recorrer de decisão que aprova com ressalvas contas de campanha.*
- 3. Inexistindo prova do interesse jurídico do recorrente na causa, pois o resultado da presente demanda não lhe traz nenhum benefício, inevitável o não conhecimento do recurso.*

PROCESSO Nº 123-43.2012.6.17.0083

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA PARA NÃO CONHECER DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DO RECORRENTE.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A PREFEITO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO INTERPOSTO PELA COLIGAÇÃO ADVERSÁRIA. ILEGITIMIDADE DA RECORRENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- 1. Tem legitimidade e interesse para recorrer de decisão que aprova ou não a prestação de contas aquele que a prestou e o Ministério Público Eleitoral.*

2. Não sendo a recorrente parte ou terceiro interessado, falta-lhe legitimidade para recorrer de decisão que aprova com ressalvas contas de campanha.

3. Inexistindo prova do interesse jurídico da coligação recorrente na causa, pois o resultado da presente demanda não lhe traz nenhum prejuízo ou benefício, inevitável o não conhecimento do recurso.

PROCESSO Nº 156-31.2012.6.17.0116

ORIGEM: SÃO JOÃO-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR o pedido de prevenção e em NÃO CONHECER O RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. ERROS FORMAIS E MATERIAIS. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalva.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 185-24.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. DESAPROVAÇÃO.

1. Nos termos do art. 25, § 1o, da Res. TSE n.º 23.217/2010, o candidato, ainda que tenha seu registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral, deverá prestar contas correspondentes ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha.

2. É obrigatória para candidatos e comitês financeiros a abertura de conta bancária específica para o devido registro, em sua integralidade, do movimento financeiro da campanha.

3. Recurso que se nega provimento.

PROCESSO Nº 222-76.2012.6.17.0062

ORIGEM: SERTÂNIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.13 NÃO APRESENTAÇÃO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

1. Nos termos do art. 38, § 4º, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.

2. Hipótese em que, não prestadas as contas pelo recorrente, o juízo de origem, sem ter a certeza do insucesso da intimação pelos correios, em face da não devolução do AR, determinou a notificação por edital, violando a legislação processual de regência (arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC).

3. Recurso parcialmente provido. Sentença anulada.

PROCESSO Nº 267-16.2007.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO VEREADOR. CONTAS. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. ELEIÇÕES 2012.

1. O descumprimento do prazo para entrega da prestação de contas de campanha, não é suficiente para ensejar sua desaprovação, se havia tempo hábil para análise das mesmas.

2. *A falha concernente ao não cumprimento de prazo assinalado para atendimento de diligências enseja aprovação com ressalvas.*
3. *Provimento do recurso.*

PROCESSO Nº 389-41.2012.6.17.0047

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. *O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II da Resolução TSE n 23.376/2012;*
2. *Pelo provimento do recurso para aprovar as contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 285-06.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar com ressalvas as contas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO AO CANDIDATO. REALIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ATENDIDA ANTES DA SENTENÇA.

1. *Nos termos do art. 30, IV, da Lei n° 9.504/97, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.*
2. *A ausência de expressa previsão legal no sentido de determinar que a intimação supracitada se dê de forma pessoal à parte implica*

na interpretação de que se reputa válido tal ato quando resta incontroverso que o aviso de recebimento foi recepcionado no endereço do interessado, situação ocorrente "in casu".

3. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e ulgamento pelo juízo eleitoral competente.

4. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 318-27.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO AO CANDIDATO. REALIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ATENDIDA ANTES DA SENTENÇA.

1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. nº 9.504/97, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.

2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença, sendo constatado em análise técnica procedida nos autos apenas a existência de falha de natureza formal, consistente na intempestividade na entrega da prestação de contas.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 394-63.2012.6.17.0047

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO AO CANDIDATO. REALIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ATENDIDA ANTES DA SENTENÇA.

- 1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei 9.504/97, a falta de entrega da prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.*
- 2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente (Precedente do TRE/PE).*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 468-08.2012.6.17.0119

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO VEREADOR. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. ELEIÇÕES 2012.

- 1. Os vícios detectados não chegam a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar sua rejeição.*
- 2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal;*
- 3. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 384-59.2012.6.17.0066

ORIGEM: OLINDA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010. PARTIDO DOS TRABALHADORES. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 27, II, da Resolução TSE n.º 21.841/2004.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 174-46.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVAS APRESTAÇÃO DE CONTAS nos termos do voto do Des. Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. IRREGULARIDADES FORMAIS. IRREGULARIDADE MATERIAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

- 1. Constituem irregularidades formais aquelas que não inviabilizam a análise das contas.*
- 2. A doação estimável em dinheiro de um computador pelo Diretório Nacional do partido sem a "avaliação com base em preço de mercado" e o "certificação do tesoureiro" encontra-se em desacordo com que estabelece o artigo 4º, §3º, inciso I e III da Resolução TSE n.º 21.814/04.*
- 3. Aplicação à espécie do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.*
- 4. Contas aprovadas com ressalva.*

PROCESSO Nº 181-04.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVAS APRESTAÇÃO DE CONTAS nos termos do voto do Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. VÍCIOS NÃO PREJUDICIAIS À APRECIÇÃO DAS CONTAS. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.

- 1. As contas não deverão ser rejeitadas quando possuírem erros formais ou materiais irrelevantes que, no conjunto, não comprometam o seu resultado (Lei 9.504/97, art. 30, § 2º).*
- 2. Hipótese em que o partido apresentou recibo eleitoral sem a aposição da assinatura do doador, com valor correspondente a 1,6% do montante dos recursos movimentados, devendo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade nortear o julgamento.*
- 3. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 633-14.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em APROVAR COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, relativas às Eleições de 2012, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

- 1. Nos termos do art. 38, § 4º, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.*
- 2. Hipótese em que, não prestadas as contas pelo recorrente, o juízo de origem, após a primeira tentativa frustrada de notificação pelos correios, determinou a intimação por edital.*
- 3. Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.*
- 4. Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.*

5. Recurso parcialmente provido. Sentença anulada.

PROCESSO Nº 308-80.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL para anular a sentença de primeiro grau, em face do vício da notificação, devendo os autos retornarem ao juízo de origem para regular processamento das contas apresentadas.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

1. Nos termos do art. 38, § 4o, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.

2. Hipótese em que, não prestadas as contas pelo candidato, o juízo de origem, após a primeira tentativa frustrada de notificação pelos correios, determinou a intimação poredital.

3. Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.

4. Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.

5. Recurso provido. Sentença anulada.

PROCESSO Nº 144-18.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. NOTIFICAÇÃO. VÍCIO. CONSTATAÇÃO.

1. *Nos termos do art. 38, § 4o, da Res. TSE nº 23.376/2012, a falta de apresentação de contas pelo candidato impõe seja ele notificado a apresentá-las no prazo de 72 horas, sob pena de serem julgadas não prestadas.*
2. *Hipótese em que, não prestadas as contas pelo candidato, o juízo de origem, após a primeira tentativa frustrada de notificação pelos correios, determinou a intimação poredital.*
3. *Em atenção ao devido processo legal e a ampla defesa, a notificação/citação editalícia deve ser utilizada como medida de exceção, apenas quando frustradas as demais tentativas regulares de intimação pessoal.*
4. *Na espécie, restou comprovado o vício de notificação por inobservância as normas previstas nos arts. 221 e segs. e, notadamente o que disciplina o art. 231 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo eleitoral.*
5. *Recurso provido. Sentença anulada.*

PROCESSO Nº 496-66.2012.6.17.0118

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 32, DA LEI 9.096/95 c/c ART. 3o, INC. II, DA RES. TSE 21.841/2004.

1. *O partido que não prestar contas perde o direito ao repasse das cotas do Fundo Partidário por doze meses.*
2. *Contas não prestadas.*

PROCESSO Nº 260-46.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade,
DECLARAR NÃOPRESTADAS AS CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTOS ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. COMPROVAÇÃO DE DESPESAS ATRAVÉS DE RECIBOS AO INVÉS DE NOTAS ISCAIS. FALHAS SANADAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. A Irregularidade apontada pelo Juízo de 1o Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação, juntamente com as razões recursais, da documentação faltante.*
- 2. Contas julgadas aprovadas com ressalvas.*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO Nº 238-32.2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, APROVAR COM RESSALVAS APRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SENTENÇA. NÃO PRESTADAS. RECURSO ELEITORAL. JUNTADA DE DOCUMENTO ANTERIOR ÀS RAZÕES RECURSAIS. FALHA SANADA. APROVAÇÃO.

- 1. A Irregularidade apontada pelo Juízo de 1o Grau, que fundamentou o julgamento das contas da candidata recorrente como não prestadas, foi devidamente suprida quando da apresentação da documentação faltante antes das razões do inconformismo.*
- 2. Contas julgadas aprovadas.*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO Nº 387-31.2012.6.17.0028

ORIGEM: CORTÊS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO VEREADOR. CONTAS. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. ELEIÇÕES 2012.

- 1. Ajuntada de documentos em fase recursal é aceitável quando os mesmos corroboram com as contas inicialmente prestadas.*
- 2. A falha concernente ao não cumprimento de prazo assinalado para atendimento de diligências enseja aprovação com ressalvas.*
- 3. Provimento do recurso.*

PROCESSO Nº 275-59.2012.6.17.0029
ORIGEM: GAMELEIRA-PE
RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar as contas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL. ELEIÇÕES 2012. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. IRREGULARIDADES DE NATUREZA FORMAL.

- 1. Devem ser aprovadas as contas partidárias, quando detectadas pequenas falhas que não comprometam a sua regularidade.*
- 2. A primeira falha é de natureza meramente formal, pois não foi preenchido o campo "telefone do doador (com DDD)".*
- 3. Segunda irregularidade diz respeito a inconsistências no confronto entre as doações declaradas na prestação de contas em exame e as informações prestadas por dois doadores, de quantias em valores ínfimos, razão pela qual não comprometeram a fiscalização da presente prestação de contas.*
- 4. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 636-66.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS, COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*
- 2. Pelo provimento do recurso para aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 284-21 .2012.6.17.0029

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para aprovar, com ressalvas, as contas.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. RECURSO PROVIDO. CONTAS APROVADAS, COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II da Res TSE 23.376/2012;*
- 2. Pelo provimento do recurso para aprovar as contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 246-09.2012.6.17.0029

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.14 PRAZO**ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO AO CANDIDATO. REALIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ATENDIDA ANTES DA SENTENÇA.**

- 1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. n° 9.504/97, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.*
- 2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 212-65.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO AO CANDIDATO. REALIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO ATENDIDA ANTES DA SENTENÇA.

- 1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. n° 9.504/97, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.*
- 2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença e sem oportunizar ao recorrente manifestação acerca das falhas constatadas "in casu", de forma que o processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente é medida que se impõe (Precedente do TRE/PE).*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO Nº 156-82.2012.6.17.0099

ORIGEM: ITAPETIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. O candidato, que não apresentar espontaneamente suas contas, nas 72 horas oferecidas, mas apresentá-las antes da sentença, terá suas contas analisadas.*
- 2. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 117-35.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para que retorne ao Juízo de origem.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. O candidato, que não apresentar espontaneamente suas contas, nas 72 horas oferecidas, mas apresentá-las antes da sentença, terá suas contas analisadas;*
- 2. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 183-08.2012.6.17.0118

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL

PROVIMENTO AO RECURSO para que retorne ao Juízo de origem.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. O candidato, que não apresentar espontaneamente suas contas, nas 72 horas oferecidas, mas apresentá-las antes da sentença, terá suas contas analisadas;*
- 2. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 387-71.2012.6.17.0118

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para que retorne ao Juízo de origem.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. O candidato, que não apresentar espontaneamente suas contas, nas 72 horas oferecidas, mas apresentá-las antes da sentença, terá suas contas analisadas.*
- 2. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 429-11.2012.6.17.0118

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para que retorne ao Juízo de origem.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS NA 1ª INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. É considerada válida a intimação da candidata para prestar contas no prazo de 72 horas, conforme dispõe o art. 38, parágrafo 4º da Resolução TSE 23.376/2012, por via postal, com aviso de recebimento no endereço constante nos dados informados quando do registro de candidatura;*
- 2. A legislação eleitoral determina que todos os candidatos registrados na Justiça Eleitoral, mesmo que renuncie, desista ou tenha seu registro indeferido, prestem contas pelo período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha;*
- 3. Pelo desprovisionamento do recurso, para manter a sentença de 1º grau.*

PROCESSO Nº 205-73.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2012. APRESENTAÇÃO DE CONTAS FORA DO PRAZO LEGAL, PORÉM ANTERIOR À SENTENÇA. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS CONTAS. NULIDADE DA DECISÃO DE 1º GRAU. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. O art. 35 da Resolução/TSE nº 23.376/2012 exige que todo candidato, partido político e comitê financeiro prestem contas à Justiça Eleitoral até o dia 06/11/2012.*
- 2. Quando da decisão de NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, o art. 53, I, da Resolução/TSE nº 23.376/2012, impossibilita ao candidato a obtenção de certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura.*
- 3. Recente posicionamento desta Corte é no sentido de que prestadas as contas após o decurso do prazo de 72h (art. 38, § 4o,*

da Resolução/TSE nº 23.376/20), mas antes de ser proferida a sentença, estas devem ser analisadas pelo juízo de 1o grau.

4. No caso sub judice, as contas foram prestadas em 30/11/2013 e a sentença foi proferida em 17/12/2013, devendo ser declarada nula de pleno direito.

5. Extinção do feito sem resolução meritória.

6. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 432-63.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PREFEITO. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. nº 9.504/97, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.

2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença anulada, determinando-se o retorno dos autos ao Juízo de Origem para análise da prestação de contas.

PROCESSO Nº 222-91.2012.6.17.0057

ORIGEM: ARCOVERDE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitora>de Pernambuco, por unanimidade, em CONHE.CER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. CONTAS JULGADAS COMO NÃO PRESTADAS. PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA. INTELIGENCIA DO ART. 30, IV DA LEI 9.504/97. CANDIDATA QUE TEVE SEU REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OBRIGATORIEDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. DETERMINAÇÃO DO ART. 35 DA RESOLUÇÃO TSE 23.376/2011.

1. A legislação eleitoral exige que todo candidato preste contas à Justiça Eleitoral até o dia 06 de Novembro de 2012, obrigação estendida inclusive àquele que renunciar candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha;

2. No presente caso, a recorrente apresentou sua prestação de contas fora do prazo de 72 horas, razão pela qual devem ser julgadas como “não rpestadas”, restando, portanto, imperiosa a aplicação do que determina o artigo 30, IV da Lei 9.504/97 e o art. 38 da Res TSE 23.376/2012;

3. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO Nº 413-50 .2012.6.17.0118

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PREFEITO. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. n.º 9.504/97 e do artigo 38, §4º da Resolução do TSE n.º 23.376/2012, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.

2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da prolação da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença Anulada.

PROCESSO Nº 262-91.2012.6.17.0148

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

ACORDAM , os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PREFEITO. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 72 HORAS. PRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Nos termos do art. 30, IV, da Lei. n.º 9.504/97 e do artigo 38, §4º da Resolução do TSE n.º 23.376/2012, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para sua apresentação em 72 horas.

2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da prolação da sentença, de forma a possibilitar seu processamento e julgamento pelo juízo eleitoral competente.

3. Recurso parcialmente provido. Sentença Anulada.

PROCESSO Nº 448-68.2012.6.17.0034

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA. VEREADORA. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO. MÉRITO. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. O candidato, que não apresentar espontaneamente suas contas, nas 72 horas oferecidas, mas apresentá-las antes da sentença, terá suas contas analisadas.*
- 2. Diante da ausência de documentos imprescindíveis à análise das contas, o retorno dos autos para regular processamento das contas é medida que se impõe, não se aplicando a teoria da causa madura.*
- 3. Recurso provido parcialmente.*

PROCESSO Nº 56-17.2013.6.17.0092

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, por unanimidade, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PREFEITO. INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. CONTAS PRESTADAS. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. Nos termos do art. 30, IV da Lei 9.504/97 e do artigo 38, parágrafo 4º da Resolução TSE 23.376/2012, a falta de entrega de prestação de contas no tempo próprio impõe a notificação ao candidato para a sua apresentação em 72 horas;*
- 2. Hipótese em que as contas foram apresentadas fora do prazo assinado no dispositivo acima citado, mas antes da prolação da sentença, de forma a possibilitar o seu processamento e julgamento pelo juízo competente;*
- 3. A sentença que declara como não prestadas as contas do candidato possui natureza terminativa, de forma que o recurso interposto possibilita ao tribunal a análise do mérito da causa, nos termos do art 515, parágrafo 3º do CPC;*
- 4. A ausência de abertura de conta bancária específica contraria o artigo 12 da Res TSE 23.376/2012, sendo a irregularidade de natureza material, uma vez que impede a análise das contas;*
- 5. Recurso provido parcialmente para considerar as contas prestadas, mas desaprovadas.*

PROCESSO Nº 29-62.2012.6.17.0063

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA.

1. Decorre de expressa previsão legal que da decisão dos Juízos Eleitorais que julgar as contas de candidatos caberá recurso para esta Corte no prazo de três dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 5º c/c a Resolução TSE nº 23.376/2012, art. 56).

2. Hipótese em que o candidato interpôs a peça recursal à margem do prazo legal acima estipulado.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 132-84.2013.6.17.0013

ORIGEM: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO nos termos do voto do Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §5º, da Lei 9.504/97 c/c ART. 56 DA RES. TSE Nº 23.376/2012.

1. Verifica-se que existe norma específica de direito eleitoral dispendo sobre as intimações das sentenças proferidas nos processos de prestação de contas, fixando o prazo de 3(três) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para interposição do recurso (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 5º c/c a Resolução TSE nº 23.376/2012, art. 56).

2. In casu, o candidato interpôs seu inconformismo fora do prazo legal acima referido.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 94-70.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. TEMPESTIVA. NULIDADE. SENTENÇA.

1. O prazo da intimação, para apresentar as contas em 72 horas, conta-se na forma do art. do CPC e inicia-se com a juntada do aviso de recebimento nos autos.

2. Verificada a tempestividade das contas, a nulidade da sentença que as julgou não prestadas é medida que se impõe, devendo os autos retornarem ao juízo de origem para a devida análise técnica.

PROCESSO Nº 151-10.2012.6.17.0032

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. INTEMPESTIVIDADE. VÍCIO FORMAL. PROVIMENTO PARCIAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. O vício detectado, qual seja, a apresentação das contas intempestivamente, não chega a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar a sua desaprovação.

2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal.

3. Provimento parcial da pretensão recursal. Aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 157-38.2012.6.17.0141
ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE
RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL PARA APROVAR COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2012. INTEMPESTIVIDADE. VÍCIO FORMAL. PROVIMENTO PARCIAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

- 1. O vício detectado, qual seja, a apresentação das contas intempestivamente, não chega a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar a sua desaprovação.*
- 2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal.*
- 3. Provimento parcial da pretensão recursal. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 167-21.2012.6.17.0141
ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE
RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO PARCIAL PARA APROVAR COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A VEREADOR. CONTAS REJEITADAS NA 1ª INSTÂNCIA. PRESENÇA DE ERRO FORMAL. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 51, II, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*

2. Pela aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 171-22.2012.6.17.0141

ORIGEM: SÃO VICENTE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VEREADOR. ERROS FORMAIS E MATERIAIS. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DESPROVIMENTO.

1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalva.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 173-10.2012.6.17.0135

ORIGEM: FEIRA NOVA-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. IRREGULARIDADE MATERIAL. INOBSERVÂNCIA.

1. A presença de erros formais ou de erros materiais considerados irrelevantes no conjunto da prestação de contas não motivam a sua desaprovação (inteligência do art. 49 da Lei n° 9.504/97).

2. Hipótese em que o candidato, intimado, apresentou documentação complementar, restando, apenas, falhas de natureza formal, ensejando a aprovação das contas com ressalvas.

3. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO Nº 173-28.2012.6.17.0032

ORIGEM: ALIANÇA-PE

RELATOR: DES. ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. CONTAS JULGADAS COMO NÃO PRESTADAS. PRAZO DE 72 HORAS. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA. INTELIGENCIA DO ART. 30, IV DA LEI 9.504/97. CANDIDATA QUE TEVE SEU REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. OBRIGATORIEDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. DETERMINAÇÃO DO ART. 35 DA RESOLUÇÃO TSE 23.376/2011.

- 1. A legislação eleitoral exige que todo candidato preste contas à Justiça Eleitoral até o dia 06 de Novembro de 2012, obrigação estendida inclusive àquele que renunciar candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha;*
- 2. No presente caso, a recorrente apresentou sua prestação de contas fora do prazo de 72 horas, razão pela qual devem ser julgadas como “não rpestadas”, restando, portanto, imperiosa a aplicação do que determina o artigo 30, IV da Lei 9.504/97 e o art. 38 da Res TSE 23.376/2012;*
- 3. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO Nº 413-50 .2012.6.17.0118

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. TEMPESTIVIDADE. APRESENTAÇÃO DA JUSTIFICATIVA EM MENOS DE 72 HORAS APÓS NOTIFICADO. CANDIDATO QUE RENUNCIOU. NÃO FEZ CAMPANHA. ATENDEU PRONTAMENTE O CHAMAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

- 1. O candidato não fez campanha eleitoral, por ter renunciado;*
- 2. Mesmo assim, não se mostrou desidioso, pois atendeu a notificação desta Especializada antes mesmo de expirado o prazo de 72 horas.*
- 3. A petição interposta ao chamamento para prestar contas está sendo considerada como sua prestação de contas retificadora;*

4. Interpretação da norma mais benéfica a uma candidatura que não teve movimentação financeira, de um candidato que nem concorreu ao pleito eleitoral A legislação eleitoral;

5. Provimento parcial ao recurso, para considerar as contas prestadas, porém desaprovadas, ante a falta de abertura da conta bancária específica.

PROCESSO Nº 203-85.2012.6.17.0057

ORIGEM: ARCOVERDE-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

AGRAVO REGIMENTAL. ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No presente caso, o recurso eleitoral resta intempestivo por não ter sido interposto no prazo de três (03) dias da publicação da sentença no Diário de Justiça Eletrônico, conforme preconiza art. 30, § 5o, da Lei n.º 9.504/97.

2. Agravo regimental desprovido.

PROCESSO Nº 206-39.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA.

1. Decorre de expressa previsão legal que da decisão dos Juízes Eleitorais que julgar as contas de candidatos caberá recurso para esta Corte no prazo de três dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 5o c/c a Resolução TSE nº 23.376/2012, art. 56).

2. Hipótese em que o candidato interpôs a peça recursal à margem do prazo legal acimaestipulado.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 206-39.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §5º, da Lei 9.504/97 c/c ART. 56 DA RES. TSE Nº 23.376/2012.

1. Verifica-se que existe norma específica de direito eleitoral dispendo sobre as intimações das sentenças proferidas nos processos de prestação de contas, fixando o prazo de 3(três) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para interposição do recurso (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 5º c/c a Resolução TSE nº 23.376/2012, art. 56).

2. In casu, o candidato interpôs seu inconformismo fora do prazo previsto acima.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 150-06.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. RECURSO ELEITORAL. INTEMPESTIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §5º, da Lei 9.504/97 c/c ART. 56 DA RES. TSE Nº 23.376/2012.

1. Verifica-se que existe norma específica de direito eleitoral dispendo sobre as intimações das sentenças proferidas nos processos de prestação de contas, fixando o prazo de 3(três) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para

interposição do recurso (Lei n° 9.504/97, art. 30, § 5° c/c a Resolução TSE n° 23.376/2012, art. 56).

2. In casu, o candidato interpôs seu inconformismo fora do prazo previsto acima.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO Nº 163-05.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

9.15 RECIBOS

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO A VEREADOR. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. REJEITADA. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ESTIMÁVEIS SEM A DEVIDA EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS. CONTAS DESAPROVADAS EM 1ª INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Preliminar de ausência de fundamentação da sentença: rejeitada;

2. A ausência de informações sobre arrecadação de recursos estimáveis impede a efetiva fiscalização das contas do candidato pela Justiça Especializada, o que constitui, neste caso, vício de natureza material grave.

3. Contas desaprovadas;

4. Recurso desprovido, para manter a sentença de piso. Precedentes.

PROCESSO Nº 426-46.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO A VEREADOR. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ESTIMÁVEIS SEM A DEVIDA EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS. CONTAS DESAPROVADAS EM 1ª INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Ausência de informações sobre a arrecadação de recursos estimáveis impede a efetiva fiscalização das contas do candidato pela Justiça Especializada, o que constitui, neste caso, vício de natureza grave.

2. Contas desaprovadas;

3. Recurso desprovido, para manter a sentença de piso. Precedentes.

PROCESSO Nº 447-22.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

9.16 RENÚNCIA DE CANDIDATO

RECURSO ELEITORAL.PRESTAÇÃO DE CONTAS. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS DE CAMPANHA ZERADA JUNTAMENTE COM AS RAZÕES RECURSAIS. JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Apresentação das contas de campanha no momento da interposição do presente recurso, inclusive com movimentação zerada, em decorrência da renúncia da candidatura e não participação nas eleições em razão de complicações de saúde, relacionadas ao período de gravidez.

2. Diante da relevância das justificativas apresentadas pela candidata que esclareceu que as contas não foram prestadas anteriormente por motivos alheios à sua vontade; em razão da renúncia à candidatura; e, sobretudo, considerando a boa-fé e o esforço em trazer aos autos a prestação de contas, ainda que fora do prazo determinado por lei, deve ser reformada a decisão de contas não prestadas, e em razão da inexistência de gastos, julgá-las aprovadas, com ressalvas.

3. Recurso provido.

PROCESSO Nº 679-10.2012.6.17.0217

ORIGEM: CAMARAGIBE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de intempestividade e, no mérito, por maioria, em dar provimento ao recurso.

10 PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2008. CONTRADIÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NOS FORMULÁRIOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. IMPOSSIBILIDADE DA EFETIVA ANÁLISE DAS CONTAS. RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. REGULARIDADE INSANÁVEL. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Constatada obscuridade na prestação de contas, porquanto as informações declaradas no formulário da prestação de contas são conflitantes entre si, não sendo possível, por conseguinte, auferir com clareza a proveniência dos recursos arrecadados e os gastos efetuados pelo partido durante o exercício financeiro de 2008, mostra-se inviabilizado o controle efetivo das contas.

2. Prestação de contas apresentada nos termos da Resolução TSE n 21.841/2004, sendo constatada falha de natureza grave, consistente na não apresentação do exercício de 2008, o que inviabiliza a perfeita identificação da origem dos recursos arrecadados, restando comprometidas a transparência e a confiabilidade da contabilidade do partido, motivo pelo qual a sua desaprovação, nos termos do art. 27, III, da referida norma, é medida que se impõe.

3. Pela desaprovação das contas.

PROCESSO Nº 295-95.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por unanimidade, em DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. IRREGULARIDADE.

1. A ausência da documentação necessária à análise da regularidade das contas enseja a sua desaprovação.

2. Hipótese em que o partido deixou de apresentar, em sua totalidade, os extratos bancários referentes à campanha eleitoral (art. 40, § 8o, da Res. TSE n° 23.376/2012).

3. Recurso parcialmente provido, apenas para reduzir o prazo de suspensão ao repasse das quotas.

PROCESSO Nº 32-37.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em Rejeitar a preliminar de nulidade da sentença e, no mérito, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO. 2011. IRREGULARIDADES. DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA. VIOLAÇÃO. ARTIGO 9º, I e II, RES. TSE 21.841/2004. CONTAS. DESAPROVAÇÃO.

A ausência de documentação completa, exigida pela legislação eleitoral constante do artigo 9º, I e II, da Res. TSE 21.841/2004, constitui erro grave, o qual acarreta a desaprovação das contas.

PROCESSO Nº 196-70.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS nos termos do voto do Des. Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. ELEIÇÕES 2012. DOCUMENTOS. ERRO FORMAL.

1. A ausência de documentos, referentes a pesquisa de mercado, nos moldes do art. 40, parágrafo 3º da Res. TSE 23.376/2012, trata-se de irregularidade formal, a qual não compromete a análise das contas;

2. Aprovação da contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 635-81.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS nos termos do voto do Des. Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. ELEIÇÕES 2012. EQUÍVOCOS. PREENCHIMENTO DADOS. INCONSISTÊNCIA. DOAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. ERROS FORMAIS.

- 1. O registro de dados, preenchidos de maneira equivocada, além da indicação errônea quanto à indicação de procedência da doação, tratam-se de vícios formais, o que não compromete a análise das contas.*
- 2. Constato nos autos que a inconsistência entre os valores doados, e as informações prestadas pelos doadores, é de valor insignificante, em respeito aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, deve-se entendê-la como erro formal.*
- 3. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 638-36.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVAS APRESTAÇÃO DE CONTAS.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. REGULARIDADE.

- 1. Decorre de expressa previsão legal que as contas serão aprovadas quando se encontrarem regulares (art. 27, I, da Res TSE 21.841/2004);*
- 2. Hipótese em que o partido acostou toda a documentação necessária à análise das contas apresentadas e em conformidade com os ditames legais;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO Nº 13-40.2012.6.17.0149

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010. VÍCIOS. PERMANÊNCIA. CONTAS DESAPROVADAS.

1. As irregularidades formais e materiais insanáveis comprometem a análise das contas, ensejando sua rejeição nos termos do art. 24, III, “a” e “c”, da Res TSE 21.841/2004

PROCESSO Nº 257-28.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM REJEITAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010. VÍCIOS. PERMANÊNCIA. CONTAS DESAPROVADAS.

1. As irregularidades formais e materiais insanáveis comprometem a análise das contas, ensejando sua rejeição;
2. Contas desaprovadas.

PROCESSO Nº 659-12.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRELIMINAR. INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA.

1. Não sendo parte o recorrente e demonstrado o “nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial”, não há que se reconhecer sua posição de terceiro prejudicado, mormente quando a legislação específica prevê via processual pertinente a que o partido político acione o Judiciário a investigar supostas condutas em desacordo

com as normas previstas na Lei das Eleições, relativas à arrecadação e gastos de recursos. Preliminar acolhida;
2. Recurso não conhecido.

PROCESSO Nº 218-90.2013.6.17.0142

ORIGEM: PRIMAVERA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO. 2009. VÍCIOS. PERMANÊNCIA. CONTAS DESAPROVADAS.

- 1. As irregularidades formais e materiais insanáveis comprometem a análise das contas, ensejando sua rejeição nos termos do artigo 24, III, "a" e "c" da Res TSE 21.841/2004*
- 2. Contas desaprovadas.*

PROCESSO Nº 291-03.2012.6.17.0000

ORIGEM: PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. VÍCIOS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

- 1. Os vício detectados não chegam a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar sua rejeição;*
- 2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal;*
- 3. Aprovação das contas com ressalvas .*

PROCESSO Nº 193-18.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009. IRREGULARIDADES FORMAIS. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. A identificação de recursos na conta bancária do partido político, sem que tenha sido observada a exigência relativa à utilização de cheque nominativo cruzado ou de crédito bancário identificado revela vício de natureza apenas formal.

2. Precedentes deste Regional.

3. Prestação de contas aprovada com ressalvas.

PROCESSO Nº 1206-23.2010.6.17.0000

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010. PARTIDO POLÍTICO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. VÍCIOS QUE COMPROMETEM A REGULARIDADE. AUSÊNCIA DE SANEAMENTO. DESAPROVAÇÃO. SUSPENSÃO DO REPASSE DE QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL.

PROCESSO Nº 2-06.2013.6.17.0010

ORIGEM: OLINDA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXTRATOS BANCÁRIOS. AUSÊNCIA. IRREGULARIDADE DE NATUREZA MATERIAL.

1. *As contas deverão se desaprovadas quando houver vícios passíveis de comprometer a sua regularidade (Res. TSE nº 23.376/2012, art. 50, III).*

2. *Hipótese em que o partido deixou de declarar conta bancária listada no Sistema de Prestação de Contas (SPCE Web) como pertencente à legenda e, por conseqüência, de apresentar os extratos bancários correspondentes, ficando prejudicado o efetivo controle das movimentações financeiras, por esta Justiça Especializada, restando comprometida a regularidade das contas.*

3. *Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 656-57.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade,
DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS.

CONTAS NÃO PRESTADAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012. SUSPENSÃO DE REPASSE DE NOVAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO PELO PERÍODO DE OMISSÃO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS.

1. *Devem ser julgadas não prestadas as contas do partido que, regularmente notificado, deixar de apresentá-las, na forma prevista na Resolução nº 21.841/2004, impondo, por conseguinte, a sanção de suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário até que persista a omissão.*

2. *Contas julgadas não prestadas.*

PROCESSO Nº 254-39.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, nos termos do voto do Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO- EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. CONTAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DO REPASSE DE NOVAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

- 1. A omissão do partido político em prestar as contas referente ao exercício financeiro enseja a suspensão do recebimento das cotas do fundo partidário, enquanto durar a inadimplência (art. 3º, inciso II c/c art. 28, inciso III da Res. TSE n.º 21.841/2004).*
- 2. Contas julgadas não prestadas.*

PROCESSO Nº 258-76.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, nos termos do voto do Relator

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. IRREGULARIDADES FORMAIS.

- 1. A identificação das doações recebidas, sem que tenha sido observada a exigência referente à utilização de cheque nominativo cruzado ou de crédito bancário identificado, revela vício de natureza apenas formal. Precedentes.*
- 2. Também consistem vícios formais a apresentação de contrato de locação sem autenticação e a apresentação de conta de energia em nome de pessoa diversa do partido;*
- 3. Contas aprovadas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 248-32.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS, com as recomendações da Secretaria de Controle Interno.

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD). EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 27, II, da Resolução TSE n.º 21.841/2004.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 200-73.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012. DOAÇÕES. FONTES VEDADAS. RECEBIMENTO. VÍCIO INSANÁVEL.

- 1. Decorre de expressa previsão legal de que o Partido Político não pode receber "sob qualquer forma ou pretexto" doação de fontes consideradas vedadas na norma de regência, devendo, em desatendimento à regra, realizar o "recolhimento dos recursos recebidos indevidamente ao Fundo Partidário" (Res. TSE n.º 21.841/2004, arte. 5º e 28, II);*
- 2. Hipótese em que não houve a comprovação pelo Ente Partidário de que recursos recebidos em doação não teriam origem em fontes vedadas na legislação pertinente.*
- 3. Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 221-49.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

Por maioria foram desaprovadas as contas do PC do B, determinando-se o desentranhamento de todo e qualquer documento que fora juntados aos autos após o pedido de vista.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - PARTIDO POLÍTICO - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011 - DESAPROVAÇÃO - AUSÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA - DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO - DESNECESSIDADE DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - APROVAÇÃO.

1. A movimentação de receitas e despesas, através da conta corrente bancária específica, objetiva garantir a adequada fiscalização nas prestações de contas submetidas ao crivo desta Justiça Especializada, sobretudo nas hipóteses em que forem identificados recursos oriundos do Fundo Partidário;

2. A rigidez das normas referentes à prestação de contas, certamente, busca evitar a ocorrência de ilicitudes que possam causar prejuízo ao erário ou desequilibrar a disputa eleitoral, como por exemplo: doações acima do limite legal, o crime de lavagem de dinheiro, caixa dois, abuso de poder econômico ou político.

3. Na hipótese, em conformidade com o parágrafo único do art. 13 da Resolução 21.841/2004, todas as despesas necessárias ao funcionamento da agremiação partidária municipal foram realizadas através de doações estimáveis em dinheiro.

4. Necessário evidenciar a absoluta desnecessidade da abertura da conta bancária, afinal, conforme documentos trazidos aos autos, não houve qualquer movimentação financeira no período, já que os recursos gastos com a manutenção do partido (material de expediente, serviços contábeis e cessão de imóvel para realização de reuniões do partido) foram todos oriundos de doações estimáveis em dinheiro.

5. Recurso provido.

PROCESSO Nº 13-24.2012.6.17.0025

ORIGEM: GOIANA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para aprovaras contas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. DIRETÓRIO MUNICIPAL

1. *Erro formal suprido, sem comprometimento da análise das contas.*
2. *Recurso provido.*

PROCESSO Nº 357-36.2012.6.17.0047

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE PARTIDO POLÍTICO - EXERCÍCIO 2012 – AUSÊNCIA DOS NOMES E QUALIFICAÇÕES DO PRESIDENTE E DO TESOUREIRO DO PARTIDO - ENTREGA INTEMPESTIVA - VÍCIOS DE NATUREZA FORMAL - APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

PROCESSO Nº 11-89.2013.6.17.0099

ORIGEM: ITAPETIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010. DESCONFORMIDADE DAS CONTAS COM A RESOLUÇÃO TSE N. 21.841/2004.

1. *A prestação de contas será desaprovada quando houver vícios passíveis de comprometer a análise, desta Justiça Especializada, quanto à real movimentação financeira da sigla partidária e sua regularidade.*
2. *Hipótese em que o partido deixou de comprovar a efetiva abertura da conta corrente e entregar os extratos bancários correspondentes, relativos ao período do exercício financeiro em exame, na prestação de contas analisada.*
3. *Recurso desprovido.*

PROCESSO Nº 20-98.2011.6.17.0106

ORIGEM: CARUARU-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO-SE A DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMITÊ FINANCEIRO E DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PSDB. IRREGULARIDADES. EXTRATOS EM DESACORDO COM O QUE PRECEITUA O ART. 40, PARÁGRAFO 8º DA RESOLUÇÃO TSE N. 23376/2012. VÍCIO INSANÁVEL. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. A ausência de extratos bancários na sua forma definitiva e que não contemplem todo o período da campanha eleitoral caracteriza vício insanável, que enseja a desaprovação das contas;*
- 2. A prestação de contas precisa vir acompanhada de documentos elencados no rol do art. 40 da Resolução TSE n 23.376/2012, dentre eles, os extratos bancários, que devem seguir os moldes do parágrafo 8º do referido artigo;*
- 3. Os extratos bancários referentes a todo o período eleitoral asseguram o registro da movimentação financeira, ocorrida ou não, propiciando a lisura e a isonomia nas prestações de contas eleitorais;*
- 4. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO Nº 31-52.2013.6.17.0076

ORIGEM: SERRITA-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. VÍCIOS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. Os vícios detectados não chegam a comprometer a análise, tampouco a regularidade das contas, ao ponto de ensejar a sua rejeição;
2. As falhas, omissões e impropriedades que não prejudicam a confiabilidade e a regularidade das contas consistem em vícios de natureza meramente formal;
3. Aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 188-93.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO. RESOLUÇÃO TSE N 21.841/2004. DOAÇÕES E PAGAMENTO DE DESPESAS. RECURSOS FINANCEIROS NÃO TRANSITADOS EM CONTA BANCÁRIA. IRREGULARIDADE MATERIAL. ART. 39, P 3º, DA LEI N 9.096/95. DESAPROVAÇÃO. SUSPENSÃO DE RECEBIMENTO DE COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. MAJORAÇÃO DA PENA EM FACE DA REINCIDÊNCIA DAS IRREGULARIDADES POR SUCESSIVOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS.

1. O não trânsito, pela conta bancária, de doações recebidas e pagamento de despesas, não efetuado por cheque nominativo ou por crédito bancário identificado, trata-se de erro amterial relevante a comprometer o resultado final das contas, consistindo em omissão que viola literalmente o disposto na norma eleitoral, pois afronta norma de regência, ao comprometer a regularidade e a confiabilidade das contas apresentadas por impedir o efetivo controle da regularidade da arrecadação e dos gastos efetuados pelo partido, por parte desta Justiça Especializada, frustrando-se assim a finalidade precípua deste processado;
2. O Partido Requerente doi advertido sobre a necessidade de movimentação de valores doados na conta bancária, antes do pagamento de despesas, tendo repetido a falha por dois anos, incorrendo sucessias vezes na falha apontada como grave;

3. Com efeito, o descumprimento de exigência materiais voltadas à correta gestão dos recursos financeiros e à sistemática da prestação de contas, pelo partido, enseja, a desaprovação das contas em análise, como medida adequada, por força do que dispõe o art. 37, caput, combinado com os parágrafos 2º e 3º da Lei 9.096/95, determina-se a suspensão, com perda, das cotas do fundo partidário, pelo prazo de 6 (seis) meses, em relação ao partido prestador, a contar da publicação do presente acórdão.

PROCESSO Nº 191-48.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. FALHAS DE NATUREZA FORMAL.

- 1. A ausência de demonstrativo de doação recebida quando não houve doação e a apresentação da documentação suporte em desacordo com as determinações do art. 9º da Resolução TSE 21.841/2004, uma vez que não apresenta no formato original, ou em cópia autenticada, são falhas de natureza formal;*
- 2. Aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 260-80.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RES. TSE N. 21.841/2004 NÃO FORAM DEVIDAMENTE CUMPRIDAS.

- 1. A inobservância das determinações contidas na Res. 21.841/2004 enseja a desaprovação das contas;*
 - 2. Desaprovação das contas.*
-

Processo Nº 261-65.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. Virgínio Carneiro Leão

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2008. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. FALHAS CONSTATADAS. IRREGULARIDADES NÃO SANADAS. DESAPROVAÇÃO . REINCIDÊNCIA. SUSPENSÃO DO REPASSE DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

- 1. A ausência de peças obrigatórias consubstancia-se em falha de natureza grave que enseja desaprovação das contas.*
- 2. Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 263-35.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2005. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. FALHAS CONSTATADAS. IRREGULARIDADES NÃO SANADAS. DESAPROVAÇÃO. REINCIDÊNCIA. SUSPENSÃO DO REPASSE DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

- 1. A ausência de peças obrigatórias consubstancia-se em falha de natureza grave que enseja a desaprovação das contas.*
- 2. Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 264-20.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO. ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL (PMDB). ELEIÇÕES 2012. FALHAS DETECTADAS. DILIGÊNCIAS. IRREGULARIDADES NÃO SANADAS. DESAPROVAÇÃO.

- 1. A existência de irregularidades não sanadas, que comprometam a regularidade das contas, ensejam a sua rejeição, nos termos do art. 51, III, da Resolução TSE n 23.376/2012.*
- 2. Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 623-67.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RES. TSE N. 23.376/2012 NÃO FORAM DEVIDAMENTE CUMPRIDAS.

- 1. A inobservância das determinações contidas na Res. 23.376/2012 enseja a desaprovação das contas;*
- 2. A abertura de conta bancária em data posterior à realização das eleições impossibilita a efetiva análise das contas.*
- 3. Desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 641-88.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. ELEIÇÕES 2012. VÍCIOS FORMAIS.

1. *A entrega intempestiva das parciais da prestação de contas é vício de natureza formal;*
2. *A prestação de contas final entregue após o prazo fixado pelo caput do art. 38 da Res. TSE n. 23.376/2012, mas anteriormente ao prazo previsto no §4º do mesmo artigo, constitui vício de natureza formal;*
3. *Vícios de natureza formal não comprometem a análise das contas, não sendo, por si sós, ensejadores de desaprovação da mesma;*
4. *Aprovação com ressalva das contas.*

PROCESSO Nº 651-35.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO. ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL (PHS). ELEIÇÕES 2012. FALHAS DETECTADAS. DILIGÊNCIAS. IRREGULARIDADES NÃO SANADAS. DESAPROVAÇÃO.

1. *A existência de irregularidades não sanadas, que comprometam a regularidade das contas, ensejam a sua rejeição, nos termos do art. 51, III, da Resolução TSE n.º 23.376/2012.*
2. *Pela desaprovação das contas.*

PROCESSO Nº 652-20.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS.

ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS REGIONAIS E MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SANÇÃO. ELEIÇÕES 2012.

1. *A não prestação de contas pelos órgãos partidários regionais ou municipais implica o julgamento das mesmas como não prestadas.*

2. Deve ser aplicada a sanção de 12 (doze) meses de suspensão do repasse do Fundo Partidário, já que a não prestação das contas é a forma mais grave de descumprimento das normas legais atinentes a esta matéria, pois impossibilita a Justiça Eleitoral de fazer o devido controle dos gastos de campanha.

3. Contas julgadas como não prestadas.

PROCESSO Nº 653-05.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS.

PARTIDÁRIOS REGIONAIS E MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SANÇÃO. ELEIÇÕES 2012.

1. A não prestação de contas pelos órgãos partidários regionais ou municipais implica o julgamento das mesmas como não prestadas.

2. Deve ser aplicada a sanção de 12 (doze) meses de suspensão do repasse do Fundo Partidário, já que a não prestação de contas é a forma mais grave de descumprimento das normas legais atinentes a esta matéria, pois impossibilita a Justiça Eleitoral de fazer o devido controle dos gastos de campanha.

3. Contas julgadas como não prestadas.

PROCESSO Nº 654-87.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. PT do B. DIRETÓRIO ESTADUAL. OMISSÃO. NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR CONTAS. ART. 38, §4º, DA RES. TSE N. 23.376/2012. DECURSO DO PRAZO IN ALBIS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DA QUOTA DO FUNDO PARTIDÁRIO PELO PRAZO DE DOZE MESES. ART 51, §4º, DA RES. TSE N. 23.376.

1. *De acordo com o art. 35, III, da Resolução TSE n. 23.376/2012, que disciplina a prestação de contas das eleições de 2012, os partidos políticos, em todas as suas esferas, deverão prestar contas à Justiça Eleitoral.*
2. *Na hipótese de omissão no dever de prestar contas, o partido será instado em prestá-las, no prazo de 72h, após o que, permanecendo a omissão, serão imediatamente julgadas não prestadas as contas. Inteligência do §4º do art. 38 da Res. TSE n. 23.376.*
3. *Nos termos do art. 53, II, da Res. TSE n. 23.376, a decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarretará ao partido a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, que no caso em exame é fixada em doze meses.*

PROCESSO Nº 655-87.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, nos termos do voto do relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO de 2008. DESAPROVAÇÃO. INCONGRUÊNCIA ENTRE O VOTO E PARECERES DA SCI. OMISSÃO ACERCA DE PARECERES DA SCI. DESCABIMENTO. OMISSÃO NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS. CONFIGURADA. DESCUMPRIMENTO DO ART. 4º, PARÁGRAFO 2º DA RESOLUÇÃO TSE 21.841/2004. VÍCIO FORMAL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS EM SEUS EFEITOS INFRINGENTES.

1. *Os Embargos de declaração destinam-se à propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão, contradição ou obscuridade no pronunciamento judicial;*
2. *Não há qualquer tipo de vinculação entre os pareceres emitidos pela Secretaria de Controle Interno e voto proferido, o que elide a necessidade de análise minuciosa de cada um dos argumentos apresentados pela SCI, afastando alegação de existência de omissão;*

3. Os valores do Fundo Partidário aplicados irregularmente e a quantia apurada como *Receitas Não-Identificadas* foram devidamente recolhidos pelo Partido, mediante GRU (fls. 451 e 465/469). Vício sanado;
4. Quanto aos documentos acostados aos autos (fls. 121) assiste razão ao embargante, sendo caracterizada a omissão de análise em relação aos mesmo, motivo pelo qual às contas devem ser aprovadas com ressalvas;
5. As doações informadas, pelo embargante, na sua prestação de contas foram devidamente identificadas, constando nome, CPFs e valores doados ao Partido, não existindo, portanto, qualquer doação oriunda de doação não identificada;
6. Subsiste, por outro lado, vício formal no tocante à determinação de que as doações sejam “efetuadas em cheque nominativo cruzado ou por crédito bancário identificado, diretamente na conta do partido”, como preceitua o art. 4º, parágrafo 2º da Resolução TSE 21.841/2004;
7. A existência de vício formal não tem o condão de desaprovar as contas, no entanto, as mesmas devem ser aprovadas com ressalvas;
8. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes, a fim de modificar a decisão que desaprovou as contas do Partido.

PROCESSO Nº 3075782-67.2009.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS para aprovar as contas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PARTIDO, DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 27, II, da Resolução TSE 21.841/2004.
2. Pela aprovação das contas com ressalvas.

PROCESSO Nº 4286913-72.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. AUSÊNCIA. CONTAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DO REPASSE DA PARTIDÁRIO.

1. A Prestação de Contas anual dos diretórios dos partidos políticos é uma imposição legal que não aceita qualquer escusa ao seu cumprimento, ainda que não tenha havido qualquer movimentação financeira.

2. In casu, é indispensável a aplicação da sanção estipulada no art. 28 da Resolução n.º 21.841/04, qual seja, a suspensão automática das cotas do fundo partidário ao diretório regional inadimplente, enquanto durar a inadimplência.

3. Contas julgadas não prestadas.

PROCESSO Nº 335-22.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2010. DOAÇÃO NÃO IDENTIFICADA. IRREGULARIDADE NÃO SANADA. DESAPROVAÇÃO. SUSPENSÃO DO REPASSE DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO - ART. 37, § 3º, DA LEI 9096/95, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 12.034/2009.

1. As doações e as contribuições de recursos financeiros devem ser efetuadas por cheque nominativo cruzado ou por crédito bancário identificado, diretamente na conta do partido político.

2. A ausência de identificação do doador representa irregularidade a ensejar, por si só, a desaprovação das contas.

3. Pela desaprovação das contas.

PROCESSO Nº 262-50.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, rejeitar APRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. AUSÊNCIA DE OCORRÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA. OBEEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ELEITORAL. APROVAÇÃO DAS CONTAS. CIÊNCIA. ÓRGÃOS COMPETENTES. POSSÍVEL IRREGULARIDADE DE NATUREZA TRIBUTÁRIA.

1. Devem ser aprovadas as contas partidárias, quando não encontradas ocorrências que comprometam a sua regularidade.

2. Não compete à Justiça Eleitoral fiscalizar débitos tributários eventualmente não satisfeitos, razão pela qual deve ser noticiado aos órgãos competentes a respeito de eventuais irregularidades de natureza tributária.

PROCESSO Nº 171-17.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. CONTAS NÃO PRESTADAS. PARTIDO POLÍTICO. SUSPENSÃO DE REPASSE DE NOVAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS.

1. Devem ser julgadas não prestadas as contas do partido que, regularmente notificado, deixar de apresentá-las, na forma prevista no art. 37, b, da Resolução nº 23.376/2012, impondo, por conseguinte, a sanção prevista nos artigos 53, II, c/c 51, §§ 3º e 4º, dessa mesma Resolução.

2. Contas julgadas não prestadas.

PROCESSO Nº 657-42.2012.6.17.0000
ORIGEM: SERTÂNIA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, com suspensão das cotas pelo período de doze meses.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RES. TSE N.º 21.841/2004 NÃO FORAM DEVIDAMENTE CUMPRIDAS. A INOBSERVÂNCIA DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA RES. N.º 21.841/2004 ENSEJA A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS; A AUSÊNCIA DE PEÇAS CONTÁBEIS QUE COMPROVEM O LUCRO DO EXERCÍCIO, A AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS, A INCONGRUÊNCIA ENTRE OS VALORES DOS EXTRATOS E DAS PEÇAS CONTÁBEIS; A AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO DE DOAÇÕES, SÃO VÍCIOS QUE, EM CONJUNTO, COMPROMETEM A ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS; DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

PROCESSO Nº 189-78.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do Relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. UTILIZAÇÃO DE RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI). DEVOLUÇÃO AOS COFRES PÚBLICOS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS

- 1. Não devem ser desaprovadas as contas partidárias pela utilização de recursos de origem não identificada (RONI) quando há a efetiva devolução da quantia aos Cofres Públicos.*
- 2. Como em determinadas situações o próprio partido não logra êxito em proceder à identificação da origem dos recursos, sendo vedado em nosso ordenamento a fixação de penalidade ad eternum, considerando, ainda, a devolução ao Erário da quantia*

não identificada, o pagamento deve ser considerado como forma de esclarecimento previsto no art. 36, I, da Lei n° 9.096/95.

3. Pela aprovação com ressalva das contas do PPS referente ao exercício financeiro.

PROCESSO Nº 177-64.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RES. TSE N.º 21.841/2004 NÃO FORAM DEVIDAMENTE CUMPRIDAS.

- A inobservância das determinações contidas na Res. n.º 21.841/2004 enseja a desaprovação das contas;

- Desaprovação das contas.

PROCESSO Nº 198-85.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS, nos termos do voto do relator.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO. ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL (PR). ELEIÇÕES 2012. FALHAS DETECTADAS. ERROS FORMAIS. NÃO COMPROMETIMENTO DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Erros formais e materiais irrelevantes, que não comprometam a análise das contas, ensejam sua aprovação com ressalva.

2. Recurso provido parcialmente

PROCESSO Nº 649-65.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009. Ocorrências que comprometem a regularidade e confiabilidade das contas. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. *Constatado o recebimento de recursos de origem não identificada (RONI), a agremiação partidária deverá recolher ao Fundo Partidário a quantia correspondente, nos termos do art. 6o, caput, da Resolução n.º 21.841/04.*

2. *A ausência de recolhimento ao Fundo Partidário dos recursos auferidos pelo Partido, cuja origem não foi identificada, e as demais irregularidades verificadas nos autos, comprometem a confiabilidade das contas, razão pela qual devem ser desaprovadas, com fundamento no art. 24, III, "a" e "b" da Resolução do TSE n.º 21.841/04.*

3. *Contas Desaprovadas.*

PROCESSO Nº 1201-98.2010.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS referente ao exercício 2009, aplicando-se a suspensão de 3 meses.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. FALHAS DE NATUREZA FORMAL.

1. *A prestação de contas deverá ser aprovada com ressalvas quando os vícios constatados não trouxerem prejuízos à sua apreciação e regularidade.*

2. *Hipótese em que, após atendimento às diligências, restaram impropriedades, nas contas apresentadas, de cunho formal, que não prejudicam a sua confiabilidade e consistência.*

3. *Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 340-44.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

ELEIÇÕES 2012. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. REGULARIDADE.

- 1. Decorre de expresse dispositivo legal que as contas deverão ser aprovadas quando se apresentarem regulares;*
- 2. Hipótese em que as inconsistências apontadas foram sanadas pelo partido requerente;*
- 3. Contas aprovadas.*

PROCESSO Nº 639-21.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO. 2011. VÍCIOS. PERMANÊNCIA. CONTAS DESAPROVADAS.

- 1. As irregularidades formais e materiais insanáveis comprometem a análise das contas, ensejando sua rejeição nos termos do artigo 24, III, "a", "b" e "c", da Res. TSE 21.841/2004.*
- 2. Contas desaprovadas.*

PROCESSO Nº 344-81.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DESAPROVAR APRESTAÇÃO DE CONTAS.

10.1 DOCUMENTAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2012. DEM. NOTA FISCAL. NÃO APRESENTAÇÃO. DOCUMENTO NÃO OBRIGATÓRIO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALTA DE APENAS UM CANHOTO DE RECIBO ELEITORAL. PROVA DA REGULARIDADE DAS CONTAS POR OUTROS

DOCUMENTOS. CNPJ TROCADO. ERRO DE DIGITAÇÃO. VÍCIO FORMAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO DO FUNDO PARTIDÁRIO. NÃO PAGAMENTO DE DESPESAS DE CAMPANHA COM DINHEIRO PROVENIENTE DO FUNDO. VÍCIOS MATERIAIS E FORMAL QUE NÃO PREJUDICAM AANÁLISE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 30, §2º-A DA LEI Nº 9.504/97.

1. O art. 40, §1º, a, da Resolução TSE nº 23.376/2011 preceitua que, para subsidiar o exame das contas prestadas, a Justiça Eleitoral poderá requerer a apresentação dos documentos fiscais. Estes documentos, porém, não são de composição obrigatória na prestação de contas, motivo pelo qual a ausência de apresentação destas notas não enseja a desaprovação das contas, quando existe outros elementos nos autos que provem a regularidade destas.

2. Da mesma forma, não há que se falar em desaprovação quando ausente apenas um dos canhotos dos recibos eleitorais da via do beneficiário, e provado, pelo extrato bancário, que o valor transitou pela conta de campanha.

3. Apesar de não apresentar os extratos da conta do fundo partidário, o partido não realizou despesas de campanha com os recursos provenientes do fundo, razão pela qual a ausência destes documentos não prejudica a análise das contas.

4. A troca do CNPJ configura mero erro de digitação, vício formal, que não interfere na aprovação das contas.

5. Erros formais ou materiais irrelevantes no conjunto da prestação de contas, que não comprometam o seu resultado, não acarretarão a rejeição das contas (art. 30, §2º-A da Lei nº 9.504/97).

PROCESSO Nº 627-07.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) APRESTAÇÃO DE CONTAS.

10.2 EXERCÍCIO FINANCEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. PARTIDO DOS TRABALHADORES. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 27, II, da Resolução TSE n.º 21.841/2004.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 187-11.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES B. A. NETO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

10.3 NÃO APRESENTAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. PARTIDO DOS TRABALHADORES. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011. FALHAS DE NATUREZA FORMAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- 1. O registro de falhas de natureza formal, que não comprometem a regularidade das contas, enseja a sua aprovação com ressalvas, nos termos do art. 27, II, da Resolução TSE n.º 21.841/2004.*
- 2. Pela aprovação das contas com ressalvas.*

PROCESSO Nº 187-11.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES B. A. NETO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, APROVAR COM RESSALVA(S) A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 32 DA LEI 9.096/95 c/c ART. 3º, INC II, DA RES TSE 21.814/2004

- 1. O partido que não prestar contas perde o direito ao repasse das cotas do Fundo Partidário por doze meses;*
- 2. Contas não prestadas.*

PROCESSO Nº 337-89.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS, determinando a suspensão do repasse do fundo partidário por doze meses.

CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, DA LEI 9.096/95 C/C ART. 28, INC. III DA RES. 21.841/2004.

- 1. O partido que não prestar contas perde, pelo tempo que permanecer omissso, o repasse das cotas do Fundo Partidário.*
- 2. Contas não prestadas.*

PROCESSO Nº 342-14.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS.

CONTAS NÃO PRESTADAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 41, III DA RESOLUÇÃO 23,217/10

- 1. O partido que, intimado, não prestar contas, perde, no ano seguinte ao da decisão, o repasse da quota do Fundo Partidário.*
- 2. Contas não prestadas.*

PROCESSO Nº 343-96.2012.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, DECLARAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS.

11 PROPAGANDA ELEITORAL

11.1 BANDEIRA

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL POR MEIO DE BANDEIRAS. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE ENTREGA DA CONTRAFÉ DA PETIÇÃO INICIAL. ART. 10 DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.367/2011. AFRONTA. ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA. AFASTAMENTO DA MULTA IMPOSTA. IMPOSSIBILIDADE PERDA DO OBJETO DA AÇÃO.

1. O artigo 10 da Resolução TSE nº23.367/2011 dispõe que a notificação será instruída com a contrate da petição inicial e dos documentos que a acompanham, assegurando, com isto, o direito ao pleno exercício do direito de defesa.

2. In casu, não há nada nos autos a comprovar que os recorrentes, quando notificados para tomar conhecimento da decisão liminar e para apresentar defesa, receberam a cópia da petição inicial, providência que, se não observada, impossibilita o direito de defesa daqueles.

3. Acolhimento da preliminar de nulidade da sentença em razão do cerceamento do direito de defesa dos recorrentes.

PROCESSO NÚMERO 276-17.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.

11.2 BANNER

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BANNERS. CANDIDATOS DE ELEIÇÕES DISTINTAS, MAJORITÁRIA E PROPORCIONAL. CONFIRMAÇÃO ATRAVÉS DE CERTIDÃO APÓS INSPEÇÃO REALIZADA PELO CHEFE DO CARTÓRIO ELEITORAL NO LOCAL. PROPAGANDA QUE ATENDE AO LIMITE DE 4M²

PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. RECURSO A QUE SE DEU PROVIMENTO PARA AFASTAR A APLICAÇÃO DE MULTA IMPOSTA A RECORRENTE.

PROCESSO NÚMERO 107-57.2012.6.17.0126
ORIGEM: CUMARU-PE (126ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES C. LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. BANNERS. BENS DE USO COMUM. POSTES. RETIRADA. PRAZO LEGAL. PROPAGANDA REGULAR. PROVIMENTO.

- 1. Constatada nos autos a retirada das publicidades não regulares, constantes em postes de iluminação pública, não há que se falar em irregularidades que ensejem multa eleitoral.*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 65-23.2012.6.17.0121
ORIGEM: CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012. PROPAGANDA. FAIXA. INVASÃO DE ESPAÇO SOBRE VIA PÚBLICA. LIMITANDO A PASSAGEM DE VEÍCULOS MAIORES.

- 1. Nos termos do art. 37 da Lei nº 9.504/1997, é irregular a propaganda realizada mediante faixa que invade o espaço sobre a via pública, limitando a passagem de veículos maiores.*
- 2. Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa ao mínimo legal.*

PROCESSO NÚMERO 172-46.2012.6.17.0031
ORIGEM: AMARAJI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

11.3 DIREITO DE RESPOSTA

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL. DIRETO DE RESPOSTA. PERDA DE OBJETO. LITISPENDÊNCIA. NÃO OBSERVAÇÃO. ERRO FORMAL. INFORMAÇÕES INVERÍDICAS. INOBSERVÂNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. Observado nos autos a ocorrência de erro formal, o qual ensejaria a duplicidade de ações, não há que se falar em litispendência e, por conseguinte, na aplicação de multa por litigância por má fé;*
- 2. O Recorrente não pode ser penalizado por litigância de má fé, vez que não existem provas ou circunstâncias nos autos que comprovem que o Recorrente tenha agido maneira temerária ou de manifesta má-fé;*
- 3. Perda do objeto em relação ao direito de resposta;*
- 4. Recuso a que se dá provimento parcial, apenas para afastar a multa por litigância de má fé.*

PROCESSO NÚMERO 249-04.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para excluir a multa por litigância de má-fé.

11.4 INTERNET

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. "INTERNET". "BLOG". OFENSA. MULTA. DESCABIMENTO.

1. O art. 57-D, § 2º, da Lei nº 9.504/97 determina a aplicação de multa à propaganda anônima realizada na rede mundial de computadores.
2. Não existe previsão legal de sanção em razão do cunho ofensivo de propaganda divulgada em internet.
3. Hipótese em que o candidato divulgou em "blog" supostas ofensas a integrantes da Polícia Militar.
4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 418-45.2012.6.17.0030

ORIGEM – GRAVATÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO LACERDA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.5 OUTDOOR

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL "OUTDOOR". CARACTERÍSTICAS. MERA PROMOÇÃO PESSOAL. HOMENAGEM. ANIVERSÁRIO. NÃO CANDIDATO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. DESPROVIMENTO.

1. Com o objetivo de assegurar a igualdade do pleito, a norma de regência proíbe expressamente a divulgação de propaganda eleitoral mediante "outdoor" (art. 39, § 8º, da Lei 9.504/97).
2. A mensagem de felicitações pelo aniversário de político da região, que sequer disputou as eleições, caracteriza mera promoção pessoal e não afronta ao referido dispositivo legal.
3. A divulgação do outdoor em questão não fez qualquer referência a candidatura majoritária dos demais recorrentes, motivo pelo qual não restou comprometida a igualdade do pleito.
4. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 158-11.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. CAMISAS. OFERECIMENTO A ELEITORES. PROVA. INEXISTÊNCIA. PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA. UTILIZAÇÃO DE "OUTDOOR". CONSTATAÇÃO.

- 1. É vedada aos comitês e candidatos, durante período de campanha, a confecção, utilização e distribuição de bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei n° 9.504/97, art. 39, § 6°).*
- 2. Hipótese em que os elementos constantes nos autos não demonstram que a representada tenha cometido a irregularidade supracitada.*
- 3. Arealização de propaganda intrapartidária mediante uso de "outdoor" pela então postulante a cargo eletivo, evidenciada na espécie, atrai a aplicação da sanção pecuniária cominada, em seu patamar mínimo, à suplicante.*
- 4. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 288-26.2012.6.17.0072

ORIGEM: FLORESTA/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO L. DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.6 PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AFERIÇÃO. MENÇÃO A PLEITO FUTURO, PEDIDO DE VOTOS OU EXALTAÇÃO DAS QUALIDADES DO CANDIDATO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE APELO AO ELEITOR. DESPROVIMENTO.

- 1. A configuração de propaganda eleitoral extemporânea exige a presença, ainda que de forma dissimulada, de menção a pleito futuro, pedido de votos ou exaltação das qualidades de futuro*

candidato, o que deve ser averiguado segundo critérios objetivos. Precedentes.

2. A análise do conteúdo das divulgações carreado aos autos conduz à conclusão de não restarem preenchidos os requisitos que enquadrariam o material da publicidade no conceito de propaganda eleitoral antecipada, pois tais informações revestem-se de cunho essencialmente jornalístico.

3. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 130-60.2012.6.17.0107

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar para aplicação do princípio da proporcionalidade na multa arbitrada: Matéria que se confunde com o mérito, a ser analisada na resolução da ação;

2. Recurso apresentado pelo PSB manifestamente inadmissível, por não ter outorgado poderes ao advogado subscritor do recurso;

3. Mérito: Não configura propaganda eleitoral antecipada, a teor do art. 36 da Lei 9.504/97, a veiculação de outdoors contendo o nome do partido, com menção ao diretório municipal, não havendo referências à eleição, nem pedido de voto ou alusão a cargo eletivo;

4. Pelo provimento da pretensão recursal.

PROCESSO NÚMERO 27-33.2012.6.17.0146

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA EXTRATEMPORÂNEA. INEXISTÊNCIA. PROMOÇÃO PESSOAL.

- 1. Distribuição de alimentos sem qualquer cunho eleitoral, seja expresso ou dissimulado, não caracteriza propaganda extemporânea, mas apenas promoção pessoal.*
- 2. Não se deve aplicar a multa referenciada no artigo 36, §3º, da Lei 9.504/97*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 05-58.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA EXCLUIR A APLICAÇÃO DA MULTA DOS RECORRENTES.

REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. EXTEMPORÂNEA. ADESIVO. INTURA EM VEÍCULO. METRAGEM SUPERIOR A 4M2 . PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA

- 1. A propaganda que dissemina entre os cidadãos a foto, o nome e o slogan do candidato antes do período de 6 de julho de 2012, configura-se como extemporânea.*
- 2. A multa deve ser reduzida ao mínimo legal, quando não consta nos autos qualquer prova de que houve reincidência da conduta. Precedentes.*
- 3. Aplicação de multa de forma solidária. Precedentes.*
- 4. Provimento parcial da pretensão recursal.*

PROCESSO NÚMERO 24-78.2012.6.17.0146

ORIGEM – PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para reduzir o valor da multa aplicada solidariamente aos recorrentes ao seu valor

mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do voto do Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO ACOLHIMENTO.

1. Não se acolhe embargos de declaração quando a decisão embargada não contempla quaisquer dos vícios que autorizem sua oposição.

2. Tem-se admitido a oposição de embargos de declaração para fins de prequestionamento, objetivando o processamento dos recursos especial e extraordinário. Todavia, somente se verifica a violação ao dever de fundamentar as decisões judiciais se o magistrado não expõe as razões de fato e de direito em que se baseou a decisão, e este não é o caso dos autos.

3. Inexiste a obrigação do magistrado de responder a todas as questões das partes, quando já tenha encontrado motivo bastante para fundamentar a decisão, nem está obrigado a ficar adstrito aos fundamentos por elas indicados. Assim, ainda que para fins de prequestionamento, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver omissão, obscuridade e/ou contradição na decisão embargada.

4. Embargos rejeitados.

PROCESSO NÚMERO 246-98.2012.6.17.0064

ORIGEM: ÁGUAS BELAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS.

RECURSOS ELEITORAIS. ELEIÇÕES 2012. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE. OITIVA TESTEMUNHAL. RECURSO DESPROVIDO. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CELEBRAÇÃO. ANIVERSÁRIO. PROPAGANDA PARTIDÁRIA. MULTA. INPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Observada a suficiência das provas carreadas aos autos, deve o feito ser julgado antecipadamente, não havendo que se falar em oitiva testemunhal.*
- 2. Constatado nos autos a ausência de provas que indiquem a prática de propaganda eleitoral extemporânea, resta impossibilitada a aplicação da multa referenciada no § 3º, artigo 36, da Lei das Eleições.*

PROCESSO NÚMERO 27-81.2012.6.17.0033
ORIGEM BOM JARDIM-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO PARQUET E, TAMBÉM À UNANIMIDADE DE VOTOS, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE SEBASTIÃO RUFINO PINHEIRO E AO RECURSO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO-PSB.

RECURSO ELEITORAL. DISTRIBUIÇÃO. CALENDÁRIOS. FOTOS. PRETENSOS CANDIDATOS. MENSAGENS. PROPAGANDA ELEITORAL. EXTEMPORÂNEA. FORMA SUBLIMINAR. CARACTERIZAÇÃO. MULTA. APLICAÇÃO. PERCENTUAL MÍNIMO.

- 1. A distribuição de calendários, contendo fotografias de pretensos candidatos, além de mensagens que evidenciam, subliminarmente, o pleito eleitoral ocorrido em 2012. caracteriza propagandaeleitoral extemporânea, mormente quando atinge grande número de pessoas.*
- 2. Não constado nos autos a prática reincidente da conduta ilícita, impõe-se a aplicação de multa sob o percentual mínimo.*
- 3. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO NÚMERO 2-72.2012.6.17.0064
ORIGEM: ÁGUAS BELAS-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. SESSÃO LEGISLATIVA. ENALTECIMENTO. PROVÁVEIS CANDIDATOS. CARACTERIZAÇÃO. MULTA. APLICAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

- 1. Evidente o enaltecimento exacerbado de qualidades de possíveis candidatos por parte do Recorrente, ao disputar a sessão da câmara de vereadores de Agrestina, caracterizando, portanto, propaganda extemporânea, nos termos do artigo 36, da Lei 9.504/97;*
- 2. Recurso não provido.*

PROCESSO NÚMERO 19-42.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. CAMINHADA. CARACTERIZAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DA PRETENSÃO RECURSAL MULTA APLICADA DE FORMA SOLIDÁRIA AOSRECORRENTES.

- 1. Preliminar de ilegitimidade passiva. Rejeitada. Os beneficiários pela propaganda antecipada detêm legitimidade para figurar no pólo passivo da relação processual. Previsão legal expressa. Art. 36, §3º, da Lei 9.504/97.*
 - 2. Preliminar da inexistência de propaganda eleitoral por absoluta ausência de beneficiário. Fato superveniente. Perda do objeto. Rejeitada. Quando eventual e futuro candidato faz propaganda de seu nome de forma extemporânea, não exige a norma repressiva que se aguarde a convenção e ocorra o registro de sua candidatura para que ele atue como representado.*
 - 3. Mérito: Na propaganda eleitoral subliminar (implícita), verifica-se a veiculação, ainda que dissimulada ou disfarçada, do beneficiário como o melhor candidato perante o eleitorado, bem como a solicitação de voto ou apoio do eleitor, ainda que indiretamente.*
 - 4. Recurso parcialmente provido, para aplicar a multa de forma solidária aos recorrentes.*
- Precedentes.*
-

PROCESSO NÚMERO 9-47.2012.6.17.0005

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS, E, NO MÉRITO, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA. INTERNET. VEICULAÇÃO DE MATÉRIA ELOGIOSA A PRÉ-CANDIDATOS. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. CARACTERIZAÇÃO. MULTA APLICADA.

1. Configura propaganda eleitoral antecipada, a teor do art. 36 da Lei n. 9.504/1997, a veiculação de matéria elogiosa, eivada de parcialidade, e que evidencia a aptidão do candidato para o exercício da função pública.

2. A divulgação em página eletrônica de propaganda que torna pública a pré candidatura ao cargo de vice-prefeito, enaltecendo as qualidades deste, antes do período estabelecido pela legislação de regência, caracteriza propaganda eleitoral extemporânea.

3. A ausência de comprovada participação ou prévio conhecimento da publicidade por parte do beneficiário/recorrente, conforme exigência legal, afasta a aplicação da multa imposta pelo juízo a quo.

4. Pelo desprovimento da pretensão recursal para manter a multa imposta em relação ao proprietário da página eletrônica e responsável pelas notícias postadas. Pelo provimento do recurso da parte em relação à qual não restou comprovada participação ou prévio conhecimento da publicidade eleitoral.

PROCESSO NÚMERO 2-63.2012.6.17.0067

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE LUIZ CAMPOS NUNES DA

SILVA E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE LUIZ GONZAGA DE MEDEIROS NETO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. PERÍODO VEDADO. OPINIÃO DESFAVORÁVEL A CANDIDATO VEICULADA POR EMISSORA DE RÁDIO. VIOLAÇÃO DO ART. 45, III E IV DA LEI N 9.504/97. INOCORRÊNCIA DE DESRESPEITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. MULTA APLICADA EM SEU VALOR MÍNIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

PROCESSO NÚMERO 319-21.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA e, no mérito, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADAS. DIVULGAÇÃO DE TEXTO E PROPAGANDA FOTOGRÁFICA COM NOME, CARGO PLEITEADO E NÚMERO DE CAMPANHA. BLOG. DESNECESSIDADE DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. CONFIGURAÇÃO. REITERAÇÃO DA CONDUTA. RECURSO DESPROVIDO.

1. As propagandas em questão permaneceram on line até a interposição da presente Representação Eleitoral. Descabida a arguição de decadência processual. Preliminar não acolhida.

2. A Representação Eleitoral por propaganda extemporânea busca a retirada da propaganda e a aplicação de multa. Há interesse de agir do Representante no caso de propaganda extemporânea, mesmo após o fim do pleito eleitoral, pois busca a aplicação da multa devida por desrespeito ao art. 36 da Lei nº9.504/97. Preliminar rejeitada.

3. Mérito. Veiculação, no período vedado para realização de propaganda eleitoral, em blog particular de convite com os seguintes dizeres: "Convidamos a todos os cidadãos de Abreu e Lima a participar da confraternização dos amigos que apoiam Éden

Pedro para Vereador e Jerônimo Gadelhapara Prefeito nas eleições Municipais em 2012".

4. Divulgação, de propaganda fotográfica do Recorrente com seu nome, cargo pleiteado e número de campanha.

5. Desnecessidade de pedido de votos, pois se deve atentar ao fato de que as propagandas levaram ao conhecimento geral a candidatura postulada pelo Recorrente, em completa violação ao art. 36 da Lei n°. 9.504/97.

6. Reiteração da conduta em outubro/2011 e maio/2012 em veículos de grande repercussão (internet), perdurando as mesmas até a data de 20/08/2012.

7. Recurso eleitoral a que se nega provimento

PROCESSO NÚMERO 406-55.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM REJEITAR AS PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR, e, no mérito, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.7 PROPAGANDA INSTITUCIONAL

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO PREFEITO. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. A Lei das Eleições veda aos agentes públicos em campanha eleitoral, nos três meses que antecedem o certame, a divulgação de propaganda institucional, com exceção daquela relacionada a produtos e serviços que tenham concorrência no mercado (Lei n° 9.504/97, art. 73, VI, "b").

2. Hipótese em que os elementos constantes nos autos comprovam que publicidades de ações do Governo Municipal de Flores/PE foram veiculadas em endereço eletrônico de natureza privada e que a citada Prefeitura cuidou de repelir a divulgação dessas propagandas, afastando, pois, a responsabilidade do recorrente quanto aos atos representados.

3. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 155-96.2012.6.17.0067

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS. DO VOTO DO RELATOR.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. PRELIMINARES. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". DECADÊNCIA. PUBLICIDADE DE PROGRAMA MUNICIPAL. PERÍODO VEDADO. REALIZAÇÃO. ABUSO DE PODER DE AUTORIDADE. NÃO CONSTATAÇÃO.

1. São legitimados a figurar no polo passivo da demanda a gestora do município cujos atos deram ensejo à propositura da lide, bem como os postulantes a cargo eletivo beneficiados com a divulgação da publicidade oficial atacada, pelo que se justifica a presença dos recorrentes no feito.

2. Não há falar em nulidade do processo quando se observa da espécie que eventual reconhecimento do ilícito apontado pelos recorridos pode ensejar a aplicação de sanção pecuniária pessoalmente direcionada aos beneficiários dos fatos atacados.

3. O art. 73, VI, "b" da Lei nº 9.504/97 veda aos agentes públicos em campanha eleitoral, nos três meses que antecedem o certame, a divulgação de propaganda institucional, com exceção daquela relacionada a produtos e serviços que tenham concorrência no mercado ou em caso de grave e urgente necessidade pública, reconhecida pela Justiça Eleitoral.

4. Hipótese em que os elementos constantes nos autos comprovam que a prefeita recorrente infringiu o dispositivo legal supracitado, beneficiando sua campanha à reeleição e a do seu candidato a vice, na chapa majoritária formada para as eleições de 2012.

5. Preliminares rejeitadas.

6. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO NÚMERO 150-17.2012.6.17.0086

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATO, para afastar a inegibilidade e reduzir o valor das multas fixadas ao mínimo legal.

11.8 PROPAGANDA IRREGULAR

11.8.1 ADESIVO

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. ADESIVADA. ÔNIBUS. METRAGEM LEGAL 4M2. NÃO OBEDIÊNCIA. PROPAGANDA IRREGULAR. NÃO PROVIMENTO.

1. Confirmado nos autos a veiculação de propaganda irregular, consubstanciada em engenho publicitário adesivo nas laterais de ônibus, cuja metragem extrapola 4 m² estipulados em lei, deve incidir a multa insculpida no parágrafo 1º do artigo 37 da lei 9.504/97.

2. Improvimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 149-49.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. VEÍCULO. ADESIVO. LIMITE LEGAL DE 4M2 DESRESPEITADO. OUTDOOR. DESPROVIMENTO.

1. A propaganda plotada no veículo com dimensões superiores ao limite legal de 4m² (quatro metros quadrados) desrespeita a legislação eleitoral.

2. Ademais, a propaganda em veículo produz o efeito visual de outdoor, caracterizando ofensa ao art. 39, § 8º da Lei nº 9.504/97.

3. Desprovimento da pretensão recursal.

PROCESSO NÚMERO 166-57.2012.6.17.0005

ORIGEM: LAGOA DOS GATOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.2 ALTO-FALANTE

REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA POLÍTICA – PROPAGANDA ELEITORAL - ALTO-FALANTE / AMPLIFICADOR DE SOM - JINGLES - PROCEDÊNCIA - MULTA - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES - 2013 - DIFAMAÇÃO - NÃO CONFIGURADA - PROVIMENTO.

- 1. Não configuração de cunho difamatório às profissões e as instituições citadas;*
- 2. Provimento.*

PROCESSO NÚMERO 50-54.2013.6.17.0142

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.3 BEM PARTICULAR

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. AUSÊNCIA DE RETIRADA. APLICAÇÃO DA MULTA. DESPROVIMENTO.

- 1. A pintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum, ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37 da Lei no. 9504/97*
 - 2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.*
 - 3. Multa aplicada no mínimo legal, pois não há notícia de que a conduta seja reiterada.*
 - 4. Desprovimento da pretensão recursal, para manter a sentença de primeiro grau em todos os termos.*
-

PROCESSO NÚMERO 107-12.2012.6.17.0141
ORIGEM: SÃO VICENTE FERRER-PE (141ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES CARNEIRO
LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. FIXAÇÃO DE PROPAGANDA EM BEM DE USO COMUM. NÃO COMPROVAÇÃO DA RETIRADA DA PROPAGANDA EM 48 HORAS, APÓS A NOTIFICAÇÃO. ARBITRAMENTO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

- 1. Não se conhece de recurso de quem, sem noticiar advogar em causa própria, deixa de juntar instrumento de mandato. Falta capacidade postulatória dos candidatos recorrentes.*
- 2. Multa aplicada em razão de a publicidade impugnada ter violado a legislação eleitoral (art. 37, §2 da Lei das Eleições). Em se tratando de bem privado, impõe-se não só a retirada da publicidade, como também a sanção pelo ilícito cometido, conforme jurisprudência assentada no TSE.*
- 3. Não conhecimento do recurso dos dois candidatos e provimento parcial da pretensão recursal da coligação.*

PROCESSO NÚMERO 110-88.2012.6.17.0133
ORIGEM TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em não CONHECER os recursos dos Recorrentes GERALDO LESSE LINS JUNIOR NETO e ANNE RAPHAELE PESSOA LEITE HILARIO BARBOSA e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO da COLIGAÇÃO TRINDADE QUER MAIS, JUVENTUDE QUE FAZ.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. AUSÊNCIA DE RETIRADA. APLICAÇÃO DE MULTA. CONDUTA REITERADA. GRADAÇÃO. DESPROVIMENTO.

- 1. A pintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37, caput, da Lei n° 9.504/97.*
- 2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.*
- 3. Em se tratando de conduta reiterada, aplica-se a multa em escala de gradação.*
- 4. Desprovisamento da pretensão recursal, para manter a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.*

PROCESSO NÚMERO 126-42.2012.6.17.0133
ORIGEM: TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL - TRINDADE)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2012). PROPAGANDA IRREGULAR NÃO CONFIGURADA. BANDEIRAS SEM CNPJ. MULTA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. A propaganda impugnada não se deu de forma impressa, não necessitando, por esse motivo, da adição do número do CNJP nas bandeiras.*
- 2. Não cabe aplicação de multa no caso de veiculação de propaganda eleitoral sem a identificação do CNPJ da Coligação ou do CPF de quem confeccionou a bandeira, ante a ausência de previsão legal.*
- 3. Não caracterização do descumprimento do art. 38, §1º da Lei 9.504/97, uma vez que o seu rol é taxativo, não podendo este ser aplicado de maneira extensiva a incluir a propaganda supostamente irregular.*
- 4. Recurso a que se dá provimento.*

PROCESSO NÚMERO 96-28.2012.6.17.0126
ORIGEM: CAMURU-PE
RELATOR: DES. TENÓRIO DOS SANTOS.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. AUSÊNCIA DE RETIRADA. APLICAÇÃO DE MULTA. MÍNIMO LEGAL. PROVIMENTO PARCIAL.

- 1. A pintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37, caput, da Lei nº 9.504/97.*
- 2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.*
- 3. Não se tratando de conduta reiterada, aplica-se a multa no mínimo legal.*
- 4. Provimento parcial da pretensão recursal.*

PROCESSO NÚMERO 128-12.2012.6.17.0133

ORIGEM: TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL - TRINDADE)

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para reduzir multa.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. MURO. RETIRADA. PRAZO LEGAL. NÃO APLICAÇÃO DA MULTA.

- 1. O entendimento firmado neste Egrégio é pela inaplicabilidade da multa, em casos de retirada da propaganda irregular de bens particulares no prazo legal, após a notificação judicial.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 129-39.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM-PE (22ª ZONA ELEITORAL - TRINDADE)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. AUSÊNCIA DE RETIRADA. APLICAÇÃO DE MULTA. CONDUTA REITERADA. GRADAÇÃO. DESPROVIMENTO.

- 1. A pintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37, caput, da Lei n° 9.504/97.*
- 2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.*
- 3. Em se tratando de conduta reiterada, aplica-se a multa em escala de gradação.*
- 4. Desprovemento da pretensão recursal, para manter a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.*

PROCESSO NÚMERO 129-94.2012.6.17.0133
ORIGEM: TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL - TRINDADE)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para reduzir multa.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. RETIRADA. NÃO COMPROVADA. APLICAÇÃO DA MULTA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

- 1. A Lei das Eleições estende o conceito de bens de uso comum aos estabelecimentos comerciais, proibindo neles a veiculação de propaganda eleitoral.*
 - 2. A falta de comprovação da retirada da propaganda no prazo legal não exime da multa prevista no art. 10, §1º, da Resolução TSE 23.370/2011.*
 - 3. Multa que se reduz para ser aplicada em seu mínimo legal, conforme precedentes deste Tribunal.*
 - 4. Recurso provido parcialmente.*
-

PROCESSO NÚMERO 131-64.2012.6.17.0133
ORIGEM: TRINDADE-PE (133^A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RETIRADA APLICAÇÃO DE MULTA. AUSÊNCIA DE REINCIDÊNCIA. REDUÇÃO DA MULTA.

1. Apintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum, ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37, caput, da Lei nº9.504/97.

2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.

3. De acordo com os precedentes da Corte, não havendo notícia de que a conduta seja reiterada, a multa deve ser aplicada no mínimo legal.

4. Provimento parcial da pretensão recursal. para reduzir a multa aplicada ao mínimo legal.

PROCESSO NÚMERO 133-34.2012.6.17.0133
ORIGEM: TRINDADE-PE (133^A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO COM DIMENSÃO SUPERIOR A 4M². INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RETIRADA DA PUBLICIDADE NO PRAZO DE 48 HORAS.

1. A justaposição de pintura em bem particular que ultrapassa o limite legal de 4m² caracteriza propagando irregular, ensejando a aplicação de multa, em razão do efeito visual único.

2. Inexistindo comprovação da remoção e restauração da publicidade irregular no prazo de 48 horas, após a necessária notificação, deve ser mantida a multa estabelecida no art. 10, §1º, da Resolução TSE 23.370/2011.

3. Recurso desprovido

PROCESSO NÚMERO 134-19.2012.6.17.0133

ORIGEM: TRINDADE-PE (133^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. ELEIÇÕES 2012. PINTURAS EM MURO. CLUBE. NOTIFICAÇÃO PARA RETIRADA. DESOBEDIÊNCIA. INFRIGÊNCIA AO ART. 37, §4º DA LEI 9.504/97. INCIDÊNCIA DE MULTA.

1. É vedada a veiculação de propaganda qualquer natureza nos bens de uso comum.

2. Tratando-se de propaganda fixada em bem particular – clube – de uso da população em geral, caso o infrator seja notificado para a sua retirada e assim não o faz, aplica-se a multa no valor de 2.000 (dois mil reais) e 8.000 (oito mil reais).

3. Não foi trazido aos autos prova de que, de fato, foram retiradas as pinturas, como determinado.

4. Recurso a que se dá provimento parcial, para diminuir o valor da multa para o mínimo legal, devendo ser aplicada de forma solidária aos infratores.

PROCESSO NÚMERO 135-04.2012.6.17.0133

ORIGEM: TRINDADE-PE (133^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. BANNER. IMÓVEL RESIDENCIAL. COMPROVAÇÃO. INAPLICABILIDADE DE MULTA. PROVIMENTO.

- 1. É permitida a veiculação de propaganda em bens particulares, por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m² e não contrariem a legislação eleitoral.*
- 2. Estando demonstrado que a propaganda foi fixada em imóvel residencial e não em bem de uso comum do povo, estando dentro dos limites estabelecidos pela legislação de regência, não deve incidir a aplicação de multa.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 145-18.2012.6.17.0041

ORIGEM: SIRINHAÉM/PE (22A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. REMOÇÃO. MULTA. NÃO INCIDÊNCIA. PERDA DE OBJETO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA DE DIREITO. PROCESSO MADURO. JULGAMENTO. JUÍZO "AD QUEM". POSSIBILIDADE.

- 1. O art. 515, §3º, do CPC autoriza a apreciação as lide por instância quando se constata que o feito encontra-se apto a ser julgado.*
- 2. Quem veicular propaganda em bem particular sem respeitar as regras fixadas na legislação eleitoral fica sujeito a penalidades.*
- 3. A remoção das publicidades irregulares, no prazo de 48 horas, afasta a imposição da sanção pecuniária pertinente à espécie, mas não enseja a extinção da ação sem resolução do mérito, hipótese ocorrente nos autos.*
- 4. Provimento parcial do recurso.*

PROCESSO NÚMERO 147-60.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM/PE (22ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURAS EM MURO COM DIMENSÃO SUPERIOR A 4,00 M2. ART. 37, § 2º, DA LEI Nº 9.504/97. BEM PARTICULAR. ADEQUAÇÃO DA PROPAGANDA. FATO QUE ELIDE A APLICAÇÃO DA SANÇÃO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. TRATAMENTO DADO ABENS PÚBLICOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. Dos documentos trazidos na representação, pode-se extrair que de fato houve a adequação da peça publicitária ao limite legal.*
- 2. A retirada da propaganda irregular em bem particular, exclui a incidência da multa.*
- 3. Deve ser aplicado ao caso o procedimento previsto no art. 37, §1º, da Lei das Eleições, já que, pelo princípio da isonomia, deve ser dado aos bens particulares o tratamento mais benéfico previsto para os bens públicos.*
- 4. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO NÚMERO 148-38.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM-PE (22A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. BEM PARTICULAR. PINTURAS QUE OBEDECEM O LIMITE DE 4,00m². ART. 37, §2º DA LEI NO. 9.504/97. PROVIMENTO AO RECURSO.

- 1. A medida das pinturas, apostas em bem particular, não ultrapassem os 4m² permitidos pela legislação eleitoral.*
 - 2. Existe um espaço considerável entre uma pintura e outra e não há uma sequência de propaganda de um só candidato, não possuindo, dessa forma, efeito visual único.*
 - 3. Inexistência de infringência ao art. 37, §2º, da Lei das Eleições.*
 - 4. Recurso provido.*
-

PROCESSO NÚMERO 151-19.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA-PE (145A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. PINTURA. MURO PARTICULAR. RETIFICAÇÃO. PRAZO LEGAL. METRAGEM OBEDECIDA. PROPAGANDA REGULAR. PROVIMENTO.

- 1. Constatado nos autos a retificação, respeitando à metragem legal estipulada para veiculação de propaganda eleitoral, não há que se falar em irregularidades que ensejem multa eleitoral.*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 152-04.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA-PE (145A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. CARACTERIZAÇÃO. BEM MÓVEL PARTICULAR. ADESIVO EM ÔNIBUS QUE EXCEDE 4M2. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. A propaganda fixada em micro-ônibus ultrapassa os 4m2, permitidos para fixação da propaganda eleitoral em bens particulares, razão pela qual é devida a multa.*
- 2. As circunstâncias e as peculiaridades do caso concreto, tais como custo e dimensão da veiculação, evidenciam a impossibilidade de a coligação e o candidato beneficiários não terem tido prévio conhecimento da propaganda.*
- 3. Recurso a que se nega provimento.*

Processo Número 153-86.2012.6.17.0145

Origem -PETROLINA-PE (145a Zona Eleitoral)
RELATOR: DES. ELEITORAL Tenório dos Santos

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Suspeito o Des. Roberto de Freitas Moraes.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. BEM PARTICULAR. PINTURAS QUE OBEDECEM O LIMITE DE 4,00M². ART. 37, §2º DA LEI NO. 9.504/97. PROVIMENTO AO RECURSO.

- 1. A medida das pinturas, apostas em bem particular, não ultrapassaram os 4m² permitidos pela legislação eleitoral.*
- 2. Existe um espaço considerável entre uma pintura e outra e não há uma sequência de propaganda de um só candidato, não possuindo, dessa forma, efeito visual único.*
- 3. Inexistência de infringência ao art; 37, §2º da Lei das Eleições.*
- 4. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 154-71.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA-PE (145A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR. INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL. CAMINHÃO. MULTA. DESPROVIMENTO.

- 1. A propaganda eleitoral de bens públicos deve observar o limite de 4m² do art. 37, em seus §§ 1º e 2º, da Lei 9.504/97;*
- 2. O prévio conhecimento resta caracterizado com a notificação para apresentação da defesa;*
- 3. Desprovidamento.*

PROCESSO NÚMERO 173-77.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA/PE
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

EMBARGOS EM RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO COM DIMENSÃO SUPERIOR A 4M². CONTRADIÇÃO. RECONHECIDA. OBSCURIDADE. REJEITADA.

- 1. A retirada da propaganda em bem particular dentro do prazo de 48 horas afasta a aplicação da multa do art. 37, §2º da Lei n. 9.504/97, desde que não tenha havido reincidência;*
- 2. Embargos conhecidos quanto ao reconhecimento da contradição relativa à retirada tempestiva da propaganda, e, rejeitado quanto à obscuridade apontada;*
- 3. Rejeitados em parte.*

Processo Número 221-12.2012.6.17.0056

Origem – RECIFE/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL Heriberto Carvalho Galvão

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER EM PARTE OS EMBARGOS.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PINTURAS EM MURO COM DIMENSÃO SUPERIOR A 4,00M². ART. 37, §2º DA LEI NO. 9.504/97. BEM PARTICULAR. ADEQUAÇÃO DA PROPAGANDA ANTES DA INTERPOSIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO. FATO QUE ELIDE A APLICAÇÃO DA SANÇÃO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. TRATAMENTO DADO A BENS PÚBLICOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. Dos documentos trazidos na representação, pode-se extrair que de fato houve adequação da peça publicitária ao limite legal antes mesmo da interposição da presente representação.*
- 2. A retirada da propaganda irregular em bem particular, antes de iniciada a ação, exclui a incidência de multa.*
- 3. Deve ser aplicado ao caso o procedimento previsto no art. 37, §1º, da Lei das Eleições, já que, pelo princípio da isonomia, deve ser dado aos bens particulares o tratamento mais benéfico previsto para os bens públicos.*
- 4. Recurso a que se nega provimento.*

PROCESSO NÚMERO 285-76.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Suspeito o Des. Frederico de Matos Carvalho.

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR. IRREGULARIDADE. NÃO CONSTATAÇÃO.

1. O art. 37 da Lei das Eleições não veda a afixação de bandeiras em bem de natureza privada, desde que respeitadas as demais prescrições da legislação eleitoral, hipótese ocorrente nos autos.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 296-08.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE (38^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NÃO CONFIGURADA. CERCA DIVISÓRIA. BEM PARTICULAR. IMPROVIDO O RECURSO.

1. Por se tratar de propaganda em bem particular, não se aplica a regra do §1º do art. 37 da Lei n. 9.504/97, que estabelece a incidência de multa de propaganda veiculada especificamente em bem público.

2. Recurso improvido.

PROCESSO NÚMERO 297-90.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE (38^A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. PINTURA. MURO PARTICULAR. RETIFICAÇÃO. PRAZO LEGAL. METRAGEM OBEDECIDA. PROPAGANDA REGULAR. PROVIMENTO.

- 1. Constatado nos autos a retificação, respeitando à metragem legal estipulada para veiculação de propaganda eleitoral, não há que se falar em irregularidades que ensejem multa eleitoral.*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 152-04.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. IRREGULAR. EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PROCESSO MADURO. JULGAMENTO "AD QUEM". POSSIBILIDADE. INFRAÇÃO LEGAL. CONSTATAÇÃO. MULTA. INCIDÊNCIA.

- 1. O art. 515, §3º, do CPC autoriza a apreciação da lide pela segunda instância quando, extinto o feito sem apreciação de mérito, constata-se que a lide encontra-se apta a ser julgada.*
- 2. Quem veicular propaganda em bem particular sem respeitar as regras fixadas na legislação eleitoral fica sujeito à penalidade pecuniária*
- 3. Hipótese em que a demandada, uma vez notificada, não removeu integralmente as publicidades representadas, no prazo de 48 horas, ensejando a aplicação da reprimenda pertinente.*
- 4. Provimento do recurso.*

PROCESSO NÚMERO 130-24.2012.6.17.0022

ORIGEM: SIRINHAÉM/PE (22A ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PRELIMINARES. PERDA DO OBJETO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTADAS. PROPAGANDA IRREGULAR. PLACA FIXADA. BEM DE USO COMUM. ESTABELECIMENTO COMERCIAL. RETIRADA. PRAZO LEGAL. INOBSERVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA.

- Não constatada nos autos a retirada da publicidade irregular no prazo legal concedido, consubstanciada na afixação de placa em bem de uso comum, há de se aplicar pena de multa.

PROCESSO NÚMERO 220-72.2012.6.17.0041

ORIGEM: CARUARU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS e, no mérito, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR. MESMO TRATAMENTO DADO A BENS PÚBLICOS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PINTURA EM FACHADA DE RESIDÊNCIA. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DA PUBLICIDADE AO LIMITE DE 4 M2 NO PRAZO DE 48 HORAS. INOBSERVÂNCIA. COLIGAÇÃO REINCIDENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Deve ser aplicado ao caso o procedimento previsto no art. 37, §1º, da Lei das Eleições, já que, pelo princípio da isonomia, deve ser dado aos bens particulareso tratamento mais benéfico previsto para os bens públicos.

2. Pintura em fachada que ultrapassa o limite de 4m2, viola o disposto no art. 37, §2º, da Lei nº 9.504/97.

3. A não adequação da propaganda irregular em bem particular, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, enseja a incidência da multa.

4. A reincidência da coligação não permite a redução da multa ao patamar mínimo.

5. Recurso a que nega provimento.

PROCESSO NÚMERO 90-41.2012.6.17.0087

ORIGEM: ANGELIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PINTURA DE MURO. LEGENDA PARTIDÁRIA.

A ausência das legendas dos partidos que integram a coligação na propaganda eleitoral para eleição majoritária contraria o art. 6, p2o da Lei 9.504/97. Contudo, diante de inexistência de previsão normativa para a imposição da penalidade pecuniária, o afastamento da multa é medida que se impõe da penalidade pecuniária, o afastamento da multa é medida que se impõe. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO NÚMERO 288-31.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.4 BEM PÚBLICO

ELEIÇÃO 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PÚBLICO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. AFASTADA. PROVIMENTO.

1. Nos termos do § 1o do art. 37 da Lei 9.504/97, quem descumprir o comando normativo que proíbe a veiculação de propaganda eleitoral em bem público ou de uso comum, será notificado para, no prazo de 48 horas, removê-la e restaurar o bem, sob pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

2. Os precedentes desta Corte indicam que a penalidade somente deve ser imposta nos casos de não cumprimento da notificação para a regularização da propaganda.

3. Na hipótese, antes mesmo da notificação do candidato, o oficial de justiça já havia apreendido o material de propaganda.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 159-90.2012.6.17.0146

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PÚBLICO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. AFASTADA. PROVIMENTO.

1. Nos termos do § 1º do art. 37 da Lei 9.504/97, quem descumprir o comando normativo que proíbe a veiculação de propaganda eleitoral em bem público ou de uso comum, será notificado para, no prazo de 48 horas, removê-la e restaurar o bem, sob pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

2. Os precedentes desta Corte indicam que a penalidade somente deve ser imposta nos casos de não cumprimento da notificação para a regularização da propaganda.

3. Na hipótese, antes mesmo da notificação do candidato, o oficial de justiça já havia apreendido o material de propaganda.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 169-37.2012.6.17.0146

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.5 CARREATA

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. CARREATA. PROPAGANDA IRREGULAR. APLICAÇÃO DE MULTA. AFASTADA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA. PROVIMENTO.

1. *A realização de carreata em vias públicas, federais ou estaduais, não se enquadra nas proibições contidas no art. 37, caput, da Lei 9.504/97.*
2. *Não se aplica, ao caso vertente, a multa prevista no §1º, art. 37, da Lei 9.504/97, por ausência de previsão legal. Princípio da Legalidade.*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 258-68.2012.6.17.0014

ORIGEM: MORENO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA REFORMAR A DECISÃO, nos termos do voto do Relator.

11.8.6 PINTURA EM MURO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO PARTICULAR. DIMENSÃO INDIVIDUAL SUPERIOR A 4M2. OFENSA AO ART. 37, § 2º DA LEI 9.504/97. COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO. NÃO RETIRADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTADA. MULTA DEVIDA NO MÍNIMO LEGAL E DE FORMA SOLIDÁRIA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

1. *Preliminar de ilegitimidade passiva da coligação. Rejeitada. A coligação responde solidariamente pela prática de propaganda irregular.*
2. *Ofensa ao art. 37, § 2º da Lei 9.504/97, que autoriza a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m2. O que não ocorreu in casu, pois a dimensão individual das figuras ultrapassou o limite legal.*
3. *Comprovado o prévio conhecimento nos termos do art. 40-B da Lei das Eleições.*
4. *Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa no mínimo legal (R\$ 2.000,00) e aplicá-la de forma solidária.*

PROCESSO NÚMERO 230-98.2012.6.17.0056

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GLAVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, também por unanimidade de votos em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO nos termo do voto do Des. Relator

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO PARTICULAR. DIMENSÃO INDIVIDUAL SUPERIOR A 4M2. OFENSA AO ART. 37, § 2o DA LEI 9.504/97. COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO. NÃO RETIRADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTADA. MULTA DEVIDA NO MÍNIMO LEGAL E DE FORMA SOLIDÁRIA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Preliminar de ilegitimidade passiva da coligação. Rejeitada. A coligação responde solidariamente pela prática de propaganda irregular.

2. Ofensa ao art. 37, § 2o da Lei 9.504/97, que autoriza a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m2. O que não ocorreu in casu, pois a dimensão individual das figuras ultrapassou o limite legal.

3. Comprovado o prévio conhecimento nos termos do art. 40-B da Lei das Eleições.

4. Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa no mínimo legal (RS 2.000,00) e aplicá-la de forma solidária.

PROCESSO NÚMERO 231-83.2012.6.17.0056

ORIGEM: QUIPAPÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, também por unanimidade de votos em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO nos termo do voto do Des. Relator

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. REMOÇÃO. MULTA. IMPOSSIBILIDADE.

1. *Quem veicular propaganda em bem particular sem respeitar as regras fixadas na legislação eleitoral fica sujeito a penalidades.*
2. *Hipótese em que os demandados, uma vez notificados, adequaram a propaganda, no prazo de 48 horas, não havendo, assim, ensejo para aplicação da multa (art. 10º, § 1o, da Res. TSE nº 23.370/2011).*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 141-72.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AORECURSO, nos termos devoto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. PINTURA. MURO PARTICULAR. RETIFICAÇÃO. PRAZO LEGAL. METRAGEM OBEDECIDA. PROPAGANDA REGULAR. RESPONSABILIDADE SOLIDARIA. PROVIMENTO.

1. *Constatado nos autos a retificação, respeitando à metragem legal estipulada para veiculação de propaganda eleitoral, não há que se falar em irregularidades que ensejem multa eleitoral.*
2. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 122-66.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL. VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE OFENSIVA À CANDIDATO. ILEGALIDADE DA PROPAGANDA. MULTA. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL.

PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO PARA AFASTAR ASANÇÃO IMPOSTA NA SENTENÇA.

- 1. Apesar da propaganda, veiculada através de carro de som, ser ofensiva a honra do candidato, não há previsão legal de aplicação de multa pela divulgação ilegal.*
- 2. Recurso a que se dá provimento parcial, para afastar a multa imposta na sentença.*

PROCESSO NÚMERO 118-68.2012.6.17.0040

ORIGEM: SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO somente para afastar a multa aplicada.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO PARTICULAR. DIMENSÃO INDIVIDUAL SUPERIOR A 4M². OFENSA AO ART. 37, §2º DA LEI 9.504/97. COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO. NÃO RETIRADA. MULTA DEVIDA NO MÍNIMO LEGAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. O recorrente realizou propaganda eleitoral irregular consistente em 03 (três) pinturas em muro particular, sendo uma com dimensão acima de 4m².*
- 2. Ofensa ao art. 37, §2º da Lei 9.504/97, que autoriza a veiculação de propaganda eleitoral por meio de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m². O que não ocorreu in casu, pois a dimensão individual da figura ultrapassou o limite legal.*
- 3. Comprovado o prévio conhecimento nos termos do art. 40-B da Lei das Eleições.*
- 4. Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa no mínimo legal (R\$ 2.000,00).*

PROCESSO NÚMERO 88-71.2012.6.17.0087

ORIGEM: ANGELIM-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO PARTICULAR. DIMENSÃO INDIVIDUAL SUPERIOR A 4M². OFENSA AO ART. 37, §2º DA LEI 9.504/97. COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO CONHECIMENTO. NÃO RETIRADA. MULTA DEVIDA NO MÍNIMO LEGAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. *O recorrente realizou propaganda eleitoral irregular consistente em 03 (três) pinturas em muro particular, sendo uma com dimensão acima de 4m².*

2. *Ofensa ao art. 37, §2º da Lei 9.504/97, que autoriza a veiculação de propaganda eleitoral por meio de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4m². O que não ocorreu in casu, pois a dimensão individual da figura ultrapassou o limite legal.*

3. *Comprovado o prévio conhecimento nos termos do art. 40-B da Lei das Eleições.*

4. *Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa. A multa deve ser arbitrada acima do mínimo legal, pois comprovada reincidência do recorrente.*

PROCESSO NÚMERO 92-11.2012.6.17.0087

ORIGEM: ANGELIM-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÃO 2012. PROPAGANDA. PINTURA. MURO PARTICULAR. RETIFICAÇÃO. PRAZO LEGAL. METRAGEM OBEDECIDA. PROPAGANDA REGULAR. IMPROVIMENTO.

1. *Constatado nos autos a retificação, respeitando a metragem legal estipulada para veiculação de propaganda eleitoral, não há que se falar em irregularidades que ensejem multa eleitoral.*

2. *Recurso não provido.*

PROCESSO NÚMERO 123-32.2012.6.17.0022
ORIGEM: SIRINHAÉM-PE (22ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, por CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. BEM PARTICULAR DE USO COMUM. PROIBIÇÃO. AUSÊNCIA DE RETIRADA. APLICAÇÃO DE MULTA. CONDUTA REITERADA. GRADAÇÃO. DESPROVIMENTO.

- 1. A pintura de propaganda eleitoral em bem de uso comum ainda que particular, configura prática vedada pela legislação eleitoral, conforme dispõe o art. 37, caput, da Lei nº 9.504/97.*
- 2. Não há provas nos autos que denotem que houve o cumprimento da notificação judicial que determinou a retirada da propaganda.*
- 3. Em se tratando de conduta reiterada, aplica-se a multa em escala de gradação.*
- 4. Desprovemento da pretensão recursal, para manter a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.*

PROCESSO NÚMERO 126-42.2012.6.17.0133
ORIGEM – TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL - TRINDADE)
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. PRELIMINAR. LEGITIMIDADE PASSIVA. CANDIDATOS. COLIGAÇÃO. SOLIDARIEDADE LEGAL. EXISTÊNCIA. PINTURAS. REMOÇÃO. MULTA. IMPOSSIBILIDADE.

- 1. Decorre de expressa previsão legal a solidariedade existente entre partidos e candidatos nos excessos cometidos na propaganda eleitoral (Código Eleitoral, art. 241).*

2. *Quem veicular propaganda em bem particular sem respeito; as regras fixadas na legislação de regência fica sujeito a penalidades.*
3. *Hipótese em que os demandados, uma vez notificados, removeram a propaganda, no prazo de 48 horas, não havendo, assim, ensejo para aplicação da multa.*
4. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 98-95-25.2012.6.17.0126

ORIGEM: CAMURU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade em rejeitar a preliminar de ilegitimidade Passiva, e, no mérito, à unanimidade. CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2012). PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS (RESOLUÇÃO TSE N° 23.370/2011, ARI 12, PARÁGRAFO ÚNICO). MULTA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. *Inexiste previsão legal de multa por descumprimento à exigência de identificação do CNPJ da Coligação ou do CPF do responsável pela confecção da propaganda, prevista no parágrafo único, do art. 12, da Resolução TSE n° 23.370/2011.*
2. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 117-26.2012.6.17.0054

ORIGEM: CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.7 JORNAL

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA POLÍTICA. JORNAL IMPRESSO. VALOR PAGO. NÃO INDICAÇÃO. RESPONSABILIDADE. BENEFICIÁRIOS. MULTA. APLICAÇÃO.

1. Constatada nos autos a veiculação de propaganda eleitoral em mídia impressa, sem que houvesse a indicação dos valores pagos pela inserção, deve-se impor a multa insculpida no artigo 43, §2º, da Lei 9.504/97.

*2. A penalidade deve ser imposta, de forma individual, a todos aqueles beneficiados pela propaganda irregular, motivo pelo qual não há se falar em responsabilidade solidária.
Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 198-66.2012.6.17.0056

ORIGEM: GARANHUNS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.8 PARCELAMENTO DE MULTA

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. MULTA. APLICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. PARCELAMENTO PERANTE À JUSTIÇA ELEITORAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

PROCESSO NÚMERO 184-41.2012.6.17.0005

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO CARVALHO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

11.8.9 PLACAS

RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PLACAS JUSTAPOSTAS QUE EXCEDEM A 4M2. IMPACTO VISUAL. EFEITO DE OUTDOOR. INCIDÊNCIA DE MULTA. RECURSO DESPROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência no sentido da irregularidade no sentido de que a justaposição de placas cuja dimensão exceda o

limite de 4m2 caracteriza propaganda irregular por meio de outdoor, em razão do efeito visual único ocasionado aos eleitores.

2. A distância entre as duas placas de aproximadamente 1m, não deve ser considerada, pois o que sobressai é o impacto visual.

3. Irregularidade agravada em razão da localização de grande visibilidade.

4. Recurso Eleitoral a que se nega provimento.

PROCESSO NÚMERO 101-50.2012.6.17.0126

ORIGEM: CAMURU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

11.8.10 POSTES

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL. PLACAS. POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. BUSCA E APREENSÃO PELO JUÍZO "A QUO". REGULARIZAÇÃO.

1. O art. 37 da Lei das Eleições veda a afixação de propaganda eleitoral em postes de iluminação pública, cabendo ao infrator a imposição de sanção pecuniária, quando, notificado para removê-la em 48 horas, deixar de atender à determinação judicial.

2. Hipótese em que, antes mesmo da notificação que possibilitaria a remoção da propaganda irregular pelo candidato, o próprio juízo eleitoral já teria promovido diligências no sentido de recolher a publicidade ilegal, não havendo, portanto, espaço à condenação do recorrente.

3. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 164-15.2012.6.17.0146

ORIGEM: PAULISTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DARPROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

11.8.11 PRAZO

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. PRAZO. VINTE E QUATRO HORAS. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

- 1. É intempestivo o recurso não protocolado dentro do prazo de 24 horas previsto no art. 96, §8º, Lei 9.504/97*
- 2. Recurso não conhecido.*

PROCESSO NÚMERO 120-35.2012.6.17.0133
ORIGEM TRINDADE-PE (133ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, NÃO CONHECER O RECURSO.

11.8.12 RÁDIO

ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL EM RÁDIO. SUPOSTAMENTE OFENSIVA. PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. REJEITADA. JUÍZO 1º GRAU ENTENDEU QUE HOUE ALTERAÇÃO DA VERDADE DE UM FATO PROCESSUAL. TENTATIVA DE INDUZIR O JUDICIÁRIO EM ERRO. CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A ANÁLISE DOS AUTOS DEMOSTRA A OCORRÊNCIA DE UM EQUÍVOCO PROCESSUAL. RECURSO PROVIDO.

- 1. A condenação por litigância de má-fé, prevista no art. 17 do CPC, exige prova inconteste do dolo processual da parte, dada a presunção de boa-fé que norteia as relações processuais.*
- 2. Nos presentes autos, percebe-se que foi legítima a arquição de decadência, afinal a parte demandada indicou a data do ajuizamento da ação que estava consignada na contrafé encaminhada pelo próprio Cartório Eleitoral.*
- 3. Na realidade, houve apenas um equívoco processual que sequer foi causado pela Coligação condenada por litigância de má-fé.*
- 4. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 153-06.2012.6.17.0107
ORIGEM: AFRÂNIO-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para afastar a condenação.

11.8.13 TAMANHO DO NOME

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NOME DO VICE-PREFEITO MENOR QUE 10% QUE O NOME DO TITULAR. RETIRADA. PRAZO LEGAL. AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Não há previsão de multa para o caso de propaganda irregular, cujo nome do vice-prefeito seja inferior a 10% do nome do titular.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 149-66.2012.6.17.0107
ORIGEM: AFRÂNIO-PE (107A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NOME DO VICE-PREFEITO MENOR QUE 10% QUE O NOME DO TITULAR. RETIRADA. PRAZO LEGAL. AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Não há previsão de multa para o caso de propaganda irregular, cujo nome do vice-prefeito seja inferior a 10% do nome do titular.*
- 2. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 150-51.2012.6.17.0107
ORIGEM: AFRÂNIO-PE (107A ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA C. FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NOME DO VICE-PREFEITO MENOR QUE 10% DO

NOME DO TITULAR. REGULARIZAÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 48 HORAS. AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Nos termos do parágrafo 1º do art. 74 da Resolução TSE 23.370/2011, na hipótese de retirada ou regularização da propaganda no prazo de 28 horas da intimação, a responsabilidade dos representados deve ser afastada;*
- 2. Não há previsão de multa para o caso de propaganda irregular, cujo nome do vice-prefeito seja inferior a 10% do nome do titular;*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 152-21.2012.6.17.0107

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAES

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NOME DO VICE-PREFEITO MENOR QUE 10% DO NOME DO TITULAR. REGULARIZAÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 48 HORAS. AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Nos termos do § 1o do art. 74 da Resolução do TSE nº 23.370/2011, na hipótese de retirada ou regularização da propaganda no prazo de 48 horas da intimação, a responsabilidade dos representados deve ser afastada.*
- 2. Não há previsão de multa para o caso de propaganda irregular, cujo nome do vice-prefeito seja inferior a 10%do nome do titular.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 152-21.2012.6.17.0005

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. NOME DO VICE-PREFEITO MENOR QUE 10% DO NOME DO TITULAR. REGULARIZAÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 48 HORAS. AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Nos termos do § 1º do art. 74 da Resolução do TSE nº 23.370/2011, na hipótese de retirada ou regularização da propaganda no prazo de 48 horas da intimação, a responsabilidade dos representados deve ser afastada.*
- 2. Não há previsão de multa para o caso de propaganda irregular, cujo nome do vice-prefeito seja inferior a 10% do nome do titular.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 151-36.2012.6.17.0107

ORIGEM: AFRÂNIO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. PROVAS ADULTERADAS. CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE CNPJ E TIRAGEM. EXIGÊNCIA DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO DO TSE n.º 23.370/2011 AUSÊNCIA DE PENALIDADE NA LEGISLAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução do TSE nº 23.370/2011, todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o número de inscrição no CNPJ ou o número de inscrição no CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem.*
- 2. A parte representante trouxe aos autos um panfleto sem a indicação do CNPJ e tiragem da propaganda.*
- 3. Restou comprovado, através da juntada do material de propaganda original elaborado pela gráfica, que, na realidade, consta no panfleto todas as informações exigidas pela norma eleitoral.*

4. A tentativa de induzir o Poder Judiciário em erro, por meio da adulteração de documentos deve ser rigorosamente reprimida, impondo-se a condenação por litigância de má-fé.

5. Ademais, ressalte-se que ausência de informações obrigatórias exigidas pelo parágrafo único do art. 12 da Resolução do TSE n° 23.370/2011, não impõe a aplicação da multa, por ausência de previsão legal.

6. Recurso desprovido

PROCESSO NÚMERO 180-90.2012.6.17.0041

ORIGEM: CARUARU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

12 PROPAGANDA PARTIDÁRIA

12.1 INSERÇÕES

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS (2014). VEICULAÇÃO EM EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. 20 MINUTOS SEMESTRAIS. ART. 57,1 E III DA LEI N° 9.096/95. CONCESSÃO.

1. Deve ser defendido o pedido de veiculação da propaganda partidária nos moldes estipulados pelo art. 57, III, b, da Lei n° 9.096/95, quando o partido requerente atende todos os requisitos previstos na alínea I do citado dispositivo.

2. Concessão ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB do tempo de vinte minutos no primeiro semestre, distribuídos em 05 minutos diários, nos dias 04, 06, 09 e 11 de junho de 2014, na programação das emissoras de rádio e de televisão da rede estadual, em conformidade com as datas sugeridas pela Secretaria Judiciária deste Regional.

PROCESSO NÚMERO 73-38.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS (2014). VEICULAÇÃO EM EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. 20 MINUTOS SEMESTRAIS. ART. 57,1 E III DA LEI N° 9.096/95. CONCESSÃO.

1. Deve ser deferido o pedido de veiculação da propaganda partidária nos moldes estipulados pelo art. 57, III, b, da Lei n° 9.096/95, quando o partido requerente atende todos os requisitos previstos na alínea I do citado dispositivo.

2. Concessão ao Partido dos Trabalhadores - PT do tempo de vinte minutos por semestre, distribuídos em 05 minutos diários em inserções de 30 segundos, nos dias 23, 26, 28 e 30 de maio de 2014, na programação das emissoras de rádio e de televisão da

rede estadual, em conformidade com as datas sugeridas pela Secretaria Judiciária deste Regional.

PROCESSO NÚMERO 127-04.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO NOSTERMOS DOVOTO DORELATOR.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS DISPONÍVEIS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, ficando, entretanto, o deferimento condicionado à disponibilidade de datas atestadas pela Secretaria Judiciária.

2. Deferimento.

PROCESSO NÚMERO 72-53.2013.6.17.0000

ORIGEM: SALGUEIRO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO de INSERÇÕES PARTIDÁRIAS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. DEFERIMENTO DO PEDIDO.

1. Aos partidos políticos, que tenha funcionamento parlamentar, eleito representante na Assembléia Legislativa e obtido, no mínimo, 1% dos votos na circunscrição, é assegurado o direito à utilização do tempo total de vinte minutos, por semestre, para veiculação de inserções de trinta segundos ou um minuto, nas emissoras de rádio e televisão estaduais.

2. O cumprimento às exigências contidas na Resolução TRE n. 58/2004, com as alterações introduzidas pelas Resoluções TRE ns.

70/2006 e 100/2007 enseja o deferimento do pedido de veiculação de inserções de propaganda partidária.

PROCESSO NÚMERO 663-49.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE - PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. DEFERIMENTO DO PEDIDO.

1. Aos partidos políticos, que tenha funcionamento parlamentar, eleito representante na Assembléia Legislativa e obtido, no mínimo, 1% dos votos na circunscrição, é assegurado o direito à utilização do tempo total de vinte minutos, por semestre, para veiculação de inserções de trinta segundos ou um minuto, nas emissoras de rádio e televisão estaduais.

2. O cumprimento às exigências contidas na Resolução TRE n. 58/2004, com as alterações introduzidas pelas Resoluções TRE ns. 70/2006 e 100/2007 enseja o deferimento do pedido de veiculação de inserções de propaganda partidária.

PROCESSO NÚMERO 664-34.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013. DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DE DATA. DEFERIMENTO.

Defere-se o pedido de alteração de data na veiculação de propaganda, na forma da inserções, tendo em vista o atendimento aos requisitos legais.

PROCESSO NÚMERO 664-34.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PEDIDO DE VEICULAÇÃO ESTADUAL. DEFERIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, asseverando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, observando-se o disposto no artigo 2º, § 3º, da Res. TSE nº 20.034/97.

PROCESSO NÚMERO 666-04.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ M. CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. PEDIDO DE VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. DEFERIMENTO.

Constatado nos autos o preenchimento dos requisitos mencionados na legislação eleitoral pertinente, deve-se autorizar o partido a veicular propaganda partidária.

PROCESSO NÚMERO 675-63.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE. DEFERIMENTO DO PEDIDO.

1. Após julgamento pelo STF das ADIs ns.º 1351 e 1354, que declararam a inconstitucionalidade dos artigos da Lei dos Partidos Políticos, que citavam a chamada "cláusula de barreira", passou-se a conferir tratamento isonômico aos partidos políticos, no sentido de assegurar o direito de veiculação partidária, sem que para isso seja necessário o preenchimento dos requisitos previstos no art. 57, I e III, da Lei n.º 9.096/95.

2. Considerando que o partido possui representatividade na Câmara dos Deputados, deve lhe ser reconhecido o funcionamento parlamentar e, conseqüentemente, garantida a veiculação de propaganda eleitoral partidária regional, em prestígio aos princípios da igualdade de chances; isonomia e pluripartidarismo.

3. Pedido deferido.

PROCESSO NÚMERO 683-40.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PEDIDO DE VEICULAÇÃO ESTADUAL. DEFERIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, asseverando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, observando-se a ordem cronológica de pedidos quanto aos dias desejados.

PROCESSO Nº 684-25.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE CLÁUSULA DE BARREIRA e, no mérito, DEFERIR O PEDIDO.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PEDIDO INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DEFERIMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A intempestividade do pedido formulado peio requerente, concernente à veiculação de propaganda partidária, não impede a concessão do direito pleiteado, consoante posicionamento já firmado por esta Corte.

2. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, asseverando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

3. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.

PROCESSO NÚMERO 685-10.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE e, à unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE CLÁUSULA DE BARREIRA E, no mérito, também à unanimidade em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS EM RÁDIO E TELEVISÃO. PEDIDO PARCIALMENTE DEFERIDO.

1. O preenchimento dos requisitos legais assegura ao partido requerente a utilização de vinte minutos, no primeiro semestre de 2014, em inserções de trinta segundos ou de um minuto cada, nas emissoras de rádio e televisão, nos termos da Resolução TRE-PE n° 58/2004, alterada pelas Resoluções n° 70/2006 e n° 100/2007.

2. Deferimento parcial do pleito.

PROCESSO NÚMERO 344-47.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO R. DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PA RCIALMENTE O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. VEICULAÇÃO INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO. TELEVISÃO. DEFERIMENTO PARCIAL. COINCIDÊNCIA DATAS. PRIORIDADE REQUERIMENTO PARTIDO APRESENTADO PRIMEIRO LUGAR.

1. Coincidindo datas para inserções da propaganda partidária, haverá prioridade do partido que houver apresentado requerimento em primeiro lugar.

2. Deferimento parcial.

PROCESSO NÚMERO 322-86.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DO PARTIDO DEM.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUERIMENTO DE INSERÇÃO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.

3. Pedido parcialmente deferido.

PROCESSO NÚMERO 343-62.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO, nos termos do voto do Relator.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS EM RÁDIO E TELEVISÃO. ART. 57, III, "B", LEI N° 9.096/95. INCONSTITUCIONALIDADE. REQUISITOS. PREENCHIMENTO.

1. O Tribunal Superior Eleitoral consolidou o entendimento acerca da dispensa de representação legislativa do partido para poder veicular propaganda partidária, em forma de inserções regionais, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b" inciso III art. 57 da Lei n° 9.096/95.

2. Hipótese em que a inconstitucionalidade acima citada beneficiou o partido requerente, assegurando-lhe o direito à veiculação de inserções estaduais, em rede estadual de rádio e televisão, em datas de maior proximidade com as inicialmente pleiteadas, porquanto indisponíveis os dias apontados por aquela agremiação.

3. Deferimento parcial do pleito.

PROCESSO NÚMERO 345-32.2013.6.17.0000

ORIGEM –RECIFE-PE

RELATOR DESEMBARGADOR ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE AS INSERÇÕES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO - PSDC, nos termos do voto do Relator.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS EM RÁDIO E TELEVISÃO. PEDIDO PARCIALMENTE DEFERIDO.

1. O preenchimento dos requisitos legais assegura ao partido requerente a utilização de vinte minutos, no primeiro semestre de 2014, em inserções de trinta segundos ou de um minuto cada, nas emissoras de rádio e televisão, nos termos da Resolução TRE-PE n° 58/2004, alterada pelas Resoluções n° 70/2006 en.° 100/2007.

2. Deferimento parcial do pedido.

PROCESSO NÚMERO 351-39.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO, nos termos do voto do Relator

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. ANO 2014. RÁDIO E TELEVISÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

1. Defere-se autorização para veiculação de propaganda partidária quando a agremiação requerente cumpre todas as exigências legais.

2. Quando há coincidência entre as datas solicitadas para a veiculação de inserções estaduais deve-se priorizar o partido que requereu em primeiro lugar (art. 2º, § 2º, da Resolução TRE n.º 58/2004), acolhendo-se, neste caso, sugestões apresentadas pela Secretaria Judiciária deste Regional.

3. Pelo deferimento parcial do pedido.

PROCESSO NÚMERO 411-12.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO, para os dias 3, 5, 7 e 14 de fevereiro.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. ANO 2014. RÁDIO E TELEVISÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

1. Defere-se autorização para veiculação de propaganda partidária quando a agremiação requerente cumpre todas as exigências legais.

2. Quando há coincidência entre as datas solicitadas para a veiculação de inserções estaduais deve-se priorizar o partido que requereu em primeiro lugar (art. 2º, § 2º, da Resolução TRE n.º

58/2004), acolhendo-se, neste caso, sugestões apresentadas pela Secretaria Judiciária deste Regional.

3. Pelo deferimento parcial do pedido.

PROCESSO NÚMERO 424-11.2013.6.17.0000

ORIGEM –RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO, para os dias 15, 17, 20 e 22 de janeiro.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. ANO 201. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

1. Após julgamento pelo STF das ADIs ns.º 1351-3/DF e 1354-8/DF, que declararam a inconstitucionalidade dos artigos da Lei dos Partidos Políticos, que citavam a chamada "cláusula de barreira", passou-se a conferir tratamento isonômico aos partidos políticos, no sentido de assegurar o direito de veiculação partidária, sem que para isso seja necessário o preenchimento dos requisitos previstos no art. 57, I e III, da Lei n.º 9.096/95.

2. Pedido deferido parcialmente.

PROCESSO NÚMERO 410-27.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO nos termos do voto do Des. Relator.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. ANO 201. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

1. Após julgamento pelo STF das ADIs ns.º 1351-3/DF e 1354-8/DF, que declararam a inconstitucionalidade dos artigos da Lei dos Partidos Políticos, que citavam a chamada "cláusula de barreira", passou-se a conferir tratamento isonômico aos partidos políticos, no sentido de assegurar o direito de veiculação partidária, sem que

para isso seja necessário o preenchimento dos requisitos previstos no art. 57,1 e III, da Lei n.º 9.096/95.

2. Considerando que o partido possui representatividade na Câmara dos Deputados, deve lhe ser reconhecido o funcionamento parlamentar e, conseqüentemente, garantida a veiculação de propaganda eleitoral partidária regional, em prestígio aos princípios da igualdade de chances, isonomia e pluripartidarismo.

3. Pedido deferido parcialmente.

PROCESSO NÚMERO 422-41.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR PARCIALMENTE O PEDIDO nos termos do voto do Des. Relator.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUERIMENTO DE INSERÇÃO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.

3. Pedido deferido.

PROCESSO NÚMERO 406-87.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUERIMENTO DE INSERÇÃO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. *A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.*
2. *Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.*
3. *Pedido deferido.*

PROCESSO NÚMERO 423-26.2013.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS INDISPONÍVEIS. PERMISSÃO DE VEICULAÇÃO AOS DOMINGOS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. *A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", inc. III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.*
2. *Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.*
3. *Nos casos em que não houver mais espaço para novas inserções às segundas, quartas e sextas-feiras, dias previstos na regulamentação, há de se permitir que as veiculações ocorram aos domingos, em caráter excepcional, para suprir o déficit, conforme precedentes do TSE e desta Corte.*
4. *Pedido deferido.*

PROCESSO NÚMERO 445-84.2013.6.17.0000
ORIGEM: RECIFE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DEFERIR OPEDIDO nos termos do voto do Des. Relator

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS INDISPONÍVEIS. PERMISSÃO DE VEICULAÇÃO AOS DOMINGOS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. *A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, declarando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", inc. III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.*
2. *Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária.*
3. *Nos casos em que não houver mais espaço para novas inserções às segundas, quartas e sextas-feiras, dias previstos na regulamentação, há de se permitir que as veiculações ocorram aos domingos, em caráter excepcional, para suprir o déficit, conforme precedentes do TSE e desta Corte.*
4. *Pedido deferido.*

PROCESSO NÚMERO 450-09.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DEFERIR OPEDIDO nos termos do voto do Des. Relator

PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. INSERÇÕES ESTADUAIS. RÁDIO E TELEVISÃO. ANO 2014. CLÁUSULA DE BARREIRA. INCONSTITUCIONALIDADE. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. DATAS INDISPONÍVEIS. PERMISSÃO DE VEICULAÇÃO AOS DOMINGOS. DEFERIMENTO PARCIAL DO PEDIDO.

1. *Após julgamento pelo STF das ADIs ns.º 1351-3/DF e 1354-8/DF, que declararam a inconstitucionalidade dos artigos da Lei dos Partidos Políticos, que citavam a chamada "cláusula de barreira", passou-se a conferir tratamento isonômico aos partidos políticos, no sentido de assegurar o direito de veiculação partidária, sem que*

para isso seja necessário o preenchimento dos requisitos previstos no art. 57, I e III, da Lei n.º 9.096/95.

2. Conforme precedentes do TSE e desta Corte, não havendo disponibilidade de datas permitidas pela legislação para a veiculação de inserções estaduais, excepcionalmente, admite-se a sua transmissão aos domingos, respeitando a programação de inserções de caráter nacional.

3. Pedido deferido parcialmente.

PROCESSO NÚMERO 452-76.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DEFERIR PEDIDO, nos termos do voto do Relator.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PEDIDO DE VEICULAÇÃO ESTADUAL. DEFERIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 57, III, "b", PARTE FINAL. PRECEDENTES. TSE.

1. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento acerca da desnecessidade de representação parlamentar para que o partido político possa veicular propaganda partidária, asseverando a inconstitucionalidade da parte final da alínea "b", III do artigo 57 pertencente a Lei 9.096/95.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, observando-se a ordem cronológica de pedidos quanto aos dias desejados.

PROCESSO NÚMERO 676-48.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS 2013. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DEFERIMENTO.

PROCESSO NÚMERO 71-68.20132.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. PEDIDO INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DEFERIMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS DISPONÍVEIS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. A intempestividade do pedido formulado pelo requerente, concernente à veiculação de propaganda partidária, não impede a concessão do direito pleiteado, consoante posicionamento já firmado por esta Corte.

2. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar a agremiação a veiculação de propaganda partidária, ficando, entretanto, o deferimento condicionado à disponibilidade de datas atestadas pela Secretaria Judiciária.

3. Deferimento.

PROCESSO Nº 74-23.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE E, NO MÉRITO, DEFERIR O PEDIDO NAS DATAS INDICADAS.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS EM RÁDIO E TELEVISÃO. REQUISITOS LEGAIS. ADIMPLEMENTO.

1. O preenchimento das exigências previstas em lei assegura ao partido requerente a utilização de vinte minutos, no primeiro semestre de 2014, em inserções de trinta segundos ou de um minuto cada, pelo tempo diário máximo permitido de 5 (cinco) minutos, nas emissoras de rádio e televisão, nos termos da Resolução TRE-PE nº 58/2004, alterada pelas Resoluções nº 70/2006 e nº 100/2007.

2. Deferimento do pleito.

PROCESSO NÚMERO 289-96.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES ESTADUAIS EM RÁDIO E TELEVISÃO. PEDIDO PARCIALMENTE DEFERIDO.

1. O preenchimento dos requisitos legais assegura ao partido requerente a utilização de vinte minutos, no primeiro semestre de 2014, em inserções de trinta segundos ou de um minuto cada, nas emissoras de rádio e televisão, nos termos da Resolução TRE-PE 58/2004;

2. Deferimento parcial do pedido.

PROCESSO NÚMERO 264-83.2013.6.17.0000

ORIGEM: PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DEFERIR PARCIALMENTE A PROPAGANDA PARTIDÁRIA.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS DISPONÍVEIS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, ficando, entretanto, o deferimento condicionado à disponibilidade de datas atestadas pela Secretaria Judiciária.

2. Deferimento.

PROCESSO NÚMERO 288-14.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO.

ELEITORAL. REQUERIMENTO. VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. DATAS DISPONÍVEIS. ASSEGURADA VEICULAÇÃO DA PROPAGANDA.

1. Preenchidos os requisitos legais, deve-se assegurar à agremiação a veiculação de propaganda partidária, ficando, entretanto, o deferimento condicionado à disponibilidade de datas atestadas pela Secretaria Judiciária.

2. Deferimento.

PROCESSO NÚMERO 290-81.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO, nos termos do voto do Relator.

13 RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

13.1 ILEGITIMIDADE

RCED. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PSB. ACOLHIMENTO. INEGIBILIDADE SUPERVENIENTE. LC 64/90. NÃO INCIDÊNCIA.

- *Partido político não é parte legítima para figurar no polo passivo de RCED, uma vez que não se é possível outorgar diploma a agremiação partidária;*
- *Rejeição de contas de Prefeitura sem a nota de improbidade ou comprovação de dolo específico não caracteriza inegibilidade da LC 64/90;*
- *Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 46-55.2013.6.17.0000

ORIGEM: RIACHO DAS ALMAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em acolher a preliminar para excluir o Partido Socialista Brasileiro – PSB e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

13.2 INELEGIBILIDADE

ELEIÇÕES 2012. RCED. PRELIMINAR. INTERESSE DE AGIR. INELEGIBILIDADE INFRACONSTITUCIONAL PRÉ-EXISTENTE. CONSTATAÇÃO.

1. *É tranqüila a orientação jurisprudencial pátria no sentido de que a inelegibilidade hábil a viabilizar a interposição de recurso contra expedição de diploma é aquela de natureza constitucional ou infraconstitucional superveniente (Precedentes do TSE).*
 2. *Hipótese em que se constata dos autos que a matéria que fundamentou a espécie em exame, além de anterior ao requerimento de candidatura do prefeito demandado, é objeto de ação impugnatória contra ele proposta, em trâmite na instância superior desta Justiça Especializada. Prefaciai acolhida.*
 3. *Recurso contra expedição de diploma não conhecido.*
-

PROCESSO NÚMERO 44-85.2013.6.17.0000

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO G. DE FARIA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER APRELIMINAR SUSCITADA para não conhecer do recurso.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PRELIMINAR. LITISPENDÊNCIA. PROVA. INEXISTÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONSTATAÇÃO. COISA JULGADA. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO A PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. CANDIDATO APTO. DECISÃO DEFINITIVA.

1. Não se reconhece litispendência se ausente nos autos prova da suposta duplicidade de demandas idênticas, situação ocorrente "in casu".

2. Tempestiva a ação intentada fora do tríduo legal, mas em tempo autorizado por Informativo Geral do Tribunal, que previa que os prazos judiciais que corresse durante o de recesso forense estavam postergados para data do retorno das atividades regulares da Casa.

3. Prefaciais rejeitadas.

4. É tranqüila a orientação jurisprudencial pátria no sentido de que a inelegibilidade hábil a viabilizar a interposição de recurso contra expedição de diploma é aquela de natureza constitucional ou a infraconstitucional superveniente (Precedentes do TSE).

5. Hipótese em que se verifica que a demanda funda-se em inelegibilidade já apontada em sede de ação de impugnação do registro de candidatura do prefeito eleito e que, naquela oportunidade, a postulação a esse cargo eletivo foi deferida por decisão definitiva da Justiça Eleitoral, fazendo incidir o instituto da coisa julgada. Preambular acolhida.

6. Recurso não conhecido.

PROCESSO NÚMERO 28-34.2013.6.17.0000

ORIGEM: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR as preliminares de INTEMPESTIVIDADE e de LITISPENDÊNCIA, e, por maioria, em ACOLHER a preliminar de COISA JULGADA, para não conhecer do recurso.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. INELEGIBILIDADE. INFRACONSTITUCIONAL. FATO SUPERVENIENTE. CONTAS PÚBLICAS. REJEIÇÃO. EMBARGOS INFRINGENTES. APROVAÇÃO DAS CONTAS.

- O TCE, analisando os embargos infringentes, reforma sua decisão, aprovando as contas do Recorrido, desconstituindo o fato que deu ensejo a propositura do presente RCED, sendo a improcedência do pedido inicial medida que se impõe.

PROCESSO NÚMERO 8-77.2012.6.17.0000

ORIGEM: PASSIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. CONVÊNIO. ORDENADOR DE DESPESAS. MATÉRIA INCONSTITUCIONAL. INELEGIBILIDADE SUPERVENIENTE. DESCARACTERIZAÇÃO.

- 1. A irregularidade alegada, in casu, consubstancia matéria de índole infraconstitucional, que deve ser suscitada no âmbito do processo de registro de candidatura, estando sujeita a preclusão.*
- 2. Não conhecimento.*

PROCESSO NÚMERO 19-72.2013.6.17.0000

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RCED. CARGO. PREFEITO. VICE-PREFEITO. INELEGIBILIDADE SUPERVENIENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. LC 64/90, art. 1º, I, alínea O. PEDIDO DE CASSAÇÃO DO DIPLOMA.

- 1. A demissão do serviço público em razão da acumulação ilegal de cargos públicos, prevista no art. 1º da LC 64/90, não é possível de arguição mediante recurso contra expedição de diploma, pois não constitui inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional.*
- 2. Improcedência.*

PROCESSO NÚMERO 141-85.2013.6.17.0000

ORIGEM: SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ILEGITIMIDADE ATIVA. AGRAVO REGIMENTAL. DESPROVIMENTO.

- 1. Conforme construção jurisprudencial, há um consenso de que a interposição de Recurso contra Expedição de Diploma apenas pode ser apresentada por candidato com seu registro deferido ou, em último caso, sub judicé.*
- 2. No presente caso, a decisão que indeferiu o registro de candidatura do recorrente transitou em julgado no dia 16/10/2012, bem antes da interposição da RCED.*
- 3. Ilegitimidade ativa configurada.*
- 4. Agravo regimental desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 69-98.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

- 1. Sendo matéria pacificada nas cortes superiores é facultado ao relator negar seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC;*
- 2. A decisão fustigada não merece reparo.*

PROCESSO NÚMERO 38-78.2012.6.17.0000
ORIGEM: OURICURI-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

13.3 PARENTESCO

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. CONVÊNIO. ORDENADOR DE DESPESAS. MATÉRIA INCONSTITUCIONAL. INELEGIBILIDADE SUPERVENIENTE. DESCARACTERIZAÇÃO.

- 1. A irregularidade alegada, in casu, consubstancia matéria de índole infraconstitucional, que deve ser suscitada no âmbito do processo de registro de candidatura, estando sujeita a preclusão.*
- 2. Não conhecimento.*

PROCESSO NÚMERO 19-72.2013.6.17.0000
ORIGEM: IPOJUCA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. CONVÊNIO. ORDENADOR DE DESPESAS. MATÉRIA INCONSTITUCIONAL. INELEGIBILIDADE SUPERVENIENTE. DESCARACTERIZAÇÃO.

1. *A irregularidade alegada, in casu, consubstancia matéria de índole infraconstitucional, que deve ser suscitada no âmbito do processo de registro de candidatura, estando sujeita a preclusão.*
2. *Não conhecimento.*

PROCESSO NÚMERO 19-72.2013.6.17.0000

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. VEREADOR. CUNHADA DA PREFEITA REELEITA. PARENTESCO POR AFINIDADE. INEGIBILIDADE. ART. 14, PARÁGRAFO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. *A inegibilidade fundada no art. 14, parágrafo 7º da CF pode ser arguida em RCED, por se tratar de inegibilidade de natureza constitucional, razão pela qual não há que se falar em preclusão, ao argumento de que a questão não foi suscitada na fase de registro de candidatura.*
2. *Recurso a que se dá provimento.*

PROCESSO NÚMERO 33-56.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. VEREADOR. CUNHADA DA PREFEITA REELEITA. PARENTESCO POR AFINIDADE. INEGIBILIDADE. ART. 14, PARÁGRAFO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. *A inegibilidade fundada no art. 14, parágrafo 7º da CF pode ser arguida em RCED, por se tratar de inegibilidade de natureza constitucional, razão pela qual não há que se falar em preclusão,*

ao argumento de que a questão não foi suscitada na fase de registro de candidatura.

2. Recurso a que se dá provimento.

PROCESSO NÚMERO 34-41.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. VEREADOR. CUNHADA DA PREFEITA REELEITA. PARENTESCO POR AFINIDADE. INELEGIBILIDADE. ART. 14, PARÁGRAFO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A inelegibilidade fundada no art. 14, parágrafo 7º da CF pode ser arguida em RCED, por se tratar de inelegibilidade de natureza constitucional, razão pela qual não há que se falar em preclusão, ao argumento de que a questão não foi suscitada na fase de registro de candidatura.

2. Recurso a que se dá provimento.

PROCESSO NÚMERO 35-26.2013.6.17.0000

ORIGEM: POMBOS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

13.4 REJEIÇÃO DE CONTAS

REGISTRO DE CANDIDATURA. RRC. CANDIDATO. IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA. CARGO . VEREADOR. INELEGIBILIDADE. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO. INDEFERIMENTO DO REGISTRO.

- 1. É irrelevante que as irregularidades praticadas pelo Chefe de Gabinete tenham sido apuradas por denúncia para a configuração da alínea "g" do art. 1o, da Lei Complementar 64/90. Precedentes.*
- 2. Desprovimento recursal.*

PROCESSO NÚMERO 142-46.2012.6.17.0084

ORIGEM: ARARIPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. SUPOSTAS INELEGIBIIDADES. ALÍNEAS "G" "J". INCISO I. ART. 1o DA LC. 64/90.

- 1. A desaprovação das contas de campanha não gera, por si só, a inelegibilidade apontada na alínea "j" do inciso I do art. 1o da LC 64/90. Na realidade, a inelegibilidade prevista na referida alínea, baseada nos casos de abuso de poder econômico, devem ser devidamente comprovadas mediante Ação de Investigação Judicial Eleitoral, baseada no art. 30-A da Lei 9.504/97. Na espécie, não houve sequer a interposição de AIJE para apurar suposto abuso de poder econômico.*
- 2. Ademais, cumpre destacar que a decisão de rejeição das contas de campanha, por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, ocorreu desde 09/11/2009. Desta forma, essa matéria não deve ser conhecida em sede de Recurso Contra Expedição de Diploma, afinal a suposta inelegibilidade era preexistente ao período de registro de candidatura.*
- 3. A sanção de inelegibilidade, baseada na alínea "g" do inciso I do art. 1o da LC 64/90, exige a comprovação dos requisitos expressos no referido diploma legal, quais sejam: a) decisão irrecurável; b) órgão competente para julgamento das contas; c) a rejeição tenha ocorrido em virtude de irregularidade insanável; d) o vício configure ato doloso de improbidade administrativa.*
- 4. Na hipótese, além de não ter comprovado o trânsito em julgado da decisão da Corte de Contas do Estado, o recorrente não explorou o conteúdo da referido "decisum", na tentativa de demonstrar se a rejeição das contas se deu por irregularidade*

insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa. Portanto, a inelegibilidade baseada na alínea "g" do inciso I do art. 1o da LC 64/90 não incide sobre o recorrido, em razão da absoluta ausência de comprovação dos requisitos legais.

5. Recurso desprovido

PROCESSO NÚMERO 45-70.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PREFEITO. VICE-PREFEITO. SUSPENSÃO DE DECISÃO QUE REJEITA CONTAS PÚBLICAS. DESPROVIMENTO.

1. Preliminar de litispendência: A caracterização da litispendência depende do ajuizamento de ação em que haja coincidência dos fatos, da causa de pedir e das partes, o que não se verifica na espécie. Preliminar afastada.

2. Nega-se provimento ao recurso contra expedição de diploma que não apresenta motivo causador de inelegibilidade prevista no art. 1o, I, "g", da Lei Complementar n.º 64/90.

3. Pelo desprovimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 9-28.2013.6.17.0000

ORIGEM: GLÓRIA DE GOITÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar de Litispendência e, no mérito, CONHECER e INDEFERIR O PEDIDO.

13.5 DIVERSOS

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CARGO DE VEREADOR. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DO RECURSO. A

PRÁTICA DOS ABUSOS DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO QUE ESTÃO SENDO APURADOS EM AIJE. RCED NÃO CONHECIDO.

1. *Preliminar de inadequação do recurso , vez que os fatos ilícitos estão sendo apurados em sede de AIJE no juízo de primeiro grau.*
2. *Pelo não conhecimento do RCED.*

PROCESSO NÚMERO 49-10.2013.6.17.0000

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA DE L. FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER a preliminar de NÃO CABIMENTO DO RCED, nos termos do voto do relator.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ALEGAÇÃO DE QUE EM SEDE DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL FUNDADA NO ART. 41- A DA LEI N.º 9.504/97 (LEI DAS ELEIÇÕES) PODERÁ ACARRETAR A INELEGIBILIDADE DOS RECORRIDOS. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA DA AIJE AINDA NÃO CONCLUÍDA. NÃO HAVENDO SENTENÇA PRÉVIA PELA INELEGIBILIDADE OU MANIFESTA CONTRADIÇÃO COM AS PROVAS DOS AUTOS, NÃO HÁ COMO HAVER FUNDAMENTO PARA A INTERPOSIÇÃO DO RCED DISPOSTO NOS INCISOS I E IV DO ART. 262 DO CÓDIGO ELEITORAL. COM AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 135/2010 À LEI COMPLEMENTAR N.º 64/90, APRÓPRIA AÇÃO FUNDADA NO ART. 41-A, EM SENDO CONSIDERADA PROCEDENTE, É SUFICIENTE PARA A CASSAÇÃO DO REGISTRO OU DO DIPLOMA E A DECRETAÇÃO DA INELEGIBILIDADE, SENDO DESPICIENDA A INTERPOSIÇÃO DO PRESENTE RECURSO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

PROCESSO NÚMERO 79-45.2009.6.17.0000

ORIGEM: SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO.

13.6 PROVA

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PREFEITO. VICE-PREFEITO. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Nega-se provimento a recurso contra expedição de diploma, fundado em alegações de prática de abuso de poder político, econômico e de captação ilícita de sufrágio, quando o acervo probatório se apresenta frágil, não se revelando suficientemente robusto a legitimar a condenação dos recorridos.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 39-63.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLÂNDIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO.

14 RECURSO CRIMINAL

AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. DEFESA PRÉVIA. RECEBIMENTO.

Indícios de autoria e da materialidade são suficientes ao recebimento da denúncia, mormente quando a parte ré pugna para provar sua inocência na fase instrutória.

PROCESSO NÚMERO 8-77.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em RECEBER A DENÚNCIA.

14.1 DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS

RECURSO CRIMINAL. ART. 337, DO CÓDIGO ELEITORAL. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PARTIDÁRIAS. DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS. DISPOSITIVO LEGAL NÃO RECEPCIONADO PELA CF/88. CONFRONTO COM GARANTIA CONSTITUCIONAL DE LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A suspensão dos direitos políticos veda apenas o exercício dos direitos políticos ativo (direito de votar) e o passivo (direito de ser votado), não atingindo o direito de participar de atividades partidárias, inclusive comícios e atos de propaganda.

2. O entendimento jurisprudencial é de que o art. 337, do Código Eleitoral, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, pois se encontra em dissonância com a garantia fundamental de liberdade de manifestação do pensamento, assegurada pelo artigo 5o, inciso IV, da Carta Magna.

3. Provimento da pretensão recursal.

PROCESSO NÚMERO 161-23.2013.6.17.0000

ORIGEM: GAMELEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO para absolver a requerente.

14.2 FALSIDADE IDEOLÓGICA

RECURSO CRIMINAL. INQUÉRITO. DENÚNCIA. CRIME ELEITORAL. CÓDIGO ELEITORAL. ARTS 350 E 354. FALSIDADE IDEOLÓGICA. OBTENÇÃO DE DOCUMENTO FALSO. FINS ELEITORAIS. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.

- 1. A denúncia deve ser rejeitada quando o fato narrado não constitui crime uma vez que nos autos não está evidenciado o dolo do agente;*
- 2. Desprovemento do recurso.*

PROCESSO NÚMERO 5-19.2004.6.17.0002

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. USO DE DOCUMENTOS FALSOS. ANTECEDENTES CRIMINAIS. AFRONTA AO ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL CONFIGURAÇÃO. DESPROVIDO.

- 1. A forma incriminadora fazer inserir, prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, cujo bem jurídico protegido pela norma é a fé pública eleitoral referente à autenticidade dos documentos, foi comprovada, inclusive por confissão.*
- 2. Segundo jurisprudência do STF, entre a atenuante de confissão espontânea e a agravante de reincidência, esta deve preponderar.*
- 3. Recurso ao qual se nega provimento.*

PROCESSO NÚMERO 4-28.2012.6.17.0101

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL . ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008) decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 02-27.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL . ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA

PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008) decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 03-12.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL . ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362

do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008) decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 12873-60.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade, com vistas a recebe-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chama “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base na previsão da pena

hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (12/04/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008), bem como entre esta data da concessão dos SURSIS processuais (16/03/2012) decorreram prazos bem inferiores a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.

PROCESSO NÚMERO 3073412-86-25.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL.

14.3 PRAZO

RECURSO CRIMINAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Nos termos do art. 362 do Código Eleitoral, o prazo para interposição do recurso criminal é de 10 (dez) dias;

2. Na hipótese, o recurso é manifestamente intempestivo;

3. Recurso não conhecido.

PROCESSO NÚMERO 13116-04.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

14.4 PRESCRIÇÃO

AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL. ARTIGO 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE.

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de precisão legal. Precedentes do STF e súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 12910-09.2007.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO MARQUES C. LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em CONHECER e, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO para afastar a prescrição virtual da pretensão punitiva e determinar retorno dos autos ao primeiro grau.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

2. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 310-58.2012.6.17.0016

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator

RECURSO CRIMINAL. PRESCRIÇÃO. RETROATIVA. CONSTATAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS RÉUS.

1. *A prescrição da punibilidade regula-se pela pena aplicada depois de proferida a sentença condenatória, sendo que, cuidando-se de execução da pena, o lapso prescricional flui do dia em que se transita em julgado para a acusação, conforme previsto no artigo 112, combinado com o artigo 110 do Código Penal.*

2. *In casu, os apelantes foram condenados à pena de reclusão inferior a dois anos e multa e, decorridos mais de quatro anos do trânsito em julgado da sentença, não se deu início à execução da pena nem se apontou a existência de causa interruptiva da prescrição executória da pena.*

3. *Extinção da punibilidade em virtude da superviniente prescrição da pretensão executória do Estado, nos termos do art. 112, inciso I, do Código Penal.*

4. *Recuso provido.*

PROCESSO NÚMERO 157-06.2004.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da turma.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 307-06.2004.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

2. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 307-06.2004.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

2. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 310-58.2004.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

**AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL- ARTIGO 289 DO CÓDIGO ELEITORAL
PRESCRIÇÃO VIRTUAL- IMPOSSIBILIDADE.**

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de previsão legal. Precedentes do STF e a Súmula n.º 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 12906-50.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR DESEMBARGADOR ELEITORAL FAUSTO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Des. Relator.

**AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL. ART 289 DO CÓDIGO ELEITORAL.
PRESCRIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE.**

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de previsão legal. Precedentes STF e a Súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 06-64.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

**PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA.
APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.**

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 7-49.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE (16ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, anulando-se a sentença, determinar o retorno do processo à comarca de origem.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART; 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 289 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 10-04.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE (16ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL

PARA O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. *Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
2. *Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal.*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 328-69.2010.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. *Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
2. *Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal.*
3. *Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 329-54.2010.6.17.0139

ORIGEM: JAQUEIRA-PE (139ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART; 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. *Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.*

2. *É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.*

3. *In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 289 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato (29/05/2007) e a data do recebimento da denúncia (29/10/2009) decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.*

4. *Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.*

PROCESSO NÚMERO 330-39.2010.6.17.0139

ORIGEM: CACHOEIRINHA-PE (115ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL. ART 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE.

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de previsão legal. Precedentes STF e a Súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 12905-65.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito, conforme previsto no art. 109, III, do Código Penal.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 12907-35.2009.6.17.0115

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13113-49.2009.6.17.0016
ORIGEM: IPOJUCA-PE (16ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ M. DE
CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, anulando-se a sentença, determinar o retorno do processo à comarca de origem.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART; 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTIÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- 1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.*
- 2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.*
- 3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 289 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.*
- 4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.*

PROCESSO NÚMERO 13114-34.2007.6.17.0016
ORIGEM IPOJUCA-PE (16ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR DESEMBARGADOR ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA
DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL. ART 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE.

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de previsão legal. Precedentes STF e a Súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13118-71.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos deste último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independente da existência ou sorte do recurso criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008) decorreu prazo bem inferior

a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença a determinar o normal prosseguimento do feito.

PROCESSO NÚMERO 13121-26.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;

2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito, conforme previsto no art. 109, III, do Código Penal.

3. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 13126-48.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AÇÃO CRIMINAL ELEITORAL. ART 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE.

É impossível a extinção da punibilidade pela prescrição virtual por ausência de previsão legal. Precedentes STF e a Súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13168-97.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 3072392-60.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

PROCESSO NÚMERO 3072395-60.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

PROCESSO NÚMERO 3072397-65.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 3072486-08.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO

**PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA.
APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.**

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 3072472-24.2009.6.17.0139
ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. *Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.*

2. *É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.*

3. *In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008), decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.*

4. *Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.*

PROCESSO NÚMERO 3072391-75.2009.6.17.0139
ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE
CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal;*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 3072394-30.2009.6.17.0139
ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO. PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

- 1. Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n. 438 do STJ.*

PROCESSO NÚMERO 3072485-23.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em OCNHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL . FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. *Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.*

2. *É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.*

3. *In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (05/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (28/01/2008), decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.*

4. *Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.*

PROCESSO NÚMERO 3073298-50.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE (139ª ZONA ELEITORAL - MARAIAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (03/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008), decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.

PROCESSO NÚMERO 4282356-91.2008.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL.

EMBARGOS DECLARAÇÃO. RECURSO CRIMINAL ELEITORAL. PROVIMENTO. REDUÇÃO DA PENA. RENÚNCIA AO RECURSO. PRESCRIÇÃO RETROATIVA.

- A renúncia ao direito de recorrer autoriza a declaração de extinção da punibilidade nos moldes do art. 61 do CPP.

PROCESSO NÚMERO 3073529-43-91.2009.6.17.0118

ORIGEM -PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal;*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO NÚMERO 3072474-91-91.2009.6.17.0139

ORIGEM: JAQUEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL

PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal;*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO NÚMERO 3073295-95-91.2009.6.17.0139

ORIGEM :JAQUEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, conforme previsto no art. 109, IV, do Código Penal;*
- 3. Recurso Provido.*

PROCESSO NÚMERO 4282869-78-91.2009.6.17.0139

ORIGEM: JAQUEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para anular a sentença.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CE. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 3 (três) anos quando o documento for particular, ocorrendo a prescrição em 8 (oito) anos. Como entre a data do fato (04/05/2004) e a data do recebimento da denúncia (24/01/2008), bem como entre esta data da concessão dos SURSIS processuais (22/06/2011 e 09/11/2011) decorreu prazo bem inferior a 8 (oito) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.

PROCESSO NÚMERO 3072470-54-91.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito, conforme previsto no art. 109, III, do Código Penal;*
- 3. In casu, a recorrida foi denunciada pelo crime previsto no art. 289 do Código Eleitoral. Apena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato (24/03/2004) e a data do recebimento da denúncia (01/07/2004) decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.*

PROCESSO NÚMERO 180-49-91.2004.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO CRIMINAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA PARA FINS ELEITORAIS. ARTIGO 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO.

- 1. O crime de falsidade ideológica para fins eleitorais comina pena máxima de 3 anos de reclusão e pagamento de 3 a 10 dias- multa, se documento particular;*
- 2. O artigo 109, inciso IV do CP estabelece prazo prescricional de 8 anos para os crimes com pena em abstrato superior² e não inferior a 4;*
- 3. Transcorrido mais de oito anos entre a data da realização da conduta supostamente ilícita e não se verificando qualquer causa*

interruptiva, o reconhecimento da prescrição em abstrato é medida que se impõe;

4. Extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, restando prejudicada a análise do mérito recursal.

PROCESSO NÚMERO 3072479-16-91.2009.6.17.0139

ORIGEM: JAQUEIRA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13-56-91.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 28-59-91.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 12868-38-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEITORAL E PENAL. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA EM ABSTRATO. IMPOSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DO "QUANTUM" HIPOTÉTICO. ENTENDIMENTO PRETORIANO.

1. A contagem do lapso prescricional tomando como parâmetro a quantidade da pena aplicada somente é possível após o trânsito em julgado para a acusação, sendo certo que, no caso concreto, tal hipótese afigura-se inócua, fazendo incidir o art. 109, do CP, que regula a prescrição em abstrato.

2. A pretensão do reconhecimento da prescrição retroativa em perspectiva esbarra no entendimento do eg. STJ, cristalizado através da Súmula 438- STJ: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal."

3. Provimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 4-94-91.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEITORAL E PENAL. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA EM ABSTRATO. IMPOSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DO "QUANTUM" HIPOTÉTICO. ENTENDIMENTO PRETORIANO.

1. A contagem do lapso prescricional tomando como parâmetro a quantidade da pena aplicada somente é possível após o trânsito em julgado para a acusação, sendo certo que, no caso concreto, tal hipótese afigura-se inócua, fazendo incidir o art. 109, do CP, que regula a prescrição em abstrato.

2. A pretensão do reconhecimento da prescrição retroativa em perspectiva esbarra no entendimento do eg. STJ, cristalizado através da Súmula 438- STJ: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal."

3. Provimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 5-79-91.2009.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CE. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada "prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada", ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da

existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.

PROCESSO NÚMERO 29-44-91.2009.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CRIMINAL. CRIME ELEITORAL. ART. 350 DO CE. FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Apesar do recorrente ter se equivocado na denominação dada ao recurso, deve ser utilizado no caso o princípio da fungibilidade com vistas a recebê-lo como recurso eleitoral, previsto no art. 362 do Código Eleitoral, por estarem presentes os requisitos desse último.

2. É entendimento pacífico das Cortes Superiores a impossibilidade de se decretar a extinção da punibilidade em virtude da decretação da chamada “prescrição em perspectiva, projetada ou antecipada”, ou seja, aquela que é verificada com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal, razão pela qual deve ser reformada a sentença que a reconheceu.

3. In casu, os recorridos foram denunciados pelo crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. A pena máxima em abstrato imposta neste tipo penal é de 5 (cinco) anos, ocorrendo a prescrição em 12 (doze) anos. Como entre a data do fato e a data do recebimento da

denúncia decorreu prazo bem inferior a 12 (doze) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva estatal.

4. Recurso a que se dá provimento, para anular a sentença e determinar o prosseguimento normal do feito.

PROCESSO NÚMERO 13117-86-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEITORAL E PENAL. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PENA EM ABSTRATO. IMPOSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DO "QUANTUM" HIPOTÉTICO. ENTENDIMENTO PRETORIANO.

1. A contagem do lapso prescricional tomando como parâmetro a quantidade da pena aplicada somente é possível após o trânsito em julgado para a acusação, sendo certo que, no caso concreto, tal hipótese afigura-se inócua, fazendo incidir o art. 109, do CP, que regula a prescrição em abstrato.

2. A pretensão do reconhecimento da prescrição retroativa em perspectiva esbarra no entendimento do eg. STJ, cristalizado através da Súmula 438- STJ: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal."

3. Provimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 13119-56-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13123-93-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, anulando-se a sentença, determinar o retorno do processo à comarca de origem.

**PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA.
APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.**

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13127-33-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, anulando-se a sentença, determinar o retorno do processo à comarca de origem.

**PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA.
APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ.**

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ.

PROCESSO NÚMERO 13130-85-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR

PROVIMENTO AO RECURSO para, anulando-se a sentença, determinar o retorno do processo à comarca de origem.

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito, conforme previsto no art. 109, III, do Código Penal;*

PROCESSO NÚMERO 12907-35-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

RECURSO CRIMINAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Inviável o reconhecimento da prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual, por ausência de previsão legal;*
- 2. Tratando-se da prescrição da pretensão punitiva, o prazo prescricional, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito, conforme previsto no art. 109, III, do Código Penal;*

PROCESSO NÚMERO 13126-48-91.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO PARA FINS ELEITORAIS (ART. 353 CE). PRESCRIÇÃO RETROATIVA. CONSTATAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS RÉUS.

1. A pena dos réus foi fixada em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 7 (sete) dias-multa, tendo sido substituída por restritiva de direitos e multa;

2. Como a pena privativa de liberdade não excedeu a 2 (dois) anos, a prescrição concretiza-se em 4 (quatro) anos, aplicando-se esse prazo também às penas restritiva de direitos e pecuniária;

3. Entre o recebimento da denúncia e a ocorrência dos fatos delituosos transcorreu um lapso temporal superior a 4 (quatro) anos. Operou-se, portanto, a prescrição retroativa em relação aos acusados, o que prejudica as apelações, em razão da declaração da extinção de sua punibilidade.

4. Recursos prejudicados, pela declaração de extinção da punibilidade dos denunciados.

PROCESSO NÚMERO 858-86.2010.6.17.0070

ORIGEM: PETROLÂNDIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PREJUDICADAS as apelações e declarar extinta a punibilidade do suplicante.

PENAL. INSCRIÇÃO FRAUDULENTA (ART. 289 CE). PRESCRIÇÃO RETROATIVA. CONSTATAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

1. A pena dos réus foi fixada em 1 (um) ano de reclusão e 5 (cinco) dias-multa, tendo sido substituída por restritiva de direitos e multa;

2. Como a pena privativa de liberdade não excedeu a 2 (dois) anos, a prescrição concretiza-se em 4 (quatro) anos, aplicando-se esse prazo também às penas restritiva de direitos e pecuniária;

3. *Entre o recebimento da denúncia e a ocorrência dos fatos delituosos transcorreu um lapso temporal superior a 5 (cinco) anos. Operou-se, portanto, a prescrição retroativa em relação aos acusados, o que prejudica as apelações, em razão da declaração da extinção de sua punibilidade.*

4. *Recursos prejudicados, pela declaração de extinção da punibilidade dos denunciados.*

PROCESSO NÚMERO 13120-41.2007.6.17.0016

ORIGEM: IPOJUCA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PREJUDICADAS as apelações e declarar extinta a punibilidade do suplicante.

PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO PUNITIVA. PERSPECTIVA. APLICAÇÃO. ILEGAL. PRECEDENTES STF. SÚMULA STJ. PRESCRIÇÃO ORDINÁRIA.

Não se aplica o instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal em perspectiva por ausência de amparo legal, conforme decisões do STF e súmula n° 438 do STJ. Entretanto, observa-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.

PROCESSO NÚMERO 82-93.1998.6.17.0139

ORIGEM: MARAIAL-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.

14.5 PROVA

ELEITORAL. RECURSO CRIMINAL. COMPRA DE VOTO. PRELIMINAR. NULIDADE DE SENTENÇA. MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. *Não há se falar em nulidade de sentença e de processo quando se constata dos autos que a comunicação verbal feita pela*

apresentante ao juízo "a quo", noticiando suposta infração penal, nos termos do art. 356, § 1º, do Código Eleitoral, não obstante a ausência de redução a termo, na presença de testemunhas, não chegou a causar qualquer cerceamento de defesa ao recorrente, porquanto as declarações antes prestadas foram integralmente submetidas ao crivo do contraditório, já que reproduzidas na peça acusatória. Preliminar Afastada.

2. À formação de um juízo condenatório exige-se a comprovação inequívoca da prática da conduta criminosa pelo denunciado.

3. Hipótese em que os elementos de provas constantes do caderno processual não evidenciam a materialidade e autoria do crime apontado na denúncia.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 4283989-74.2008.6.17.0134

ORIGEM: JATAÚBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL MARCELO NAVARRO RIBEIRO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA ABSOLVER O RECORRENTE, nos termos do voto do Relator.

14.6 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 89 DA LEI NO. 9.099/95. OFERECIMENTO À PACIENTE. PERDA DE OBJETO.

1. Alcançado o objetivo perseguido no habeas corpus, mediante o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo à paciente, nos termos do art. 89 da Lei no. 9.099/95, resta prejudicado o "remédio heróico", por perda do objeto.

2. Habeas corpus prejudicado.

PROCESSO NÚMERO 10-13.2012.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM. Os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PREJUDICADO O HABEAS CORPUS, PELA PERDA DO OBJETO.

14.7 TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITOR

RECURSO CRIMINAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. CONDENAÇÃO. PENA DE RECLUSÃO. TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITORE. ARTS. 5º, CAPUT C/C INCISO III DO ART 1. TODOS DA LEI N 6.091/1974. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- 1. A denúncia foi recebida pelo juízo a quo, que proferiu sentença condenando o Recorrente às penas de 4 (quatro) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa em virtude de ter cometido o crime de transporte irregular de eleitores;*
- 2. Preliminar de inepetividade. Inobservância do prazo de 10 dias previsto no art. 362 do CE. Pressuposto de admissibilidade do recurso não atendido.*
- 3. Recurso não conhecido.*

PROCESSO NÚMERO 3073483-95.2009.6.17.0072

ORIGEM: FLORESTA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO M. CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em NÃO CONHECER CONHECER O RECURSO em razão da sua intempestividade.

RECURSO CRIMINAL. TRANSPORTE DE ELEITORES. DOLO ESPECÍFICO. NÃO COMPROVAÇÃO. ARTS. 5º E 11 DA LEI 6.91/74. ART. 302 DO CÓDIGO ELEITORAL. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. Para a configuração do crime previsto no art. 11, III, da Lei 6.901/74, há a necessidade de o transporte ser praticado com o fim explícito de aliciar eleitores.*
- 2. Recurso a que se dá provimento, ante a ausência de comprovação da participação dos Recorrentes no suposto crime de transporte ilegal de eleitores.*

PROCESSO NÚMERO 3844-72.2009.6.17.0115

ORIGEM: CACHOEIRINHA-PE (115ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL.

15 REGISTRO DE CANDIDATURA

MANDADO DESEGURANÇA. REGISTRO DE CANDIDATURA – RRC. CANDIDATO. CARGO. PREFEITO. VICE-PREFEITO. INDEFERIMENTO. RECURSO. DIPLOMAÇÃO. MANUTENÇÃO DA ORDEM CONCEDIDA.

PROCESSO NÚMERO 712-90.2012.6.17.0000
ORIGEM: ANGELIM-PE
RELATOR: DES. VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONCEDER ASEGURANÇA, nos termos do voto do relator.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REGISTRO DE CANDIDATURA. TERCEIRO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INTERESSE RECURSAL INEXISTÊNCIA.

- 1. Não é admissível o ingresso nos autos de terceiro que não impugnou o registro de candidatura, em razão do disposto na Súmula nº 11 do TSE. Precedentes.*
- 2. Hipótese em que o requerimento de registro de candidatura do agravado não foi impugnado pelo agravante, que, carece, portanto, de legitimidade para recorrer da decisão que deferiu aquele pleito.*
- 3. Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 740-46.2012.6.17.0101
ORIGEM: PETROLINA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO OLIVEIRA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL

ELEIÇÃO 2012. AÇÃO CAUTELAR. LIMINAR. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO DA SENTENÇA. DEFERIDA. DESPROVIMENTO.

- 1. O perigo da demora resta configurado, uma vez que a não atribuição de efeito suspensivo o recurso poderá trazer prejuízo aos autores, pois estes deixariam de continuar no exercício de suas*
-

funções no executivo municipal, por motivos ainda não apreciados por este Regional, em nítida afronta ao princípio da segurança jurídica.

2. não é razoável e deve ser evitada, quando a possibilidade se apresente, a alternância do poder executivo municipal, tanto mais quando os autores já se encontram no exercício regular de seus mandatos há mais de nove meses, sendo imprudente afastá-los imediatamente do cargo sem que haja decisão colegiada que confirme aquela de primeiro grau.

3. Para o magistrado proferir decisão que venha a contrariar a vontade dos cidadãos, ele necessita de motivos fortes e graves, sob pena de, assim não procedendo, ofender os princípios da democracia e da soberania popular.

4. Procedência da presente ação cautelar.

PROCESSO NÚMERO 188-59.2013.6.17.0000

ORIGEM: CALUMBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR.

AÇÃO CAUTELAR. JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL. PREJUDICIALIDADE.

Deve ser julgada prejudicada a ação cautelar, quando já julgado o recurso principal.

PROCESSO NÚMERO 700-.2012.6.17.0000

ORIGEM: VERDEJANTE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR PREJUDICADA A CAUTELAR.

15.1 DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2013. PRELIMINAR. REJEIÇÃO. PREFEITO. INTERINO. DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. DESNECESSÁRIA. PROVIMENTO. DEFERIMENTO DA CANDIDATURA.

1. A matéria é de ordem pública podendo ser reconhecida de ofício. Ademais a magistrada reformou sua própria decisão, aclarando-a em consonância com as evidências dos autos.

2. O presidente da Câmara Municipal, que exerce provisoriamente o cargo de prefeito, não precisa se desincompatibilizar, segundo a jurisprudência do TSE.

3. Recurso Provido.

PROCESSO NÚMERO 3-53.2013.6.17.0054

ORIGEM: BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO. PUBLICADO EM SESSÃO.

15.2 DIPLOMAÇÃO

MANDADO DE SEGURANÇA. DIPLOMAÇÃO DE CANDIDATO COM REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO EM PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU. RECURSO ORDINÁRIO NEGADO SEGUIMENTO PELO TSE. POSSIBILIDADE ÍNFIMA DO AUTOR DO MANDAMUS LOGRAR ÊXITO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO SEU RECURSO NA CORTE SUPERIOR. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Candidato que teve seu registro de candidatura indeferido no primeiro e segundo graus, bem ainda não logrou êxito em ter seu recurso ordinário conhecido no TSE, não deve continuar no cargo de vereador.

2. Possibilidade ínfima de ter a situação revertida em agravo de instrumento interposto contra decisão do TSE que negou seguimento ao seu recurso ordinário.

3. Ordem denegada, cassando-se a liminar concedida, para empossar no cargo de vereador, o próximo candidato com direito a assumir a vereança, segundo as regras da votação proporcional, no lugar do autor do presente mandamus.

PROCESSO NÚMERO 713-75.2011.6.17.0000

ORIGEM: FLORES-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA, cassada a liminar anteriormente deferida.

ELEIÇÃO 2012. AÇÃO CAUTELAR. LIMINAR. INDEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS. DESPROVIMENTO.

1. Conforme dispõe o art. 15 da Lei Complementar n.º 64/90 será cancelado, se já tiver feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido, de candidato cuja inelegibilidade for declarada por decisão proferida por órgão colegiado.

2. No presente caso, a decisão que decretou a inelegibilidade dos candidatos foi proferida por órgão colegiado, em sede de Agravo Regimental

3. Decisão liminar mantida em todos os seus termos.

4. Agravo regimental desprovido.

PROCESSO NÚMERO 717-15.2012.6.17.0000

ORIGEM: SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE (81ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

ELEIÇÃO 2012. AÇÃO CAUTELAR. LIMINAR. INDEFERIDA. AGRAVO REGIMENTAL. DESPROVIMENTO. NÃO DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

1. *Conforme dispõe o art. 15 da Lei Complementar n 64/90 será cancelado, se já tiver feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido, de candidato cuja inelegibilidade for declarada por decisão proferida por órgão colegiado;*
2. *No presente caso, a decisão que decretou a inelegibilidade dos candidatos foi proferida por órgão colegiado, em sede de Agravo Regimental no TSE;*
3. *Decisão liminar mantida em todos os seus termos;*
4. *Ação Cautelar julgada improcedente*

PROCESSO NÚMERO 717-15.2012.6.17.0000
ORIGEM: SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO TUTELAR.

15.3 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2013. PREFEITO. INELEGIBILIDADE. LC 64/90. NÃO INCIDÊNCIA.

1. *O TSE firmou entendimento de que o exercício do cargo de chefia do poder executivo de forma interina e, sucessivamente, em virtude de eleição suplementar, não constitui dois mandatos sucessivos e, sim, frações de um mesmo mandato.*
2. *Segundo dispositivo constitucional, a Câmara Municipal é o órgão competente para o julgamento das contas do Chefe do Executivo Municipal (art. 71, II, CF), sejam relativas ao exercício financeiro, à função de ordenador de despesa ou a de gestor. Precedentes.*

PROCESSO NÚMERO 113-03.2013.6.17.0038
ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AORECURSO.PUBLICADO EM SESSÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2013. PREFEITO. INELEGIBILIDADE. LC 64/90. NÃO INCIDÊNCIA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

- 1. Na ausência de contradição ou omissão, não se prestam os declaratórios a rediscutir de matéria já analisada pelo Pleno deste Regional.*
- 2. Embargos recebidos mas não acolhidos.*

PROCESSO NÚMERO 113-03.2013.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES BARBOSA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS. PUBLICADO EM SESSÃO.

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO.

- 1. O candidato que deu causa a nulidade das eleições, por estar inelegível, não poderá concorrer a renovação das eleições.*

Processo Número –41-81.2013.6.17.0081

Origem - SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE

Relator DESEMBARGADOR Frederico Carvalho

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. PUBLICADO EM SESSÃO.

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2013. PREFEITO. QUITAÇÃO. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO ELENADO PELO ART. 1º, INC. I, "E" DA LC 64/90. CRIME DE DESACATO. MENOR POTENCIAL OFENSIVO. INCIDÊNCIA DO §4º DO ART. 1º DA LC 64/90. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. SANADA. PROVIMENTO. DEFERIMENTO DA CANDIDATURA.

1. *Os crimes contra ordem tributária não são alcançados por nenhuma das hipóteses previstas no art. 1o, I, "e", da LC 64/90.*
2. *A condenação por crime de menor potencial ofensivo não enseja inelegibilidade, nos termos do § 4o, do art. T da LC 64/90.*
3. *Documento faltante devidamente juntado aos autos por ocasião do recurso.*
4. *Recurso Provido.*

PROCESSO NÚMERO 49-58.2013.6.17.0081
ORIGEM: SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE
RELATOR: DES. FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO. PUBLICADO EM SESSÃO.

15.4 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

RECURSOS ELEITORAIS. REGISTRO DE CANDIDATURA. RECURSO INTERPOSTO PELO VENCEDOR EM PRIMEIRO GRAU PARA AUMENTAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA 1(UM) ANO ANTES DO PLEITO. AUSÊNCIA DO NOME DO CANDIDATO NA LISTA DO FILIAWEB. COMPROVAÇÃO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N° 20 DO TSE. INVALIDADE DA COMISSÃO PROVISÓRIA. MATÉRIA INTERNA CORPORIS. ABUSO DE DIREITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AMPLA DIVULGAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO. OBEDIÊNCIA AO ART. 67, §§4° E 5o DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.373/2012.

1. *Não deve ser conhecido o recurso da parte que recorre unicamente para ter outros fundamentos acolhidos pela decisão, pois lhe falta interesse de agir.*
 2. *A falta do nome do filiado ao partido na lista por este encaminhada à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 19 da Lei 9.096, de 19.9.95, pode ser suprida por outros elementos de prova de oportuna filiação (Súmula 20 do TSE).*
 3. *Consegue provar sua filiação o candidato que colaciona aos autos documentação que atesta ser ele o Presidente da Comissão Provisória Municipal, quando o próprio estatuto do partido prevê*
-

que, para ocupar cargo de direção, faz-se necessária a qualidade de filiado.

4. Questões relacionadas à inatividade da Comissão Provisória, que elegeu o substituto do candidato renunciante, é matéria interna corporis, razão pela qual sua validade somente poderá ser questionada pelos membros ou filiados do partido em que ocorreu o vício.

5. Abuso de direito que não se verifica, vez que a substituição de candidato na antevéspera do pleito ocorreu em perfeita consonância com os dispositivos regentes da matéria, havendo ampla divulgação deste fato ao eleitorado do município.

6. Recurso a que se dá provimento, para deferir o registro de candidatura do recorrente.

PROCESSO NÚMERO 133-91.2012.6.17.0000

ORIGEM: VERDEJANTE-PE

RELATOR: DES. FRANCISCO MANOEL TENÓRIO DOS SANTOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria de votos, em NÃO TOMAR CONHECIMENTO do recurso de HAROLDO SILVA TAVARES e, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS do particular e da Coligação, julgando prejudicada a AÇÃO CAUTELAR APENSADA.

RECURSOS ELEITORAIS. REGISTRO DE CANDIDATURA. RECURSO INTERPOSTO PELO VENCEDOR EM PRIMEIRO GRAU PARA AUMENTAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA 1(UM) ANO ANTES DO PLEITO. AUSÊNCIA DO NOME DO CANDIDATO NA LISTA DO FILIAWEB. COMPROVAÇÃO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N° 20 DO TSE. INVALIDADE DA COMISSÃO PROVISÓRIA. MATÉRIA INTERNA CORPORIS. ABUSO DE DIREITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AMPLA DIVULGAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO. OBEDIÊNCIA AO ART. 67, §§4° E 5o DA RESOLUÇÃO TSE N° 23.373/2012.

1. Não deve ser conhecido o recurso da parte que recorre unicamente para ter outros fundamentos acolhidos pela decisão, pois lhe falta interesse de agir.

2. *A falta do nome do filiado ao partido na lista por este encaminhada à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 19 da Lei 9.096, de 19.9.95, pode ser suprida por outros elementos de prova de oportuna filiação (Súmula 20 do TSE).*

3. *Consegue provar sua filiação o candidato que colaciona aos autos documentação que atesta ser ele o Presidente da Comissão Provisória Municipal, quando o próprio estatuto do partido prevê que, para ocupar cargo de direção, faz-se necessária a qualidade de filiado.*

4. *Questões relacionadas à inatividade da Comissão Provisória, que elegeu o substituto do candidato renunciante, é matéria interna corporis, razão pela qual sua validade somente poderá ser questionada pelos membros ou filiados do partido em que ocorreu o vício.*

5. *Abuso de direito que não se verifica, vez que a substituição de candidato na antevéspera do pleito ocorreu em perfeita consonância com os dispositivos regentes da matéria, havendo ampla divulgação deste fato ao eleitorado do município.*

6. *Recurso a que se dá provimento, para deferir o registro de candidatura do recorrente.*

PROCESSO NÚMERO –133-91.2012.6.17.0114

ORIGEM: VERDEJANTE-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria de votos, em NÃO TOMAR CONHECIMENTO do recurso de HAROLDO SILVA TAVARES e, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS do particular e da Coligação, julgando prejudicada a AÇÃO CAUTELAR APENSADA.

15.5 ILEGITIMIDADE

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE. PARTIDO COLIGADO COM ATUAÇÃO ISOLADA. ACOLHIMENTO. INEGIBILIDADE. LC 64/90. NÃO INCIDÊNCIA.

- *Não se confere ao partido político coligado o direito de atuar isoladamente como proponente de impugnação a registro de candidatura*

- *Rejeição das contas de Prefeitura sem a nota de improbidade ou comprovação de dolo específico não caracteriza a inelegibilidade da LC 64/90.*

PROCESSO NÚMERO 6-08.2013.6. 17.0054

ORIGEM: BREJO DA MADRE DE DEUS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA nos termos do voto do relator.

15.6 MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO DE SEGURANÇA. CANDIDATO A CARGO DE VEREADOR COM REGISTRO DE CANDIDATURA SOB JUDICE. POSSE DA SUPLENTE DA COLIGAÇÃO ENQUANTO NÃO RESOLVIDA A LIDE DO CANDIDATO QUE OBTVEU MELHOR VOTAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE REGRA PROIBITIVA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. *Impossibilitado o candidato eleito de assumir o cargo de vereador, por força do art. 168 da Resolução TSE 23.373/2011, nada impede que a suplente da coligação assumira o cargo até que ocorra decisão definitiva de mérito no processo de registro de candidatura daquele.*

2. *Concessão da ordem para manter a impetrante, suplente da coligação, no cargo de vereador até que sobrevenha o trânsito em julgado de decisão nos autos do processo de registro de candidatura do candidato que conseguiu melhor votação no pleito.*

PROCESSO NÚMERO 80-30.2012.6.17.0000

ORIGEM: PRIMAVERA-PE

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONCEDER A SEGURANÇA.

15.7 NOVAS ELEIÇÕES

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CAUTELAR. INDEFERIMENTO. REGISTRO. CANDIDATURA. APÓS ELEIÇÕES. ART. 224 CÓDIGO ELEITORAL. NOVA ELEIÇÃO.

1. O caso específico não se amolda ao lide case de Água Preta, RE n. 316-96, pois, neste caso, o candidato concorreu com registro de candidatura deferido no dia das eleições, vindo a ser indeferido, posteriormente no TSE, devendo os votos brancos e nulos não serem computados para efeitos de determinação de novas eleições nos termos do art. 224 do Código Eleitoral c/c o art. 164 da Res. 23.372/11.

2. Comprovado que o candidato, cujo registro fora cassado, obteve mais de 50% dos votos válidos, sendo conseqüentemente invalidados, impõe-se a determinação de novas eleições, repristinando a decisão de primeiro grau.

PROCESSO NÚMERO 20-57.2012.6.17.0000

ORIGEM: PRIMAVERA-PE

RELATOR: DES. ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, REPRISTINANDO A DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMAVERA.

INDEFERIMENTO DE REGISTRO. CASSAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 164, II E III, DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.372/2011 E DO ART. 224 DO CÓDIGO ELEITORAL.

1. A apuração dos votos válidos para fins de aferição da necessidade de realização de novas eleições está sujeita a uma divisão dicotômica que contrapõe os votos “válidos” aos “inválidos”, estes compreendendo aqueles atingidos pelos efeitos da decisão de cassação do registro de candidatura confirmada pela superior instância.

2. Os votos natinulos ou propriamente nulos, fruto da vontade deliberada e consciente do eleitor, distinguem-se ontologicamente daqueles atingidos pela decisão nulificante.

3. Recurso que reclama provimento.

PROCESSO NÚMERO 316-96.2012.6.17.0038
ORIGEM: ÁGUA PRETA-PE (38ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. LUIZ ALBERTO GURGEL DE FÁRIA

15.8 REJEIÇÃO DE CONTAS

REGISTRO DE CANDIDATURA. RRC. CANDIDATO. IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA. CARGO. VEREADOR. INELEGIBILIDADE. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO. DEFERIMENTO DO REGISTRO.

- 1. A rescisão do julgado pelo próprio Tribunal de Contas, anulando decisão que havia julgado irregulares as contas de verbas de gabinete afasta a inelegibilidade, de acordo com a inteligência do § 10º, art. 11 da Lei 9.504/97.*
- 2. Desprovidimento da pretensão recursal.*

PROCESSO NÚMERO 37-68.2012.6.17.0052
ORIGEM: SÃO BENTO DO UNA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

REGISTRO DE CANDIDATURA. RRC. CANDIDATO. IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA. CARGO. PREFEITO. INELEGIBILIDADE. REJEIÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS. APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL. EXTINÇÃO. ILEGITIMIDADE DA PARTE. IMPROCEDÊNCIA DAS IMPUGNAÇÕES. DEFERIMENTO DO REGISTRO.

- 1. O descumprimento da Lei de Licitações constitui irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa;*
- 2. Desprovidimento da pretensão recursal.*

PROCESSO NÚMERO 181-79.2012.6.17.0072
ORIGEM: CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para indeferir o registro de candidatura do Sr. Tadeu Macelo Novaes Torres.

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. REJEIÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO PELA CÂMARA DE VEREADORES. NATUREZA DAS IRREGULARIDADES. ANÁLISE. DECISÕES ANULATÓRIAS. INELEGIBILIDADE. AFASTAMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Não há se falar em análise da natureza de irregularidades presentes em contas de gestor rejeitadas pela Câmara de Vereadores, quando foi obtida decisão anulatória, na justiça comum, referente ao decreto emanado pela referida Casa Legislativa.

2. O art. 11, §10º, da Lei nº 9.504/97 ressalva as alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.

3. Deferimento de registro que se impõe ante à ausência atual de decisão válida de rejeição de contas de gestão pela Câmara de Vereadores.

4. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO NÚMERO 27-45.2012.6.17.0045

ORIGEM: BELO JARDIM-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

15.9 SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PRELIMINAR. INTERESSE RECURSAL. SUBSTITUIÇÃO. PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTE. TSE.

1. Não há interesse recursal para fins de manter a decisão recorrida.

2. O TSE reconhece a possibilidade legal de substituição de candidatura nas eleições majoritárias, ainda que às vésperas da

eleição, sem necessariamente se caracterizar em fraude ao eleitorado;

3. A comprovação de se empreender esforços para divulgar a renúncia e a respectiva substituição restou comprovada nos autos;

4. o eventual desrespeito às normas partidárias, para a escolha de substitutos, configura questão interna corporis, podendo apenas ser impugnada por partidos integrantes da coligação;

5. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 413-47.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, ACOLHER A PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE RECURSAL da COLIGAÇÃO UM NOVO TEMPO e, no mérito, também à unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

16 REPRESENTAÇÃO**REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ANTECIPADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS REPRESENTANTES. ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, VI DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.**

- 1. A ausência de legitimidade ad causam é motivo ensejador da extinção do processo sem resolução do mérito, conforme previsto no art. 267, IV do CPC, devido a inviabilidade do prosseguimento da demanda sem uma das condições essenciais da ação;*
- 2. Representação que se julga improcedente sem resolução de mérito.*

PROCESSO NÚMERO 328-80.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. EMISSORA DE RÁDIO. TRATAMENTO PRIVILEGIADO A CANDIDATO. CONSTATAÇÃO.

- 1. Nos termos do art. 45, II, da Lei das Eleições é vedado às emissoras de rádio e televisão, durante sua programação normal, conceder tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação.*
- 2. Hipótese em que os elementos existentes nos autos revelam que a entrevista transmitida pela recorrente apresentou conotação política, afastando-se da natureza meramente informativa que deve conter as matérias divulgadas portais veículos de comunicação durante o período das campanhas eleitorais.*
- 3. A míngua de razões que justifiquem a majoração da reprimenda correspondente ao ilícito supracitado, em patamar superior ao mínimo legal, impõe-se a redução da multa (precedentes do TRE/PE).*
- 4. Recurso parcialmente provido.*

PROCESSO NÚMERO 259-48.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

16.1 COMPETÊNCIA

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. REPARAÇÃO DANOS. INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. SEM MÉRITO.

- A causa de pedir não se refere a qualquer matéria eleitoral, não sendo a Justiça Eleitoral competente para dirimir conflitos cíveis e/ou penais, devendo a sentença ser mantida por seus próprios fundamentos

PROCESSO NÚMERO 172-74.2013.6.17.0049

ORIGEM: PANELAS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

16.2 CONDUTA VEDADA

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO. USO DA MÁQUINA PÚBLICA. REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. PREJUÍZO RECORRENTE. JUÍZO DE 1º GRAU NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PROVAS REQUERIDAS.

1. Mostra-se nula a sentença de primeiro grau, na medida em que julgou a representação improcedente por ausência de provas sem haver se manifestado acerca das provas que foram requeridas.

2. Preliminar de nulidade da sentença acolhida, com determinação de retorno dos autos ao Juízo de origem para regular processamento e julgamento do feito.

PROCESSO NÚMERO 218-03.2012.6.17.0074

ORIGEM: MIRANDIBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR SUSCITADA

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PRELIMINARES. INTEMPESTIVIDADE. INCOMPETÊNCIA. REJEITADAS. MÉRITO. CONDOTA VEDADA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REMOÇÃO. SERVIDORES PÚBLICOS. PERÍODO AUTORIZADO.

1. Constatado nos autos que as remoções de servidores públicos ocorreram fora do período eleitoral, não há que se falar em violação ao disposto no artigo 73, V, da Lei 9.504/97.

2. De modo semelhante, comprovado nos autos que a remoção promovida em período vedado, além de fundamentada, fora devidamente anulada, também não há que se falar em prática de conduta vedada.

3. Não se comprovou a perseguição política, conduta reprovada pela legislação eleitoral.

4. Recurso não provido.

PROCESSO NÚMERO 233-98.2012.6.17.0129

ORIGEM: IPUBI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. ART. 73 DA LEI N.º 9.504/97. LITIGÂNCIA DE MÀ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA PELO JUÍZO DE 1º GRAU. CONDENAÇÃO SEM JUSTIFICATIVA LEGAL. CONDOTA QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 17 E SEGUINTE DO CPC. PROVIMENTO DA PRETENSÃO RECURSAL. AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO DA MULTA ANTE A INEXISTÊNCIA DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

PROCESSO NÚMERO 316-66.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Relator.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. ART. 73 DA LEI N.º 9.504/97. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO DE MULTA PELO JUÍZO DE 1º GRAU. CONDENAÇÃO SEM JUSTIFICATIVA LEGAL. CONDUTA QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 17 E SEQUINTE DO CPC. PROVIMENTO DA PRETENSÃO RECURSAL. AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO DA MULTA ANTE AINEXISTÊNCIA DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

PROCESSO NÚMERO 315-81.2012.6.17.0145
ORIGEM: PETROLINA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto do Relator.

16.3 SHOWMÍCIO

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. EVENTO COM CARACTERÍSTICAS DE SHOWMÍCIO.

A realização de eventos com características de showmício contraria o artigo 39, §7º da Lei n.º 9.504/97. Contudo, diante da inexistência de previsão normativa para a imposição da penalidade pecuniária, o afastamento da multa é medida que se impõe. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO NÚMERO 116-83.2012.6.17.0040
ORIGEM: SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIALPROVIMENTO AO RECURSO

16.4 ASSUNTOS DIVERSOS

RECURSO ELEITORAL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL AUSÊNCIA DE DEGRAVAÇÃO DAS MÍDIAS. ARQUIVOS CONTENDO APENAS FOTOGRAFIAS. INEXISTÊNCIA DE ÁUDIO OU VÍDEO A SER DEGRAVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. RETORNO DOS AUTOS PARA REGULAR PROCESSAMENTO.

- 1. Petição inicial que foi indeferida ao fundamento de inexistir nos autos a degravação das mídias.*
- 2. A degravação somente se faz necessária quando é colacionada aos autos mídia contendo áudio ou vídeo, o que não é o caso dos autos, já que os CDs trazidos ao caderno processual contêm apenas imagens fotográficas.*
- 3. Recurso a que se dá provimento, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para o regular processamento e julgamento do feito.*

PROCESSO NÚMERO 200-49.2012.6.17.0084

ORIGEM: ARARIPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PETIÇÃO. AUMENTO DE VAGAS. CÂMARA MUNICIPAL. APLICAÇÃO IMEDIATA. ELEIÇÕES 2012. PRINCÍPIO DA ANUALIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

- A entrada em vigor de emenda aprovada pela câmara municipal que altera número de vereadores não possibilita a sua aplicação imediata, ante o princípio da anualidade, que rege o processo eleitoral.*
- In casu, aprovada após o pleito de 2012, o dispositivo legal terá sua aplicação somente para legislatura seguinte, com início em 2017.*
- Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 296-85.2012.6.17.0130
ORIGEM: CABROBÓ-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. MESÁRIA FALTOSA. APLICAÇÃO DE MULTA. RECURSO. FIXAÇÃO EM VALOR COMPATÍVEL COM A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E A GRAVIDADE DO FATO. IMPROVIMENTO.

PROCESSO NÚMERO 15-88.2013.6.17.0144
ORIGEM: PETROLINA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO nos termos do voto divergente.

ELEIÇÕES 2012. DENÚNCIA. CALÚNIA E INJÚRIA ELEITORAIS. REQUISITOS LEGAIS DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. ATENDIMENTO.

- 1. A existência de indício da materialidade e autoria dos delitos descritos na peça acusatória mostram-se suficientes ao recebimento da denúncia ofertada, situação que se observa in casu.*
- 2. Denúncia recebida.*

PROCESSO NÚMERO 8-35.2013.6.17.0132
ORIGEM: CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO OLIVEIRA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em RECEBER A DENÚNCIA.

AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. DEFESA PRÉVIA. RECEBIMENTO.

- Indícios de autoria e da materialidade são suficientes ao recebimento da denúncia, mormente quando a parte ré pugna para provar sua inocência na fase instrutória.

PROCESSO NÚMERO 277-82.2013.6.17.0000

ORIGEM: ALTINHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada em plenário e, no mérito, também por unanimidade, em RECEBER A DENÚNCIA.

ELEITORAL - AUDIÊNCIA - INQUIRÇÃO - TESTEMUNHA - EXPEDIÇÃO - CARTA PRECATÓRIA - DISPENSA - INDEFERIMENTO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA

- 1. Os incisos VI e VII do art. 22 da Lei Complementar 64/90, facultam ao julgador procederá todas as diligências que entender necessárias para firmar seu convencimento, inclusive a ouvida de terceiros ou de testemunhas requeridas pelas partes;*
- 2. Denegação da Segurança.*

PROCESSO NÚMERO 672-11.2012.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em DENEGAR A SEGURANÇA.

REGISTRO DE PARTIDO POLÍTICO EM FORMAÇÃO. IMPUGNAÇÃO. LEGITIMIDADE. REQUISITOS LEGAIS. RESOLUÇÃO TSE n.º 23.282/2010 -TSE, INCISO IV, ART. 13. NÃO CUMPRIMENTO.

- Impede o deferimento do pedido de registro de Diretório Regional o não- cumprimento pelo partido requerente da exigência contida no inciso IV do art. 13 da Resolução TSE n. 23.282/2010.

PROCESSO NÚMERO 253-54.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em INDEFERIR O PEDIDO.

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR. INTERESSE RECURSAL. DEMONSTRAÇÃO. RENOVAÇÃO DO PLEITO (ART. 224, CE). ASSUNÇÃO INTERINA DO CARGO DE PREFEITO. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES. LEGITIMAÇÃO.

- 1. Demonstrado o interesse de agir dos agravantes na demanda, justificado o ingresso na lide como terceiros interessados, situação que se observa nos presentes autos. Preliminar acolhida.*
- 2. "No caso da aplicação do art. 224 do CE, o Presidente do Legislativo Municipal é o único legitimado a assumir a chefia do Executivo Municipal interinamente, até a realização do novo pleito." (Precedente do TSE)*
- 3. Hipótese em que as eleições para o cargo majoritário do Município de Água Preta/PE foram anuladas pelo TSE, nos termos do art. 224 do Código Eleitoral, autorizando a assunção, interina, da Chefia do Executivo pelo Presidente da Casa Legislativa, a teor do que dispõe o art. 80 da CF/88, já que os embargos de declaração apresentados em face da decisão prolatada por aquela Corte Superior não têm efeito suspensivo.*
- 4. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 321-04.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DAR PROVIMENTO ao AGRAVO REGIMENTAL, nos termos do voto do Relator

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. VICEPREFEITO. NORMA RESTRITIVA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

- 1. O art. 7º da Res. TSE 23.370/2011 impõe requisitos especiais às propagandas de prefeitos, não prevendo requisitos especiais se a propaganda for do candidato a vice.*
- 2. Deve-se interpretar restritivamente as normas restritivas de direito.*

3. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 100-65.2012.6.17.0126
ORIGEM: CUMARU-PE (126ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO PROCURATÓRIO. FALTA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO.

1. *Para procurar em juízo, o advogado deve possuir habilitação legal e estar munido de instrumento de mandato, nos termos dos arts. 30 e 37 do CPC.*

2. *Configurada a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, incide a regra do art. 267, IV, do CPC. aplicado subsidiariamente ao processo eleitoral.*

3. *Recurso não conhecido.*

PROCESSO NÚMERO 126-07.2012.6.17.0080
ORIGEM: BODOCÓ-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. RENÚNCIA DE CANDIDATO. MULTA. PRAZO DE 4 (QUATRO) HORAS PARA RETIRADA DE TODO O MATERIAL PUBLICITÁRIO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO. DESARROZABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO. AFASTAMENTO DA PENALIDADE.

PROCESSO NÚMERO 412-62.2012.6.17.0119
ORIGEM: ABREU E LIMA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO (INTERESSE DE AGIR), SUSCITADA DE OFÍCIO.

1. A suposta existência de caixa dois não importa na presunção de abuso de poder econômico, o qual necessita, para se configurar, da utilização excessiva de meios materiais e humanos na campanha eleitoral.

2. Assim, alegação de irregularidades relacionadas à arrecadação e aos gastos de campanha enseja reprimenda através da representação do artigo 30-A da Lei n.º 9.504/97, não se enquadrando na hipótese de abuso do poder econômico, apurável no recurso contra expedição de diploma.

3. Extinção do processo sem resolução do mérito por carência de ação.

PROCESSO NÚMERO 92-44.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do Relator.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO DE LITISPENDÊNCIA COM AIJE. MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DO RCED.

1. Não há interesse processual na propositura concomitante de Recurso contra a Expedição de Diploma e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, fundadas ambas nos mesmos fatos e com iniciais que se repetem reciprocamente;

2. Hipótese em que o RCED se fundamenta exclusivamente em fatos e provas utilizadas em AIJE anteriormente ajuizada, e ainda

em andamento, com as mesmas partes, mesma causa de pedir e idênticos pedidos, motivando reconhecimento de litispendência.

3. Decisão vergastada que não merece reparo. Precedentes da Casa.

4. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 136-63.2013.6.17.0000

ORIGEM – SÃO VICENTE FÉRRER-PE

RELATOR DESEMBARGADOR ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIALMÉRITO.FRAUDE.CASSAÇÃO DE DIPLOMA.

1. Rejeita-se preliminar de inépcia da inicial, fundada na inexistência de fraude, porque se confunde com o mérito.

2. Configura conduta fraudulenta associar o nome de candidato com registro indeferido ao seu número de campanha sem fazer menção ao apoio político.

3. Intuito de confundir o eleitor demonstrado.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 30-04.2013.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, por maioria, em CONHECER e JULGAR PROCEDENTE O RECURSO, nos termos do voto divergente.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. QUOTA DE GÊNERO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO (INTERESSE DE AGIR).

1. Eventuais questionamentos acerca da inobservância das quotas de gênero, previstas no artigo 10, §3º da Lei n.º 9.504/97, devem ser resolvidos no Demonstrativo de Regularidade dos Atos

Partidários- DRAP, sendo o momento adequado para esta verificação o da apresentação do mencionado demonstrativo.

2. Se após o deferimento do registro da coligação ocorrer renúncia, morte ou indeferimento de registros de candidatos, nenhuma repercussão acarretará ao registro da coligação, não se podendo questionar a validade desta.

3. Alegação de nulidade da coligação em razão do descumprimento da cota de gênero não constitui em nenhuma das hipóteses do art. 262 do CE, uma vez que a matéria se refere a registro de candidatos, devendo ser resolvida no DRAP.

4. Extinção do processo sem resolução do mérito por carência de ação.

PROCESSO NÚMERO 348-84.2013.6.17.0000

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR de inadequação da via processual eleita nos termos do voto do Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. MANIFESTA PROVA NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. AIJE. CASSAÇÃO DE DIPLOMA. POSSIBILIDADE.

1. A nova redação do art. 22, XIV, da Lei Complementar n° 64/90 permite que eventual procedência do pedido aduzido em ação de investigação judicial eleitoral acarrete também a cassação do diploma de candidato eleito, de modo que, ajuizados recurso contra diplomação e a citada ação, versando sobre os mesmos fatos, reserva-se a essa última a realização da regular instrução probatória.

2. Hipótese em que não consta do caderno processual "manifesta prova" das acusações feitas na exordial, exigindo dilação probatória do feito, instrução essa que melhor se alinha às ações investigatórias que tramitam no primeiro grau, sobre idênticos fatos apresentados "in casu".

3. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 29-19.2013.6.17.0000

ORIGEM: GLÓRIA DE GOITÁ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PREFEITO. VICE-PREFEITO. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Nega-se provimento a recurso contra expedição de diploma, fundado em alegações de prática de abuso de poder político, econômico e de captação ilícita de sufrágio, quando o acervo probatório se apresenta frágil, não se revelando suficientemente robusto a legitimar a condenação dos recorridos.

2. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 39-63.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLÂNDIA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL HERIBERTO GALVÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. QUOTA DE GÊNERO. PRELIMINAR DE COISA JULGADA. ACOLHIDA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

1. Eventuais questionamentos acerca da inobservância das quotas de gênero, previstas no artigo 10, § 3o da Lei n.º 9.504/97, devem ser analisados no momento de requerimento de registro do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários- DRAP.

2. Transitada em julgado a sentença que deferiu o DRAP da coligação, torna-se preclusa toda matéria tendente a reapreciar essa decisão.

3. Extinção do processo sem resolução do mérito.

PROCESSO NÚMERO 349-69.2013.6.17.0000

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE COISA JULGADA para extinguir o processo

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CANDIDATOS. PREFEITO E VICE-PREFEITO. REJEIÇÃO DE CONTAS PELO TCU. MATÉRIA TRATADA QUANDO DO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. INADMISSÍVEL DISCUSSÃO ATRAVÉS DE RCED, VEZ QUE NÃO SE TRATA DE CASO DE INELEGIBILIDADE CONSTITUCIONAL OU INFRACONSTITUCIONAL SUPERVENIENTE. CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. ART. 89 DA LEI 8.666/93. PRESCRIÇÃO RETROATIVA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL DECLARADA. INELEGIBILIDADE AFASTADA. INTELIGÊNCIA DO ART.11, §10, DA LEI 9.504/97.

1. A rejeição de contas públicas pelo TCU foi tratada, a seu modo e tempo, na impugnação de registro de candidatura, não sendo admitida sua discussão em sede de RCED, vez que não se configura caso de inelegibilidade constitucional ou infraconstitucional superveniente.

2. Condenação criminal pela prática do delito previsto no art. 89 da Lei 8.666/93 transitada em julgado. Prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal reconhecida em decorrência da pena em concreto. Inelegibilidade afastada à luz do art. 11, § 10, da Lei 9.504/97.

3. Improcedência do pedido.

PROCESSO NÚMERO 21-42.2013.6.17.0000

ORIGEM: JATAÚBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Turma.

RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CARGO PREFEITO E VICEPREFEITO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE NECESSITA DE MELHOR AVALIAÇÃO. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO EDA AMPLA DEFESA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de ausência de interesse processual do Recorrente. Presença de benefício direto com o provimento do Recurso, visto que a demanda tem por finalidade a proteção de interesses difusos, no que se refere ao interesse público na lisuradas eleições.

2. O conjunto probatório necessita de melhor avaliação, vez que foram produzidas unilateralmente, sem que tenham sido confrontadas a fim de se perquirir a veracidade das mesmas.

3. Respeito ao que preceitua o artigo 262, IV, do Código Eleitoral, que exige que a cassação do diploma concedido "em manifesta contradição com a prova dos autos", (sem grifos no original).

4. Pelo desprovimento do recurso.

PROCESSO NÚMERO 52-62.2013.6.17.0000

ORIGEM: CARNAUBEIRA DA PENHA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, e, no mérito, em CONHECER e NEGARBRQVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CARGOS PREFEITO E VICE-PREFEITO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 262 DO CE. IMPOSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO.

1. Preliminar de Inépcia da Inicial. Busca o Recorrente a cassação dos diplomas por prática de abuso de poder econômico (art. 237 do CE), ante a realização de propaganda irregular. Tipificação e individualização da conduta. Preliminar não acolhida.

2. *As hipóteses para interposição de Recurso Contra Expedição de Diploma estão taxativamente previstas no art. 262 do CE, não havendo o Recorrente preenchido nenhum dos requisitos ali dispostos.*

3. *A eventual realização de propaganda irregular não guarda relação direta com a prática de abuso de poder econômico, sendo esta a única alegação de violação do art. 237 do CE, resta incabível o presente Recurso Contra Expedição de Diploma.*

5. *Decisões do TSE colacionadas.*

6. *Improcedência do Recurso Contra Expedição de Diploma.*

PROCESSO NÚMERO 125-34.2013.6.17.0000

ORIGEM: CARNAUBEIRA DA PENHA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, e, no mérito, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRELIMINARES. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR. DECADÊNCIA. CONDIÇÕES DA AÇÃO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS. AUSÊNCIA.

1. *Patente a legitimidade ativa do recorrente quando está manifesto nos autos a existência de mero erro material de indicação da parte, que em nada compromete sua identificação de partido político, situação ocorrente "in casu".*

2. *"O candidato tem legitimidade ativa para o manejo do recurso contra expedição do diploma, ainda que não tenha benefício direto com o provimento do recurso". Precedentes do TSE.*

3. *A análise quanto à tempestividade do recurso é feita da data do ajuizamento da exordial e não do momento da juntada da procuração, posteriormente, de modo que ficou demonstrada a observância do prazo legal ao ajuizamento da demanda, não havendo se falar em decadência.*

4. *"A prova pré-constituída não é exigida para o ajuizamento de RCED, no qual, aliás, a ampla dilação probatória é admitida, desde que as provas já estejam indicadas na inicial." Precedentes do TSE.*

5. É assente na jurisprudência pátria que a configuração de compra de votos e de abuso de poder econômico exige que os requisitos previstos na legislação de regência sejam comprovados a partir de elementos probatórios incontestes e robustos, o que não se observa nestes autos.

6. Preliminares rejeitadas.

7. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 66-46.2013.6.17.0000

ORIGEM: CAETÉS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O. LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em QUESTÕES DE ORDEM, pela desnecessidade de produção de prova pericial e pela exibição de mídia no prazo de sustentação do advogado. Por unanimidade, em sede de PRELIMINARES, REJEITAR as arguições de ausência de condição da ação, decadência, interesse de agir e legitimidade ativa suscitadas e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO DE LITISPENDÊNCIA COM AIJE. MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DO RCED.

1. Sendo a matéria pacificada nas cortes superiores é facultado ao relator negar seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC.

2. RCED que se fundamenta única e exclusivamente em fatos e provas utilizadas em AIJE anteriormente ajuizada, e ainda em andamento, com as mesmas partes, mesma causa de pedir e idênticos pedidos, ensejando reconhecimento de litispendência.

3. Decisão fustigada que não merece reparo.

4. Recurso improvido.

PROCESSO NÚMERO 43-03.2013.6.17.0000

ORIGEM: CARPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO COLEGIADA DO TRF DA 5ª REGIÃO APÓS O REGISTRO DE CANDIDATURA EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONDENANDO O CANDIDATO SUPLENTE A VEREADOR POR ATOS DOLOSOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. APLICAÇÃO DA ALÍNEA "L" DO INCISO I DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 64/90.

1) O disciplinado no § 10 do art. 11 da Lei n.º 9.504/97 de que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro de candidatura, ressalvadas as alterações táticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade é válido para os processos de impugnação aos registros de candidaturas, e não aos recursos contra expedição de diplomas.

2) É certo que as inelegibilidades infraconstitucionais e pré-existentes ao registro, não servem de fundamento para a interposição do Recurso. Entretanto, o inciso I do RCED objetiva exatamente que as decisões proferidas supervenientemente ao período de registro de candidatura possam ser analisadas pela Justiça Eleitoral com a consequente cassação do diploma auferido ao candidato.

3) Provimento do RCED para cassar o diploma de suplente conferido ao candidato.

PROCESSO NÚMERO 37-93.2013.6.17.0000

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY F. DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do revisor.

17 ????????

ELEIÇÕES 2012. RECLAMAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. PERDA OBJETO.

- 1. O reclamante relata descumprimento da decisão liminar que fora emanada por este Relator na Ação Cautelar n° 20-57, requerendo imediato cumprimento do referido decisum.*
- 2. Embora o fato narrado na reclamação tenha causado embaraço à ordem judicial oriunda deste Egrégio, o fato é que tal situação não mais perturba, já que a referida liminar fora posteriormente revogada por este Colegiado.*
- 3. Reclamação extinta sem julgamento de mérito, em razão da perda superveniente do objeto.*

PROCESSO NÚMERO 41-33.2013.6.17.0000

ORIGEM: RECIFE-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO por perda do objeto.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA. VICEPREFEITO. NORMA RESTRITIVA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

- 1. O art. 7º da Res. TSE 23.370/2011 impõe requisitos especiais às propagandas de prefeitos, não prevendo requisitos especiais se a propaganda for do candidato a vice.*
- 2. Deve-se interpretar restritivamente as normas restritivas de direito.*
- 3. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 100-65.2012.6.17.0126

ORIGEM: CUMARU-PE (126ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO JOSÉ MATOS DE CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. CAMPANHA ELEITORAL. CAMISAS. OFERECIMENTO A ELEITORES. PROVA. INEXISTÊNCIA. PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA. UTILIZAÇÃO DE "OUTDOOR". CONSTATAÇÃO.

1. *É vedada aos comitês e candidatos, durante período de campanha, a confecção, utilização e distribuição de bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei n° 9.504/97, art. 39, § 6o).*

2. *Hipótese em que os elementos constantes nos autos não demonstram que a representada tenha cometido a irregularidade supracitada.*

3. *Arealização de propaganda intrapartidária mediante uso de "outdoor" pela então postulante a cargo eletivo, evidenciada na espécie, atrai a aplicação da sanção pecuniária cominada, em seu patamar mínimo, à suplicante.*

4. *Recurso desprovido.*

PROCESSO NÚMERO 288-26.2012.6.17.0072

ORIGEM: FLORESTA/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FRANCISCO WILDO L. DANTAS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PINTURA DE MURO. LEGENDA PARTIDÁRIA.

A ausência das legendas dos partidos que integram a coligação na propaganda eleitoral para eleição majoritária contraria o art. 6, p2o da Lei 9.504/97. Contudo, diante de inexistência de previsão normativa para a imposição da penalidade pecuniária, o afastamento da multa é medida que se impõe da penalidade pecuniária, o afastamento da multa é medida que se impõe. Recurso parcialmente provido.

PROCESSO NÚMERO 288-31.2012.6.17.0038

ORIGEM: ÁGUA PRETA/PE

RELATOR: DES. ELEITORAL VIRGÍNIO CARNEIRO LEÃO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. PERÍODO VEDADO. OPINIÃO DESFAVORÁVEL A CANDIDATO VEICULADA POR EMISSORA DE RÁDIO. VIOLAÇÃO DO ART. 45, III E IV DA LEI N 9.504/97. INOCORRÊNCIA DE DESRESPEITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. MULTA APLICADA EM SEU VALOR MÍNIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

PROCESSO NÚMERO 319-21.2012.6.17.0145

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM, os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA e, no mérito, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. PRELIMINAR. LEGITIMIDADE PASSIVA. CANDIDATOS. COLIGAÇÃO. SOLIDARIEDADE LEGAL. EXISTÊNCIA. PINTURAS. REMOÇÃO. MULTA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Decorre de expressa previsão legal a solidariedade existente entre partidos e candidatos nos excessos cometidos na propaganda eleitoral (Código Eleitoral, art. 241).

2. Quem veicular propaganda em bem particular sem respeita; as regras fixadas na legislação de regência fica sujeito a penalidades.

3. Hipótese em que os demandados, uma vez notificados, removeram a propaganda, no prazo de 48 horas, não havendo, assim, onsejo para aplicação da multa.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 98-95-25.2012.6.17.0126

ORIGEM: CAMURU-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUIZ ALBERTO GURGEL

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade em rejeitar a preliminar de ilegitimidade Passiva, e, no mérito, à unanimidade. CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE INSTRUMENTO PROCURATÓRIO. FALTA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO.

- 1. Para procurar em juízo, o advogado deve possuir habilitação legal e estar munido de instrumento de mandato, nos termos dos arts. 30 e 37 do CPC.*
- 2. Configurada a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, incide a regra do art. 267, IV, do CPC. aplicado subsidiariamente ao processo eleitoral.*
- 3. Recurso não conhecido.*

PROCESSO NÚMERO 126-07.2012.6.17.0080

ORIGEM: BODOCÓ-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NÃO CONHECER O RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES MUNICIPAIS (2012). PROPAGANDA IRREGULAR. PINTURA EM MURO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS (RESOLUÇÃO TSE N° 23.370/2011, ARI 12, PARÁGRAFO ÚNICO). MULTA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

- 1. Inexiste previsão legal de multa por descumprimento à exigência de identificação do CNPJ da Coligação ou do CPF do responsável pela confecção da propaganda, prevista no parágrafo único, do art. 12, da Resolução TSE n° 23.370/2011.*
- 2. Recurso provido.*

PROCESSO NÚMERO 117-26.2012.6.17.0054

ORIGEM: CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012. PROPAGANDA. FAIXA. INVASÃO DE ESPAÇO SOBRE VIA PÚBLICA. LIMITANDO APASSAGEM DE VEÍCULOS MAIORES.

- 1. Nos termos do art. 37 da Lei n° 9.504/1997, é irregular a propaganda realizada mediante faixa que invade o espaço sobre a via pública, limitando a passagem de veículos maiores.*
- 2. Recurso provido parcialmente, para reduzir a multa ao mínimo legal.*

PROCESSO NÚMERO 172-46.2012.6.17.0031

ORIGEM: AMARAJI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADAS. DIVULGAÇÃO DE TEXTO E PROPAGANDA FOTOGRÁFICA COM NOME, CARGO PLEITEADO E NÚMERO DE CAMPANHA. BLOG. DESNECESSIDADE DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. CONFIGURAÇÃO. REITERAÇÃO DA CONDUTA. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. As propagandas em questão permaneceram on line até a interposição da presente Representação Eleitoral. Descabida a arguição de decadência processual. Preliminar não acolhida.*
- 2. A Representação Eleitoral por propaganda extemporânea busca a retirada da propaganda e a aplicação de multa. Há interesse de agir do Representante no caso de propaganda extemporânea, mesmo após o fim do pleito eleitoral, pois busca a aplicação da multa devida por desrespeito ao art. 36 da Lei n°9.504/97. Preliminar rejeitada.*
- 3. Mérito. Veiculação, no período vedado para realização de propaganda eleitoral, em blog particular de convite com os*

seguintes dizeres: "Convidamos a todos os cidadãos de Abreu e Lima a participar da confraternização dos amigos que apoiam Éden Pedro para Vereador e Jerônimo Gadelhapara Prefeito nas eleições Municipais em 2012".

4. Divulgação, de propaganda fotográfica do Recorrente com seu nome, cargo pleiteado e número de campanha.

5. Desnecessidade de pedido de votos, pois se deve atentar ao fato de que as propagandas levaram ao conhecimento geral a candidatura postulada pelo Recorrente, em completa violação ao art. 36 da Lei n°. 9.504/97.

6. Reiteração da conduta em outubro/2011 e maio/2012 em veículos de grande repercussão (internet), perdurando as mesmas até a data de 20/08/2012.

7. Recurso eleitoral a que se nega provimento

PROCESSO NÚMERO 406-55.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM REJEITAR AS PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR, e, no mérito, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. RENÚNCIA DE CANDIDATO. MULTA. PRAZO DE 4 (QUATRO) HORAS PARA RETIRADA DE TODO O MATERIAL PUBLICITÁRIO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO. DESARROZABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO. AFASTAMENTO DA PENALIDADE.

PROCESSO NÚMERO 412-62.2012.6.17.0119

ORIGEM: ABREU E LIMA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL LUCIANO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO ELEITORAL. AIJE IMPROCEDENTE. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INELEGIBILIDADE. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO. DECADÊNCIA.

- 1. A jurisprudência deste Regional e dos demais Tribunais Eleitorais está consolidada no sentido de que, em ações que possam ter como em chapas únicas, como as de cargo de Prefeito e vice-Prefeito, vez que este poderia vir a ser prejudicado com procedência da ação;*
- 2. Operou-se decadência.*

PROCESSO NÚMERO 223-50.2012.6.17.0098

ORIGEM: CARNAÍBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR AS PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL e, também por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO LITISCONSORTE PASSIVO.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

- 1. Sendo matéria pacificada nas cortes superiores é facultado ao relator negar seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC;*
- 2. A decisão fustigada não merece reparo.*

PROCESSO NÚMERO 38-78.2012.6.17.0000

ORIGEM: OURICURI-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÕES 2012. PRELIMINARES. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR. DECADÊNCIA. CONDIÇÕES DA AÇÃO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PROVAS. AUSÊNCIA.

1. Patente a legitimidade ativa do recorrente quando está manifesto nos autos a existência de mero erro material de indicação da parte, que em nada compromete sua identificação de partido político, situação ocorrente "in casu".

2. "O candidato tem legitimidade ativa para o manejo do recurso contra expedição do diploma, ainda que não tenha benefício direto com o provimento do recurso". Precedentes do TSE.

3. A análise quanto à tempestividade do recurso é feita da data do ajuizamento da exordial e não do momento da juntada da procuração, posteriormente, de modo que ficou demonstrada a observância do prazo legal ao ajuizamento da demanda, não havendo se falar em decadência.

4. "A prova pré-constituída não é exigida para o ajuizamento de RCED, no qual, aliás, a ampla dilação probatória é admitida, desde que as provas já estejam indicadas na inicial."

Precedentes do TSE.

5. É assente na jurisprudência pátria que a configuração de compra de votos e de abuso de poder econômico exige que os requisitos previstos na legislação de regência sejam comprovados a partir de elementos probatórios incontestes e robustos, o que não se observa nestes autos.

6. Preliminares rejeitadas.

7. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 66-46.2013.6.17.0000

ORIGEM: CAETÉS-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em QUESTÕES DE ORDEM, pela desnecessidade de produção de prova pericial e pela exibição de mídia no prazo de sustentação do advogado. Por unanimidade, em sede de PRELIMINARES, REJEITAR as arguições de ausência de condição da ação, decadência, interesse de agir e legitimidade

ativa suscitadas e, no mérito, também por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO DE LITISPENDÊNCIA COM AIJE. MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DO RCED.

1. *Sendo a matéria pacificada nas cortes superiores é facultado ao relator negar seguimento ao recurso, nos termos do art. 557 do CPC.*
2. *RCED que se fundamenta única e exclusivamente em fatos e provas utilizadas em AIJE anteriormente ajuizada, e ainda em andamento, com as mesmas partes, mesma causa de pedir e idênticos pedidos, ensejando reconhecimento de litispendência.*
3. *Decisão fustigada que não merece reparo.*
4. *Recurso improvido.*

PROCESSO NÚMERO 43-03.2013.6.17.0000

ORIGEM: CARPINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO COLEGIADA DO TRF DA 5ª REGIÃO APÓS O REGISTRO DE CANDIDATURA EM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONDENANDO O CANDIDATO SUPLENTE A VEREADOR POR ATOS DOLOSOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DOS DIREITO POLÍTICOS. APLICAÇÃO DA ALÍNEA "L" DO INCISO I DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 64/90.

1. *O disciplinado no § 10 do art. 11 da Lei n.º 9.504/97 de que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro de candidatura, ressalvadas as alterações táticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade é válido para os processos de impugnação aos registros de candidaturas, e não aos recursos contra expedição de diplomas.*

2. *É certo que as inelegibilidades infraconstitucionais e pré-existentes ao registro, não servem de fundamento para a interposição do Recurso. Entretanto, o inciso I do RCED objetiva exatamente que as decisões proferidas supervenientemente ao período de registro de candidatura possam ser analisadas pela Justiça Eleitoral com a conseqüente cassação do diploma auferido ao candidato.*

3. *Provimento do RCED para cassar o diploma de suplente conferido ao candidato.*

PROCESSO NÚMERO 37-93.2013.6.17.0000

ORIGEM: AGRESTINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por maioria, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do revisor.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO (INTERESSE DE AGIR), SUSCITADA DE OFÍCIO.

1. *A suposta existência de caixa dois não importa na presunção de abuso de poder econômico, o qual necessita, para se configurar, da utilização excessiva de meios materiais e humanos na campanha eleitoral.*

2. *Assim, alegação de irregularidades relacionadas à arrecadação e aos gastos de campanha enseja reprimenda através da representação do artigo 30-A da Lei n.º 9.504/97, não se enquadrando na hipótese de abuso do poder econômico, apurável no recurso contra expedição de diploma.*

3. *Extinção do processo sem resolução do mérito por carência de ação.*

PROCESSO NÚMERO 92-44.2013.6.17.0000

ORIGEM: PETROLINA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em EXTINGUIR O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do Relator.

RECURSO EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PROCEDÊNCIA. CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINAR. CARÊNCIA DA AÇÃO. CANDIDATO NÃO ELEITO. ACOLHIMENTO.

- 1. O art. 30-A da Lei n° 9.504/97 prevê, como única pena aplicável em caso de condenação, a negação do diploma ou sua cassação, se já outorgado, não havendo que se cogitar sobre a declaração de inelegibilidade.*
- 2. Em caso de eleição majoritária, não sendo eleito o candidato, inexistente o interesse de agir necessário para demandá-lo mediante representação fundada do artigo em questão.*
- 3. acolhimento da preliminar para anular a decisão que declarou a inelegibilidade do recorrido.*

PROCESSO NÚMERO 2-80.2013.6.17.0147
ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL ALFREDO HERMES

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA e, também à unanimidade, ACOLHER A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, COM EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO DE LITISPENDÊNCIA COM AIJE. MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DO RCED.

- 1. Não há interesse processual na propositura concomitante de Recurso contra a Expedição de Diploma e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, fundadas ambas nos mesmos fatos e com iniciais que se repetem reciprocamente;*
- 2. Hipótese em que o RCED se fundamenta exclusivamente em fatos e provas utilizadas em AIJE anteriormente ajuizada, e ainda*

em andamento, com as mesmas partes, mesma causa de pedir e idênticos pedidos, motivando reconhecimento de litispendência.

3. Decisão vergastada que não merece reparo. Precedentes da Casa.

4. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 136-63.2013.6.17.0000

ORIGEM: SÃO VICENTE FÉRRER-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, nos termos do voto do Relator.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIALMÉRITO.FRAUDE.CASSAÇÃO DE DIPLOMA.

1. Rejeita-se preliminar de inépcia da inicial, fundada na inexistência de fraude, porque se confunde com o mérito.

2. Configura conduta fraudulenta associar o nome de candidato com registro indeferido ao seu número de campanha sem fazer menção ao apoio político.

3. Intuito de confundir o eleitor demonstrado.

4. Recurso provido.

PROCESSO NÚMERO 30-04.2013.6.17.0000

ORIGEM: JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito, por maioria, em CONHECER e JULGAR PROCEDENTE O RECURSO, nos termos do voto divergente.

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. QUOTA DE GÊNERO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO (INTERESSE DE AGIR).

1. Eventuais questionamentos acerca da inobservância das quotas de gênero, previstas no artigo 10, §3º da Lei n.º 9.504/97, devem ser resolvidos no Demonstrativo de Regularidade dos Atos

Partidários- DRAP, sendo o momento adequado para esta verificação o da apresentação do mencionado demonstrativo.

2. Se após o deferimento do registro da coligação ocorrer renúncia, morte ou indeferimento de registros de candidatos, nenhuma repercussão acarretará ao registro da coligação, não se podendo questionar a validade desta.

3. Alegação de nulidade da coligação em razão do descumprimento da cota de gênero não constitui em nenhuma das hipóteses do art. 262 do CE, uma vez que a matéria se refere a registro de candidatos, devendo ser resolvida no DRAP.

4. Extinção do processo sem resolução do mérito por carência de ação.

PROCESSO NÚMERO 348-84.2013.6.17.0000

ORIGEM: SERRA TALHADA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE F. MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR de inadequação da via processual eleita nos termos do voto do Des. Relator.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. MANIFESTA PROVA NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. AIJE. CASSAÇÃO DE DIPLOMA. POSSIBILIDADE.

1. A nova redação do art. 22, XIV, da Lei Complementar n° 64/90 permite que eventual procedência do pedido aduzido em ação de investigação judicial eleitoral acarrete também a cassação do diploma de candidato eleito, de modo que, ajuizados recurso contra diplomação e a citada ação, versando sobre os mesmos fatos, reserva-se a essa última a realização da regular instrução probatória.

2. Hipótese em que não consta do caderno processual "manifesta prova" das acusações feitas na exordial, exigindo dilação probatória do feito, instrução essa que melhor se alinha às ações investigatórias que tramitam no primeiro grau, sobre idênticos fatos apresentados "in casu".

3. Recurso desprovido.

PROCESSO NÚMERO 29-19.2013.6.17.0000
ORIGEM: GLÓRIA DE GOITÁ-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL PAULO ROBERTO DE O LIMA

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

ELEIÇÃO 2012. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. QUOTA DE GÊNERO. PRELIMINAR DE COISA JULGADA. ACOLHIDA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.

- 1. Eventuais questionamentos acerca da inobservância das quotas de gênero, previstas no artigo 10, § 3o da Lei n.º 9.504/97, devem ser analisados no momento de requerimento de registro do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários- DRAP.*
- 2. Transitada em julgado a sentença que deferiu o DRAP da coligação, torna-se preclusa toda matéria tendente a reapreciar essa decisão.*
- 3. Extinção do processo sem resolução do mérito.*

PROCESSO NÚMERO 349-69.2013.6.17.0000
ORIGEM: SERRA TALHADA-PE
RELATOR:DES. ELEITORAL ROBERTO DE FREITAS MORAIS

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em ACOLHER A PRELIMINAR DE COISA JULGADA para extinguir o processo

RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CANDIDATOS. PREFEITO E VICE-PREFEITO. REJEIÇÃO DE CONTAS PELO TCU. MATÉRIA TRATADA QUANDO DO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. INADMISSÍVEL DISCUSSÃO ATRAVÉS DE RCED, VEZ QUE NÃO SE TRATA DE CASO DE INELEGIBILIDADE CONSTITUCIONAL OU INFRACONSTITUCIONAL SUPERVENIENTE. CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. ART. 89 DA LEI 8.666/93. PRESCRIÇÃO RETROATIVA DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL DECLARADA. INELEGIBILIDADE AFASTADA. INTELIGÊNCIA DO ART.11, §10, DA LEI 9.504/97.

1. *A rejeição de contas públicas pelo TCU foi tratada, a seu modo e tempo, na impugnação de registro de candidatura, não sendo admitida sua discussão em sede de RCED, vez que não se configura caso de inelegibilidade constitucional ou infraconstitucional superveniente.*

2. *Condenação criminal pela prática do delito previsto no art. 89 da Lei 8.666/93 transitada em julgado. Prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal reconhecida em decorrência da pena em concreto. Inelegibilidade afastada à luz do art. 11, § 10, da Lei 9.504/97.*

3. *Improcedência do pedido.*

PROCESSO NÚMERO 21-42.2013.6.17.0000

ORIGEM: JATAÚBA-PE

RELATOR: DES. ELEITORAL FREDERICO CARVALHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Turma.

RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CARGO PREFEITO E VICEPREFEITO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE NECESSITA DE MELHOR AVALIAÇÃO. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO EDA AMPLA DEFESA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. *Preliminar de ausência de interesse processual do Recorrente. Presença de benefício direto com o provimento do Recurso, visto que a demanda tem por finalidade a proteção de interesses difusos, no que se refere ao interesse público na lisuradas eleições.*

2. *O conjunto probatório necessita de melhor avaliação, vez que foram produzidas unilateralmente, sem que tenham sido confrontadas a fim de se perquirir a veracidade das mesmas.*

3. *Respeito ao que preceitua o artigo 262, IV, do Código Eleitoral, que exige que a cassação do diploma concedido "em manifesta contradição com a prova dos autos", (sem grifos no original).*

4. *Pelo desprovimento do recurso.*

PROCESSO NÚMERO 52-62.2013.6.17.0000
ORIGEM: CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, e, no mérito, em CONHECER e NEGAR BRQVIMENTO AO RECURSO.

RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. CARGOS PREFEITO E VICE-PREFEITO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 262 DO CE. IMPOSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO.

- 1. Preliminar de Inépcia da Inicial. Busca o Recorrente a cassação dos diplomas por prática de abuso de poder econômico (art. 237 do CE), ante a realização de propaganda irregular. Tipificação e individualização da conduta. Preliminar não acolhida.*
- 2. As hipóteses para interposição de Recurso Contra Expedição de Diploma estão taxativamente previstas no art. 262 do CE, não havendo o Recorrente preenchido nenhum dos requisitos ali dispostos.*
- 3. A eventual realização de propaganda irregular não guarda relação direta com a prática de abuso de poder econômico, sendo esta a única alegação de violação do art. 237 do CE, resta incabível o presente Recurso Contra Expedição de Diploma.*
- 4. Decisões do TSE colacionadas.*
- 5. Improcedência do Recurso Contra Expedição de Diploma.*

PROCESSO NÚMERO 125-34.2013.6.17.0000
ORIGEM: CARNAUBEIRA DA PENHA-PE
RELATOR: DES. ELEITORAL AGENOR FERREIRA FILHO

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por unanimidade, EM REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, e, no mérito, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.